

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em
Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

UMA RUA CHAMADA GRUPPELLI:
memórias reveladas pela fotografia.

Margareth Acosta Vieira

Pelotas, 2009

MARGARETH ACOSTA VIEIRA

**UMA RUA CHAMADA GRUPPELLI:
MEMÓRIAS REVELADAS PELA FOTOGRAFIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Pelotas, 2009

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Prof. Dr. Fabio Vergara Cerqueira

Prof^a. Dr^a. Mari Lucie Loreto

RESUMO

Este trabalho constitui uma investigação sobre a reconstituição da memória da Localidade Gruppelli, situada na Colônia Municipal, 7º Distrito de Pelotas, com ênfase nas antigas propriedades da família Gruppelli, origem do núcleo colonial, e nas instituições de uso coletivo, contempladas pela fotografia da década de 1920 aos dias atuais. A reconstrução de processos de produção e natureza desses ambientes, através de documentos visuais, permitiu a identificação de manutenções e transformações produzidas, nesse período, por diferentes gerações. Como se tratam de ações, que foram depositadas materialmente na paisagem, ao longo do século XX, por essas sociedades, surgem em registros fotográficos como índices de uma existência física situada temporal e geograficamente. São documentos visuais, conservados como comprovantes biográficos de indivíduos e instituições que fornecem referências espaço-temporais e permitem instituir elos entre gerações. Trata-se de uma busca de caráter histórico, um diálogo entre temporalidades, em que o passado é abordado a partir do presente, permitindo a identificação de um tempo histórico e de seus processos sócio-econômico-culturais correlatos. O binômio indissociável - lugar e fotografia do lugar - ao expor uma realidade particularizada, possibilitou que a trajetória desse lugar pudesse ser vislumbrada nas diversas seqüências de imagens criadas, ao longo do tempo, por fotógrafos amadores e profissionais. Imagens que, ao serem esquadrihadas, acabaram revelando, mais que a passagem do tempo, a própria expressão do lugar nesse contexto colonial.

Palavras-chave: Lugar. Espaço. Paisagem. Fotografia. Memória.

ABSTRACT

This study is an investigation about the reconstitution of Gruppelli's place memory, located at Municipal Colony, 7th District of Pelotas, with emphasis on Gruppelli's ancient family estates, origin of the colonial core, and institutions for collective use, covered by the photography of the decade from 1920 until today. The reconstruction of production processes and nature of these environments, through visual documents, allowed the identification of maintenance and changes produced in this period by different generations. Wherein deal with actions, which were deposited material in the landscape throughout the twentieth century, these societies appear in photographic records as indicators of a physical existence situated in time and place. They are visual documents, preserved as proof sketches of individuals and institutions that provide references space-temporal and allow establishing links among generations. This is a search of historical character, a dialogue between temporalities, in which the past is approached from the present, allowing the identification of historical time and its socio-economic processes and cultural correlates. The inseparable combination - place and photography of the place - exposing an individualized reality, allowed that place trajectory could be glimpsed in different images sequences created over time by amateur and professional photographers. Images that, when scanned, turned out more than the passage of time, but the proper expression of place in the colonial context.

Keywords: Place. Space. Landscape. Photography. Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 - Rio Grande do Sul, da planície à Serra: o processo de ocupação do solo.	
1.1 A planície, 1ª fase	28
1.2 A serra, 2ª fase	30
1.2. O município de Pelotas	35
1.2.1 A ocupação das terras altas	36
1.2.2 Os empreendimentos coloniais	38
1.3. A Colônia Municipal	43
1.3.1 O processo de criação	43
1.3.2 Os primeiros tempos	49
1.3.3 A atualidade	52
1.4. A Localidade Gruppelli	61
1.4.1 Os Gropelli / Gruppelli	62
1.4.2 Os negócios	69
1.4.3 O contexto atual	75
CAPÍTULO 2 – Paisagem, memória do espaço: o lugar da fotografia no lugar.	
2.1 Linhas do horizonte	85
2.2 Espaço e paisagem	86
2.3 Entre presente e passado, um tempo histórico	88
2.4 O sentido do lugar	89
2.5 Fotografias, imagens do lugar	92
2.6 Depoimentos orais	95
2.7 Memória e patrimônio	96
CAPÍTULO 3 – Os lugares revelados: os espaços de uso coletivo.	
3.1 A Estrada-rua	102
3.2 O Arroio Quilombo	111
3.3 A Ponte	122
3.4 O Parque Gruppelli	136
3.5 O Campo de futebol	152
3.6 O Cemitério	173
CAPÍTULO 4 – Os lugares revelados: os espaços privados.	
4.1 Cerâmica Bella Gres	185
4.2 Propriedade Gruppelli	207
4.2.1 Casa Gruppelli	208
4.2.2 Museu Gruppelli	235
4.3. Propriedade Gruppelli Ferrari	254
4.3.1 Casa Amarela e Motos Marini	256
4.3.2 Chalé, residência Carmen Ferrari Veiga	260
4.3.3 Sobrado, residência Silvana Gruppelli Ferrari	261
4.3.4 Agrofer, comércio de ferragens e implementos agrícolas	266
4.3.5 Casa elevada, residência Carmen Westendorff Ferrari	276
CONCLUSÃO	280
REFERÊNCIAS	290
APÊNDICE. As imagens da pesquisa, CD-ROM.	297

LISTA DE QUADROS

01 – Primeiras colônias no Município de Pelotas – Rio Grande do Sul Fonte – Elaborado pela autora a partir de Gutierrez (1999, p.280-281)	36
02 – Lista de terrenos à venda, final do século XIX, Serra dos Tapes – Pelotas Fonte – Elaborada pela autora a partir de Ulrich (1898).	40
03 – Promotores da colonização em Pelotas. Fonte - Elaborado por Betemps, L. e Vieira, M. a partir da dissertação de FETTER, L., 2002.	41
04 - Lotes p/ Linha na Colônia Municipal (1882-1893). Fonte – Elaborado pela autora a partir do “Livro Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colonias Municipaes”, BIC 011e, BPP, 1883.	46
05 – Panorama esquemático da Colônia Municipal em final do século XIX. Fonte – Elaborado pela autora a partir de Ullrich, 1898.	50
06 - Sobrenomes existentes na Colônia Municipal desde 1882 / 1907 a 2008. Fonte – Elaborado pela autora a partir de fontes escritas e orais.	53
07 – Visão geral da Colônia Municipal, 2009. Fonte – Elaborado pela autora a partir de observações e informações locais.	60
08 – Terrenos adquiridos por Arcádio Grupelli na Colônia Municipal em 1905. Fonte – Elaborado pela autora a partir de Fetter, 2002, Anexo 5, p.1103. Livro de Registros do 5º Districto, Santa Eulália, livro 10, folhas 92v-94v, Arquivo Público do Estado - RS.	61
09 – Síntese dos quantitativos das transações de terras da família Gruppelli em 1905. Fonte – Elaborado pela autora com base nos Registros do 5º Distrito, Santa Eulália, livro 10, folhas 090v, 91, 91v, 92, 92v, 93, 93v, 94 e 94v. Arquivo Público - RS.	63
10 – Relação de sobrenomes / época de chegada na Localidade Gruppelli, 2009. Fonte – Elaborado pela autora a partir de informação dos moradores.	80
11 – Visão geral da Localidade Gruppelli, 2009. Fonte – Elaborado pela autora a partir de observações e informações locais.	83

LISTA DE GRÁFICOS

01 - Fundação de colônias / ano – Pelotas/RS (1866-1893). Fonte – Elaborado pela autora a partir de Hallal dos Anjos (2000).	34
02 – Criação de colônias / década, São Lourenço do Sul, 1850-1890. Fonte – Elaborada pela autora a partir de Coaracy (1957, p.141-161).	37
03 - Estimativa Populacional da Zona Rural – 1900 Fonte - Elaborado por Betemps, L. e Vieira, M. a partir da dissertação de FETTER, L., 2002.	41
04 - Vendas inaugurais na Colônia Municipal / Picada, 1882-1893. Fonte – Elaborado pela autora a partir do “Livro Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colonias Municipaes”, BIC 011e, BPP, 1883.	46
05 – Origem dos compradores de lotes na Colônia Municipal, 1882-1893. Fonte – Elaborado pela autora a partir do “Livro Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colonias Municipaes”, BIC 011e, BPP, 1883.	48

LISTA DE FIGURAS

CAPITULO I

01 – Mapa do Rio Grande do Sul, apresentando as duas metades Fonte - http://nutep.adm.ufrgs.br/mapas/metades.jpg	27
02 – Cartão Postal, (10cm x 15cm), Mercado Público em Rio Grande, 1948 Fonte - Acervo Marli Quevedo.	29
03 – Construção de ponte na Colônia Progresso, (21,5cm x 27cm), 10º Distrito, Pelotas, RS, 1929. Fonte - Acervo Arno Pieper.	31
1.2. O município de Pelotas	
04 – Impresso do Hospital São João da Reserva (7cm x 13,5cm), São Lourenço do Sul, 195_. Fonte – Acervo Dóris Brahm dos Santos.	37
05 – Comércio e residência, (8,9cm x 13,5cm), 194_. Onde o Sr. Alberto Tehchert confere a mercadoria. Colônia Cerrito, Pelotas. Fonte - Acervo Cláudio Steffnmusberg Dilli.	38
06 - Membros da sociedade italiana em Pelotas, (18cm x 28cm), s/d. Fonte - Acervo Mário Schuster.	42
07 – Casa Comercial Fiss & Tessmann, (7,8cm x 14,7cm), 1930. Bairro Três Vendas, Pelotas. Foto Heirinch Feddern. Fonte - Acervo Dóris Brahm dos Santos.	42
1.3. A Colônia Municipal	
08 – Detalhe, Planta das terras vendidas à Intendência Municipal de Pelotas pelos Herdeiros de Antonio R. F. Vaqueiro, nov. 1882. Fonte – Secretaria Municipal de Urbanismo, Pelotas.	47
09 – Detalhe do mapa com a localização atual da Colônia Municipal, 2006. Fonte – Mapa de Divisão Distrital, Prefeitura Municipal de Pelotas.	52
10 - Escola da Comunidade Evangélica Alemã, (22cm x 27cm), 1932. Kammerland (Terra da Câmara), Pelotas. Foto Heirich Feddern. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.	54
11 – Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Farroupilha, Colônia Municipal, Arroio do Padre, 2009. Foto da autora, acervo particular.	55
12 – Ônibus da Empresa São Jorge, (10cm x 10cm), década de 1970. Fonte – Acervo Vânia Piper Gruppelli.	55
13 – Ônibus da Empresa Bosembecker junto ao Armazém Dokbe, (9cm x 9cm), 1971. Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas. Fonte – Acervo família Osmar Dokbe.	55
14 – Transporte Escolar na Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, (10cm x 15cm), 2006. Foto Loraci Mancke. Fonte – Acervo Loraci Mancke.	56
15 – Cemitério Municipal, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 2007. Foto da autora, acervo particular.	56

16, 17 – Cemitério da Comunidade São João, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 2009. Foto da autora, acervo particular.	57
18 – Grêmio Esportivo Boa Esperança em seu campo, (10cm x 15cm), 1994. Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas. Fonte – Acervo Vânia Pieper Gruppelli.	57
19 – Armazém Dokbe, (11cm x 9cm), Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 1978. Fonte – Acervo família Osmar Dokbe.	58
20 – Armazém Peter, Colônia Municipal, Arroio do Padre, 2009. Foto da autora, acervo particular.	58
21 – Igreja da Comunidade São João, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 2009. Foto da autora, acervo particular.	59
22, 23, 24, 25 – Cenas da Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 2009. Foto da autora, acervo particular.	59
26 – Placa Homenagem aos 125 anos de fundação da Colônia Municipal de Pelotas, 2007. Foto da autora. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.	60
 1.4. A Localidade Gruppelli	
27 – Sítio Gruppelli, (4,2cm x 6,6cm), s/d. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.	64
28 – Um grupo de veranista com o Sr. Hermógenes e a filha Ondina, (9cm x 12cm), 193_. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	65
29, 30 – O primeiro caminhão da família Gruppelli, (8,8cm x 6,5cm), (8,8cm x 6cm), 193_. Fonte – Acervo Museu Gruppelli, Acervo Léa Gruppelli.	66
31, 32, 33 – Preparativos para o baile a fantasia, (8cm x 6cm), 193_. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	67
34 – O referencial Gruppelli no mapa do 7º Distrito, Pelotas, 192_. Fonte – Planta de coleções de diversos distritos, nº 65. Arquivo, Secretaria Municipal de Urbanismo.	68
35, 36 – Retrato do casal Silvana e Hermógenes Gruppelli. 194_. Acervo família Gruppelli, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas. Foto Neco Tavares, 2006. Fonte - Acervo do fotógrafo.	69
37 – Ônibus da Empresa Leitzke no terminal em Pelotas, (17cm x 23), 1948. Fonte – Acervo Zilda Leitzke.	69
38 – Impressão carimbo de borracha (5cm x 9,5cm), Hermógenes Gruppelli, s/d. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	72
39 – Impressão tipográfica, detalhe, Indústria de Conservas Prinsul, s/d. Fonte – Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	72
40 – Representação espacial dos prédios da Indústria de Conservas Prinsul, Localidade Gruppelli, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 1980. Fonte – Diretoria de Serviço Geográfico do Ministério do Exército, Folha SH. 22-Y-C-III-4.	73
41, 42 – Placa inaugural e vista frontal do Posto de Saúde Hermógenes Gruppelli, 2009. Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas. Foto da autora, acervo particular.	75

43, 44 – Salão de Cabelereiros Unisex, Localidade Gruppelli, 2009. Foto da autora, acervo particular.	76
45, 46 – Museu Gruppelli, vista externa e acervo, 2007. Foto da autora, acervo particular.	76
47, 48 – Apresentação de Grupo de Dança e Parque de diversões (10cm x 15cm), 2001. 8º KoloNatale, Parque Gruppelli, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	77
49, 50 – Sessão Solene comemorativa aos 124 anos da Colônia Municipal, 2005. Câmara de Vereadores de Pelotas, Parque Gruppelli, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	77
51, 52 – Atividades no Parque Gruppelli, 2009. Foto da autora, acervo particular.	78
53 – Detalhe, Mapa Geral de Núcleos apresentando a Localidade Gruppelli, Núcleo 19, 2006. Fonte – Acervo Hectare, Núcleo de Estudos Rurais.	78
54 – Vista aérea da Localidade Gruppelli, (10cm x 15cm), 2005. Foto Loraci Mancke. Fonte – Acervo Loraci Mancke.	79
55 – Imagem de satélite mostrando a concentração de Prédios na Localidade Gruppelli, 2009. Fonte – www.baixaki.com.br/download/google-earth.htm	79
56 – Estrada congestionada, Localidade Gruppelli, (10cm x 15cm), 2001. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	80
57 – Meninos brincando junto à estrada, Localidade Gruppelli, 2009. Foto Amanda Pieper Gruppelli. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	80
58 – Representação espacial das relações de parentesco dos atuais moradores, 2009. Fonte – Elaborado pela autora a partir de informações dos moradores.	81
59 – Esquema das trajetórias produzidas por mudanças de atuais moradores, 1950-2009. Fonte – Elaborado pela autora a partir de informações dos moradores.	81
60, 61 – Imagens da enchente de 1999, (10cm x 15cm). Fonte – Acervo Família Gruppelli.	82
62 – Jovens dirigindo carro de boi e moto na Localidade Gruppelli, 2007. Foto da autora, acervo particular.	83
63, 64 – Senhores conduzindo charrete e trator na localidade Gruppelli, 2009. Foto da autora, acervo particular.	83

CAPÍTULO III

3.1. A Estrada-rua

65, 66 – As formas e cores da estrada, 2009. Foto da autora, acervo particular.	102
67, 68 – As formas e cores da estrada, 2009. Foto da autora, acervo particular.	103

69, 70, 71, 72, 73, 74 – Movimentos na estrada, 2007-2009. Foto da autora, acervo particular.	103
75 – Máquina na estrada, (10cm x 15cm), 2007. Foto Loraci Mancke. Fonte - Acervo Loraci Mancke.	104
76 – Atletismo (10cm x 15cm), 2006. II Grito das Águas – Encontro Esportivo e Cultural da Zona Sul / RS – Realização Fatur, Foto da autora – Fonte Família Gruppelli.	105
77 – Cavalgada, (10cm x 15cm), 2002. 1º Enduro da Família Costa Doce, Associação de Cavaleiros da Costa Doce Fonte – Acervo Família Gruppelli.	105
78 – Estrada encoberta pela água, (10cm x 13cm), enchente de 2001. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	105
79 – Crianças fantasiadas, carnaval, (10cm x 15cm) ,1999. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	106
80 – Crianças fantasiadas, carnaval, (10cm x 15cm), 2000. Foto Loraci Mancke, Fonte - Acervo Loraci Mancke.	106
81 – Encontro na estrada, (10cm x 15cm), 1988. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.	106
82 – Carro de boi, (8,8cm x 8,8cm), 1973. Acervo – Paulo Roberto Gruppelli.	107
83, 84 – Despedida, (10cm x 10cm), 197_. Fonte - Acervo Vânia Pieper Gruppelli.	107
85, 86 – 3º Festival do Agricultor, (18cm x 23,7cm), 1971. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.	107
87 – Reunião na estrada, (6cm x 8,8cm), 1935. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	108
88 – Passeio na estrada, (7,5cm x 12cm), 1935. Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	108
89 – Transporte de foliões, (6cm x 8,8cm), 193_. Fonte - Acervo Léa Gruppelli.	108
90 – Estrada encoberta pela enchente, (6cm x 8,8cm), 1932. Fonte - Acervo Léa Gruppelli.	109
 3.2. O Arroio Quilombo	
91 - Arroio Quilombo, Parque Gruppelli, 2008. Foto da autora, acervo particular.	111
92 - Arroio Quilombo, Parque Gruppelli, 2008. Fonte – Acervo família Gruppelli.	111
93, 94 - Arroio Quilombo, Parque Gruppelli, 2008-2009. Foto da autora, acervo particular.	112

95, 96 – Enchente no Arroio Quilombo, (10cm x 15cm), 2007. Foto Loraci Mancke, Acervo – Loraci Mancke.	112
97, 98 – As cores do entardecer, Arroio Quilombo, 2007. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo do fotógrafo.	113
99, 100 – Paisagem em verde e cinza, 2005. Foto Francisca Silva. Fonte - Acervo da autora.	113
101 – Banho da gurizada, (10cm x 15cm), 2002. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	114
102 – Reunião em família, (10cm x 15cm), 2000. Fonte - Acervo Família de Santo Ireno Domingues.	114
103 – Excursão, (10cm x 15cm), 1999. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.	115
104 – Três meninas no Arroio, (10cm x 15cm), 1999. Fonte - Acervo Daniela Adamoli Kichöfel.	116
105 – Duas meninas no Arroio, (10cm x 10cm), 197_. Fonte - Acervo Vera Pieper Schäfer.	116
106 – Recordação, (9,5cm x 6,5cm), 1952. Foto Carmen Gruppelli Ferrari. Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	116
107 – Banho de sol, (6,5cm x 4,5cm), 1958. Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	116
108 – Cascata no Arroio Quilombo, (6,2cm x 8,6cm), 1950. Fonte – Acervo Neuza Knopp Timm.	117
109 – Cinco meninas no Arroio Quilombo, (6cm x 8,8cm), 1949. Fonte – Acervo Neuza Knopp Timm.	117
110, 111, 112 – O Arroio Quilombo, cenário da família Gruppelli, (8cm x 5,7cm), (8,8cm x 6cm), (8cm x 5,7cm), 193_. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	118
113 – Veranistas no Arroio Quilombo, (14cm x 8,8cm), 193_. Fonte – Acervo Neuza Knopp Timm.	119
114 – Dorival Gruppelli no Arroio Quilombo, (14cm x 9cm), 193_. Foto Bruno Pruski. Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	119
115 – Cascata no Arroio Quilombo, (6cm x 8,8cm), 193_. Fonte – Acervo Neuza Knopp Timm.	120
116 – Duas jovens no Arroio Quilombo, (9cm x 6cm), 193_. Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	120

3.3. A Ponte

117 – Uso da imagem da ponte como cartão postal da localidade Gruppelli, 2008. Fonte – http://www.ufpel.edu.br	123
--	-----

118, 119 – As formas da ponte, vista superior, 2007-2009. Foto da autora, acervo particular.	124
120, 121 – As formas da ponte, vista lateral, 2007-2009. Foto da autora, acervo particular.	124
122, 123, 124 – Andarilhos e cavaleiros, 2007-2009. Foto da autora, acervo particular.	125
125 – Repouso, 2008. Foto Gabriel Gruppelli. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	125
126 – Ciclista, 2007. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo do fotógrafo.	125
127 – A imagem da ponte na Internet, 2008. Foto Maria Lucy Adamoli Gruppelli. Fonte – http://amigosdepelotas.com	126
128 – Acidente na ponte, 2008. Foto Nauro Júnior. Fonte – http://zerohora.clicrbs.com	127
129 – Ciclista na ponte, (10cm x 15cm), 2006. Foto Loraci Mancke. Fonte - Acervo Loraci Mancke.	127
130 – Banho da gurizada junto a ponte, (10cm x 15cm), 2002. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	128
131 – Chegada do Papai Noel, 6º <i>KoloNatale</i> , (10cm x 15cm), 1999. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	129
132 – Cena do cotidiano, (10cm x 15cm), 1999. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	129
133 – Parque e ponte, (10cm x 15cm), 1999. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	130
134 – Crianças na ponte, (15cm x 10cm), 1999. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	130
135 – A ponte transformada em trampolim, (10cm x 15cm), 1996. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	130
136 – Chegada do Papai Noel, 2º <i>KoloNatale</i> , (10cm x 15cm), 1996. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	130
137, 138 – Imagens da ponte em época de enchente, (10cm x 15cm), 199_. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	131
139 – A ponte antiga, (9cm x 12,5cm), 1966. Foto Nelcy Kohlrausch. Fonte – Acervo Maria Francisca Knopp Kohlrausch.	132
140 – A ponte como cenário, retrato de Geraldo Gruppelli, (9cm x 6cm), 194_. Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	134
141 – A ponte como cenário, retrato de Otílio de Campos Lima, (9cm x 6cm), 194_. Fonte - Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	134

3.4. O Parque Gruppelli

142, 143, 144, 145 – Formas e cores do Parque Gruppelli no verão de 2008-2009. Foto da autora, acervo particular.	137
146 – Posto de Saúde Hermógenes Gruppelli instalado no Parque Gruppelli, 2009. Foto da autora, acervo particular.	138
147, 148 – Atividades no Parque Gruppelli, verão de 2008-2009. Foto da autora, acervo particular.	138
149, 150 – O Parque Gruppelli como local de reunião familiar, Natal, 2008. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	139
151 – Crianças nas pipas de carvalho, 2008. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	139
152, 153 – Um encontro de talentos musicais, <i>Lieder in Serata</i> , 2007. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	140
154, 155 – Bingo Beneficente, (10cm x 15cm), 2006. Foto Paulo Ricardo Gruppelli. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	141
156, 157 – Sessão Solene comemorativa aos 124 anos da Colônia Municipal, 2006. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	142
158, 159 – 2ª Feira de produções caseiras, <i>LaboreHaus</i> , 2006. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	142
160 – Vista panorâmica do parque, 2005. Foto Luiz Roberto de Lima Barbosa. Fonte – Acervo do fotógrafo.	143
161, 162 – Enchente no Parque, (10cm x 15cm), 2001. Fonte – Acervo família Gruppelli.	143
163, 164 – <i>KoloNatale</i> no Parque Gruppelli, (10cm x 15cm), s/d. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	144
165, 166 – Eventos no <i>KoloNatale</i> , (10cm x 15cm), s/d. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	145
167, 168 – A sombra das árvores, (10cm x 15cm), 1998-1999. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo família Gruppelli.	145
169 – O Parque após uma enchente, (10cm x 15cm), 199_ . Fonte – Acervo Família Gruppelli.	145
170, 171 – Crianças no Parque, (10cm x 15cm), (15cm x 10cm), 1973. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	146
172, 173 – Reunião da família Gruppelli no parque, (6,5cm x 6,5cm), 1960. Fonte – Acervo Erna Mielke Gruppelli.	147
174 – Quando o parque era cercado, (6,5cm x 6,5cm), 1950. Foto Zita Geraldina Natusch. Fonte - Acervo Léa Gruppelli.	148
175 – Enchente no parque, (6cm x 8,8cm), 1932. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	148

176 – Retrato de Amélia Gruppelli Marini, (14cm x 9cm), 1930. Foto Bruno Pruski. Fonte - Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	149
177 – Retrato de Maria Gruppelli Marini, (14cm x 9cm), 1930. Foto Bruno Pruski. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.	149
178, 179 – Paisagem, cenário em retratos ao ar livre, (9cm x 14cm), 1930. Foto Bruno Pruski. Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	150
180 – Paisagem, cenário em Retrato de família, (15cm x 11cm), 1930. Foto Bruno Pruski. Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.	150
181 – O espaço da festa em família, (8,7cm x 6,2cm), 1929 Fonte - Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	151
3.5. O Campo de futebol	
182, 183 – As cores e formas do campo no verão de 2009. Foto da autora, acervo particular.	153
184, 185 – As cores e formas do campo no inverno de 2008. Foto da autora, acervo particular.	153
186, 187 – A preparação do campo, 2009. Foto da autora, acervo particular.	154
188, 189 – Os preparativos para o jogo final, 2008. Foto Luciano Westendorff Ferrari. Acervo do fotógrafo.	155
190 – A torcida no jogo de final do campeonato, 2008. Foto Luciano Westendorff Ferrari. Acervo do fotógrafo.	155
191, 192 – As cores da paisagem ao amanhecer, 2008. Foto Ângelo Kohls Gruppelli. Acervo do fotógrafo.	156
193, 194 – Movimentos na paisagem ao redor do campo, 2007. Foto da autora, acervo particular.	157
195, 196 – Movimentos na cerca, 2007. Foto da autora, acervo particular.	158
197 – Vista do prédio que abriga a copa, 2007. Foto da autora, acervo particular.	159
198 – Vista aérea do campo, (10cm x 15cm), 200_. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	159
199 – Uma foto oficial do G. E. Boa Esperança, (10cm x 15cm), 2003. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	159
200, 201 – Emas e crianças no campo, (10cm x 15cm), 2002. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	160
202, 203 – Enchente no campo, (10cm x 15cm), 2001. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	160
204, 205 – Geada no campo, (10cm x 15cm), 2000. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	161

206, 207 – Enchente no campo, (10cm x 15cm), 1999. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	162
208 – Geada no campo, (10cm x 15cm), 1998. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	162
209 – Time mirim do G. E. Boa Esperança, (10cm x 10cm), 1996. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	163
210, 211 – Torcida do G. E. Boa Esperança, (10cm x 15cm), 1994. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	164
212, 213 – Time campeão do G. E. Boa Esperança, (10cm x 15cm), 1994. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	165
214 – O campo como local de encontro, (10,2cm x 14,5cm), 1990-91. Fonte - Acervo Nelda Schmidt Schäfer.	165
215 – O campo e a Prinsul, (10cm x 13cm), 198_. Fonte - Acervo Carmen Westendorff Ferrari.	166
216 – O campo de futebol, (8,8cm x 12,5cm), 1976. Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	167
217 – O lago da Olaria H.G, (7,5cm x 12cm), 1954. Foto Maria Lucy Adamoli Gruppelli. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.	168
218 – O lago e a Olaria H.G, (8,5 cm x 6 cm), 194_. Fonte - Silvana Gruppelli Ferrari.	169
219 – Quando o lago transbordou, (6cm x 8,8cm), 1932. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	170
220, 221 – O lago como cenário, (4,2cm x 6,3cm), (8,8cm x 6cm), 193_. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	171
 3.6. O Cemitério	
222 – Cemitério da Colônia Municipal, novembro de 2007. Foto da autora, acervo particular.	174
223 – Formas e cores do Cemitério da Colônia Municipal, novembro de 2007. Foto da autora, acervo particular.	175
224 – Presente e passado, novembro de 2007. Foto da autora, acervo particular.	176
225 – Flores sobre lápides, novembro de 2007. Foto da autora, acervo particular.	176
226 – Cruz, símbolo cristão, sobre as lápides, novembro de 2007. Foto da autora, acervo particular.	177
227 – Monumentos ao ar livre, (10cm x 15cm),1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	178
228 – Túmulos, lado a lado, (10cm x 15cm), 1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	178

229, 230 – Dois túmulos, (15cm x 10cm),1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	179
231 – Lápide em louça, (10cm x 15cm),1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	180
232 – Lápides em mármore, (10cm x 15cm),1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	181
233 – O cemitério na paisagem, detalhe, 1966. Foto Nelcy Kohlrausch - Fonte – Acervo Maria Francisca Knopp Kohlrausch.	182

CAPÍTULO IV

4.1. Cerâmica Bella Gres

234 – Prédio da antiga Bella Gres, lateral oeste, 2007. Foto Ângelo Kohls Gruppelli. Acervo Família Gruppelli.	186
235, 236 – Prédio da antiga Bella Gres, vista da estrada, 2007. Foto da autora, acervo particular.	186
237, 238 – Anúncios, demarcações da área Bella Gres, vista da estrada, 2007. Foto da autora, acervo particular.	187
239, 240 – Os sinais do abandono no prédio Bella Gres, 2007. Foto da autora, acervo particular.	187
241, 242 – Festa de final de ano, Cerâmica Bella Gres, (10cm x 15cm), (24cm x 18cm), 2001. Fonte - Acervo Arno Pieper.	188
243, 244 – Formas inseridas na paisagem pela Cerâmica Bella Gres, (10cm x 15cm), 2001. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	189
245, 246 – As formas na paisagem, (10cm x 15cm), 2001. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	189
247, 248 – As áreas abertas da Cerâmica Bella Gres, (10cm x 15cm), 1998-1999. Fonte - Acervo Família Santo Ireneo Domingues.	190
249, 250, 251 – Visita das autoridades, (10cm x 15cm),1997. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	191
252 – Imagem de satélite mostrando os lagos de decantação da antiga Prinsul, 2008. Fonte – http://www.baixaki.com.br/download/google-earth.htm	192
253 – Vista Aérea, representação gráfica, lagos da Prinsul, (10cm, 15cm), 2002. Autor Denismar Domingues (10 anos), acervo particular.	193
254, 255 – Lagos criados pela antiga Prinsul, vista norte, 2009. Foto da autora, acervo particular.	193
256, 257 – Lagos criados pela antiga Prinsul, vista sudoeste e sul, 2009. Foto da autora, acervo particular.	194
258, 259 – Represa e ponte criadas pela Prinsul, 2009. Foto da autora, acervo particular.	195

260, 261 – Os lagos como cenário fotográfico, (10cm x 15cm), 2002. Fonte - Acervo Família de Santo Ireno Domingues.	195
262 – Vista frontal e lateral, Indústria de Conservas Prinsul Ltda., (8,8cm x 12,5cm), 1976. Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	196
263, 264 – Pátio interno, Indústria de Conservas Prinsul Ltda., (8,8cm x 12,5cm), 1976. Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	197
265, 266 – Vista interna da Indústria de Conservas Prinsul Ltda., (8,8cm x 12,5cm), 1976. Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	198
267, 268 – Vista interna da Indústria de Conservas Prinsul Ltda., (8,8cm x 12,5cm), 1975. Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	198
269 – Estação de tratamento d'água, Ind. de Conservas Prinsul Ltda., (8,8cm x 12,5cm), 1975. Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	199
270 – Detalhe, Nota Fiscal de Entrada, compra de lenha, Ind. de Conservas Prinsul,1972. Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	199
271 – Instrumento de produção transformado em elemento decorativo, 2009. Foto da autora, acervo particular.	200
272 – Alojamento de safristas da Prinsul, antiga Olaria HG, (9cm x 11,3cm), 1977. Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.	201
273 – O galpão da Olaria HG como cenário doméstico, (9cm x 8,5cm), 1976. Fonte – Acervo Francisco Rogério Pieper.	201
274, 275 – As instalações da Olaria HG como espaço de lazer, (12cm x 7,5cm), s/d. Fonte - Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	202
276, 277 – As instalações da Olaria HG como lembranças impressas, (7,5cm x 12cm), 1954. Foto Maria Lucy Adamoli Gruppelli. Fonte - Acervo Maria Lucy Adamoli Gruppelli.	203
278 – Secagem de telhas ao ar livre, Olaria HG, (4,2cm x 6,3cm), 193_. Fonte - Acervo Léa Gruppelli.	204
279, 280 – Formas para fabricação de telha tipo francesa, Museu Gruppelli, 2008. Foto da autora, acervo particular.	205
281 – Prensa para modelagem de telha tipo francesa, Paulo Roberto Gruppelli, 2008. Foto da autora, acervo particular.	205
4.2. Propriedade Gruppelli	
282 – Vista aérea da propriedade Gruppelli, (10cm x 15cm), 200_. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	208
283 – Armazém e Restaurante Gruppelli, Fachada, novembro de 2007. Foto Ângelo Gruppelli. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	209
284, 285 – As bandeiras e os amigos, Restaurante e Armazém Gruppelli, 2007, 2009. Foto da autora, acervo particular.	210
286, 287 – Os amigos frente ao Armazém Gruppelli, novembro, 2007, 2008. Foto da autora, acervo particular.	211

288, 289 – Os amigos no interior do Armazém Gruppelli, novembro, 2007. Foto da autora, acervo particular.	212
290 – Armazém Gruppelli, novembro de 2007. Foto Ângelo Kohls Gruppelli. Acervo Família Gruppelli.	213
291, 292 – As informações na fachada, Restaurante e Armazém Gruppelli, 2007. Foto da autora, acervo particular.	213
293, 294 – O salão do Restaurante Gruppelli, novembro, 2007. Foto da autora, acervo particular.	214
295, 296 – Sessão Solene comemorativa aos 125 anos da Colônia Municipal, 2007. Foto Silvana Pieper Gruppelli. Acervo Família Gruppelli.	215
297 – 1º Enduro da Família Costa Doce, Restaurante Gruppelli, (10cm x 15cm), 2002. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	215
298, 299 – Festa Natalina, Restaurante Gruppelli, (15cm x 10cm), (10cmx 15cm), 1998-99. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	216
300, 301 – Enchente no alpendre, Restaurante Gruppelli, (10cmx 15cm), 2001, 1999. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	217
302, 303 – Armazém e Restaurante Gruppelli, (10cmx 15cm), 199_. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	217
304, 305 – Os usos do alpendre, Casa Gruppelli, (15cm x 10cm),1999, (10cmx 15cm),1998. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	218
306, 307 – O interior do Armazém Gruppelli, (10cmx 15cm),1998. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	219
308, 309 – Vistas externas dos prédios da família Gruppelli, (9cmx 12,5cm), 1966. Foto Nelcy Kohlrausch. Fonte - Acervo Maria Francisca Knopp Kohlrausch.	220
310 – Vista interna do salão Gruppelli, (9cmx 12,5cm), 1966. Foto Nelcy Kohlrausch. Fonte - Acervo Maria Francisca Knopp Kohlrausch.	221
311 – Vista dos prédios da família Gruppelli, pintura, óleo s/ madeira, (46cm x 60cm), 1951. Autor Perí Souza. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	222
312 – Vista parcial, prédio principal da família Gruppelli, (6cm x 5,5cm), s/d. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	222
313 – Vista da Casa Comercial Gruppelli, (14cm x 20cm), 193_. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	223
314 - A despedida de Padre Jacó, 1938. Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.	224
315 - Bloco Carnavalesco, Restaurante Gruppelli, (7cm x 11,2cm), 1937. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	224
316, 317 – Cenas do cotidiano frente à Casa Gruppelli, (9,5cm x 6cm), (7cm x 11,5cm), 193_. Fonte – Acervo Museu Gruppelli, Acervo Maria Lucy Adamoli Gruppelli.	225
318, 319 – Cenas do cotidiano frente à Casa Gruppelli, (6cm x 9,5cm), (9,5cm x 6cm),193_. Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	226

320, 321 – Cenas do cotidiano frente à Casa Gruppelli, (9cm x 14cm), (6cm x 8,5cm), 193_.	
Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	227
322, 323 – Cenas comemorativas frente à Casa Gruppelli, (6cm x 9cm), 1932.	
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	227
324 – A enchente junto a Casa Gruppelli, (5,7cm x 8cm), 1932.	
Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	228
325 – Cenas do cotidiano frente à Casa Gruppelli, (7cm x 11,5cm), 1929.	
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	229
326, 327 – Cena de descanso na Casa Gruppelli, (9cm x 14cm), 1928.	
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	229
328 – Um evento (político?) junto a Casa Gruppelli, (27,5cm x 33cm), 192_.	
Foto L. Lanzettas. Fonte – Acervo Rubens Bachini.	231
329 – Vista frontal / lateral oeste, Museu Gruppelli, abril, 2008.	
Foto da autora, acervo particular.	235
330, 331 – Vista lateral leste e sul, Museu Gruppelli, dez, 2008.	
Foto da autora, acervo particular.	235
332, 333 – As atividades no sobrado, março, 2009.	
Foto da autora, acervo particular.	236
334, 335 – Levantamento de dados para elaboração de projeto arquitetônico, março, 2009.	
Foto da autora, acervo particular.	237
336, 337 – Museu Gruppelli, Interior e exterior, apresentado em estudo acadêmico, 2008.	
Foto Diego de Souza Boeno. Fonte – Boeno. Monografia, 2008, p.40, 43	238
338 – Detalhe, Museu Gruppelli, exterior e acervo, em folder cultural, 2008.	
Fonte – Folder História e Cultura em Cada Detalhe, Sistema Municipal de Museus, Pelotas.	239
339, 340 – Registros da transmissão do Museu Gruppelli para o IMP, março, 2008.	
Foto da autora, acervo particular.	239
341, 342, 343, 344 – O Museu Gruppelli, manutenção e acervo, novembro, 2007.	
Foto da autora, acervo particular.	240
345, 346 – As imagens do Museu Gruppelli em banner, 2006.	
XIV e XV Congresso de Iniciação Científica, UFPEL.	
Foto da autora, acervo particular.	241
347 – Recortes nas alturas, 2005.	
Foto Francisca Silva. Fonte - Acervo da autora.	241
348, 349 – Da exposição museal para a artesanal, <i>Labore Haus</i> , 2005.	
Foto Francisca Silva. Fonte - Acervo da autora.	242
350, 351 – As imagens externas do prédio, 2003.	
Foto Cláudia Renck. Fonte - Acervo da autora.	242
352, 353 – As imagens internas do prédio, 2003.	
Foto Cláudia Renck. Fonte - Acervo da autora.	243

354, 355 – Enchente no Museu Gruppelli, (10cm x15 cm), 2001, 1999. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	244
356, 357, 358, 359 – Inauguração do Museu Gruppelli, (10cm x15cm), 1998. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.	245
360, 361 – O prédio e a gastronomia como atrações turísticas, 1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Jornal Diário Popular, Acervo Museu Gruppelli.	247
362 – A reforma do prédio para instalação do museu, (10cm x 15cm),1998. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	244
363 – A organização do acervo para instalação do museu, (10cm x 15cm),1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	248
364, 365 – O espaço antes da instalação do museu, (15cm x 10cm), (10cm x 15cm),1998. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.	248
366 – A hospedaria, residência de professores, (6,5cm x 6,5cm), 1950. Foto Zita Geraldina Natusch. Fonte – Acervo Lea Gruppelli.	249
367 – A recepção de uvas na adega da família Gruppelli, (13,6cm x 8,6cm), 1938. Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.	250
368, 369 – Antes e depois da colheita de uvas, família Gruppelli, (13,6cm x 8,6cm), 1938. Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.	251
370, 371 – A hospedaria, cenário fotográfico de veranistas, (8,8cm x 13,8cm), 193_, e desportistas, (6cm x 9cm), 1932. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	252
372 – O prédio, Villa Silvana, cercado por água, 1932. Fonte – Acervo Lea Gruppelli.	252
4.3. Propriedade Gruppelli Ferrari	
373 – Os prédios Gruppelli Ferrari junto à estrada, margem norte, Localidade Gruppelli, 2009. Fonte – www.baixaki.com.br/download/google-earth.htm	254
374, 375 – Casa Amarela e Marini Motos, 2007. Foto da autora, acervo particular.	255
376 – Chalé, residência Carmen Ferrari Veiga 2009. Foto da autora, acervo particular.	255
377 – Sobrado, residência Silvana Gruppelli Ferrari, 2007. Foto da autora, acervo particular.	255
378 – Agrofer, comércio de ferramentas e implementos agrícolas, 2007. Foto da autora, acervo particular.	
379 – Casa elevada, residência Carmen Westendorff Ferrari, 2009. Foto da autora, acervo particular.	255
380 – Os dois prédios Ferrari Bosembecker, (10cm x 15cm), 2002. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	256

381 – Os dois prédios Ferrari Bosembecker, (10cm x 15cm), 2001. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	257
382, 383 – Os dois prédios Ferrari Bosembecker cercados por água (10cm x 15cm), 1999. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	257
384 – A casa amarela, Ferrari Bosembecker, detalhe, 199_. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	258
385 – Escola, residência Gruppelli Ferrari e galpão, s/d. Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli.	258
386, 387 – A barbearia de Vicente Ferrari, (6,3cm x 9cm), 1930-40. Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.	259
388 – Escola e residência Ferrari durante a enchente, (9cm x 6,3cm), 1932. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	261
389, 390 – Vistas do chalé, frontal e posterior, 2009. Foto da autora, acervo particular.	261
391 – Frente ao sobrado, paradoro de veículos, 2009. Foto da autora, acervo particular.	261
392 – O jardim do sobrado, um espaço comunitário, 2009. Foto da autora, acervo particular.	262
393 – Construção e demolição, (10cm x 15cm), 1999. Foto Paulo Ricardo Gruppelli. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	263
394 – Antiga residência da família Ferrari, (10cm x 15cm), 1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	264
395 – Demolição e antiga residência da família Ferrari, (10cm x 15cm), 1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	265
396 – Ferraria, residência e escola, óleo sobre madeira, (46cm x 58cm), Perí Souza, 1951. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	265
397 – Agrofer, comércio de ferramentas e implementos agrícolas, 2007. Foto da autora, acervo particular.	266
398 – Agrofer e a Escola Municipal Dr. José Brusque, (10cm x 15cm), 2000-2001. Fonte – Acervo Carmen Westendorff Ferrari.	267
399 – E. M. Dr. José Brusque, prof. ^a Maria Lúcia Ceron, (10cm x 15cm), 2001. Fonte – Acervo Maria Lúcia Ceron.	268
400 – A placa de identificação da E. M. Dr. José Brusque no interior da Agrofer, 2009. Foto da autora, acervo particular.	268
401, 402 – A sala de aula, E. M. Dr. José Brusque, espaço de comemoração, (10cm x 15cm), 2001. Fonte – Acervo Maria Lúcia Ceron.	269
403 – A sala de aula, E. M. Dr. José Brusque, (10cm x 15cm), 2001. Fonte – Acervo Carmen Westendorff Ferrari.	269
404 – E. M. Dr. José Brusque, prof. ^a Carmen Westendorff Ferrari, (10cm x 14,5cm), 1994. Fonte – Acervo Carmen Westendorff Ferrari.	270

405 – Vista posterior, E. M. Dr. José Brusque, banheiro, (10cm x 12,5cm), 1994. Fonte – Acervo Carmen Westendorff Ferrari.	271
406 – A posição da E. M. Dr. José Brusque, (10cm x 15cm), 1998. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.	271
407 – Recordação Escolar, Vânia Regina Scherdien Pieper, (20cm x 24cm),1978. Foto Barreto N.C. Fonte – Acervo Arno Pieper.	272
408 – Recordação Escolar, Vera Lucia Scherdien Pieper, (16cm x 23cm), 196_. Foto Arte. Fonte – Acervo Arno Pieper.	272
409 – Recordação Escolar, Wilmar, Neiva e Atmundo Schmidt Schäfer, (11cm x 8cm),1968. Foto Borges. Fonte – Acervo Nelda Schmidt Schäfer.	272
410 – Recordação Escolar, Ernani e Rosa Amélia Scaglione Adamoli, (10cm x 15cm), 1966. Fonte – Acervo Ernani Scaglione Adamoli.	272
411, 412 – Prova de amizade, Iara Oliveira, (4cm x 3cm), 1953. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	273
413, 414 – Uma recordação, Zita Geraldina Natusch, (9cm x 6,3cm), 1952. Foto Carmen Gruppelli Ferrari. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	273
415 – E. M. Dr. José Brusque, (8cm x 5,5cm), 1949. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.	274
416 - Boletim de notas de Maria Marini, Escola 11ª Aula Mixta, (12,5cm x 16cm),1927. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	275
417 – Retrato do Dr. José Brusque, 194_. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.	276
418 – Residência Carmen Westendorff Ferrari, 2009. Foto da autora, acervo particular.	276
419, 420 – Residência Ferrari em construção, (13cm x 8,8cm), 1982, (8,8cm x 11cm), 1981. Fonte – Acervo Carmen Westendorff Ferrari.	277
421 – Vista da estrada, 1938. Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.	278

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se em uma reconstituição da trajetória da “localidade” Gruppelli, situada na Colônia Municipal, 7º Distrito de Pelotas, com ênfase nas antigas propriedades da família Gruppelli, origem do núcleo colonial, e nas instituições de uso coletivo, apontadas pelas fotografias produzidas pelo e sobre os moradores, desde a década de 1920 aos dias de hoje. Este processo se deu através da articulação de três suportes de memória: dois de ordem material-visual, fotografia e lugar, e um de ordem imaterial, a memória propriamente dita, expressa em depoimentos orais.

O interesse por esse universo surgiu como decorrência natural de uma pesquisa anterior, intitulada “Museu Gruppelli: um lugar da memória do 7º Distrito” em que a produção iconográfica investigada apresentava-se como uma expressiva fonte de pesquisa, desconhecida da maioria das pessoas e dos próprios moradores. Uma coleção iconográfica que evidenciava os vínculos espaços-temporais das pessoas e os ambientes da localidade¹.

Essa pesquisa permitiu, além de elaborar um conhecimento prévio, como uma passagem para a comunidade, vislumbrar o potencial imagético existente em outras coleções, aguçando a curiosidade e o interesse pela iconografia colonial. Desse envolvimento com os moradores e a localidade, somado as concepções

¹ Termo comumente usado para Aglomerado em zona rural. De acordo com o IBGE “Localidade é conceituada como sendo todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes.” Apresentado em **Noções Básicas de Cartografia, III - ELEMENTOS DE REPRESENTAÇÃO, 1.4 – LOCALIDADES**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_noco/es/elementos_representacao.html - acesso 25-08-09

teórico-filosóficas e metodológicas proporcionadas pelas disciplinas cursadas no mestrado, definiu-se o arcabouço multidisciplinar que respalda a investigação. Trata-se, pois, de valer-se de vivências na tentativa de reduzir a distância entre o presente e o passado. Uma distância que, segundo Leite (1993, p.45), permanece “entre as imagens e a temática cultural que elas pretendem representar” e, ao mesmo tempo, de compreensão “da utilização e do significado dos fenômenos aparentes”, já que sem isso, “pouco se adianta a respeito daquilo que constitui a imagem”.

Partindo da competência dessas imagens, relacionadas à ambientes, permitirem a identificação, através de uma leitura, das alterações e manutenções conferidas materialmente ao lugar pelos usuários, ao longo do tempo, revelar processos de ocupação formadores da paisagem dessa localidade, surgiu a principal questão que norteou a investigação: Que elementos da produção e da natureza dos ambientes da localidade Gruppelli, situada na Colônia Municipal, 7º Distrito de Pelotas, são revelados pelas fotografias produzidas pelo e sobre os moradores, desde a década de 1920 aos dias de hoje?

Desta questão derivaram-se os seguintes questionamentos: Que lugares surgem nas imagens como partícipes de vivências? Quais os usos dos lugares, referendados pelas imagens? Que alterações podem ser identificadas através de conjuntos de imagens relacionadas a ambientes, naturais ou edificados, nesta Localidade? De que maneira se podem analisar as transformações no tempo e no espaço apresentadas pela fotografia?

Com base nesses questionamentos foi estabelecido o objetivo principal da pesquisa: Investigar e reconstruir os processos de produção e natureza de lugares na localidade Gruppelli, situada na Colônia Municipal, 7º Distrito de Pelotas, revelados pela fotografia produzida pela e sobre a comunidade ao longo do tempo.

Sendo os objetivos específicos assim definidos:

- Identificar os lugares vivenciados apontados pelas imagens.
- Identificar os usos dos lugares referendados pelas imagens.
- Identificar as alterações dos lugares na Localidade, reveladas pelas imagens.
- Construir categorias de análises para as transformações, temporais e espaciais, apresentadas pela fotografia.

A partir desses objetivos a pesquisa estabeleceu como delimitação espacial a área ocupada pelas antigas propriedades da família Gruppelli, adquiridas

na Colônia Municipal, em 1905, bem como as instituições de uso coletivo, aí instaladas, expostas pelas fotografias do final da década de 1920 até o presente. Pois, foi a partir das atividades articuladas por essas propriedades que o núcleo nasceu, se desenvolveu e participa no presente.

Considerando o objetivo de investigação e reconstrução dos processos de produção e natureza de ambientes na localidade Gruppelli através da fotografia produzida ao longo do tempo, esta pesquisa se configura em um estudo de caso, valendo-se de uma abordagem qualitativa.

É um estudo de caso por focar uma situação particularizada, geográfica e temporal, que possibilita a existência de “uma indagação em profundidade que possa ser tomada como exemplar” (SANTAELLA, 2003, p.145) e também por concentrar-se “na observação detalhada de um contexto” (MERRIAM, *apud* BOGDAN e BIKLEN 1994, p.89). A opção pelo estudo de caso deu-se também pela possibilidade da utilização da linguagem visual que permite a descrição de situações reais.

É qualitativa pelas seguintes razões: possui o ambiente natural como fonte direta de dados; tem o pesquisador como seu principal instrumento; supõe o contato direto e prolongado com o ambiente investigado. Ou seja, apóia-se no pressuposto da interdependência entre o objeto da pesquisa e a subjetividade do pesquisador, o que provoca, conseqüentemente, a retirada do objeto de sua neutralidade e a promoção do pesquisador em “parte integrante do processo de conhecimento, atribuindo significados àquilo que pesquisa” (SANTAELLA, 2003, p.143). Trata-se então, de uma abordagem que anunciando suas pretensões, denuncia suas próprias restrições quanto “as significações que estão contidas nos atos e práticas” (SANTAELLA, 2003, p.145).

De outro modo esta pesquisa pode ser considerada como documental, histórica e empírica. Estas especificidades decorrem tanto do objetivo, da sistemática como das fontes, podendo assim ser entendidas: a) pesquisa documental, por examinar documentos visuais “a fim de poder comparar usos e costumes, tendências, diferenças etc” (SANTAELLA, 2003, p.145); b) pesquisa histórica, pelas imagens exporem (técnica e visualmente) o contexto original²

² “Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de comunicação – deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais” (Hall, 2003, p.70)

permitindo uma reconstrução do passado e a percepção das “linhas de força que movem os acontecimentos” (SANTAELLA, 2003, p.145); c) pesquisa empírica por manipular “fatos e dados” na tentativa de “traduzir os resultados em dimensões mensuráveis” (SANTAELLA, 2003, p.146).

O conjunto de fotografias apresentado nesta pesquisa foi definido a partir do material encontrado em acervos particulares e institucionais, independente de origem, propriedade e objetivo. Foi considerada fonte de pesquisa toda imagem que apresentasse algum registro visual da localidade Gruppelli.

A coleta de imagens foi norteadada pelos próprios fatores que incidem nos processos de produção e natureza dos ambientes, ou seja, foram coletadas imagens que referendassem visualmente lugares e seus usos, incluindo, portanto, além de construções, pessoas, animais e veículos, o entorno natural ou produzido, eventos sociais, religiosos e esportivos.

As imagens coletadas foram organizadas a partir dos lugares referendados visualmente, independente de origem e/ou acervo. Em seguida foram agrupadas com base nos espaços enfocados, seja figura (objeto em destaque) ou fundo (cenário), e ordenadas cronologicamente. Esta ordenação serviu como roteiro para observação, análise e interpretação dos dados expostos.

A partir dessa sistematização foi possível comparar as imagens selecionadas com as imagens produzidas no decorrer da pesquisa. Foi através dessa comparação que se tornou possível identificar o quê e em que estado de conservação o passado material foi preservado, assim como as inovações adquiridas. Desse modo também surgiram os indicativos de usos atribuídos (social, religioso, produtivo, etc.) e de funções realizadas (residencial, comunitária, etc.) ao longo do tempo.

Após esses procedimentos as imagens, organizadas cronologicamente, foram apresentadas aos membros da família Gruppelli, moradores na localidade, obtendo através de depoimentos orais, informações que não podem ser detectadas apenas pelas imagens. Esta estratégia visou atrair o interesse para as questões propostas pelas próprias imagens. Esta etapa foi realizada com base nas questões suscitadas pelas imagens: surgimento ou desaparecimento de elementos materiais, presença de pessoa e eventos, etc. Como

cada ambiente tem suas especificidades foram as próprias imagens relativas ao ambiente que orientaram os relatos.

Com essa gama de dados extra-imagens e as imagens foi possível proceder ao entrelaçamento de conteúdos que conduziu essa reconstrução dos processos de produção e natureza de lugares na localidade Gruppelli. Uma reconstrução que não pretende ser conclusiva, já que a própria dinâmica do ser humano não se restringe aos limites temporais dessa pesquisa, mas, de alguma forma, possibilitará um conhecimento parcial para o pesquisador e um, talvez, reconhecimento da Localidade pelos seus moradores.

A relevância dessa pesquisa reside, sobretudo, em privilegiar, através da própria produção fotográfica, a identidade peculiar deste núcleo geográfico que, por mais de um século, tem preservado algumas de suas características oriundas do processo de povoamento.

A apresentação deste trabalho está organizada em quatro partes, assim constituída:

No capítulo I - **RIO GRANDE DO SUL, DA PLANÍCIE À SERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SOLO** - como o próprio título anuncia encontra-se a identificação dos processos de ocupação de terras no Estado, no município de Pelotas, na Colônia Municipal e na localidade Gruppelli.

O capítulo II - **PAISAGEM, MEMÓRIA DO ESPAÇO: O LUGAR DA FOTOGRAFIA NO LUGAR** – apresenta os referenciais teóricos que embasaram o processo de leitura de imagens bem como o método desenvolvido.

Já o capítulo III – **OS LUGARES REVELADOS: OS ESPAÇOS DE USO COLETIVO** - destaca as trajetórias de espaços na localidade Gruppelli que, ao longo do tempo investigado, têm sido usufruídos coletivamente, independentes do tipo de propriedade.

O capítulo IV – **OS LUGARES REVELADOS: OS ESPAÇOS PRIVADOS** – enfatiza a trajetória das propriedades da família Gruppelli que, pelas múltiplas atividades, acabaram definindo a própria identidade da localidade Gruppelli.

Por fim, as considerações finais. A busca pela identificação de transformações nessa localidade, através da fotografia, revelou não apenas a dinâmica do lugar como a relevância desse patrimônio cultural registrado.

CAPITULO I

RIO GRANDE DO SUL, DA PLANÍCIE À SERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SOLO.

A ocupação do estado do Rio Grande do Sul se deu a partir de dois processos bastante diferenciados: estrutural, temporal, geográfico e humano. A existência dessa duplicidade está relacionada tanto à sua posição periférica no mapa do Brasil quanto à sua própria natureza topográfica.

O estado do Rio Grande do Sul pode ser dividido, geograficamente, em duas partes distintas, cuja linha divisória coincide, mais ou menos, com o paralelo 30.º, latitude sul. Esta dicotomia, de ordem topográfica, foi decisiva tanto no processo de ocupação do solo como geradora de configurações sociais, econômicas e culturais que ainda se encontram evidentes, constituindo hoje as duas metades que compõem o estado (Figura 1).

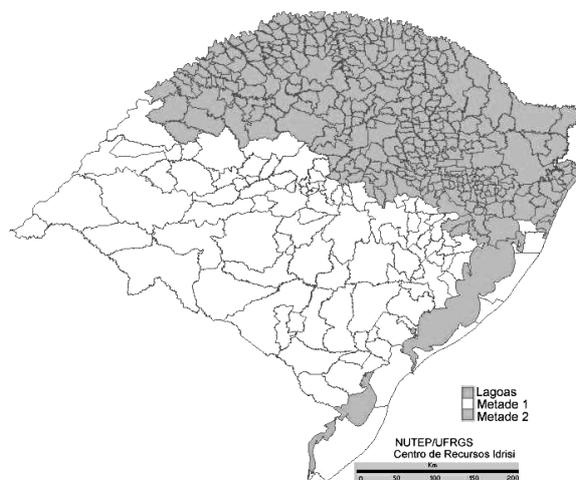


Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul, apresentando as duas metades
Fonte - <http://nutep.adm.ufrgs.br/mapas/metades.jpg>.

Estas partes norte, região serrana e sul, região das planícies, foram caracterizadas por Singer (1977, p.143) como sendo a primeira

constituída principalmente por áreas elevadas, relevo acidentado (embora também possua campo), revestido por matas. A segunda é notadamente mais plana (principalmente a Zona da Campanha, que cobre mais de 50% de sua área), possuindo vegetação de campos em grande parte de sua superfície.

Em finais do século XIX, o Rio Grande do Sul apresentava duas formas distintas de produção que, de acordo com Lagemann (1985, p.19), se caracterizavam por: “A pecuária nas áreas dos campos nativos; e a agrícola, na região das matas, ao longo dos rios e encostas dos vales”. De um lado a pecuária, a forma de produção mais antiga, resultante direta do sistema de defesa promovido pela Coroa Portuguesa que concedia grandes extensões de terra “em troca de eventuais serviços na defesa contra as incursões castelhanas provindas da região do Prata” (LAGEMANN, 1985, p.20). De outro, a economia colonial, articulada numa primeira fase pelo governo imperial, visando tanto à ocupação de áreas não aproveitadas pela pecuária como o abastecimento dos núcleos urbanos. Uma solução que necessitou da importação de agricultores europeus.

1.1 A planície, 1ª Fase

A primeira fase teve início com “Os primeiros títulos de sesmarias, entregues a partir de 1733” (ROCHE, 1969, p.23). Era uma estratégia do governo português que serviu para dar posse as terras que antes eram devolutas, mas que não chegou a incentivar, efetivamente, a ocupação do território. Uma vez que essas terras, por serem extensas, “entre 10.000 e 13.000 hectares” (GUTIERREZ, 1999, p.47), de um único proprietário e utilizadas, na maioria das vezes, para a pecuária, onde “10.000 cabeças de gado vacum eram criadas apenas por um capataz e dez peões” (SINGER, 1977, p.153), não requeriam um aumento populacional. Tratava-se, então, de áreas planas, de fácil acesso e que fornecia à Coroa certa garantia da posse do gado e do território, já que essas imensas glebas eram concedidas “pelo vice-rei, governador do Rio de Janeiro e depois confirmada pelo Conselho Ultramarino, em Portugal” (GUTIERREZ, 1999, p.47).

Dentre essas áreas planas que esteve na mira da Coroa Portuguesa, se encontra a planície costeira que, a partir de 1732, teve terras “ocupadas pelos militares portugueses” (GUTIERREZ, 1999, p.54). Algumas dessas terras, entre 1777 e 1780, acabaram se transformando em pequenos vilarejos que serviam “de centros administrativos e religiosos a pequenos territórios de fronteira povoados de criadores-milicianos” (ROCHE, 1969, p.24). Entre esse tipo de povoamento encontra-se Rio Grande de São Pedro, atual município de Rio Grande, que em 1751 já havia se sido elevado à condição de Vila¹ e Pelotas que no ano de 1780 iniciou o seu povoamento.

Esta estratégia de instituições militares focalizadas e sesmarias espalhadas, apesar de estabelecer os pontos de partida para o poder econômico e social no Rio Grande do Sul, pouco contribuiu para o aumento da densidade populacional. Pois, ocupando, basicamente, a planície, ou seja, o sul do Estado apresentava até a primeira metade do século XIX uma paisagem onde o homem pouco havia interferido, o que se constata na descrição de Roche (1969, p.25).

os raros centros urbanos, ainda embrionários, ficavam separados por imensas extensões de campos, onde o homem não construía senão abrigos precários e não deixara outra pegada que a dos cascos de seu cavalo.

Esses embriões urbanos acabaram por se desenvolver ao longo do século XIX e XX, se tornaram cidades, mas as grandes extensões de campo ainda integram a paisagem do sul do Estado: a metade sul do mapa (Figura 2).



Figura 2
Cartão Postal, (10cm x 15cm), 1948.
Mercado Público (1864), Rio Grande.
Fonte - Acervo Marli Quevedo

¹ Sobre a formação de este município consultar o site <http://www.riograndevirtual.com.br/cidade/historia/index.html> - acesso 22-01-09

Esse processo de ocupação envolveu apenas portugueses, brasileiros e luso-brasileiros, pois, de acordo com Betemps e Vieira (2008, p.5)

Antes de 1822 o Brasil não recebia estrangeiro, apenas os súditos do rei português tinham permissão de vir ocupar e trabalhar nas terras. Os estrangeiros eram raros e a maioria era apenas viajante de passagem.

1.2 A serra, 2ª Fase

A segunda fase, diferentemente da primeira, teve como alvo principal a região serrana e a introdução de estrangeiros.

Como os latifúndios, gerados pela primeira fase, necessitassem de pouca mão-de-obra e valerem-se do sistema escravocrata vigente, acabaram por formar uma combinação que, para Singer (1977, p.155), era “incapaz de desenvolver”. Faziam-se, então, necessárias medidas inovadoras que permitissem o país fazer frente ao capitalismo que se alastrava pelo mundo e tornava a Europa o seu centro de irradiação. Era preciso um mecanismo que, ao mesmo tempo, contribuísse para a participação do Brasil no mercado externo e reduzisse as desvantagens, econômica e social, frente aos países não escravocratas. Surgindo, então, um programa baseado na agricultura de pequenos proprietários, que proporcionasse: 1) lastro social; 2) maior densidade demográfica; 3) ocupação do solo (estratégia militar); 4) contraposição à escravatura. Questões essas que acabaram por redefinir a dimensão das propriedades, que de sesmaria e data² passa para lote; o modo de obtenção da terra, de doação para compra; o tipo de ocupação, de pecuária extensiva para agricultura; o sistema de trabalho, de mão-de-obra escrava para trabalhador livre. Foi montada uma estratégia que permitisse gerar o abastecimento agrícola do Estado e, conseqüentemente, incrementasse o desenvolvimento urbano.

Esta nova forma de organização espacial proposta pelo Império favoreceu não apenas o fracionamento do solo, como era desejado, como propiciou “o surgimento de inúmeros pólos culturais, cujos núcleos de aglutinação eram fundamentalmente a capela e a escola” (TAMBARA, 1995, p.298).

² Em meados do século XVIII, as datas destinadas à agricultura “deviam medir 1.500 braças, um quarto de légua, isto é, aproximadamente 272 hectares.” (GUTIERREZ, 1999, p.55)

Através desse sistema que contava "com a instalação do trabalho livre, o regime da pequena propriedade, a agricultura subsidiária, a mão de obra branca" (HEREDIA, 2001)³ o governo imperial pode ocupar, efetivamente, as terras do Rio Grande do Sul e assegurar a hegemonia nas regiões de fronteira.

Este processo que ficou conhecido no Rio Grande do Sul como colonização, envolveu tanto a migração (interna) como a imigração (externa), articulou a compra e venda de lotes rurais de dimensões reduzidas chamado de "colônia"⁴. Tendo sua implantação prioritária, em áreas circundantes a cidades e povoados e, posterior, em regiões elevadas não ocupadas pela pecuária, sendo realizado através da importação, em larga escala, de agricultores europeus. Foi através desses agricultores, transformados em colonos, que "regiões, até então desertas, foram exploradas" (ROCHE, 1969, p.2). A imagem, a seguir, é um registro da participação dessa mão-de-obra na construção, em 1929, de uma ponte na Colônia Progresso, atual 10º Distrito de Pelotas (Figura 3).



Figura 3 – Construção de ponte na Colônia Progresso, (21,5cm x 27cm), 10º Distrito, Pelotas, RS, 1929. Fonte - Acervo Arno Pieper

Este processo embora tenha sido articulado pelos governos imperial e provincial não recebeu destes o devido cuidado, pois em 1881 o Presidente da

³ Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-10.htm> - acesso 12-08-2008

⁴ "Este nome designa o conjunto destes lotes, bem como as áreas que os abrigam" (BETEMPS e VIEIRA (2008, p.2)

Província, Henrique A'vila, aponta em seu relatório⁵ as principais causas que dificultaram o seu desenvolvimento. Sendo elas assim citadas (A'VILA, 1881, p.43-44)⁶:

O malogro dos nossos ensaios sobre colonisação provêm de varias causas, das quaes as principaes são as seguintes:

O governo em matéria de colonisação se tem guiado por um princípio illusorio, uma falsa economia que não resiste ao menor exame.

Tem estabelecido os centros coloniaes em terras devolutas pertencentes ao Estado, as quaes em geral são situadas em desertos, em regiões longiquas, onde faltam todos os recurso de que carecem os colonos para as suas primeiras necessidade.

O governo da metropole pela imprevidência com que durante o nosso regimen colonial procedeu na distribuição de terras, a avidez com que os nossos antepassados se apoderaram de vastos territórios que não podiam cultivar e a largueza com que foram concedidas essas terras, que presentemente seriam as mais aptas para a colonisação, eis a primeira causa geral das dificuldades com que temos lutado em materia de colonisação.

Outro fator que contribuiu refreando a implantação desse processo no Rio Grande do Sul foi o temor, que ainda persistia, à concentração de estrangeiros no país, como consta nesse mesmo relatório (A'VILA, 1881, p.44): “O receio de grandes aglomerações de estrangeiros no imperio tem sido um erro que grandemente tem embaraçado a colonisação entre nós.”

Na tentativa de amenizar esses entraves a própria presidência da província passou a adquirir terras que fossem “apropriadas à colonisação, nas condições estabelecidas na lei nº 1259 de 21 de Junho de 1880, art. 5º § 12” (A'VILA, 1881, p.44). Terras “magníficas” que foram destinadas a ampliação dos núcleos colônias mais importantes. Dessa forma foram “collocados os novos núcleos em terras ribeirinhas, ou nas proximidades dos portos de embarque” (A'VILA,1881, p.44). Uma medida que servia tanto para reduzir despesas (alojamento, deslocamento e demarcação de lotes) como prometia o reembolso, mais ágil e seguro, do capital investido, já que a “rápida prosperidade” desses colonos permitiria que o valor dessas terras fosse “mais promptamente coberto e reembolçado pelos proprios colonos” (A'VILA, 1881, p.44).

A aquisição dessas terras melhor localizadas, por parte do governo provincial, não só permitiu a ocupação de regiões ainda não colonizadas como estimulou a participação da iniciativa privada que até então era pouco expressiva.

⁵ Nesse e demais textos inseridos nessa pesquisa foi mantida a grafia original.

⁶ Disponível em: <http://www.crl.edu/content/provopen.htm> - Acesso 24/01/2009.

Dessa forma, as regiões da planície que ainda se mantinham fortemente atreladas ao processo anterior, de grandes áreas, baixa produtividade e população reduzida, começam a sofrer grandes alterações. Como ocorreu na região de Pelotas em que diversos herdeiros de antigas sesmarias transformaram suas glebas em lotes reticulados, que deveriam medir “300,000 metros quadrados, correspondentes a 300 metros de frente e 1,000 metros de fundo”, conforme anunciava o Jornal A Discussão, em 22 de agosto de 1882, p.2, referindo-se a lei provincial em vigor. Outros herdeiros preferiram transformar suas glebas, ociosas ou pouco lucrativas, em capital financeiro, revendendo aos investidores coloniais, privados e públicos, grandes frações de terra.

Foi posto em ação todo um conjunto de medidas que, visando intensificar o desenvolvimento do Estado, apostava na introdução de culturas agrícolas que se mostrariam rentáveis assim que fossem “cultivadas com actividade” por essa “população mais numerosa e mais densa”. Uma perspectiva que de tão auspiciosa levou, em 1888, o Vice-Presidente da Província, Sr. barão de Santa Thecla (1888, p.19) a acreditar que “a maior parte das mattas das serras dos Tapes e do Herval” se ligariam,

sem soluções de continuidade, os grandes núcleos de colonização que já existem na Serra do Mar e Geral e que agora se vão estendendo às mattas da Serra de S. Martinho nas fertilíssimas terras que bordam o rio Jaguary.

Essa confiança no sucesso da colonização foi uma crença que presidentes e vice-presidentes da província deixaram registradas em seus relatórios como o fez o Presidente Henrique A'vila, em 1881, p. 46.

Só grandes benefícios tem trazido a esta província a colonização e muito maiores ainda della esperamos.
Porto Alegre e o norte da província ostentão hoje um futuro grandioso devido à colonização.

Este processo de povoamento, devido a sua potencialidade econômica, acabou se tornando um atrativo para empreendimentos desde os múltiplos escalões do governo imperial à iniciativa privada. Este segundo poder econômico era, em final do século XIX, constituído pelos proprietários de terras, criadores, agricultores e comerciantes, integrantes das associações comerciais de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Ou seja, eram essas as classes econômicas que, por serem na época, as que “mais activamente cooperam na produção e

circulação da riqueza, e por isso mesmo mais interessadas na organização do trabalho” (BARROS, 1885, p.168), foram convidadas, em 1885, pelo Presidente Albuquerque Barros, a “coadjuvar as nobres aspirações da Província”. Uma possibilidade de reafirmação do patriotismo dessas associações, que antes já haviam fornecido “tão eloqüentes provas” e, por isso, não recusaria suas participações neste serviço.

Esta convocação oficial soou em Pelotas como um estímulo para a intensificação dos investimentos privados que desde 1866 vinham sendo articulados por essas classes econômicas e que se prolongaram até 1893, respondendo pela grande maioria das colônias criadas neste município. Dos 61 núcleos coloniais identificados no município de Pelotas, último quartel do século XIX, pelo historiador Hallal dos Anjos (2000), apenas 4 foram criados pelo poder público, restando os demais à iniciativa privada.

Coincidência, ou não, coube ao ano de 1885⁷ o maior número de implantação de colônias em Pelotas, conforme se pode constatar no Gráfico 1, a seguir.

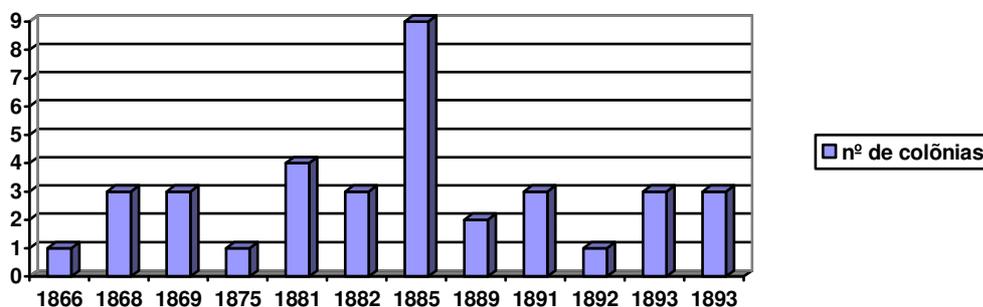


Gráfico 1 - fundação de colônias / ano – Pelotas/RS (1866-1893).
Fonte – Elaborado pela autora a partir de Hallal dos Anjos (2000).

Mais importante que a criação de colônias, seja pelo governo ou pela iniciativa particular, foi o trabalho desenvolvido em terras virgens por “algumas dezenas de milhares de homens” que proporcionou tanto “a conquista, por seus descendentes, de extensões cada vez maiores” (ROCHE, 1969, p.2) como a aceleração do desenvolvimento que, como consequência, produziu “uma nova fisionomia no processo de urbanização do Estado (Machado, 2003).

⁷ O relatório do Presidente Albuquerque Barros foi apresentado em 19 de setembro de 1885, portanto, quase em final de ano. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/provopen.htm> - Acesso 24/01/2009.

1.2 O município de Pelotas, de planícies e elevações.

O município de Pelotas localizado na metade sul do Rio Grande do Sul, integrando a região da Encosta do Sudeste, apresenta uma configuração topográfica semelhante a do Estado, com planícies e elevações, formando “duas grandes paisagens: a serrana e a planície” (ANJOS, 2000, p.27).

Essa dicotomia topográfica que foi decisiva no processo de ocupação do solo no Rio Grande do Sul também serviu como diferenciador na ocupação de áreas no município de Pelotas. Enquanto as áreas planas foram tomadas pelos pioneiros, desde a divisão de sesmarias, as terras altas que não haviam sido ocupadas por atividades pastoris, se mantiveram até meados do século XIX, praticamente ociosas e pouco habitada, ainda que potencialmente produtivas.

O sistema de ocupação do solo que se valia de terras devoluta e/ou improdutivas, implantado no Estado, desde 1824, também foi adotado por Pelotas para o povoamento e, conseqüente, desenvolvimento de suas terras altas, situadas na Serra dos Tapes. Uma vasta fração de solo que serviu para a implantação do sistema de colônias e que envolveu, além de múltiplos escalões governamentais, empreendimentos particulares. Um negócio rentável que fez com que proprietários rurais e charqueadores apostassem seus capitais (terra e dinheiro) na acomodação, em pequenos lotes, de colonos: a mão-de-obra importada de outras terras.

Um grande negócio que teve como resultante, além da ampliação da sociedade pelotense, a transformação da paisagem rural do município, redefinida a partir das culturas agrícolas trazidas pelos imigrantes ali instalados: alemães, italianos, franceses, espanhóis, etc.

Foi executado todo um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais que ainda hoje atua neste espaço, cujas marcas estão expostas desde os campos lavrados, prédios institucionais ou privados, estradas e caminhos de chão batido, pontes de madeira, produtos industriais e artesanais, até nos rostos, ou seja, em todo esse conjunto indissociável de seres humanos e objetos.

1.2.1 A ocupação das terras altas

Embora o fluxo migratório no Estado tenha iniciado em 1824, com a chegada dos primeiros alemães em São Leopoldo, foram necessárias algumas décadas para que Pelotas passasse a receber um número expressivo de imigrantes.

As primeiras tentativas de ocupação na serra dos Tapes, realizadas por entidades governamentais e privadas, não chegaram, por diversos fatores, a alcançar o êxito desejado. O Quadro 1, a seguir, mostra a identificação de tentativas e as áreas destinadas à ocupação:

Ano	Local	Origem	Promoção
1779	Capão do Leão Coxilha do Santo Amor Passo do Valdez (em direção a canguçu)		Distribuição de terras pelo governador Veiga Cabral
1780	Quevedos – Freguesia do Boqueirão	Açores	Império
1850	D. Pedro II - Capão do Leão	Irlanda	Particular
1850	Nova Cambridge - Monte Bonito	Inglaterra	Particular

Quadro 1 – Primeiras colônias no Município de Pelotas – Rio Grande do Sul
Fonte – Elaborado pela autora a partir de Gutierrez (1999, p.280-281)

O efetivo processo de colonização em Pelotas se deu a partir de 1856, quando o alemão Jacob Rheingantz firmou um contrato de colonização com o Governo Imperial, adquirindo “oito léguas quadradas de terras devolutas na Serra dos Tapes, Província do Rio Grande do Sul” (COARACY, 1957, p.38). Em 15 de janeiro de 1858, com a chegada do primeiro grupo de 88 colonos vindos da Alemanha, foi fundada a Colônia de São Lourenço, em terras que na época pertenciam a Pelotas.

Os novos personagens, que chegaram com a intenção de interferir na paisagem do sul, eram alemães que haviam cruzado o Atlântico a bordo do navio holandês Twee Vieden.

Um investimento privado que acabou se consolidando, diferentemente de outras tentativas promovidas por empresas particulares – em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul – que, após enfrentarem anos de dificuldades e problemas de todo gênero, necessitaram “para sobreviver, de ser transferidas à administração e responsabilidade do governo” (COARACY, 1957, p.20).

A partir da consolidação deste empreendimento surgiram novos investimentos que, espalhados na Serra dos Tapes, proporcionaram, até 1890, a comercialização de 1229 lotes, distribuídos em 35 áreas. O Gráfico 2, a seguir, apresenta a evolução deste processo através do número de colônias criadas por Jacob Rheingantz e seus descendentes no período de 1850 a 1890¹.

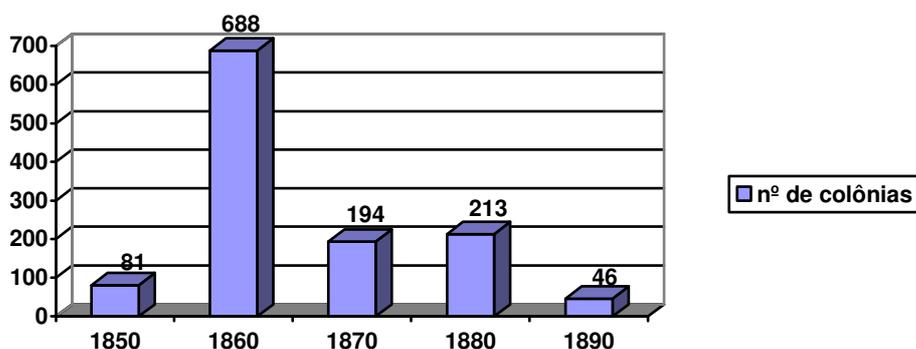


Gráfico 2 – Criação de colônias / década, São Lourenço do Sul, 1850-1890.
Fonte – Elaborada pela autora a partir de Coaracy (1957, p.141-161)

Através deste gráfico podemos observar que na década de 1860 é que foi implantado o maior número de colônias, portanto, duas décadas antes do ápice dos empreendimentos coloniais ocorrido em Pelotas. O que, certamente, serviu de forte estímulo para que esses surgissem. A Figura 4, a seguir, é ilustrativa da consolidação desta colonização, apresentando uma instituição situada na Picada Reserva, fundada em 1862.

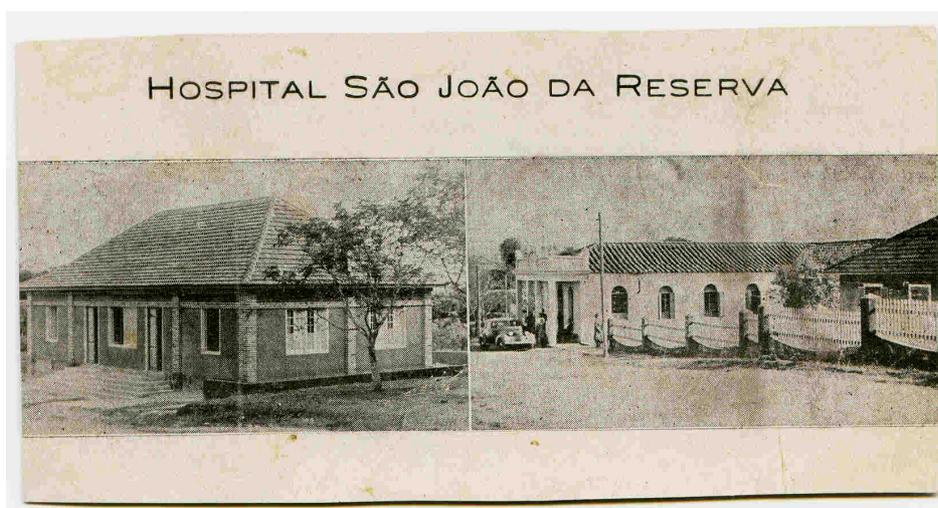


Figura 4 – Impresso do Hospital São João da Reserva (7cm x 13,5cm), São Lourenço do Sul, 195_.
Fonte – Acervo Dóris Brahm dos Santos.

¹ Neste gráfico foram incluídas apenas as colônias que apresentavam a data de criação.

A colônia de São Lourenço acabou se estendendo em direção à cidade de Pelotas. Sendo que as colônias, situadas a partir da região do Arroio Grande, atual município de Turuçu, com a criação do Município de São Lourenço, em 1884, Lei nº 1.449, passaram a denominar-se: Cerrito (1869), Arroio Grande (1881), Progresso (1873), Arroio Bonito, São João e Arroio do Padre². A imagem, a seguir, é ilustrativa da ocupação de terras na Colônia Cerrito (Figura 5).



Figura 5 – Comércio e residência, (8,9cm x 13,5cm), 194_.
Onde o Sr. Alberto Tehchert confere a mercadoria. Colônia Cerrito, Pelotas.
Fonte - Acervo Cláudio Steffnmusberg Dilli

O sucesso da colonização em São Lourenço somado as condições favoráveis, de áreas ociosas e legislação conveniente, foram decisivos para a proliferação de núcleos rurais na Serra dos Tapes, ocorridos na segunda metade do século XIX.

1.2.2 Os empreendimentos coloniais

A implantação efetiva de colônias em Pelotas se dá a partir de 1866. Entre as 61 colônias, relacionadas por Anjos (2000, p.68-73), 45 apresentam os fundadores, entre estes se encontram as 4 colônias criadas pelo poder público: A

² BPP, PELOTAS. *Relatório Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo Intendente Dr. Pedro Luís Osório*. Pelotas: Diário Popular, 1922. p. 42.

Municipal (1882) promovida pela Câmara, e as três fundadas pelo Império (1885): Accioli, Afonso Pena e Maciel.

Com o interesse dos antigos proprietários luso brasileiros, manifestado a partir da segunda metade do século XIX, o fracionamento de terras na Serra dos Tapes se transformou em uma lucrativa especulação imobiliária. Um negócio que possibilitou aos empreendedores privados obterem altos lucros com a comercialização de lotes. Fato que o alemão Carl Otto Ullrich, em final do século XIX, já havia evidenciado em seu documento elaborado para a Associação Central de Geografia e Incremento dos Interesses Alemães no Exterior³. Ao informar o valor dos lotes na Colônia Municipal comercializados pela municipalidade e dos terrenos em colônias particulares acaba apontando os números desta especulação imobiliária. Um negócio que, como vimos anteriormente, fora estimulado pelo governo, servindo para preencher as lacunas deixadas pela sua restrita atuação na região e que acabou sendo aplicado, amplamente, na Serra dos Tapes.

Apesar da alta dos preços, ocorrida entre os anos de 1882 e 1886, a aquisição de terras em colônias particulares ainda era, em 1898, de acordo com Ulrich (1898), um investimento vantajoso aos imigrantes que possuísem algum capital, assim constando:

Embora os preços da terra sejam o dobro em relação à antigamente, isso não quer dizer que seja alguma desvantagem ao imigrante europeu recém-chegado, com recursos monetários em mãos, já que ele tem o câmbio vantajoso a seu favor. Aqui no município de Pelotas, os terrenos sempre foram de preços acessíveis. No ano de 1882 vendiam-se os lotes de mato por R. 800\$000, já em 1886 por R. 1:200\$000.

Através desse documento produzido por Ulrich (1898) é possível comparar os valores os lotes “de 360.000 a 400.000 m²” na Colônia Municipal cujos “preços eram de 300 a 400 mil réis”, com os lotes à venda pelos proprietários particulares, apresentados no Quadro 2, a seguir, onde foram selecionados os terrenos que ofereciam o número de lotes disponíveis, a dimensão dos lotes e o valor vigente.

³ In: http://ich.ufpel.edu.br/ndh/pdf/Instrumento_de_Trabalho_Volume_05.pdf - acesso 26/03/2009

	Terrenos	Nº lotes	Dimensão (1.000 m ²)	Valor (1.000\$000)	Valor médio (réis/ m ²)
1	São Jerônimo	20	300	3	10
2	São Simão	6	(média) 360	2	5,55
3	Vergara	7	200	2	10
4	São Manoel (Três Barros)	16	250-300	2 a 3	9
5	Santa Áurea	(campo) 10	260-300	1,6	5,71
		(mato) 26	260-300	2	7,14
6	Santa Maria	14	300	3	10
7	São Manuel (Dias)	(mato) 4	300	0,4	1,3
8	Terrenos (junto a Santa Silvana)	(mato) 77	242	3,6	14,87
9	Visconde da Graça	(mato) 12	200	2,6	1,3
10	Santa Rita	(mato) 7	242	3,5	14,46
11	Waldeck	(mato) 6	200	2	10
Total		209			99,33
Média			263,54	28,2	9,03

Quadro 2 - Lista de terrenos à venda em final do século XIX na Serra dos Tapes – Pelotas
Fonte – Elaborado pela autora a partir de Ulrich, 1898.

Observando esses dados é possível constatar que o m² de terra oferecido pelos empreendedores particulares variava de 1,3 a 14,87, portanto, bastante superiores aos valores de 1 a 1,2 comercializados na Colônia Municipal pela Câmara de Vereadores. Evidente que os valores propostos pelos particulares levavam em conta, além dos custos, a localização. Ou seja, computavam os benefícios oriundos de outros investimentos, como no caso dos terrenos situados junto a Colônia Santa Silvana, fundada em 1869, ou a proximidade com a cidade, como a Colônia Santa Rita que por distar “de 4 a 5 horas de carroça” de Pelotas potencializava ao máximo a exploração de matos.

O processo de ocupação da Serra dos Tapes acabou sendo um empreendimento colonial promovido, justamente, pelas classes que “mais activamente” cooperavam com a “produção e circulação da riqueza, e por isso mesmo mais interessadas na organização do trabalho”, tal qual pretendia o Presidente da Província Albuquerque Barros (1885, p.168). Uma classe que, formada por charqueadores e proprietários rurais, imigrantes e um comerciante, acabou agenciando em Pelotas: 1) a efetiva ocupação das terras altas, 2) a introdução de novas culturas; 3) a diversidade da produção agrícola para o abastecimento local; 4) o repasse de áreas aquilombadas. O quadro 3, a seguir, mostra o número de núcleos criados e seus promotores.

Promotores		Nº de núcleos
Particulares	Charqueadores e descendentes	22
	Proprietários rurais	21
	Imigrantes e descendentes	16
	Comerciante	1
Poder Público	Imperial	3
	Municipal	1
Total		64

Quadro 3 – Promotores da colonização em Pelotas.

Fonte - Elaborado por Betemps, L. e Vieira, M. a partir da dissertação de FETTER, L., 2002.

Este processo de ocupação das terras altas conseguiu promover um expressivo aumento da população rural e introduzir uma mão-de-obra proveniente de diversos países, como se pode constatar no Gráfico 3, sobre as etnias existentes na zona rural em Pelotas no ano de 1900.

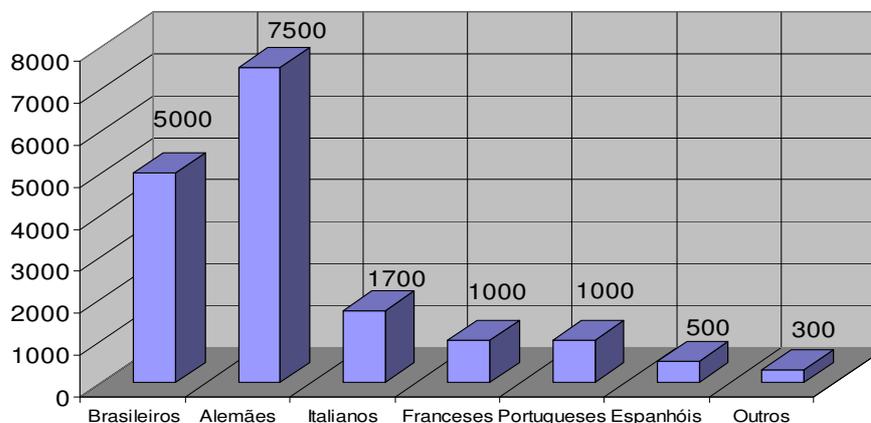


Gráfico 3 - Estimativa Populacional da Zona Rural – 1900

Fonte - Elaborado por Betemps, L. e Vieira, M. a partir da dissertação de FETTER, L., 2002.

Através deste gráfico se pode observar que, em 1900, o número de brasileiros era inferior ao de alemães, e o de portugueses menor que o de italianos. Uma situação bastante diversa da época da instalação, da Câmara de vereadores, em 7 de maio de 1832, quando ainda era Vila de São Francisco de Paula e “A escassa população tinha toda a sua atividade voltada para a indústria lucrativa do charque” (OSÓRIO, 1922, p.162).

Assim o contexto que antes era formado por “portugueses, luso-brasileiros e brasileiros, a civilização que florescia em Pelotas no último quartel do século XIX”, como nos aponta Mario Osório Magalhães⁴, passou aos poucos, a alterar a forma de exploração da terra, pela influência de outras culturas. Assim, os sobrenomes portugueses que figuravam em quase todas as assinaturas passaram a receber novos termos, muitas vezes de difícil pronuncia para os antigos habitantes. Era o começo de um longo e nem sempre tranqüilo processo de integração. As imagens, a seguir, são ilustrativas da participação de imigrantes italianos e alemães, através da criação de instituições sociais e comerciais, em Pelotas (Figuras 6 e 7).



Figura 6 - Membros da sociedade italiana em Pelotas, (18cm x 28cm) s/d.
Fonte - Acervo Mário Schuster.



Figura 7 – Casa Comercial Fiss & Tessmann, (7,8cm x 14,7cm), 1930.
Bairro Três Vendas, Pelotas. Foto Heirinch Feddern.
Acervo Dóris Brahm dos Santos

⁴ Autor do prefácio do livro de Anjos, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do séc.XIX*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2000.

1.3 A Colônia Municipal

Entre as inúmeras colônias criadas na 2ª metade do século XIX em Pelotas encontra-se a única promovida pelo poder público local. Este núcleo, por ter sido fundado pela Câmara de Vereadores, recebeu o nome de Colônia Municipal. Um empreendimento que surgiu da necessidade de acelerar o desenvolvimento e de ampliar a participação no processo de modernização, o que significava trocar os arcaicos modos de produção, típicos da sociedade tradicional, por novos procedimentos: expansão das atividades e diversificação da produção. No caso de Pelotas, implicava também, promover a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre, com competência para a produção e o consumo e, ao mesmo tempo, amenizar em longo prazo, o monopólio exercido pelos senhores da terra: charqueadores e estancieiros. Além dessas vantagens, a instalação pelo poder público de uma colônia na Serra dos Tapes contribuía, efetivamente, com o repasse de áreas problematizadas pela infiltração de quilombos.

A posição geográfica desta colônia, estrategicamente situada em área central no interior do município, surgiu em decorrência de fatores tais como: a) inexistência nos limites do município de áreas devoluta apropriadas à agricultura, o que obrigou o poder local a adquirir glebas de proprietários particulares; b) dentre as áreas examinadas pela Câmara foram selecionadas as que apresentavam extensão, localização e qualidade do solo adequadas a implantação de unidades agrícolas; c) apropriado distanciamento das áreas charqueadoras, restringindo assim, possibilidades de atritos.

1.3.1 O processo de criação

Os preparativos para a criação desta colônia deveriam ter iniciado em 1881, mas de acordo com o relatório do Vice-Presidente Pedro Soares (1881, p.16-17) apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, a autorização para a compra de terras pela Câmara Municipal fora suspensa neste ano, assim constando:

em 9 de março determinei por telegramma á Camara Municipal de Pelotas que sustasse todo e qualquer procedimento sobre a compra de terras n'aquelle município para serem colonisadas, autorisada em janeiro e fevereiro ultimos. Este meu acto submeti á Assembléa Legislativa Provincial.

Esta suspensão acarretou o atraso de um ano, já que a atuação da Câmara Municipal era vinculada a da Assembléia Provincial que, por sua vez, era atrelada ao Governo Imperial. Esta suspensão acabou sendo revogada e, no ano seguinte, a Assembléia Provincial formulou um projeto de lei que permitia à Câmara de Pelotas se valer de “o auxilio de 7% das apólices que emitir até a quantia de 100 contos de Réis para a compra de colonias municipaes na Serra dos Tapes”, conforme anunciava o Jornal Onze de Junho, (20/05/1882, p.2). Uma forma de arrecadação que visava proporcionar aos municípios onde houvesse núcleos coloniais, um lastro para ser aplicado em “melhoramentos”.

A emissão de apólices foi aprovada em inicio de junho de 1882, pela câmara, sendo divulgado na imprensa local o interesse pela compra de terras na Serra dos Tapes. Assim aparecendo no Jornal Onze de Junho, (06/05/1882, p.1):

Camara Municipal – Remetendo a lei n.1386 de 27 de maio ultimo autorisando a camara emittir apólices no valor de 100:000\$ ao juro máximo de 8% para colonias municipaes na serra dos Tapes. – mandou-se publicar e chamar concurrentes á venda dos ditos prazos.

Entre os diversos proprietários de terras na Serra dos Tapes que apresentaram frações de áreas (datas, sesmarias, etc.) para serem adquiridas pela Câmara Municipal encontram-se: Antonio Rodrigues Vaqueiro Filho¹, Capitão Rodrigo Macedo e sua irmã D. Maria Joaquim de Macedo², Antonio Rodrigues de Souza, Família Mendonça, Sr. Dr. Maia, Claro Oliveira, Simão Antonio da Rocha³, João Onofre de Campos, Abel Machado de Campos, Manoel M. das Neves Lobo.

Com base nas ofertas a comissão formada por vereadores e técnicos, depois de avaliar as condições das áreas, decidiu pela aquisição de terras dos “Srs. João Onofre de Campos, Abel Machado de Campos e Vaqueiro” (Onze de Junho, 26/09/1882, p.1).

Neste mês de novembro o Jornal A discussão (22/11/1882, p.2) anunciava os preparativos para a inauguração das “Colonias Municipaes”, assim constando:

¹ Antonio Roiz Vaqueiro Fº. conforme consta em documentação da Câmara Municipal, arquivada na BPP, sob o título Proposta, envelope 13, maço 5, 1882.

² Capitão Rodrigo Macedo e sua irmã D. Joaquina Martins de Macedo, idem.

³ Fundador da Colônia São Simão, em 1883, conforme Anjos (2000, p.70)

Camara Municipal – Deliberou a camara ir em corporação no dia 24 do corrente mez, inaugurar as colonias municipaes da Serra dos Tapes, impossando d'ellas colonos que já se acham n'esta cidade, vindos da colonia S. Feliciano⁴.

A inauguração foi considerada pela imprensa local, como um importante evento político e social, cuja cerimônia fora protagonizada por vereadores, colonos e convidados. De acordo com o jornal A Discussão (27/11/1882, p.2), ocorreu:

No dia 25 do corrente, a 1 hora da tarde, na Serra dos Tapes, margem do Arroio Quilombo, em terras de que foram do Sr. Alferes João Onofre de Campos, a Camara Municipal d'esta cidade inaugurou as colonias decretadas pela lei do orçamento em vigor.

Este mesmo jornal A Discussão (27/11/1882, p.2) informa que na ocasião fora dado “posse a 22 colonos nos lotes já medidos e demarcados” e que, posteriormente, seriam entregues outros tantos, já que havia “cerca de 200 lotes” a serem demarcados e, igual número a ser adquirido. Consta ainda que neste mesmo evento, o Alferes João Onofre de Campos, que vendera terras à Câmara, ofereceu ao município, “gratuitamente terrenos seu, suficientes para a futura edificação da povoação da colônia, e onde se deverão construir casas para escolas, igreja, cemitério e outros misteres da vida colonial.”

Uma inauguração que foi saudada pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul, José Antonio de Souza Lima⁵, em 30 de novembro de 1882, assim constando em sua mensagem, nº 1443⁶: “Acuso o recebimento do telegrama em que essa Camara me dá a agradável noticia de haver sido inaugurado o nucleo colonial da Serra dos Tapes, desejando que tal acontecimento concorra para a prosperidade d'esse municipio.”

Dos duzentos lotes de terras, mencionados na inauguração pelo jornal A Discussão (27/11/1882, p.2), a serem comercializados pela Câmara, apenas a metade teve sua negociação registrada no livro “Entrada dos colonos que

⁴ A “colônia São Feliciano, localizada às margens do rio Camaquã”. Gutierrez (1999, p.282).

⁵ Este Presidente provincial foi empossado em 28/10/1882, integrando a 5ª Diretoria. Disponível em <http://www.crl.edu/content/provopen.htm> - Acesso 24/01/2009.

⁶ Documento arquivado na BPP, Correspondência recebida, 1882, envelope 13, maço 5.

compraram lotes nas Colonias Municipaes”⁷ e no livro “Lançamento dos terrenos de obrigação dos colonos que adquiriram prazos coloniais nas Colonias Municipaes de Pelotas”, ambos iniciados em 1883⁸.

Estes lotes registrados foram distribuídos em seis Picadas identificadas pelos nomes de vereadores, dos quais quatro estiveram presentes na cerimônia de inauguração da Colônia, de acordo com o Jornal A Discussão (27/11/1882, p.2). O Quadro 4 apresenta o número de lotes por linha com os anos da primeira e última venda inaugural.

	Linhas	Nº de lotes	Venda Inaugural
01	Moreira	17	1883 -1892
02	Arruda	05	1882-1883
03	Dr. Abreu	34	1882-1887
04	Dr. Prates	06	1888-1893
05	Maurell	06	1882-1883
06	Viseu	22	1882-1884
	Total	90	

Quadro 4 - Lotes p/ Linha na Colônia Municipal (1882-1893).

Fonte – Elaborado pela autora a partir do “Livro Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colonias Municipaes”, BIC 011e, BPP, 1883.

Com base no ano da comercialização inaugural de cada lote em cada picada foi elaborado o Gráfico 4, expondo o desenvolvimento das vendas na Colônia Municipal e a ordenação ocupacional no período de 1882 a 1893. Neste gráfico foram selecionados apenas os lotes que apresentam o ano da venda inaugural.

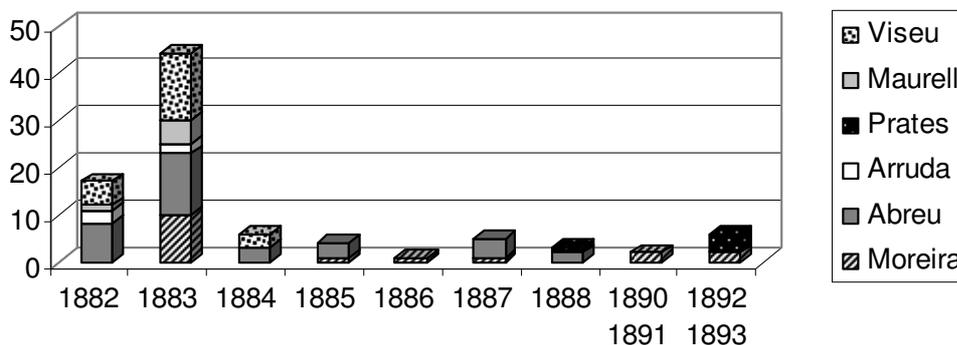


Gráfico 4 - Vendas inaugurais na Colônia Municipal / Picada, 1882-1893.

Fonte – Elaborado pela autora a partir do “Livro Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colonias Municipaes”, BIC 011e, BPP, 1883.

⁷ Este livro possui 100 páginas, sendo as 12 primeiras preenchidas e as demais em branco. Considerando-se o número de páginas pode-se intuir que havia por parte da Câmara Municipal um grande interesse na comercialização de lotes coloniais e que, por alguma razão, não chegou a ser realizado. Os registros efetivados se referem ao período de 1883 a 1892.

⁸ Os dois livros se encontram arquivados na BPP sob os títulos BIC 011e, Bic 012e.

Este gráfico mostra que o ápice de vendas, correspondendo a 50% dos 88 lotes analisados, ocorreu em 1883, e que as Picadas Abreu e Moreira foram as que tiveram o maior número de lotes comercializado, com 13 e 10 lotes vendidos, perfazendo 26% e 20%, respectivamente, dos 50 lotes comercializados nesse ano. No ano de 1882, a maioria dos lotes negociados privilegiou as Picadas Abreu, 8 lotes, e Viseu, 5 lotes vendidos. Nestas duas picadas foram instalados alguns dos colonos vindos da Colônia de São Feliciano, conforme anunciara o Jornal A discussão (22/11/1882, p.2).

Considerando os dados anteriores e o fato da cerimônia de inauguração ter ocorrido em terras que fora do Alferes João Onofre é possível intuir que estas primeiras ocupações tenham ocorrido nessas terras, ou seja, abrigando as Picadas Abreu e Viseu.

Não foi possível localizar as plantas referentes às demarcações de lotes em glebas comercializadas pelo Alferes João Onofre Campos e Abel Machado de Campos. Sendo encontrada apenas a planta relativa à gleba vendida à Câmara, em 1882, pelos herdeiros de Antonio Rodrigues F. Vaqueiro. A imagem, a seguir, mostra um detalhe dessa planta produzida, em novembro de 1882, pelo agrimensor Luiz Wertheimer, depositada no setor de cadastro imobiliário da Secretaria Municipal de Urbanismo de Pelotas (Figura 8).

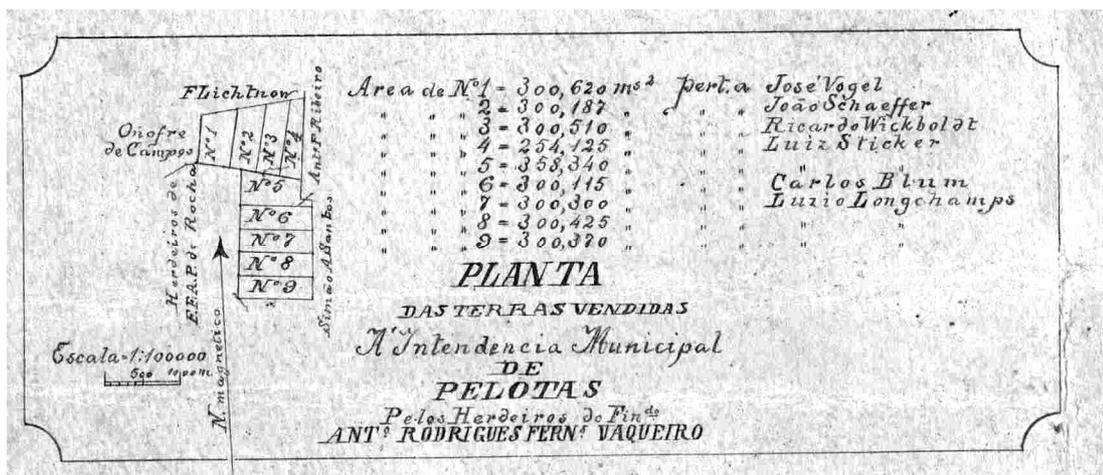


Figura 8 – Detalhe, Planta das terras vendidas à Intendência Municipal de Pelotas pelos Herdeiros de Antonio R. F. Vaqueiro, nov. 1882. Fonte – Secretaria Municipal de Urbanismo, Pelotas.

Dos seis compradores relacionados neste documento dois constam no livro “Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colonias Municipaes” como tendo adquiridos lotes na Picada Maurell, quanto aos demais nada consta. Se os

registros desses dois compradores, João Schaffer e Richard Wichboldt, referem-se aos lotes 2 e 3 desta gleba, significa então, que a Picada Maurell, onde estão inscritos, interligava a colônia Municipal com as terras de F.Lichtnow⁹, situadas ao norte.

Este documento também nos mostra que esta gleba, de nove lotes com aproximadamente 300.000 m² cada, era limitada por terrenos que pertenciam à Simão Antonio dos Santos, à Antonio F. Ribeiro (fundador da Col. Santa Coleta, 1882), ao colono alemão F.Lichtnow, à Onofre de Campos e à Fernando F.A.P. da Rocha.

Quanto aos compradores de lotes o livro “Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colonias Municipaes” nos informa que o número de 93 compradores registrados, inicialmente, fora ampliado para 176, já que alguns lotes, por terem sido abandonados ou revendidos pela Câmara ou pelos próprios colonos, acabaram envolvendo vários compradores. Este mesmo livro, além de dados sobre a forma de pagamento, à vista ou parcelado, algumas anotações sobre a procedência e observações nos caso de abandono, indica a nacionalidade desses compradores envolvidos. O Gráfico 5, a seguir, apresenta as etnias que integravam a Colônia Municipal entre 1882 e 1893.

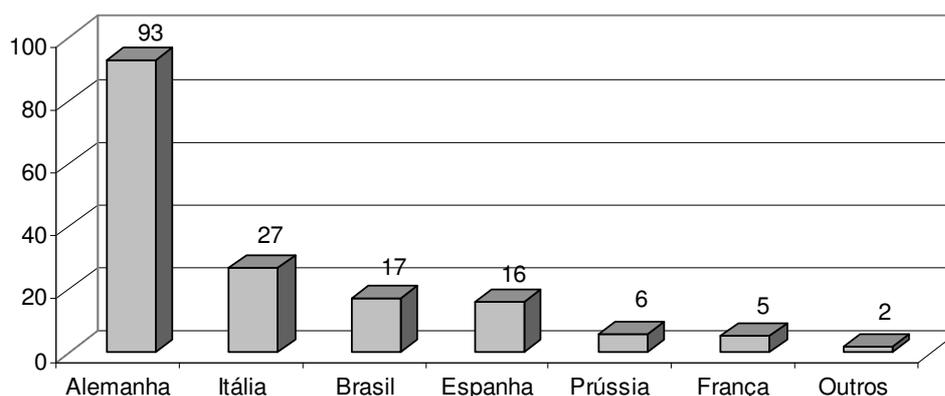


Gráfico 5 – Origem dos compradores de lotes na Colônia Municipal, 1882-1893.
Fonte – Elaborado pela autora a partir do “Livro Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colonias Municipaes”, BIC 011e, BPP, 1883.

Através deste gráfico se pode perceber que a Colônia Municipal despertou o interesse de compradores oriundos de 5 regiões européias, sendo a

⁹ Provavelmente, seja a propriedade da família Lichtnow onde, atualmente, há um serro preservado como reserva ecológica, esclarecimento da autora.

maioria de origem germânica, procedentes da Alemanha e Prússia, perfazendo 57,14% do total. Em segundo lugar, com 15,42%, aparecem os imigrantes italianos.

Em relação aos compradores de nacionalidade brasileira, cabe aqui uma ressalva, em vários casos o comprador era um dos antigos proprietários da gleba, como ocorrera com João Onofre de Campos que comprara vários lotes, tanto da Câmara como de terceiros, e Abel Machado de Campos que adquiriu um lote e, posteriormente, tornou a revender.

1.3.2 Os primeiros tempos

A Colônia Municipal prosperou, apesar de não constar no relatório do Presidente da Província Albuquerque Barros (1885, p.163) como um núcleo criado pelo poder público, entretanto, aparece como existindo um núcleo identificado com o nome do presidente, assim constando: no município de Pelotas, onde já se fundaram quatro núcleos coloniais, situados na serra dos Tapes com os nomes Maciel, Affonso Penna, Albuquerque Barros e Accioli.”¹⁰

Independente deste não reconhecimento oficial a Colônia Municipal se consolidou e, de acordo com Ulrich (1898), sob os “cuidados de um diretor até 1890”, época em que os últimos lotes de 300.000 a 400.000m² foram comercializados. Em final da década de 1890 este núcleo constava no livro “Conselhos aos Emigrantes para o Sul do Brasil” (p. 89 -112) como a seguinte configuração;

Sobre os 100 lotes encontram-se 80 casas com aproximadamente 480 moradores; 14 lares são ocupados por famílias de nacionalidade italiana. O resto da população é alemã. Na picada Viseu encontram-se a escola comunitária alemã, na Picada Morel existe um moinho alemão e na entrada da colônia uma casa comercial alemã.

Este relato confirma que, nessa época, persistia o predomínio de alemães e italianos, bem como a existência de atividades produtivas complementares à agricultura. Atividades essas que são especificadas em outro

¹⁰ A colônia Maciel localiza-se no atual 8º Distrito de Pelotas, Rincão da Cruz, a Colônia Accioli, localizava-se, em 1922, entre a Cascata e o Morro Redondo, a Colônia Afonso Pena situa-se hoje no Município de Morro Redondo.

trecho denominado “Visão geral das colônias no município de Pelotas”, aqui apresentadas de forma esquemática, Quadro 5.

Situação	Nenhum lote de campo devoluto, nenhum lote de mato População – 480 moradores (alemães e 14 famílias italianas) Lares – 80 Estradas – medianas Distância – 7 ½ a 9 léguas de Pelotas Riachos a atravessar – 1 ou 2 Linhas – 4 (Morel, Viseu, Abreu, Dr. Prates)* Prédio do governo – 01 escola (desativada desde 1893)* Cemitério – um comuns a todos*
Atividades	02 casas comerciais (01 alemã e 01 italiana) 01 moinho alemão 01 carpintaria 01 ferraria 01 escola da comunidade alemã
Produção	Milho, feijão, batata-inglesa, banha, tremoço, manteiga, ovos, etc.
* dados constando em outro parágrafo.	

Quadro 5 – Panorama esquemático da Colônia Municipal em final do século XIX.
Fonte – Elaborado pela autora a partir de Ullrich, 1898.

É este mesmo autor Ulrich (1898) que, detalhando o contexto colonial, vai nos informar das intenções da Câmara para o futuro da Colônia Municipal:

Além dos 100 lotes existe uma grande área destinada para a implantação de uma cidade (bastante plana), da qual se vendem somente quadras. Lá já existem uma casa comercial italiana, uma ferraria, um cemitério comum a todos e um prédio da escola do governo; este último está praticamente ruído, porque está em desuso há 5 anos.

Este trecho mostra a intenção da Câmara de implantar, neste ponto geográfico, uma cidade. Ao transformar uma fração de terra em quadras, possivelmente, com dimensões de 100m x 100m, seguindo o padrão adotado em Pelotas, por conseguinte, bastante inferior as dimensões de 300.000m x 1.000.000m dos lotes coloniais, a Câmara estava executando diretrizes de um plano urbanístico. Portanto, havia um plano que, até essa época, estava em vigor.

As quadras mencionadas, provavelmente demarcadas, já abrigavam no final do século XIX, atividades complementares a agricultura¹¹, serviços

¹¹ “sendo a cidade, predominantemente, lugar de atividades não-agrícolas.” (SANTOS, 1988, p.53).

especializados e instituições públicas destinados aos moradores dessa colônia. Observa-se também, que essas quadras estavam situadas em uma “grande área” que, por ser “bastante plana”, favorecia a implantação de um traçado urbano no padrão adotado por Pelotas, que é o mesmo traçado reticulado que “caracteriza as cidades pequenas do Rio Grande do Sul”, cujas ruas “se cortam regularmente em ângulos retos” (ROCHE, 1969, p.216).

Este tipo de concepção urbanística, segundo Roche (1969, p.216), é que fora adotada nas zonas colonizadas a partir da segunda metade do século XIX, cumprindo os seguintes procedimentos:

No lugar escolhido para o estabelecimento da cidade (sede), reservavam-se alguns lotes rurais (já geometricamente delimitado) e dividia-se-lhes a área em quadrados para N.- S. e E. - O. Alguns desses quadrados vinham a ser praças, outros eram subdivididos em lotes urbanos de 20 x 50 metros. Esse urbanismo administrativo explica a regularidade da planta e o aspecto uniforme das cidades do interior do Estado.

Quanto à informação sobre a existência de um “cemitério comum a todos” é possível que Ulrich (1898) estivesse se referindo ao Cemitério da Colônia Municipal, em funcionamento desde 1882, localizado junto à estrada principal, provavelmente, em terras que pertenceram ao Alferes João Onofre de Campos e por ele doadas à municipalidade durante a cerimônia de inauguração da colônia, conforme jornal A discussão (27/11/1882, p.2).

A expectativa de que esta colônia se desenvolveria até o estágio de se transformar em um núcleo urbano, não chegou a se concretizar, como aconteceu com diversas colônias em outras regiões do Estado, onde “Com raras exceções, as povoações desenvolveram-se progressivamente, segundo um processo comum a todas as colônias” (ROCHE, 1969, p.213-214).

Para que essa cidade sonhada se tornasse realidade muitos fatores deveriam ter contribuído, pois “o apadrinhamento oficial não constituía garantia de êxito” (ROCHE, 1969, p.216), pelo menos não nessa época nem nesse contexto.

Mas, se a cidade planejada não chegou a se concretizar, ao menos algumas características urbanas se desenvolveram, onde um agrupamento de casas junto à estrada que, na maioria das vezes, funciona como rua, existe na localidade Gruppelli, que além de ser uma “grande área” é “bastante plana”.

1.3.3 A atualidade

A Colônia Municipal, atualmente, está administrativamente inserida no 7º Distrito (Quilombo), 8º Distrito (Rincão da Cruz) e 4º Distrito (Colônia Triunfo) do município de Pelotas. Todavia, parte dela ficou em área do município de Arroio do Padre, formado a partir do desmembramento de parte da zona colonial de Pelotas.

A imagem, a seguir, apresenta a localização atual da Colônia Municipal em um detalhe do mapa com a divisão distrital em Pelotas, produzido pelo Projeto Localidades, em 2006, para o 3º Plano Diretor de Pelotas¹² (Figura 9).

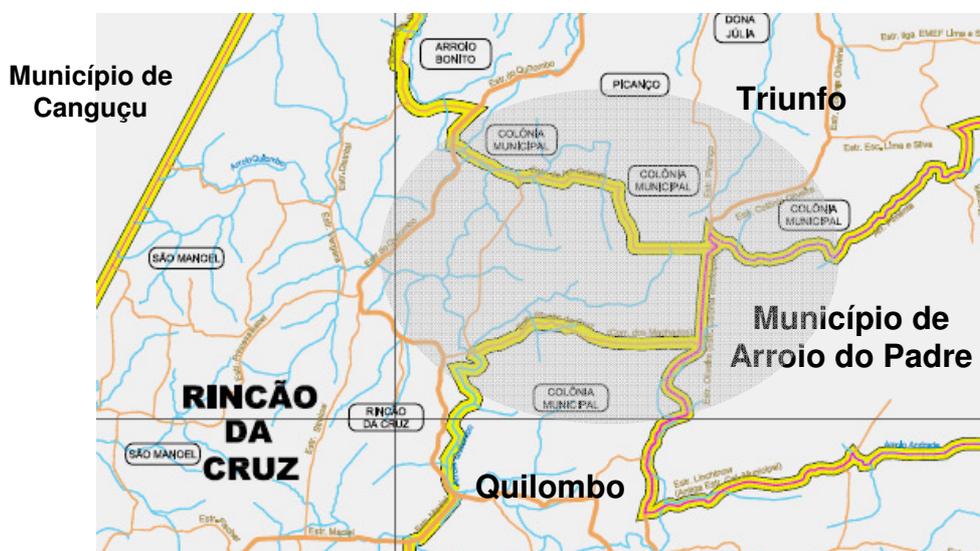


Figura 9 – Detalhe do mapa com a localização atual da Colônia Municipal, 2006.
Fonte – Mapa de Divisão Distrital, Prefeitura Municipal de Pelotas.

Mesmo não sendo possível avaliar hoje, com precisão, a quantidade de área envolvida pela Colônia Municipal, se pode constatar que ocupou grandes extensões de solo. A não presença desta colônia no Distrito Rincão da Cruz neste mapa, não invalida a sua existência neste distrito, já que é pouco provável que tenha ocorrido um intervalo entre as áreas ocupadas, o que traria além de descontinuidade no território, dificuldades ao controle administrativo.

A constituição desta colônia, mesmo tendo completado 125 anos em 2007, continua contando com alguns descendentes dos pioneiros, além de outros moradores que se instalaram em épocas posteriores. Sendo possível apontar a relação dos sobrenomes que constam na documentação relativa à ocupação da

¹² O destaque gráfico sobre o mapa foi incluído pela autora, para melhor visualização dessa colônia.

Colônia Municipal e ainda mantêm algum vínculo com o lugar. Esta identificação foi obtida pelo entrecruzamento de registros escritos, referentes ao passado, e fontes orais, relativas ao presente, aqui especificadas:

a) 1882 a 1892 - Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colônias Municipais, BIC 011e, BPP, 1883.

b) 1880 a 1935 – Os Registros de transações de terras nos cartórios e em outras fontes¹³.

c) Armazém Gruppelli¹⁴, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 2008.

Deste entrecruzamento de dados surgiram alguns sobrenomes de famílias que atuam na Colônia Municipal desde 1882-1907 até os dias atuais, conforme identificados no Quadro 6, a seguir.

	Origem			
	Alemanha	Itália	França	Portugal / Brasil
Sobrenomes	Bausch Einhardt Goldbeck Hellermann Kohls Maske Pautz Peter Schäfer Wachholz	Adamoli Belleti Grupelli Marini Rivaroli Scaglione	Petit	Lima Pereira Campos
20	10	06	01	03

Quadro 6 - Sobrenomes existentes na Colônia Municipal desde 1882 / 1907 à 2008.
Fonte – Elaborado pela autora a partir do entrecruzamento de fontes escritas e orais.

Esta esquematização demonstra que a Colônia Municipal mantém na atualidade uma configuração de origem étnica múltipla semelhante a sua formação inicial, quando os sobrenomes de origem germânica constituíam a maioria (57,14%), seguidos pelos italianos (15,42%).

Dos produtos existentes nessa colônia em final do século XIX, apontados por Ulrich (1898), feijão, batata, ovos e manteiga continuam sendo produzidos para a venda. Já o milho e a banha ficaram restritos ao consumo, enquanto que o tremoço, destinado a produção de cerveja, deixou de ser cultivado.

¹³ In: Fetter, Leila Maria Wulff. A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas: UCPEL, 2002. Anexo 5, p. 1068-1105.

¹⁴ O Armazém Gruppelli tem desempenhado nessa colônia, desde as primeiras décadas do século XX, a função de “centro administrativo”.

Em contrapartida a Colônia Municipal produz hoje em larga escala fumo, pêsego e leite. Contribuindo, substancialmente, com o cultivo de pêsego do 7º e 8º Distritos, que respondem por 80% do total da produção no município de Pelotas¹⁵. Além dessa produção encontra-se em escala artesanal a fabricação de vinhos, doces e conservas.

Em relação à educação não se pode afirmar que houve uma evolução, já que a antiga Escola da Comunidade Alemã (Figura 10), criada em 1885, mencionada no relatório de Ulrich (1898), depois de ser repassada ao poder público e nomeada de Escola Municipal Farroupilha, teve suas atividades suspensas e sua documentação histórica transferida para outra escola. O prédio, sem uso, está hoje sob a jurisdição do Município de Arroio do Padre (Figura 11). Quanto à escola pública que, em 1927, era encarregada pela 11ª Aula Mista e, em 1939, recebeu a designação patronímica de Escola Dr. José Brusque, teve suas atividades extintas em 2003 e, seguindo a norma vigente, sua documentação histórica foi transferida para a Escola Julio de Castilho, situada na Colônia São Manoel. O prédio que era alugado retornou aos proprietários.



Figura 10 - Escola da Comunidade Evangélica Alemã, (22cm x 27cm), 1932. Kammerland (Terra da Câmara), Pelotas - Foto Heirich Feddern. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.

¹⁵ Dados fornecidos pelos técnicos da Emater, Agência Pelotas, Produção Agrícola, dez. 2005.



Figura 11 – Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Farroupilha, 2009. Colônia Municipal, Arroio do Padre. Foto da autora, acervo particular.

Quanto aos acessos, chamados de picadas ou linhas que, em 1882, receberam nomes de vereadores, foram multiplicados em muitos quilômetros de estradas interligando lotes e colônias vizinhas. E os nomes Maurell, Viseu, Abreu, Arruda, Prates e Moreira que antes serviam de referência, já não são mais mencionados, pois ninguém mais lembra onde ficavam. Quanto às estradas continuam, tal qual antigamente, medianas, ainda que algumas integrem as atuais rotas de transportes coletivos que são executadas, principalmente, pela Empresa São Jorge (Figura 12), e a Empresa Bosembecker (Figura 13) que atua na região desde 1950. Essas estradas também são percorridas pelo transporte escolar (Figura 14) executado por empresas especializadas.



Figura 12 – Ônibus da Empresa São Jorge, (10cm x 10cm), década de 1970. Fonte – Acervo Vânia Pieper Gruppelli.



Figura 13 – Ônibus da Empresa Bosembecker junto ao Armazém Dokbe, (9cm x 9cm), 1971. Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas. Fonte – Acervo família Osmar Dokbe.



Figura 14 – Transporte Escolar na Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, (10cm x 15cm), 2006.
Foto Loraci Mancke. Fonte – Acervo Loraci Mancke.

O cemitério da Colônia Municipal (Figura 15) se mantém com uma instituição comum a todos, atualmente o Sr. Wilmar Pieper atuando como administrador, auxiliado por algumas famílias que têm antepassados ali enterrados, cuida dessa instituição.



Figura 15 – Cemitério Municipal, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

Esta Colônia possui também um pequeno cemitério que pertence à Comunidade Alemã¹⁶, fundado, possivelmente, no início do século XX, localizado nas proximidades da antiga Escola Comunitária, citada anteriormente (Figuras 16, 17).

¹⁶ Atual Soc. Esc. Religiosa da Colônia São João. Informação fornecida pelo Projeto Localidades – Coordenação: HECTARE - PMP / SMU – CONPLAD – FUSEM. Colaboração: UCPel / ECAM – UFPel / FAUrb - AAPCF – IECLB, 2006.



Figuras 16, 17 – Cemitério da Comunidade São João, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 2009. Foto da autora, acervo particular.

O lazer nesta comunidade ainda se encontra vinculado às antigas instituições, como o futebol que é compartilhado pela maioria, e pode ser conferido em dois locais: No campo do Grêmio Esportivo Boa Esperança (Figura 18) fundado em 1924, situado na localidade Gruppelli e no campo da Associação Esportiva Municipal, situado junto ao Armazém Peter. Já os bailes e reuniões sociais acontecem no salão da Comunidade Religiosa São João (Figura 23).



Figura 18 – Grêmio Esportivo Boa Esperança em seu campo, (10cm x 15cm) 1994. Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas. Fonte – Acervo Vânia Pieper Gruppelli.

Os principais pontos comerciais nesta colônia ainda são, como em tempos passados, os armazéns que, embora não mais comercializando uma ampla gama de produtos, permanecem desempenhando o papel de agregador sócio-econômico-cultural da comunidade. Uma atividade que na Colônia Municipal acontece em três pontos conhecidos como Armazém Gruppelli, atuando desde o início do século XX, Armazém Dokbe (Figura 19), em funcionamento desde 1970,

atual Armazém Mascke, e o Armazém Peter (Figura 20). Como os armazéns sempre foram pontos de referência para a comunidade colonial, alguns acabaram congregando em suas proximidades certa concentração de casas e serviços, como aconteceu com o Gruppelli que acabou se tornando uma localidade.



Figura 19 - Armazém Dokbe,
(11cm x 9cm), Colônia Municipal,
7º Distrito, Pelotas, 1978..
Fonte – Acervo família Osmar Dokbe.



Figura 20 – Armazém Peter
Colônia Municipal, Arroio do Padre, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Na Colônia Municipal já não existe mais a ferraria, o moinho alemão foi desativado há bastante tempo e a carpintaria se tornou uma atividade artesanal destinada aos pequenos consertos. Atividades que desapareceram, junto com as necessidades do seu tempo. Surgiram novos serviços gerados pelos tempos atuais, como o eletricitista, o empreiteiro da construção civil e as oficinas mecânicas, que além de carros, ônibus, caminhões e motos, consertam tratores e outros tantos maquinários agrícolas. Surgiu também o comércio especializado da ferragem e do açougue.

Na Colônia Municipal não há “nenhum lote de campo devoluto, nenhum lote de mato”, mas inúmeras propriedades que desde o século XIX, vem contribuindo com o abastecimento do município e propiciando aos olhos dos visitantes, uma agradável paisagem, com estradas de chão batido e caminhos cercados de plantações, pequenas pontes de madeira, antigas construções que resistiram ao tempo e as modernidades. Um lugar em que os olhos podem se distrair, até cansar, com a variedade de verdes e azuis. Enfim, um lugar bem distante das sinaleiras das avenidas, como se pode comprovar pelas imagens, a seguir, captadas em janeiro de 2009 (Figuras 21, 22, 23, 24, 25).



Figura 21- Igreja da Comunidade São João, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 2009.
Foto da autora, acervo particular.



Figuras 22, 23, 24, 25 – Cenas da Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Em 25 de novembro de 2007, houve o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através do Deputado Estadual Nelson Härter, Presidente da Comissão de Economia e Desenvolvimento, homenageando com uma placa, os 125 anos de fundação da Colônia Municipal de Pelotas (Figura 26).

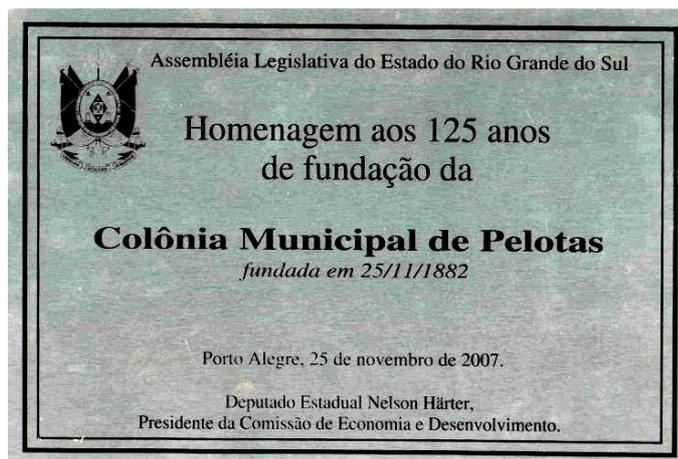


Figura 26 – Placa “Homenagem aos 125 anos de fundação da Colônia Municipal de Pelotas”, 2007. Foto da autora. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.

O Quadro 7, elaborado a partir de pesquisa *in loco* e de informações dos moradores, mostra uma visão geral da Colônia Municipal em fevereiro de 2009.

Situação	Nenhum lote de campo devoluto, nenhum lote de mato Estradas – medianas Distância – 50 km de Pelotas Transporte coletivo – Bosembecker e São Jorge
Instituições	01 Posto de Saúde – Médico e Dentista 01 Dentista – Sindicato dos Trabalhadores Rurais 01 Posto de Correio 02 Cemitérios – Municipal e Comunidade São João 01 Templo – Igreja Evangélica Luterana Independente (IELI) 01 Salão comunitário – Comunidade Evangélica São João 01 Museu etnográfico – Museu Gruppelli Nenhuma escola
Atividades	03 casas comerciais – Armazém 01 restaurante 01 hospedaria 04 oficinas mecânicas 01 ferragem 01 açougue 01 eletricista 01 empreiteiro da construção civil 01 barbearia
Produção	Pêssego, fumo, uva, feijão, batata, leite, ovos, manteiga, vinho e panificação

Quadro 7 – Visão geral da Colônia Municipal, 2009.
Fonte – Elaborado pela autora a partir de observações e informações locais.

1.4 A localidade Gruppelli

A Câmara Municipal manteve o plano de implantação de um núcleo urbano na Colônia Municipal até o início do século XX. Quando então, foram comercializadas porções de terra designadas como terrenos urbanos, diferentemente, da maioria das frações especificadas como lote colonial e de algumas nomeadas de terreno rural.

Sobre esses terrenos urbanos constam apenas três como tendo sido comercializados e adquiridos por único comprador. Segundo Fetter (2002), o imigrante italiano Arcádio Gruppelli adquiriu esses três terrenos urbanos e um rural, no ano de 1905, contando nos Registros do 5º Distrito, Santa Eulália, livro 10, folhas 092v a 094v, Arquivo Público - RS. O Quadro 8, a seguir, apresenta as aquisições de terra na Colônia Municipal por Arcádio Gruppelli, em junho de 1905.

Tipo	Registro Data	Nº lote	Área (m²)	Valor réis	Limites	Vendedores
Terreno rural	14/06/1905	290*	19.400	300.000	N - Vighi Luiz S - Vighi Luiz L - Colônia Municipal (lote 26) O - Arroio Quilombo	Campos, João Onofre de Campos, Domingas * Vergara de
Terreno urbano	15/06/1905	002	19.106*	2.000.000	N - Praça Dr. Batinga S - Avenida Quilombo L - Gruppelli, Arcádio (lote 01) O - Avenida Quilombo	Vighi, Luiz Rosa Tarasqui
Terreno urbano		001		3.000.000	N - Praça Dr. Batinga S - Avenida Quilombo L - Gruppelli, Arcádio (lote 01) O - Avenida Quilombo	
Terreno urbano		003		2.000.000	N - Colônia Municipal (lote 04) S - Colônia Municipal (lote 28) L - Colônia Municipal (lote 23) O - Gruppelli, Arcádio (lote 02)	

Quadro 8 – Terrenos adquiridos por Arcádio Grupelli na Colônia Municipal em 1905.

Fonte – Elaborado pela autora a partir de Fetter, 2002, Anexo 5, p.1103.

* Dados obtido através do Livro de Registros do 5º Districto, Santa Eulália, livro 10, folhas 92v-94v, Arquivo Público do Estado - RS.

Os dados expostos esclarecem algumas questões, mas deixa ainda em aberto, a existência de vendedores de terrenos urbanos que não aparecem, anteriormente, como compradores, já que Luiz Vighi e Rosa Tarasqui não constam nas listagens de compradores.

Arcádio Gruppelli ao adquirir essas terras, em 1905, na Colônia Municipal dava início, juntamente com a família, a uma série de empreendimentos agrícolas e comerciais que não apenas prosperaram como propiciaram a

incorporação de atividades administrativas e de lazer que envolvia, desde os primeiros tempos, os moradores das proximidades. Um entrosamento com a comunidade que fez do armazém e restaurante para viajantes um “ponto de encontro” de imigrantes italianos e alemães. Uma característica que ainda hoje se mantém. Um entrosamento que acabou entrelaçando, de forma indissociável, a trajetória da família com a do lugar. Rever a história da localidade Gruppelli é, de certa forma, reconstruir as relações da família Gruppelli ao longo do tempo, desde os casamentos aos empreendimentos, das amizades às instituições, das construções às funções.

Trata-se, portanto, de um lugar que pode ser considerado como histórico, por conjugar, simultaneamente, “identidade e relação” com “estabilidade mínima” (AUGÉ, 1994, p.53). Estabilidade essa que há décadas tem conferido aos seus habitantes, uma reafirmação da identidade do lugar e, aos de fora, uma singularidade instalada na Serra dos Tapes. É essa simultaneidade, própria ao lugar antropológico, que gera o “princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 1994, p.51).

1.4.1 Os Gropelli / Gruppelli

A família Gruppelli oriunda de Mantova, norte da Itália, está no Brasil desde 1874¹, conforme nos anuncia Elizéte Jeske em seu livro “Gropelli/ Grupelli – 125 anos no Brasil”, publicado no ano 2000 pela UFPEL. De acordo com esse texto a família de Arcádio e Eleonora Gropelli se estabeleceu na cidade de Pelotas, no bairro Areal onde, por volta de 1876, montaram uma olaria. Após, alguns anos se transferiram para a zona rural, residindo por um tempo na localidade de Três Serros antes de comprarem terras na Colônia Municipal.

Os Gruppelli se tornaram proprietários de terras “no lugar denominado Trez Cerros” no “Quinto Districto do Municipio de Pelotas, Freguesia de Santo Antonio da Boa-Vista, na Serra dos Tapes”. Terras essas que, de acordo com o livro de Registros do 5º Districto, Santa Eulália, livro 10, folhas 090v, 91 e 91v, foram vendidas, em 13 de junho de 1905, para o lavrador Luiz Natali, pela quantia de “cinco contos e duzentos mil reis” e constavam de:

¹ O ano de 1875 marca o início da colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Um e meio lotes coloniais de terras de lavoura com mattsos, com uma caza de moradia feita de material, com um moinho de farinha movido com água e arvores frutíferas, contendo quatrocentos cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta metros quadrados de área superficial

De acordo com esse mesmo livro, folhas 91v, 92 e 92v, outra porção de terra contigua fora vendida para Luiz Natali, por “um conto de reis”, em 14 de junho de 1905, por Argio Gruppelli e o casal Hermógenes e Silvana Gruppelli, constando de: “um lote colonial de terras de lavoura com mattsos, contendo duzentos cinquenta e nove mil novecentos vinte e cinco metros quadrados de área superficial, situado na Colônia São Jerônimo”.

Com a venda dessas terras, que contabilizou seis contos e duzentos mil reis, a família Gruppelli adquiriu nos dias 14 e 15 de junho de 1905 (Livro 10, folha 94), por sete contos e trezentos mil reis, uma porção de terras que ainda hoje mantém. Dentre o conjunto de terrenos urbanos adquiridos nessa ocasião havia “uma caza de moradia feita de materiais, um galpão para fabricar telhas e tijolos de barro e sem respectivo forno mais algumas bem feitorias”.

Os dados quantitativos envolvidos nessas transações de terras deixam evidente que em 1905, havia uma valorização do local reservado para a futura cidade na Colônia Municipal, pois o preço do 1m² desses terrenos urbanos comercializado era bem mais elevado que o 1m² dos lotes coloniais nos Três Serros. O Quadro 9 apresenta uma síntese dessas transações de terras promovidas pela família Gruppelli, em 1905.

	Vendas (Três Serros)			Compras (Colônia Municipal)		
	Área (m ²)	Valor (réis)		Área (m ²)	Valor (réis)	
		Área	p/ m ²		Área	p/ m ²
	459.000	5.300.000	0, 0115	19.400	300.000	15.4639
	259.925	1.000.000	0, 0038	19.106	7.000.000	366.3770
Total	708.925	6.300.000		38.506	7.300.000	

Quadro 9 – Síntese dos quantitativos das transações de terras da família Gruppelli em 1905.
Fonte – Elaborado pela autora com base nos Registros do 5º Distrito, Santa Eulália, livro 10, folhas 090v, 91, 91v, 92, 92v, 93, 93v, 94 e 94v. Arquivo Público - RS.

Esta valorização, possivelmente, seja decorrente tanto da existência da estrada, facilitando o acesso e a comercialização de produtos, como da própria natureza do lugar, solo de boa qualidade e água abundante.

Como a maioria dos colonos os Gruppelli iniciaram sua produção com ênfase na agricultura, numa segunda fase, passaram a desenvolver outras atividades, como a casa comercial e restaurante para viajantes. Local que, segundo Jeske (2000, p.28-29), se tornou desde então “ponto de encontro” de imigrantes italianos e alemães que aí “faziam suas compras, trocavam mercadorias, jogavam cartas e se informavam do que estava acontecendo na política da Cidade e do Estado”. Característica que ainda hoje persiste.

As terras adquiridas por Arcádio foram após sua morte em 1923, possivelmente, divididas entre os filhos², cabendo ao filho mais velho, Ermogene Giacinto Maria Gropelli, a porção de terra relativa à casa Gruppelli.

Em 1925, com os produtos gerados pela olaria os negócios puderam ser ampliados e Hermógenes pode transformar a antiga casa, adquirida em 1905, em uma construção que abrigasse, num único prédio, a residência da família e as atividades comerciais: armazém e restaurante (Figura 27). Um espaço edificado que, devido às amplas dimensões, servia também como salão de bailes e reuniões sociais do Grêmio Sportivo Boa Esperança, fundado em 1924, pelos seus filhos. Uma instituição que hoje se dedica apenas ao futebol, com um time e uma torcida apaixonada que marcam presença nos diversos torneios e campeonatos coloniais³.



Figura 27– Sítio Gruppelli, (4,2cm x 6,6cm), s/d.
Fonte - Acervo Museu Gruppelli.

Essa era, provavelmente, “a casa mais ampla e mais cuidada da picada, do povoado” e deve ter sido também “a primeira casa construída com

² Ermogenes, Victalina, Verginio, Celina, Carolina e Otílio. Esclarecimento da autora.

³ Segundo Paulo Ricardo Gruppelli, patrono do clube, o Grêmio Esportivo Boa Esperança, é o vice-campeão de 2008, pela Associação Colonial de Pelotas.

material duro, tijolo e pedra”, pois “por toda parte, a venda é a construção mais moderna da vilazinha e, muitas vezes, a única a apresentar sinais de luxo” (ROCHE, 1969, p.574). Uma demonstração de progresso que fora comum aos comerciantes coloniais, já que eram eles os introdutores da modernidade. Atuando como verdadeiras “balizas do avanço da colonização” acabaram respondendo pela “imagem da evolução da zona circunvizinha” (ROCHE, 1969, p.574).

O progresso dessa venda que, certamente, era “o centro das vendas e das compras, o ponto de reunião, o abrigo das quermesses, a parada dos viajantes” (ROCHE, 1969, p.574) na Colônia Municipal, estimulou a expansão dos negócios e a construção de um novo prédio, com dois andares. Este sobrado que recebeu o nome de Villa Silvana fora destinado a abrigar no térreo a adega e outras atividades, ficando o segundo andar reservado para os novos clientes: os veranistas, como eram chamados os que nos meses quentes, vinham da cidade e ali se instalavam. Alguns desses veranistas deixavam seus registros fotográficos para a família como lembrança de sua passagem pela hospedaria, como a imagem, a seguir, (Figura 28) apresentando um grupo de veranista com o anfitrião Hermógenes (ao centro) e a filha Ondina (veste escura).



Figura 28 – Um grupo de veranista com o Sr. Hermógenes e a filha Ondina, (9cm x 12cm), 193__.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Como esse empreendimento comercial mantinha vínculos com a cidade, suas qualidades eram enfatizadas pela imprensa e nomes de veranistas eram citados, assim contando na edição de 15 de janeiro de 1941, p.3, do jornal A Opinião Pública:

No magnífico local onde está instalada a casa comercial do Sr. Hermógenes Grupelli, encontram-se numerosos veranistas entre eles, os senhores coronel Juvêncio Maximiliano Lemos, dr. Amadeu Lemos, dr. Artur Alves, Oscar Silva, João Carpena, Paulo Paradedda e Adamastor Vasconcelos, todos com suas exmas. famílias.

Essa nova estrutura física proporcionou, além da melhoria na produção de vinhos, o espaço apropriado para acomodar as pessoas que buscavam atividades de lazer junto à natureza do lugar. O que incentivou a criação, provavelmente, em meados dos anos de 1930, de um parque com árvores, bancos e um gramado as margens do Arroio Quilombo. Local que, a partir da década de quarenta, com a melhoria das estradas, teve seu fluxo intensificado pelos veranistas, que fugiam do calor da cidade, e ainda não contavam com o Balneário Laranjal, que teve sua praia franqueada ao público a partir da década de cinqüenta.

A melhoria das estradas estimulou também a aquisição, pela família Gruppelli, de um pequeno caminhão que servia para transportar produtos da colônia para a cidade como retornar “com mercadorias para o armazém e, no verão, com veranistas” (JESKE, 2000, p.42). Este caminhão, por ser o primeiro das redondezas acabou se tornando, como em outras colônias, em o “instrumento de verdadeira revolução econômica” (ROCHE, 1969, p.70), facilitando o escoamento da produção agrícola da localidade e, ao mesmo tempo, estimulando o surgimento de novos empreendimentos (Figuras 29, 30).



Figuras 29, 30 – O primeiro caminhão da família Gruppelli, (8,8cm x 6,5cm), (8,8cm x 6cm), 193_.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli, Acervo Léa Gruppelli.

Este conjunto de empreendimentos, devido a sua amplitude econômica e social, não apenas ratificou a inter-relação da família Gruppelli com o lugar, como trouxe como consequência transformações na paisagem. Através da criação de áreas diferenciadas, foi introduzida uma valoração do solo distinta das demais áreas, que até então eram destinadas à produção agrícola, à criação de pequenos animais, ou ainda reservada para a extração de matéria prima de tijolos e telhas.

Dentre as áreas, que mereciam especial cuidado, encontram-se o campo de futebol e o parque. Ambas destinadas ao lazer, ambas oriundas do desejo de ampliar o relacionamento com pessoas de diversos lugares. Uma decisão que introduziu na comunidade um modo de vida que passou a incluir o outro, o que vem de fora, a passeio ou pelo esporte, como parte integrante das atividades cotidianas da localidade. O que, evidentemente, proporcionou uma aproximação da colônia com a cidade, seja através de contatos pessoais ou da imprensa local, como comprova a nota publicada no jornal Diário Popular em 7 de fevereiro de 1933, página 4, anunciando “Baile no 7º Distrito”:

O G. S. Boa Esperança realiza no sábado próximo 11 do corrente, baile a fantasia na sede social no 7º Distrito, na casa comercial do Sr. Hermógenes Grupeli.
Ficamos gratos pela gentileza do convite.

Os bailes na colônia sempre foram eventos sociais que movimentavam a comunidade e os bailes a fantasia exigia dos participantes trajes diferentes do usual. Nesses bailes a preparação dos foliões iniciava bem antes do anoitecer, quando a luz do sol permitia passear ao ar livre e fotografar, como mostra o conjunto de imagens da década de 1930 na Colônia (Figuras 31, 32, 33).



Figuras 31, 32, 33 – Preparativos para o baile a fantasia, (8cm x 6cm), 193_.
Fonte – Acervo Léa Gruppelli.

Por todas essas atividades que envolviam pessoas da comunidade e de outros lugares é que o nome Gruppelli acabou por caracterizar a própria localidade, constando em mapas, desde 1911⁴, como um ponto de referência dentro da zona rural. A imagem, a seguir, mostra o nome Gruppelli em um detalhe do mapa do 7º Distrito, elaborado na década de 1920, pela “Directoria de Obras e Saneamento, Intendência Municipal de Pelotas” (Figura 34).

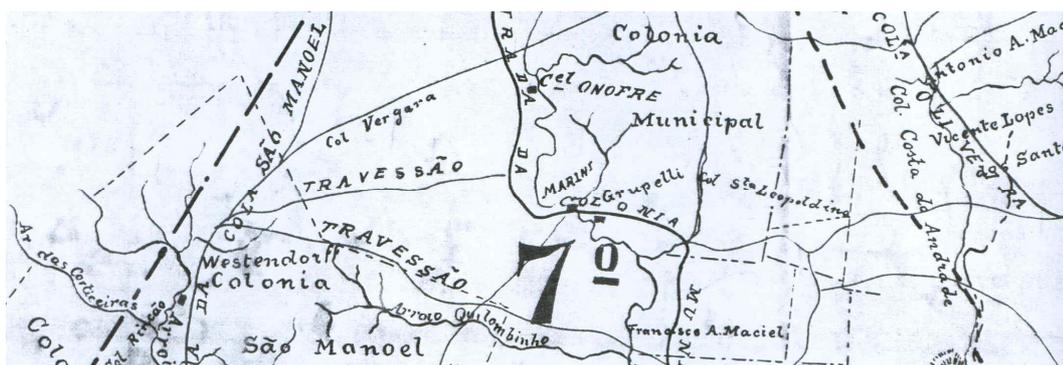


Figura 34 – O referencial Gruppelli no mapa do 7º Distrito, Pelotas, 192_.

Fonte – Planta de coleções de diversos distritos, nº 65. Arquivo, Secretaria Municipal de Urbanismo.

O mérito deste pioneirismo foi reconhecido, em 27 de junho de 1944, pelo Jornal Diário Popular, em edição especial comemorativa aos 109 anos da cidade de Pelotas, intitulada “Mais um marco na história de pelotas a assinalar a marcha de sua grandeza, 1835-1944.” Ocasão em que foram apresentados, além de algumas instituições urbanas, os destaques da zona rural, todos oriundos da colonização: Daniel Capdebosque, Pedro Bachini, Cesário Wighi, Willy Hackart (ferraria), Henri Noremberg (engenho), Hermógenes Gruppelli, entre outros. Já que foram esses, segundo o jornal, os “que mais se destacaram por suas qualidades pessoais, amor a gleba e contração ao trabalho, na obra de cooperação ao progresso de Pelotas.”

Nesta mesma edição, sob o título “Um dos mais expressivos expoentes de trabalho da nossa colônia” (Diário Popular, 27/06/1944, p.15), encontrava-se o Sr. Hermógenes Gruppelli como um dos “Verdadeiros exemplos de abnegação e coragem, que redundaram em esplendidas vitórias para a sociedade e para a

⁴ Incluído no Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Pedro Luis Osório, em 1923, como sendo “Organizado durante a administração do Eng. José Barboza Gonçalves, pelo engenheiro Edmundo de Castro Lopes”, conforme consta impresso no mapa.

Pátria”. Com o subtítulo “O estabelecimento Gruppelli” é apresentado as suas diversas atividades, sendo destacados aqui alguns trechos:

Atualmente acham-se em plena produção na Quinta Gruppelli 15.000 pés de parreiras das mais reputadas qualidades.

A Quinta Gruppelli conta com um número considerável de arvores frutíferas dos mais selecionados tipos, inclusive 2.000 pés de pessegueiros.

Além disso a horticultura e a criação de galinhas, porco, etc. completam aquele departamento da organização Gruppelli (...)

o Sr. Hermógenes Gruppelli fundou há anos uma fábrica de telhas tipo francês, aproveitando assim a matéria prima de ótima qualidade existente nas terras de sua propriedade.

Da casa comercial em apreço constam as seguintes secções: artigos em geral e depósito de gêneros coloniais.

Como se pode constatar foi na beira da picada, na casa de um italiano, transformado em colono, que alguns dos empreendimentos mais relevantes da colônia nasceram e se desenvolveram e, no caso do Gruppelli, sem nunca perder os vínculos com o lugar. Um legado que foi repassado às gerações seguintes.

O casal Silvana e Hermógenes Gruppelli, de certa forma, ainda hoje, participa das atividades da casa e podem ser vistos pelos seus descendentes e pelos amigos desses (Figuras 35, 36).



Figuras 35 e 36 – Retrato do casal Silvana e Hermógenes Gruppelli. 194_.
Acervo família Gruppelli, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas.
Foto Neco Tavares, 2006. Fonte - Acervo do fotógrafo.

1.4.2 Os negócios

Com a melhoria das estradas e ventos favoráveis aos negócios coloniais os empreendimentos da família Gruppelli continuaram se expandindo.

Após a morte do patriarca Hermógenes, em 1944, as terras e os empreendimentos foram divididos entre os sete filhos que, dando continuidade ao legado, implementaram melhorias e diversificaram a produção. Seguindo, dessa forma, uma tradição que “graças à prosperidade do negócio e das empresas que eles naturalmente anexaram”, puderam manter o seu “instrumento da ascensão e da preponderância socioeconômica” (ROCHE, 1969, p.579-580) na localidade.

Com base nessa prosperidade que a 3ª geração de Gruppelli no Brasil pode dedicar-se a atividades que possibilitassem aumentar suas receitas, pois, segundo Roche (1969, p.580):

Foi desta maneira que, em todas as colônias, os comerciantes contribuíram para resolver, por meio de suas reservas de capitais, o problema dos transportes a curta e longa distancia: tomaram a iniciativa da construção de pontes, participaram das sociedades de navegação do Rio dos Sinos,...

Prosperando a família, prosperava o lugar, ganhando novos instrumentos que facilitasse a vida dos moradores. A introdução do transporte coletivo permitiu a localidade, além do deslocamento de pessoas e objetos, maior aproximação com o centro urbano. Assim, em 1948, a localidade Gruppelli passou a contar com os serviços de transporte coletivo dos irmãos Leitzke⁵, da Colônia Santo Antonio, cujo trajeto era Pelotas, Monte Bonito, Vila Nova, Bachini, Gruppelli e, posteriormente, Colônia Maciel. A imagem, a seguir, apresenta o ônibus Leitzke em seu terminal urbano (Figura 37).



Figura 37
Ônibus da Empresa Leitzke,
terminal em Pelotas, (17cm x 23), 1948.
Fonte – Acervo Zilda Leitzke.

⁵ A Empresa Leitzke foi fundada em 1947, pelos irmãos Rubin e Theodoro Leitzke. Conforme depoimento da Sra. Zilda Leitzke, viúva de Rubin Leitzke, em maio 2006.

A partir 1955 o transporte coletivo na localidade passou a ser executado pela empresa de ônibus Bosembecker que instituiu sua primeira linha, denominada Gruppelli, com os horários de saída às 7h e retorno às 17h, “percorrendo Pelotas, Monte Bonito, Colônia Santa Maria, Colônia Santa Coleta, Passo de Tatua, Bachini e Gruppelli” (DIÁRIO POPULAR, 27/11/2005).

A chegada desses serviços reflete a evolução econômica dos moradores da localidade, pois, de acordo com Roche (1969, p.421), “Os produtos que podem adquirir, crescem em quantidade e número à medida que, graças ao desenvolvimento dos meios de transporte, podem vender mais.” Se assim não fosse essas empresas de transporte coletivo teriam suspenso ou restringido suas atividades na localidade, o que não aconteceu, pelo contrário, os investimentos continuaram.

A existência de meios de transporte, o desenvolvimento e a especialização de produtos agrícolas, somados ao desejo de ampliar negócios contribuíram para a transformação da produção artesanal em industrial. Assim, a fabricação de conservas caseiras da família Gruppelli que, possivelmente, atendia apenas o comércio local e a hospedaria, foi transformada, em 1958, na Indústria de conservas Prinsul – Ltda. Os 800 pés de pessegueiro da variedade “Aldrighi”, plantados em 1950, multiplicados para 1500, em 1958, possibilitaram que Geraldo Gruppelli desse início a sua indústria conserveira.

Esse empreendimento gerou novas instalações, ampliou a frente de trabalho, intensificou o fluxo de pessoas e produtos e impôs ao lugar marcas que alteraram, significativamente, a paisagem: marcas da tecnologia em voga, dos materiais disponíveis, dos usos dos espaços, dos meios de produção. Marcas como as “pequenas chaminés” que, diferindo em dimensão, forma e função, do que antes existia, campo e olaria, começaram a ser erguidas no local em que havia “edifícios mais modestos, outrora ocupados por artesãos” (ROCHE, 1969, p.503). Dessa forma o foco dos negócios da família Gruppelli foi, gradativamente, se transferindo da olaria para a indústria, da produção primária para a secundária, do local para o regional. Mudanças irreversíveis que incidiram gravemente no modo de vida dos moradores da localidade. As imagens, a seguir, constituem registros visuais da evolução do modo de apresentação da olaria, impressão de carimbo de borracha, e da Prinsul, impressão tipográfica (Figuras 38, 39).

Figura 38 – Impressão carimbo de borracha (5cm x 9,5cm), Hermógenes Gruppelli, s/d.

Fonte – Acervo Museu Gruppelli.



Figura 39 – Impressão tipográfica, detalhe, Indústria de Conservas Prinsul, s/d.

Fonte – Acervo Paulo Roberto Gruppelli.

Estas distintas formas de apresentação refletem, graficamente, a passagem do artesanal para o industrializado, cada uma valendo-se da técnica em voga em seu tempo.

Os negócios da Prinsul receberam, em 1966, novos investimentos. Com a participação dos sócios, Adolpho Kickhöfel (Colônia São Manoel), Sergio Sachs (Estação Experimental da Cascata) e Ayrton Collares (Centro das Indústrias de Pelotas), todo o processo, do plantio ao produto final, foi aprimorado. O que provocou, além de novas alterações na paisagem, um envolvimento maior da empresa com o lugar.

Passado alguns anos, 50% das cotas dessa sociedade foram adquiridas pela firma Leal Santos, de Rio Grande, que possuía uma fábrica em Pelotas. Foi nesta fase, Prinsul-Leal Santos, que a indústria atinge o auge da produção, atingindo a marca de 114 mil latas de compotas em uma safra, operando com 1000 trabalhadores divididos em 3 turnos, envolvendo o serviço de 17 ônibus, em média por dia, para transportar os funcionários e safristas⁶.

Com essa expansão a Prinsul passou a ser o centro das atividades da localidade e de outros lugares. Tudo girando ao seu redor, desde os moradores transformados em operários ou safristas, as plantações produzindo matéria prima a

⁶ Dados fornecidos, em 29-05-2008, por Paulo Roberto Gruppelli, filho de Geraldo Gruppelli, que trabalhou nas diversas fases desta indústria conserveira.

ser enlatada, até os serviços que tiveram de se adaptar as novas necessidades. Como aconteceu com o restaurante e armazém Gruppelli que passou a ser “freqüentado pelos safristas da Prinsul, que moravam na antiga Olaria” (JESKE, 2000, p.49). Esses safristas, que atuavam interruptamente da manhã à noite, necessitando de adquirir suprimentos, acabaram conduzindo o horário de funcionamento do armazém, tendo o proprietário “que abrir a venda à meia noite, pois era a troca de turno dos safristas” (JESKE, 2000, p.49).

Toda essa movimentação de pessoas, produtos e veículos partia do mesmo local situado à beira da estrada principal, formado pelos diversos prédios, novos e adaptados, provenientes das sucessivas ampliações. A imagem, a seguir, mostra essa concentração representada, em um detalhe do mapa publicado, em 1980, pela Diretoria de Serviço Geográfico do Ministério do Exército, Folha SH. 22-Y-C-III-4, elaborado a partir de fotografias áreas de 1975 e restituição fotogramétrica executada em 1977 (Figura 40).

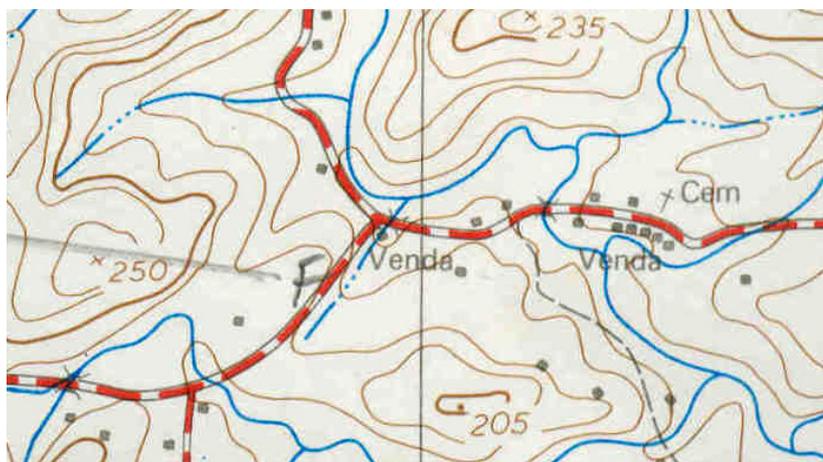


Figura 40 – Representação espacial dos prédios da Indústria de Conservas Prinsul, Localidade Gruppelli, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas, 1980.
Fonte – Diretoria de Serviço Geográfico do Ministério do Exército, Folha SH. 22-Y-C-III-4.

Esse conjunto de dados, ao mesmo tempo, que evidencia o impacto desse empreendimento no meio rural, expõe a elevada dependência econômica que ficou submetida à localidade. De um lado, a indústria centralizando as atividades da comunidade e viabilizando os meios necessários para manter a produção, de outro os moradores recebendo as transformações, benefícios e danos, provenientes desses meios produtivos. Dessa forma, foi articulado todo um sistema de

manutenção de alta produtividade, que inseriu a fábrica e a localidade numa esfera maior, estreitamente dependente tanto do mercado como da política econômica.

A Prinsul, como todas as outras indústrias conserveiras, dependia da existência de um contexto econômico político que permitisse manter o seu ritmo produtivo. Contexto esse que, por razões que vão do local ao mundial, foi sendo, gradativamente, desestruturado. Assim, em 1981, a Prinsul, já com problemas, foi vendida para o Grupo Cica, transformada em Cica-Colônia e, no ano de 1985, a produção transferida para Cica-Pelotas e as atividades encerradas na localidade Gruppelli.

Se a criação da fábrica, em 1958, precipitou o ritmo de vida da localidade, o fechar das portas em 1985, desacelerou todas as atividades dos moradores, retrocedendo a uma situação semelhante à fase anterior a 1958, embora o tempo fosse outro.

O fechamento dessa agroindústria produziu na localidade, além do desemprego e abandono de lavouras, a desativação de serviços, o que, conseqüentemente, resultou em redução do fluxo de fregueses no Armazém e no Restaurante Gruppelli.

Em 1993 as instalações da antiga indústria conserveira foram adquiridas pelo Grupo Carvalho e transformadas em Cerâmica Bella Gres. Essa reviravolta acabou por introduzir um complexo conjunto de atividades que, por serem permanentes, não apenas reativou a localidade como passou a atrair pessoas de outros lugares para residirem nas proximidades.

Assim, novas alterações foram acrescidas à paisagem, dessa vez com dimensões e formatos bem mais acentuados que as antigas marcas das “pequenas chaminés” dos artesãos.

A cerâmica Bella Grés esteve em atividade até o início de 2004 quando, por fatores que vão do local ao regional, transferiu sua produção para o município de Charqueadas. E outra vez a localidade perdeu o seu centro econômico, e novamente a comunidade foi atingida, mas provavelmente, bem menos que antes. Pois o intervalo de oito anos de ociosidade da indústria, de 1985 a 1983, havia evidenciado a necessidade dos moradores de redirecionar os investimentos para atividades menos dependentes de um pólo centralizador. Assim sendo, os interesses da 4ª geração de Gruppelli na localidade acabaram se voltando para

atividades diversas como as iniciadas pelos pioneiros, hospedaria e restaurante, recebendo turistas como antes os antepassados recebiam veranistas.

1.4.3 O contexto atual

Todos os empreendimentos da Olaria à Cerâmica Bella Grés assim como introduziram alterações na paisagem intensificaram o fluxo de pessoas na localidade, seja por trabalho ou por lazer. Essa movimentação por se manter, de certa forma, constante ao longo do tempo, acabou se tornando uma característica do lugar, além de contribuir com a sua divulgação e proporcionar aos moradores um entrosamento com pessoas diversas. Ou seja, o fluxo constante de pessoas passou a fazer parte da vida da localidade.

Em função desse fluxo que alguns serviços foram implantados na localidade, como o Posto de Saúde Hermógenes Gruppelli, inaugurado em 1988, que veio a consolidar os esforços de uma associação comunitária, denominada “Comunidade Reunidas Hermógenes GRUPPELLI”, criada em 1986 com “a finalidade social e assistencial, educacional e reivindicatória para dar apóio ao Posto Médico e Dentário localizado na Casa Gruppelli”, conforme consta em ata⁷. As imagens, a seguir, mostram a placa inaugural e vista frontal desse posto localizado no Parque Gruppelli (Figuras 41, 42).



Figuras 41, 42 – Placa inaugural e vista frontal do Posto de Saúde Hermógenes Gruppelli, 2009. Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas. Foto da autora, acervo particular.

⁷ Registrada em 01/12/1989, nº 35.070, fl. 94v, livro A.3, Serviço Notarial e Registral Rocha Brito.

Essa movimentação de pessoas também possibilitou que antigos empreendimentos se revigorassem e que novas atividades surgissem tanto em função do turismo como para atender a população local. Entre os antigos negócios revitalizados pelo turismo encontra-se o restaurante e hospedaria Gruppelli. Enquanto que a barbearia, freqüentada há décadas pela comunidade, foi transformada em Cabeleireiros Unisex e reinstalada em um prédio novo (Figuras 43, 44). Entre os novos negócios encontramos a ferragem e o açougue.



Figuras 43, 44 – Salão de Cabeleireiros Unisex, Localidade Gruppelli, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Esse fluxo favoreceu também a criação, em 1998, de um Museu com o objetivo de contar um pouco da história desse lugar através dos objetos (Figuras 45, 46).



Figuras 45, 46 – Museu Gruppelli, vista externa e acervo, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

Com o aumento do turismo o Parque Gruppelli ganhou área para camping e playground e passou a sediar diversos eventos culturais, como o

KoloNatale (Figuras 47, 48), Caça ao ninho, etc, que contam com a participação de várias instituições e da comunidade.



Figuras 47, 48 – Apresentação de Grupo de Dança e Parque de diversões (10cm x 15cm), 2001.
8º KoloNatale, Parque Gruppelli, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas.
Foto – Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Em 2005, esse Parque, por estar situado às margens do Arroio Quilombo, foi eleito para a realização da sessão solene comemorativa ao aniversário da Colônia Municipal. Uma alusão a inauguração ocorrida há 124 anos na “margem do Arroio Quilombo” quando a “Camara Municipal d’esta cidade inaugurou as colonias decretadas pela lei do orçamento em vigor” (A DISCUSSÃO 27/11/1882, p.2). Nesta ocasião foram homenageados pela Câmara de Vereadores de Pelotas, alguns dos antigos moradores e colaboradores da colônia⁸. As imagens a seguir, mostram as autoridades presentes e representadas e os homenageados diplomados (Figuras 49, 50).



Figuras 49, 50 – Sessão Solene comemorativa aos 124 anos da Colônia Municipal, 2005.
Câmara de Vereadores de Pelotas, Parque Gruppelli, Colônia Municipal, 7º Distrito, Pelotas.
Foto – Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

⁸ Proposição apresentada pelo vereador Otávio Soares.

As imagens, a seguir, são exemplos de atividades realizadas por turistas e moradores no Parque Gruppelli nos meses de verão (Figuras 51, 52).



Figuras 51, 52 – Atividades no Parque Gruppelli, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Essas atividades e algumas residências, concentradas nas duas laterais da estrada, formam um conjunto cuja configuração espacial é característica de agrupamento urbano. É por essa concentração de prédios, pessoas e atividades que a localidade Gruppelli passou a figurar no Mapa Geral de Núcleos como um núcleo isolado, identificado pelo número 19 entre os 26 núcleos relacionados. A imagem, a seguir, apresenta um detalhe desse mapa produzido pelo Projeto Localidades para a elaboração do 3º Plano Diretor de Pelotas (Figura 53).



Figura 53 – Detalhe, Mapa Geral de Núcleos apresentando a Localidade Gruppelli, Núcleo 19, 2006.
Fonte – Acervo Hectare – Núcleo de Estudos Rurais.

Como esse núcleo está assentado em uma área plana pode ser visualizado em sua totalidade a partir de alguns pontos mais elevados como o Serro pertencente à família Marini (Figura 54).



Figura 54 – Vista aérea da Localidade Gruppelli, (10cm x 15cm), 2005.
Foto Loraci Mancke. Fonte – Acervo Loraci Mancke.

A concentração de prédios comerciais e residenciais junto às margens da estrada pode ser conferida pela imagem de satélite, captada pelo Programa Google Earth (Figura 55).



Figura 55 – Imagem de satélite mostrando a concentração de Prédios na Localidade Gruppelli, 2009.
Fonte – www.baixaki.com.br/download/google-earth.htm – acesso dez 2008.

É nesse trecho que acontece a maioria das atividades e é nesse trecho que a estrada se transforma para os moradores, em uma rua, por vezes, quase tão movimentada como uma avenida (Figura 56), por outras, parecendo um simples prolongamento dos pátios e jardins privados (Figura 57).



Figuras 56 – Estrada congestionada, Localidade Gruppelli, (10cm x 15cm), 2001.

Fonte – Acervo família Gruppelli.

Figura 57 – Meninos brincando junto à estrada, Localidade Gruppelli, 2009.

Foto Amanda Pieper Gruppelli. Fonte - Acervo Família Gruppelli..

Esta localidade apresenta ainda, ao menos, três peculiaridades que envolvem a maioria dos moradores. A primeira, diz respeito ao elevado índice de parentesco que tem permanecido desde os primeiros tempos. O que faz dessa comunidade um pequeno grupo cujos laços de parentesco se cruzam e recruzam em vários sentidos, formando uma espécie de grande família. Ou seja, trata-se de um agrupamento onde muitos são parentes de muitos por um ou mais laços.

Dessa forma, os elementos do passado comum são, além de abundantes, facilmente acessados, pois integram naturalmente o cotidiano da comunidade há várias gerações. Trata-se, portanto, de uma comunidade cuja memória por ser compartilhada pela “gran mayoría de los miembros” acabou se constituindo de forma “massiva, coerente, compacta y profunda”, um tipo de vínculo coletivo que Candau (2001, p. 39-40) chama de “memoria fuerte”.

Entre os 12 sobrenomes existentes na localidade 6 chegaram antes de meados do século XX e 6 apresentam relações de parentesco: Adamoli, Gruppelli, Ferrari, Pieper, Schäfer e Kickhöfel. O Quadro 10 apresenta a relação de sobrenomes com a época da chegada na localidade.

Até meados do século XX	Final do século XX Início do século XXI
Adamoli Ferrari Gruppelli Mancke Pieper Schäfer	Kickhöfel Campos Tessmer Domingues Gouveia

Quadro 10 – Relação de sobrenomes / época de chegada na Localidade Gruppelli, 2009.

Fonte – Elaborado pela autora a partir de informação dos moradores.

Essa relação de parentesco é também determinante da ocupação do solo já que influencia desde as decisões de compra e venda até a própria forma de utilização da terra. A imagem, a seguir, é uma representação gráfica das relações de parentesco dos atuais moradores da Localidade Gruppelli (Figura 58).

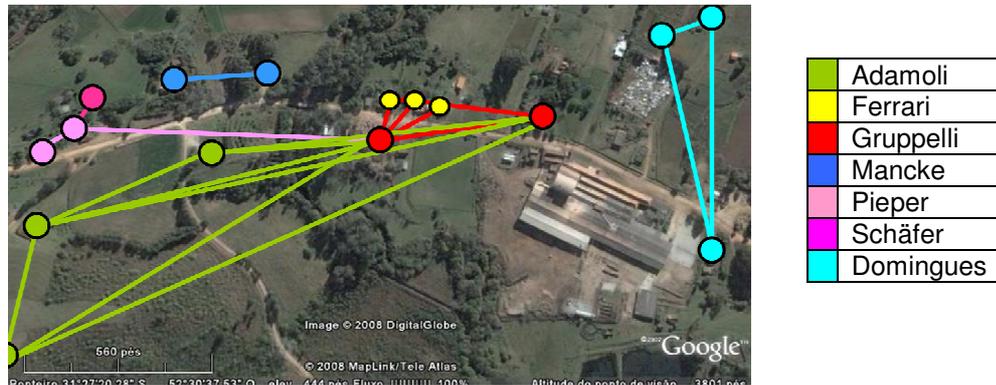


Figura 58 – Representação espacial das relações de parentesco dos atuais moradores, 2009.
Fonte – Elaborado pela autora a partir de informações dos moradores.

Em decorrência desse vínculo consangüíneo, surge a segunda peculiaridade: o forte apego dos moradores a esse espaço geográfico. Uma afetividade que, evidentemente, incide nas decisões de mudanças de residências. Os moradores trocam de casa, tocam de lugar, mas sem deixar a localidade. A imagem, a seguir, mostra o esquema das trajetórias produzidas pelas mudanças de residências de moradores atuais desde a década de 1950 a 2009 (Figura 59).

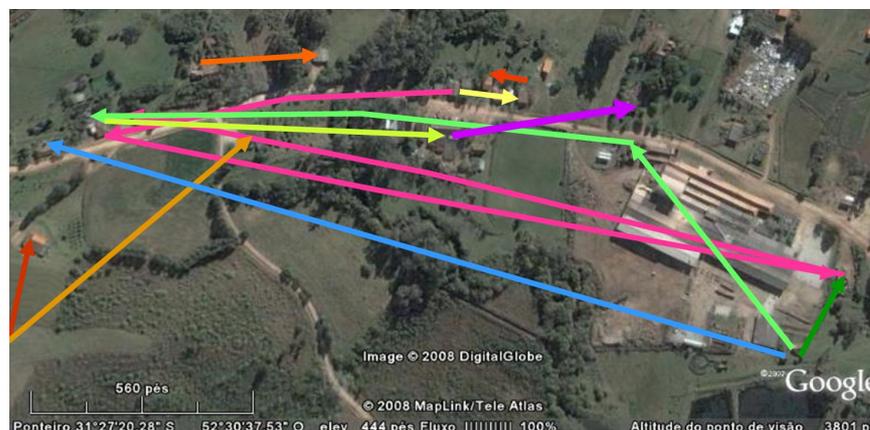


Figura 59 – Esquema das trajetórias produzidas por mudanças de atuais moradores, 1950-2009.
Fonte – Elaborado pela autora a partir de informações dos moradores.

A terceira característica especial a essa comunidade é ter aprendido a enfrentar as enchentes provocadas pelo aumento de água no Arroio Quilombo. Os estragos nas propriedades são traumas freqüentemente lembrados por todos, a cada chuva mais intensa. Uma marca que se por um lado é extremamente danosa, de outro é benéfica, pois a prontidão que é exigida só pode ser agilizada através da mobilização coletiva. É nessa hora em que todos precisam ajudar a todos que o sentimento de solidariedade é reforçado.

Essa marca forte, inevitável até então, que se instala de tempos em tempos de forma repentina deixa seus rastros nos objetos e nas pessoas, por muitos anos. Mesmo aqueles que não vivenciaram as grandes enchentes de 1959 e 1964, consideradas as piores, já ouviram contar que a água levou a ponte, derrubou prédios e subiu até a borda do balcão do armazém. Algumas dessas enchentes foram registradas pela fotografia e integram acervos dos moradores, como as imagens a seguir, relativas à enchente ocorrida em 1999 (Figuras 60, 61).



Figuras 60, 61 – Imagens da enchente de 1999, (10cm x 15cm).
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

A localidade Gruppelli que nasceu do desejo incontido de vencer que animava os imigrantes “Homens vindos de outras terras” (Diário Popular, 27/07/1944, p.15), passou por fases desde a euforia trazida pelos veranistas e os progressos da Prinsul ao desânimo articulado pelas desinstalações da Cicasul e Bella Grés, sem nunca deixar de ser um lugar onde a colônia e a cidade se encontram. Um lugar onde tradição e modernidade cruzam a estrada-rua, semeiam lavouras, agendam negócios, impõem hábitos e deixam imagens como testemunhas dessa harmônica convivência, como mostram os jovens dirigindo carro de boi e moto (Figuras 62), e os senhores conduzindo charrete e trator (Figuras 63, 64).



Figura 62 – Jovens dirigindo carro de boi e moto na Localidade Gruppelli, 2007.
Foto da autora, acervo particular.



Figuras 63, 64 – Senhores conduzindo charrete e trator na localidade Gruppelli, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

O Quadro 11, a seguir, apresenta uma visão da Localidade Gruppelli em 2009.

Situação	Nenhum lote de campo devoluto, nenhum lote de mato População – 75 moradores Lares – 22 Prédios - 34 Estradas – medianas Distância – 50 km Riachos a atravessar – 01
Instituições	01 Cemitério – comum a todos 01 Posto de Saúde – Médico e Dentista 01 Dentista – Sindicato dos Trabalhadores Rurais 01 Posto de Correio 01 Museu etnográfico – Museu Gruppelli
Atividades	01 casa comercial – Armazém 01 restaurante 01 hospedaria 01 oficina mecânica 01 ferragem 01 açougue 01 barbearia
Produção	Pêssego, fumo, uva, leite, ovos, manteiga, vinho e panificação

Quadro 11 – Visão geral da Localidade Gruppelli, 2009.
Fonte – Elaborado pela autora a partir de observações e informações locais.

CAPITULO II

PAISAGEM, MEMÓRIA DO ESPAÇO: O LUGAR DA FOTOGRAFIA NO LUGAR

O processo de colonização no Rio Grande do Sul ao distribuir geograficamente no espaço diferentes culturas propiciou a formação de espacialidades com características próprias, geradas a partir da interação de culturas importadas com o ambiente e a cultura pré-existente na região.

Estas espacialidades acabaram produzindo, ao longo do tempo, imagens que, devido as suas especificidades, tendem a revelar vínculos temporais e/ou espaciais em que diversos aspectos da vida social, econômica e cultural são evidenciados.

Assim, o pequeno núcleo populacional instalado na localidade Gruppelli, ao se valer da fotografia como forma de registro criou um expressivo conjunto de imagens que possibilita a identificação de mudanças empreendidas no próprio núcleo desde o final da década de 1920 até os dias atuais. Essas imagens, por serem reveladoras da existência de objetos e pessoas nesse contexto, permitem que processos de ocupação de lugares e, conseqüentemente, de paisagens, naturais ou edificadas, possam ser visualizados em uma narrativa (releitura) de múltiplos signos. O que possibilita considerá-las como uma espécie de dossiê visual em que os próprios elementos formais e simbólicos expostos indicam as alterações e manutenções definidas e impostas (transcritas materialmente) aos ambientes, durante esse período visualmente registrado. Dessa forma é possível identificar através de um conjunto de imagens, relacionado por ambiente e ordenado cronologicamente, a existência, ou não, de mudanças físicas e funcionais.

A releitura (identificação, seleção e ordenação) dessa coleção imagética é uma forma de entendimento do processo histórico contemplado pelas imagens, ou seja, de uma pequena fração que fora documentada, conservada e disponibilizada para a pesquisa. Esta releitura também pode ser considerada como uma busca pelo elo memorial da imagem com o espaço vivido, pois são artefatos como esses que propiciam às gerações atuais descobrir, ou reconhecer, através das diferenças e semelhanças expostas, essa pequena fração do passado capturada.

Esses registros, independente de terem sido produzidos por profissionais ou amadores, são demonstrativos de vivências e arranjos produzidos na paisagem pelos moradores em diferentes épocas. Portanto, se apresentam como “índices do mundo passado que se busca compreender” transformados “em testemunho e representação de uma realidade a ser reconstruída” (ARRIGUCCI, Prefácio, in: LEITE, 1993, p.11), ou, de acordo com Ferrara (2002, p.17), “marcas/signos do passado que fazem sentido na vivência do presente”.

Uma releitura desses signos do passado relacionados por ambiente possivelmente sirva de indicativo ao presente do que na localidade havia e deixou de existir, bem como apontar quando o que há passou a existir. Pois, de acordo com Leite (1993, p.40), “Enquanto se organizam coleções referentes a locais específicos, formas arquitetônicas ou tipos físicos, é possível determinar os conteúdos e lê-los com clareza.”

2.1 Linhas do horizonte

Essa pesquisa por envolver um universo simples, na aparência e nem sempre visível, na disposição, valeu-se de um aporte teórico que possibilitasse compreender a complexidade encoberta pela aparência. Para tal, priorizou-se de lentes que permitissem tanto a visão panorâmica do conjunto como o enfoque preciso dos detalhes. Trata-se, portanto, de uma perspectiva pautada por esse universo colonial revelado pela imagem fotográfica, construída pelo pesquisador através do diálogo com pensadores, teóricos e filósofos.

Esta pesquisa por correlacionar imagem e lugar, articulou um leque de componentes que, apesar de indissociáveis, possuem características de produção, origem e função diferenciadas. Dessa forma, se faz necessário apresentar o

arcabouço, teórico e metodológico, que norteou, empírica e cientificamente, este leque.

2.2 Espaço e paisagem

A compreensão dos elementos que compõem a esfera terrestre, seja através da observação *in loco* ou da representação, sempre foi objeto de interesse da geografia. Como esta pesquisa, de certa forma, procurou abranger essas duas formas de apreensão da realidade tridimensional valeu-se de alguns conceitos específicos dessa área.

O geógrafo Milton Santos (1996, p.19) ao estudar o espaço identifica-o “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” que permite “reconhecer suas categorias analíticas internas.” Trata-se de uma concepção que contempla dinamismo e funcionalidade, e apóia-se em sua própria natureza: “formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro lado, animado pelas ações atuais” (SANTOS, 1996, p.85). Este entendimento, por sua vez, nos conduz à idéia de forma-conteúdo, uma expressão denominada por Santos (1996, p.83), que “une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social.” Uma concepção que, pela confluência indissociável, se aproxima, de certa forma, da idéia de lugar de Augé (1994), como veremos a seguir. Essas formas-conteúdo são especialmente significativas nessa pesquisa por incluir os objetos “portadores de ações concluídas” que por terem existido, em um dado momento, puderam ser captados pela imagem fotográfica. Objetos estes que são, ou foram, “dotados de uma presença humana e por ela qualificados” (SANTOS, 1996, p. 88).

Essas formas-conteúdo estão presentes em todas as produções do homem e se mostram ao olhar através das marcas impressas nas construções, casas, prédios comerciais e institucionais, nos campos lavrados, nos terrenos ocupados, como também no traçado dos caminhos e estradas, criando, por sua vez, uma trama físico-temporal indissociável e visualmente perceptível. Trata-se, portanto, de manifestações produzidas pelo espaço social que, num dado momento, se inseriu materialmente, compondo a paisagem do lugar. De acordo com Santos (1996, p.84) é esse conjunto de formas “criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual” que determinam a configuração de uma

paisagem. São formas que surgidas de necessidades de uma sociedade revelam a participação “da sociedade nessas formas-objetos” (SANTOS, 1996, p.83). Uma participação que, além de garantir a vida do lugar, reflete a significação, funcional ou simbólica, atribuída a materialidade existente no lugar. Uma relação entre objetos e pessoas, que Santos (1996, p.83) define da seguinte forma: “A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.”

Se o espaço não é matéria, mas ação efetivada no presente sobre a matéria, portanto, conformando-a e, conseqüentemente, promovendo-a naquilo que pode ser visto, ou seja, a paisagem: “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 1996, p.83). Trata-se de um conjunto que, por ter visualidade, surge como tema ou cenário em fotografias.

Como as ações sobre a matéria não atingem com a mesma velocidade toda a sociedade, decorrem sempre espaços inseridos na paisagem que portam características físicas e funcionais de tempos variados. Espaços que resultam da contradição entre sociedade e espaço, já que, de acordo com Santos (1996, p.88), há pelo menos dois presentes: “um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado” o qual se encontra “objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas.” Espaços esses que podem revelar tanto características físicas, como a tecnologia empregada na construção, como também peculiaridades funcionais.

Quanto a essas materialidades variadas inseridas na paisagem podem ser assinaladas como *rugosidades*, identificadas por Santos (1996, p.113), como sendo aquilo

que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.

Estas *rugosidades* se apresentam tanto em imagens do passado, como as fixadas pela fotografia, como na observação direta da realidade: vestígios que as transformações não apagaram. Índices do passado no presente, da fotografia ou da observação, que refletem uma valorização simbólica ou funcional conferida

pela coletividade ou por um grupo de moradores. A mera existência de marcas na paisagem já é um enunciado cultural do lugar.

Rugosidades são, portanto, dados qualitativos reveladores de ações culturais materializadas na paisagem em tempos diversos, passíveis de serem identificados e captados pela fotografia. Daí a relevância da paisagem, que denunciadora de seus desígnios, torna-se para o pesquisador uma espécie de enciclopédia, obra de consulta indispensável à compreensão de um lugar. Uma constatação que Vieira (2003, p.155) elaborou da seguinte forma: “A paisagem é completa, revela presente, passado e futuro, mostra o lugar na qual está inserida, mas também permite vislumbrar as relações com espaços longínquos.”

Assim, ao observarmos uma série de fotografias da localidade Gruppelli é possível identificar desde etapas do processo de construção do lugar e suas sociedades empreendedoras até vínculos firmados com outras organizações.

2.3 Entre presente e passado, um tempo histórico

Investigar as mudanças em *formas-conteúdo*, ou constatar a existência de *rugosidades* através de imagens é, certamente, uma busca de caráter histórico que envolve presente e passado. O que exige, portanto, uma forma de entendimento que permita abordar o passado a partir do presente, como a proposta pelo grupo *Annales*, formado em 1929 na França, sob a influência das Ciências Sociais

Como esta pesquisa se ocupa em detectar diferenças entre o hoje e o ontem, limita-se a uma fração temporal relativamente pequena, que pode ser considerada de curta duração. Uma fração que foi estabelecida pelo intervalo de tempo entre uma fotografia e outra, do mesmo ambiente, e que varia, portanto, de ambiente para ambiente. Trata-se, então, de um tempo histórico definido pela própria fonte e seus condicionantes. Uma proposta que se apóia nos pressupostos da *Nouvelle Historie* que, de acordo com Reis (1994, p.24), “não estuda épocas, mas estruturas particulares” circunscritas no tempo e no espaço.

Para a *Nouvelle Historie* um tempo histórico se estabelece na própria “realidade dada nos fenômenos humanos concretos” e “consiste em suas durações e ritmos objetivos” (REIS, 1994, p.23). Tempo esse que, mesmo definido pelas fotografias, foi reconstruído, teórico e formalmente. Portanto, interpretado pelo pesquisador com base na “organização do tempo objetivo dos processos” (REIS,

1994, p.24), ou seja, organizado a partir das próprias imagens. Processos esses que por se encontrarem dispersos, precisaram ser reunidos e reconstruídos conceitualmente pelo pesquisador e verificado empiricamente. Essa reconstrução, ainda que direcionada pela documentação, foi conduzida pelo historiador, ao estabelecer os laços entre o tempo passado (representado nas imagens) e o tempo real (oportunizado pela pesquisa).

A diferenciação entre os tempos permite, além de compreender o presente como distinto do passado, estabelecer um diálogo entre ambos, já que “o passado não se isola do presente. Ele é abordado a partir do presente, que levanta as questões sobre o passado que o ajudarão a melhor se conduzir e se compreender” (REIS, 1994, p.26). Assim, o diálogo com o passado, no caso dessa pesquisa, iniciou com a revelação de elementos, materiais e humanos, expostos pela fotografia e no confronto com outras fotografias de períodos diversos, incluso os registros captados no presente.

Essa constatação de diferenças entre o ontem e o hoje constitui, de acordo com Ariès (1989, p.237), em um tempo histórico percebido em que alguma explicação da diferença tende a surgir. Assim, a própria história “mostra-se então como a resposta a uma *surpresa*” e cabe ao pesquisador, em primeiro lugar, a possibilidade de se espantar, de tomar consciência “das anomalias tais como as percebe na sucessão dos fenômenos” (ARIÈS, 1989, p.237).

Por ser esse processo dinâmico, cíclico e provocador de buscas, a cada surpresa surgida na constatação de diferenças em ambientes, resultou na construção de periodizações que, pelas suas próprias relações internas, se caracterizam como “específicas a cada fenômeno estudado” (REIS, 1994, p.25). Assim, nessa pesquisa, cada ambiente analisado apresenta uma periodização relativa à fração de tempo identificado nas imagens selecionadas.

2.4 O sentido do lugar

Essa pesquisa, por concentrar-se em um ponto geográfico específico e amparar-se em uma iconografia produzida, ao longo do tempo, por e sobre esse espaço, está enfocando uma forma de organização que apresenta certa estabilidade. Trata-se, portanto, de um lugar que, de acordo com Augé (1994, p.53), pode ser considerado como histórico ao contemplar tanto a conjugação de

“identidade e relação” como a de “estabilidade mínima”. Uma estabilidade que, sendo mantida há décadas, não apenas admite a existência de registros imagéticos de diferentes períodos, como possibilita a formação de seqüências temporais onde, as singularidades se apresentam tanto como diferenciação para quem as observa como reafirmação de identidade para os que habitam o lugar. Simultaneidade que Augé (1994, p.51) aponta como intrínseca ao lugar, sendo definido como antropológico, por constituir “princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa”.

Lugares esses que, além se conformarem como “identitários, relacionais e históricos” (AUGÉ, 2003, p.53), se instituem orgânicos, heterogêneos e indecomponíveis. Um conceito que Ferrara (2002, p.19) fixa como “claramente situado no espaço e no tempo e desta certeza emana a legitimidade da ação que inspira ou agasalha.”

É esta conjunção de predicados que, transformando cada lugar em único, exige do pesquisador um encaminhamento que, para ter consistência processual engloba, de acordo com Ferrara (2002, p.33) “Ver, discriminar e generalizar”, a seqüência que privilegia “as três atividades básicas que podem controlar a complexidade da manifestação empírica”.

Dessa forma, esta pesquisa buscou evidenciar, pelo confronto, as diferenças entre o presente (o que é percebido hoje) e o passado (o registro histórico) que conformam, com suas peculiaridades, os ambientes singulares, relacionais e identitários desse lugar denominado localidade Gruppelli. Para tal valeu-se tanto da competência dessas fotografias como referenciais imagéticos de uma existência física, como de uma possível interpretação desse referencial exposto. Uma condição que, partindo do presente, procurou estabelecer alguns laços entre o que foi e o que há, identificando assim, um tempo histórico situado geograficamente, ou melhor, geométrico, tal qual Augé (1994, p.55) caracteriza um lugar antropológico, como o revelado pelas fotografias:

com base em três formas espaciais simples, que podem ser aplicadas a dispositivos institucionais diferentes e que constituem, de certo modo, as formas elementares do espaço social. Em termos geométricos, trata-se da linha, da intersecção das linhas e do ponto de intersecção.

Trata-se de três formas sócio-espaciais, definidas pelo próprio Augé (1994, p.55), que muitas das fotografias analisadas, de certa forma, apresentam: a) “itinerários, eixos ou caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados pelos homens”: nesse caso, a estrada, situada frente aos prédios, que serve tanto como meio de deslocamento, a quem transita pela localidade, como rua para os moradores, elemento de união entre propriedades privadas; b) “cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem”: trata-se então, de espaços não edificados, como o parque e o vão situado frente aos prédios da família Gruppelli e a estrada, que sempre estiveram reservados para atividades diversas, como mostram as imagens; c) “centros mais ou menos monumentais, sejam eles religiosos ou políticos”: uma coordenada que, nesta situação, reafirma a função desses espaços físicos reservados a diversas atividades, em distintas épocas, tal qual aparecem nas imagens.

Como a relação entre lugar e moradores é particularizada e impregnada de sensações, se torna também suscetível de vínculos afetivos por parte dos moradores. Vínculo que para o filósofo Gaston Bachelard (2003, p.19) é capaz de produzir “as imagens do *espaço feliz*”. O espaço que, pela sua vivência plena e poder de concentrar “o ser no interior dos limites que protegem” (BACHELARD, 2003, p.19), pode abrigar tanto o valor de proteção como os da imaginação. Um jogo de possibilidades que, inevitavelmente, incide no espaço habitado, conformando-o, particularizando-o. Uma constatação que levou Bachelard (2003, p. 25) a concluir que: “Em suma, na mais interminável das dialéticas, o ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo”.

Portanto, foi através dessas imagens do *espaço feliz*, registrados pela fotografia, que alguns dos “valores do espaço habitado, o não-eu que protege o eu” (BACHELARD, 2003, p.24) puderam ser identificados pela pesquisa.

Pois, são esses registros de valores, como as fotografias, que sendo testemunhais de relações de pessoas com os lugares, puderam revelar, além de uma localidade em que a cultura, agrícola e comercial, por mais de um século conjuga a relação dos moradores com o cenário físico, uma “parte da vida do dia-a-dia que raramente pode ser vista pelos próprios habitantes”¹.

¹ In: *Annals of the Association of American Geographers*, 66: (2), junho, 1976. Título do original: *Humanistic Geography*. Tradução de Maria Helena Queiróz. <http://ivairr.sites.uol.com.br/> - acesso 13/10/2007

2.5 Fotografias, imagens do lugar

As imagens, ainda que coletadas e organizadas no presente, se referem ao passado em diferentes épocas, oferecem, conseqüentemente, os conceitos norteadores dessas épocas. Imagens que contemplam não apenas a percepção de quem as registrou ou de quem se deixou registrar, mas todo um modo de vida, capaz de constituir um inventário de situações vivenciadas e valores ordenadores dessa comunidade: “Como as vivências que incluem os espaços privados, onde os familiares, vizinhos e amigos participam ou os espaços coletivos em que os eventos se abrem a muitos atores” (VIEIRA, 2007a, p.3). Um inventário que, no caso dessa localidade em que os moradores mantêm uma nítida identificação com o lugar, tende a ser representativo dessa comunidade, portanto, servindo de instrumento na reconstrução de processos que envolvem o lugar.

Como esse inventário imagético constitui-se de fotografias ponderou a utilidade e funcionalidade desse artefato para o grupo estudado, por ser “importante nesse tipo de pesquisa considerar a maneira como as comunidades estudadas encaram o uso da imagem no processo de registro e transmissão do passado” (SIMON, 1998, p.33). Pois, o quê, o como e o porquê foram conservadas algumas fotografias e, não outras, revela a importância dada por “eles na vida social cotidiana” como também pode “fornecer pistas importantes para o pesquisador entender a própria lógica interna e a trajetória de tais grupos” (SIMON, 1998, p.33). Pistas que informam o sentimento do grupo quanto ao que tem sido preservado (natureza, terreno, construções, objetos, fatos, etc.) como digno de integrar o patrimônio, material e imaterial, a ser transmitido. Uma seleção que, em qualquer instância, é cultural, pois, sendo uma emissão de juízo de valor, alicerçada em uma forma de vida que além de conjugar “idéias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder” inclui, “toda uma gama de práticas culturais: formas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa, e assim por diante” (CARY e GROSSBERG, in: SILVA (org.), 1995, p. 14).

A imagem, em especial a fotografia, pelo seu poder de eternizar um presente que é sempre passado, se configura em um monumento, ou seja, capaz de tornar-se “aquilo que traz a lembrança alguma coisa”, como aponta Choay (2001, p.17-18). Coisa essa que, por ser portadora de uma carga emocional, é hábil em relembrar momentos e espaços vividos, de reavivar pessoas e sentimentos. Capaz,

portanto, de advertir sobre o passado, e assim, auxiliar na preservação da identidade da comunidade. Por isso, a fotografia tem sido considerada como uma passagem para o passado já que “traz sempre para o presente as marcas indelévels de nosso destino histórico” (ARRIGUCCI, Prefácio, in: LEITE, 1993, p.14).

A relação que uma comunidade estabelece com o monumento não deixa de ser uma demonstração de idéias conjugadas: de homem, de mundo, de ordem, de razão, ou seja, é resultante de processos de seleção e edição, como aponta Yory (2002, p.9): “El monumento resulta ser no otra cosa que una *manera de nombrar*, de establecer una determinada relación com aquello que consideramos debe permanecer y, por lo mismo, merece ser *editado*”.

A fotografia, este elo com o passado, mesmo sendo mediada por aparatos óticos e manipulada em meios químicos, não deixa de ser representativa de uma realidade, ou seja, nos informa de uma existência, de uma materialidade, de um arranjo que esteve presente em um lugar, por muitos anos ou um breve instante. Uma técnica de fixação de imagem que Batchen (1998, p.55) definiu como “o desejo, consciente ou não, de orquestrar um conjunto específico de relações entre vários conceitos” e que para Leite (1993, p.19) se institui em “uma redução e um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico, num determinado instante.” Somado a esses atributos nos deparamos ainda, de um lado, com “o ideal realista da fotografia, como reprodução exata da realidade” Leite (1993, p.19), de outro, com a representação, pela fotografia, dessa realidade, que para Batchen (1998, p.57) trata-se de “uma realidade que, por si só, nada mais é que o jogo de representações”. Assim, as fotografias apresentadas nessa pesquisa são registros de representações realizadas nesse lugar que, além de terem sido consideradas dignas de serem fixadas pela câmara, foram preservadas pela comunidade como testemunho visual dessa realização.

Se o lugar é situado no espaço-tempo e abarca uma realidade particularizada, as fotografias do lugar se impõem como uma representação documental de uma representação (concebida e realizada) particularizada no espaço-tempo. Portanto, o binômio lugar e fotografia do lugar são indissociáveis e, por isso, permanentemente, envolvidos num contínuo de re-significação mútua, ou seja, um define e, ao mesmo tempo, é definido pelo outro. O que se pode concluir que: o lugar se revela (aparece) na imagem revelada (criada) pelo lugar.

Para que estas representações reveladas pudessem ser percebidas, analisadas e interpretadas de um modo que não fosse apenas empírico e produzisse conhecimento, inferindo um aprendizado, se fez necessária uma leitura que contemplasse um diálogo entre filósofos e teóricos. Pois, cada imagem, independente da época, pode ser considerada como histórica, pois se trata de algo que por ter chegado “às mão pronta, tendo produzida há algum tempo, com relação ao momento em que é analisada pelo observador” (LEITE, 1993, p.15), traz essa distância histórica impressa imagetivamente, que é, certamente, diferente do presente da pesquisa.

A fotografia não fala, mas pode comunicar uma mensagem. Sendo uma mensagem expressiva, impregnada de subjetividade, impressa a luz e repleta de códigos visuais e simbólicos, constitui uma forma de representação que expõe, através de elementos visuais, dados ou informações capazes de proporcionar ao observador um conteúdo significativo. A compreensão dessa mensagem depende, evidentemente, do repertório do leitor: capacidade de percepção/conhecimento do universo exposto. Trata-se, portanto, de um poder de comunicação relativizado pelo receptor mais que o próprio conteúdo impresso.

Assim, quem olha uma fotografia antiga de uma pessoa ou de um lugar conhecido é capaz de “ver” na imagem, índices que o tempo desfez ou alterou, além de perceber ausências que o tempo, além da imagem, não chegou a impor. Uma comparação, quase sempre inevitável, surgida entre o presente (o ver) e o passado (da imagem) que, resultando em uma espécie de contraponto, permite identificar as diferenças entre temporalidades e, ao mesmo tempo, traçar, de algum modo, o caminho inverso a partir dos dados presentes e/ou ausentes na imagem. Dados esses que acabaram se apresentando ao observador/pesquisador como possíveis rastros na reconstrução da trajetória dessa localidade.

Essa forma de comunicação entre imagem fotográfica e leitor é decorrente de dois condicionantes: de um lado, a competência da fotografia de apresentar-se como referencial imagético de uma existência física, de outro, a capacidade do leitor de identificar e interpretar esse referencial exposto. Duas questões que para Dubois (2007, p.25) são significativas não apenas do fotográfico, mas de outros meios, assim enfatizadas: “Toda reflexão sobre um meio qualquer de expressão deve se colocar a questão fundamental da relação específica existente entre o referente externo e a mensagem produzida por esse meio”.

Dessa forma, a significação das mensagens-visuais na fotografia fica condicionada ao domínio dos códigos de leitura: ver, observar o que está impresso e ler, entender o que se apresenta. Um condicionamento que para Sekulla, (*apud*, Dubois, 2007, p.42) faz com que “O dispositivo fotográfico” seja “de fato um dispositivo *codificado culturalmente*”.

Este estudo pode ser considerado como uma tentativa de compreensão dos elementos expostos por fotografias desse lugar. De outra forma, pode ser entendido como uma verificação da competência/contribuição dessas imagens na reconstrução da trajetória do lugar e do aprendizado do próprio leitor/pesquisador frente aos códigos de leitura inseridos no conjunto de realidades representadas imgeticamente. Uma postura que, seguindo os passos de Dubois (2007, p.60), se propõe a compreender o fotográfico, como “uma verdadeira categoria de pensamento, absolutamente singular e que introduz a uma relação específica com os signos, o tempo, o espaço, o real, o sujeito, o ser e o fazer”. Uma compreensão, portanto, que visa abranger do conjunto de dados a relação da fotografia tanto com sua situação referencial, o lugar, como a da recepção: “o gesto de olhar sobre o objeto: momento da retomada – da surpresa ou do equívoco” (DUBOIS, 2007, p.66).

Como sempre se observa uma fotografia antiga a partir do presente, tendo em mente a imagem atual do objeto enfocado, é a partir desse diálogo entre o que há e o que foi que a imagem é, usualmente, esquadrihada. Trata-se, portanto, de uma eleição que tem por base o sentido pragmático da fotografia. Por isso nessa pesquisa são apresentadas, primeiramente, as imagens do presente, após as imagens mais antigas, seguindo a cronologia do hoje para o ontem, ordenadas a partir de: a) anotações existentes no verso das imagens; b) estimativas de inserção no tempo propostas pelo autor com base em informações de moradores.

2.6 Depoimentos orais

Uma pesquisa que se vale da imagem como fonte de pesquisa deve contar com o apoio, imprescindível, de relatos orais. Raras, ou praticamente inexistentes, são as imagens que se apresentam com uma riqueza de dados capaz de satisfazer a curiosidade de qualquer pesquisador. A grande maioria das fontes visuais, independente de sua natureza, carece de uma complementação para que

seja interada em seu contexto gerador. Assim, quanto maior quantidade de informações a respeito da imagem maior fidedignidade apresentará a esse meio. Por isso, Simson (1991, p.19) afirma que a anexação de uma informação oral ao registro visual permite “estabelecer uma série de relações e interpretações” que possibilitam enriquecer “a reconstrução do fenômeno estudado”.

Como um reflexo do passado, uma fotografia de um lugar pode desencadear uma sucessão de lembranças relacionada ao lugar, mas também pode evocar outras relações que, mesmo não incluídas na imagem, integram a memória social do lugar.

Através desses relatos se tornou possível reconhecer nas fotografias, alguns dos processos de produção do espaço bem como descobrir espaços significativos que permanecem ocultos dos que não moram no lugar. Assim, a reconstrução das realidades físico-temporais visualmente perceptíveis nas fotografias foi conduzida pelo observador com base em depoimentos orais, os quais possibilitaram: a) formação de seqüências; b) identificação de temporalidades e ambientes; c) ratificação ou rejeição de hipóteses.

Esta pesquisa ao fazer uso desses instrumentos complementares, fotografia e relatos orais, pretendeu obter “uma visão de conjunto que uma única fonte de dados não permite alcançar” (SIMSON, 1991, p.21). Uma visão que permitiu identificar alguns fatores determinantes do modo de vida dessa comunidade, tais como: a) valores socioculturais; b) técnicas construtivas empregadas; c) origem e circulação de materiais da construção civil; d) condições econômicas; e) saberes e práticas desenvolvidas; f) percepção espacial. Fatores esses decisivos da forma de produção e ocupação do espaço.

2.7 Memória e patrimônio

Esta pesquisa ao se valer do binômio lugar e imagem do lugar articulou três suportes de memória: dois de ordem material-visual, imagem e lugar, e um de ordem imaterial, a memória propriamente dita.

O lugar, por ser vivenciado na prática cotidiana, se impõe com um conjunto de elementos que interage, constantemente, com as lembranças recentes e remotas, o que o torna impregnado de memória. Uma percepção que se apóia na

concepção de Augé (1994, p.53) em que “o habitante do lugar antropológico não faz história, vive na história” e, por isso os seus lugares se situam “no extremo oposto dos “lugares de memória”, sobre os quais Pierre Nora escreve tão justamente que neles aprendemos essencialmente nossa diferença, a imagem do que não somos mais” (AUGÉ, 1994, 53).

Lugares são partícipes, materiais e humanos, de um agrupamento que fornece aos indivíduos referências para a compreensão do espaço-tempo como também de ordenação das sensações em forma de linguagem social. São marcos que orientam tanto a memória do grupo como a memória individual dos membros. Estes grupos, ao formularem suas visões de mundo, emitem modos de ser e pensar, que funcionam como uma “corrente de pensamento”. Uma força que amarra, une, e integra, dando certa estabilidade ao agrupamento social. E como força referencial, institui noções gerais que permitem aos indivíduos se movimentarem, ou seja, a percepção do espaço, a noção de tempo e o modo de expressar esses entendimentos. Essas noções, que são coletivizadas passam, à medida que são transmitidas, a serem referências de mundo, orientando tanto a memória do grupo como a memória individual dos membros, sendo essa última, para Halbwachs (1990, p.51), uma individuação da primeira, ou seja, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Pois, a memória, para Halbwachs (1990), não se constitui na individualidade do ser, mas na relação com os grupos sociais que, de acordo com Bosi (1987, p.17), se caracterizam pelos “grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Grupos que formam suas relações com base em espaços socializados que, constituídos de uma materialidade produzida por diversas gerações, são capazes de se imporem como uma força condutora. Referências essas que se produzem e se reforçam nos sucessivos encontros cotidianos, como acontece na localidade estudada.

Assim a casa, a igreja, a escola e, nesse caso, o armazém, são lugares que contam pelos pisos, paredes, móveis e objetos, uma pouco da memória social da colônia. São ambientes identitários organizados a partir de uma concepção espacial cuja ordem, para Bosi (2003, p.26), tanto “une” como “separa da sociedade e é um elo familiar com o passado”. E por serem ambientes singulares o seu agenciamento espacial é reflexo de uma concepção de mundo, organizado, de acordo com Vieira (2007b, p.86)

a partir de um arranjo entre diversos fatores que incluem desde a função, a edificação, a tecnologia e os elementos móveis. Além disso, cada um desses fatores, por sua vez, é condicionado por fatores ambientais, econômicos e culturais. Resultando então, em uma configuração que, quase sempre, se encontra atrelada, da concepção à execução, a um dado período de tempo e a um espaço geográfico específico.

Lugares esses que Candau (2001, p.40-41) certamente incluiria no rol de “ambientes de memória” já que foram produzidos por uma sociedade que se caracteriza “por un fuerte conocimiento recíproco de sus miembros” e por isso, mais propícia “a la constitución de una memoria colectiva – que será en ese caso una memoria organizadora fuerte”. O que para Candau (2001, p.41) se apresenta como “mutatis mutandis, el mismo fenómeno que se produce em el interior de la familia, concebida como “un grupo de personas diferenciadas” pero entre las que se ejerce um permanente control recíproco”.

No caso da sociedade pesquisada o conhecimento recíproco é reforçado por ser um grupo pequeno cujos laços de parentesco se cruzam e recruzam em vários sentidos, formando uma espécie de grande família. Ou seja, um agrupamento onde muitos são parentes de muitos por um ou mais laços. Uma aproximação que tanto permite que as memórias individuais se apoiem sobre outras como favorece ao surgimento do que Halbwachs, *apud* Candau (2001, p.41) denominou por uma “escuta compartida”. Onde as recordações, os elementos do passado comum, aparecem como pontos de união, ou aproximação: fatos, datas, lugares são evocados, naturalmente, entre uma conversa e outra. Essa “matéria”, presentificada no cotidiano desse grupo, estabelece uma “focalización cultural y homogeneización parcial de las representaciones del pasado” definindo assim, o “proceso que permite suponer una comunidad de la memoria em proporciones más o menos grandes” (CANDAU, 2001, p.41).

Desse modo, cada imagem da localidade Gruppelli revela uma parcela representativa da memória social da comunidade, pois como documento visual não deixa de ser uma lembrança que se encontra entre os “materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1987, p.17).

De outro enfoque verifica-se que a associação de espaços, reais ou virtuais, com imagens tem sido utilizada, desde a antiga Grécia, como uma eficiente estratégica na organização do pensamento. Esse recurso que, de acordo com

Coimbra (1989), foi inicialmente criado por Simônedes de Caos, e encontra fundamento também na “Teoria do Conhecimento” de Aristóteles, aponta uma estreita relação entre aprendizado e os cinco sentidos do homem, dos quais a visão, por se mostrar mais forte, mantinha a liderança.

Com o sujeito protagonista, a visão dominando os sentidos e o corpo, tridimensional e material, ocupando certa porção no espaço, nada mais apropriado que interligar, através da visão e do espaço conhecido, o sujeito à sua própria vivência, ou seja, às suas lembranças. Assim, a associação de imagem e lugar, nesta pesquisa, buscou identificar a relação, entre pessoas e o lugar, revelada pela fotografia em diferentes épocas.

Considerando que a “memória é construção que se atualiza no presente e projeta-se para o futuro” (BOSI, *apud* CHAGAS, 2003, p.143) deve-se levar em conta que esta construção para chegar ao presente, teve seu processo alicerçado por meios que possibilitaram essa transmissão. Estes meios que abrangem, desde a oralidade, histórias e relatos, até documentos², e foram de certa forma, preservados, atuam como suportes na transmissão de alguma bagagem, ou seja, são portadores de informação, proporcionando tanto a manutenção de elos entre diferentes épocas como a produção de continuidades.

Com base nessa articulação, transmissão e conexão, a concepção de patrimônio cultural se institui não apenas como “uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana.” (GONÇALVES, 2003, p.22), como também de referência do próprio contexto gerador. Assim, todo e qualquer documento preservado pelos membros de um agrupamento, se constitui em um produto conceitual desse agrupamento, revelador tanto de visões de mundo como de práticas aceitas e/ou efetivadas pelo grupo. O patrimônio cultural se configura, portanto, como o resultado de uma eleição, consciente ou não, que delega às gerações futuras, um conhecimento seletivo dos referenciais passados. Ambos, eleição e conhecimento, acabam se configurando em articulações que atuam como “fontes de outras épocas” repropoendo “questões sobre o presente” (BOSI, 2003, p.16). Assim, suportes de informação, como as fotografias e os ambientes na localidade Gruppelli se constituem em documentos que, de alguma forma, foram selecionados por essa

² “A origem latina do termo (*doccere*) indica que o documento é aquilo que ensina alguma coisa a alguém.” (CHAGAS, 2003, p.144)

comunidade como digno de integrar o conjunto patrimonial a ser transmitido às gerações atuais e talvez futuras.

Em outras palavras, Fonseca (1999, p.51) ao informar que “os bens que constituem os patrimônios se propõem como marcas do tempo no espaço”, aponta nessa mesma direção informativa, já que esses bens podem revelar desde materiais usados e técnicas empregadas até conceitos envolvidos na construção, função e/ou uso. São, portanto, testemunhos materiais e imateriais, designados como suporte de memória de uma coletividade.

Quanto à manutenção deste patrimônio pesquisado, considerado como identitário, independente da eficácia de qualquer instrumento de preservação, está basicamente atrelada à identificação, à conscientização e ao reconhecimento de seus valores sociais pela própria comunidade. Base para qualquer permanência no tempo e no espaço.

O patrimônio e as ações em sua defesa passaram, nos últimos tempos, a ser vistos como construções sociais, assim como a memória social. Ambos são articulações, lidam com valores sociais que se alteram com o tempo, visam à transmissão, precisam de atualização para se efetivar.

Assim, esta pesquisa ao relacionar, identificar e comparar valores e tempos está, de certa forma, apresentando à comunidade da localidade Gruppelli, um meio de reflexão sobre a importância de seu patrimônio cultural e, conseqüentemente, de seu reconhecimento como partícipe histórico, econômico e cultural na Colônia Municipal e no município de Pelotas.

CAPITULO III

OS LUGARES REVELADOS: OS ESPAÇOS DE USO COLETIVO

Como se investiga a trajetória de um lugar a partir do presente, daquilo que existe como realidade observável, torna-se, imprescindível, identificar primeiramente essa atualidade para então, partir em busca dos rastros do passado. É o presente, constituído material e conceitualmente, que estabelece as coordenadas para a investigação do passado. Já que é no presente que se encontram as conseqüências das ações praticadas anteriormente. Tudo o que houve em algum momento, acabou se tornando, de alguma forma, no que hoje chamamos realidade. Essa investigação é uma tentativa de compreensão de um presente mutável através de imagens estáticas de tempos passados.

A visão de quem se dirige para a Localidade Gruppelli é, comumente, orientada pelos ângulos proporcionados pelo trajeto da estrada que corta a localidade, longitudinalmente, de leste-oeste. Uma visão que, de certa forma, apresenta os referenciais locais. Como essa estrada existe há décadas na qualidade de elo central entre moradores e atividades, esses referenciais tem sido ratificados cotidianamente. Foi com base nessa visão orientada pela estrada que a trajetória desta investigação identificou as propriedades e os espaços de uso coletivo.

Como sempre se observa uma fotografia antiga a partir do presente, é a partir desse diálogo entre o que há e o que foi que a imagem neste estudo foi esquadrinhada. Trata-se, portanto, de uma leitura conduzida pelo sentido pragmático da fotografia. Assim, como o presente precede o passado, resultou em uma cronologia retroativa. Neste capítulo visitaremos os lugares de uso comunitário: 1) a estrada, 2) o Arroio Quilombo, 3) a ponte, 4) o Parque Gruppelli (Posto de Saúde), 5) o Campo de Futebol, 6) o Cemitério.

3.1 A estrada-rua

Caracterização do objeto		Nº 01	
Local	Nome – Estrada		
	Propriedade - Municipalidade		
	Acesso – Livre		
Pesquisa	Acervos pesquisados - 7		
	Fotografias analisadas - 26		
	Fotógrafos identificados - 3		
	Período – 2009 –1932		

A estrada de chão batido que cruza a localidade Gruppelli, mesmo sendo uma construção artificial, integra a paisagem como uma forma orgânica adaptada ao relevo. Uma linha sinuosa que desce em curva, é intercalada por uma ponte de madeira, torna-se plana e larga no trecho central, volta a curvar e segue quase reta; sobe em curva, outra vez, e assim, vai serpenteando em outras direções. Uma forma ladeada por verdes e algumas construções que troca de cor e textura conforme a posição do sol e a incidência das chuvas. De consistência seca e firme em épocas de seca se transforma em úmida e instável nos períodos chuvosos. Como forma orgânica, não segue padrões geométricos nem apresenta repetições. As imagens, a seguir, captadas no verão de 2009, mostram alguns ângulos dessa estrada (Figuras 65, 66).



Figuras 65, 66 – As formas e cores da estrada, 2009.
Foto da autora, acervo particular.



Figuras 67, 68 – As formas e cores da estrada, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Essa via que é um elemento fixo na paisagem também é alterada pelos movimentos produzidos pela circulação de veículos e pessoas. É essa movimentação que anima a estrada, reafirma a sua funcionalidade e fornece “a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 1988, p.77) na localidade (Figuras 69, 70, 71, 72, 73, 74).



Figuras 69, 70, 71, 72, 73, 74 – Movimentos na estrada, 2007-2009.
Foto da autora, acervo particular.

As imagens mostram que a estrada tem um fluxo diversificado desde a origem, forma e técnica até os interesses ou motivações de seus usuários, o que, conseqüentemente, produz movimentações que diferem tanto na velocidade alcançada, nos volumes em deslocamento, como no tempo do percurso. São esses

movimentos transitórios que alteram, mais ou menos, a constituição da própria estrada bem como a percepção do lugar. De um lado a visão de quem passa pelo lugar, que pode ser breve e generalizada ou lenta e detalhada, de outro a percepção de quem fica entrecortada, cotidianamente, por movimentos múltiplos.

Esta é, sem dúvida, uma estrada que conjuga, a um só tempo e espaço, os avanços da tecnologia com os conservadorismos da tradição.

Em épocas passadas como era essa estrada? Que tipo de movimentação existia? Essas e outras questões, de certa forma, podem ser esclarecidas através de um conjunto de registros fotográficos captados ao longo do tempo, por vários autores, a partir de diferentes ângulos. O que faz de cada imagem uma representação de um fragmento de tempo e espaço específicos. Assim, revisitaremos a estrada de 2007 a 1932, do passado próximo ao mais longínquo.

A primeira imagem, captada ao entardecer por uma moradora apresenta, além da estrada, um fragmento da paisagem (Figura 75).



Figura 75 – Máquina na estrada, (10cm x 15cm), 2007.
Foto – Loraci Mancke, Fonte - Acervo Loraci Mancke.

Esta imagem mostra que a estrada por ser de chão batido exige uma manutenção que envolve um maquinário de grande porte. Um tipo de cuidado imprescindível para que possa servir de base em eventos que fazem do percurso o motivo como os rallies, enduros, triatlons e cavalgadas que, usualmente, passam pela localidade Gruppelli (Figuras 76, 77).



Figura 76 – Atletismo (10cm x 15cm), 2006.
II Grito das Águas – Encontro Esportivo e Cultural da Zona Sul / RS – Realização Fitur.
Foto da autora – Fonte Família Gruppelli.

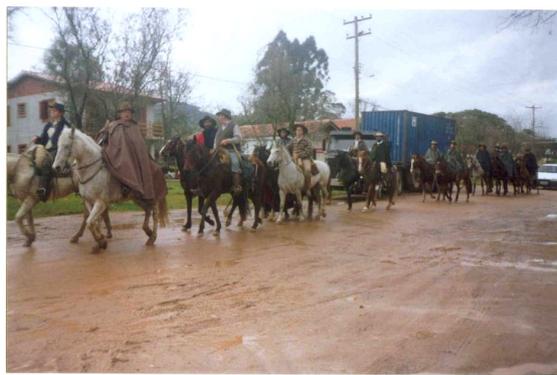


Figura 77 – Cavalgada, (10cm x 15cm), 2002.
1º Enduro da Família Costa Doce
Associação de Cavaleiros da Costa Doce
Fonte - Família Gruppelli.

Como a estrada cruza com o Arroio Quilombo, as águas da chuva e do arroio, por vezes, se juntam encobrendo os dois como se tudo fosse um lago extenso. A imagem da enchente de 2001 reflete essa expansão da água sobre a terra (Figura 78). Um fenômeno natural que além de alterar a cor, a textura e a consistência da superfície, modifica a forma, dificulta a identificação e torna a estrada intransitável.

Figura 78 – Estrada encoberta pela água (10cm x 13cm), enchente de 2001.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.



Essa estrada tem sido, mais que uma pista de passagem de veículos, um espaço comunitário onde os moradores se encontram no cotidiano e realizam atividades festivas, como as carnavalescas, onde fantasias e alegorias desfilam tranquilamente. É o espaço estruturado, tal qual a rua ou a avenida, que tem viabilizado algumas das múltiplas “atividades ritmadas por espaços e relações” (Certeau, 1996, p.32) na localidade. As imagens, a seguir, são registros de

brincadeiras das crianças da família Mancke, Gruppelli e Schäfer, junto à estrada nos anos de 1999 e 2000 (Figuras 79, 80), e de uma cena do cotidiano captada, em 1998, pelo fotógrafo Neco Tavares (Figura 81).



Figura 79 – Crianças fantasiadas, carnaval, (10cm x 15cm), 1999.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.



Figura 80 – Crianças fantasiadas, carnaval, (10cm x 15cm), 2000. Foto – Loraci Mancke,
Fonte - Acervo Loraci Mancke.



Figura 81 – Encontro na estrada, (10cm x 15cm), 1988.
Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.

Alguns veículos que transitavam nessa estrada na década de 1970 eram usados para trabalho e lazer. As carretas de bois por serem pesadas e lentas eram usadas principalmente na realização de tarefas rudes (Figura 82). Já os veículos destinados aos grandes percursos e ao lazer eram equipados com uma lona protetora, um “luxo” que colaborava com a manutenção da sociabilidade, pois permitia vencer com menos desconforto as longas distâncias. Como as visitas rotineiras a parentes e amigos em outras colônias que iniciavam, comumente, nas primeiras horas da manhã e se estendiam até o entardecer. As imagens, a seguir, mostram a partida do casal Helmut e Edy Bonow em direção à Colônia do Arroio do

Padre, após uma visita à família de Arno Pieper, na localidade Gruppelli, em final da década de 1970 (Figuras 83, 84).

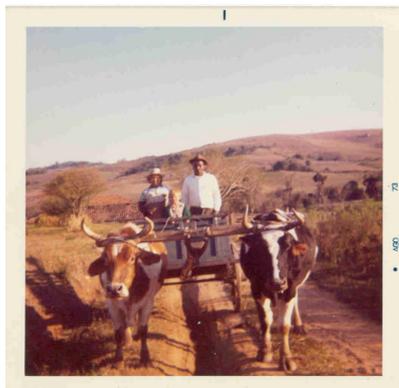


Figura 82 – Carro de boi, (8,8cm x 8,8cm), 1973.
Acervo – Paulo Roberto Gruppelli.



Figura 83, 84 – Despedida, (10cm x 10cm), 197__.
Fonte - Acervo Vânia Pieper Gruppelli.

Uma grande festividade, em 1971, transformou a estrada em uma passarela em que caminhões e camionetes apresentaram ao público um desfile de alegorias e candidatas ao título de rainha do 3º Festival do Agricultor, uma comemoração alusiva ao Dia do Colono, 25 de julho. Um evento que contou com a presença de uma pequena multidão (Figuras 85, 86).



Figuras 85, 86 – 3º Festival do Agricultor, (18cm x 23,7cm), 1971.
Fonte - Acervo Museu Gruppelli.

Retrocedendo um pouco mais no tempo vamos encontrar a estrada como local de passeio e de reunião de parentes e amigos para um registro fotográfico. As imagens, a seguir, mostram uma estrada que de tão pacata permitia

às pessoas sentarem, se posicionarem e aguardarem o fotógrafo registrar o encontro. Evidente que o risco de atropelamento inexistia. A imagem, a seguir, é o registro de um evento “distante e significativo”, ocorrido em 1935 que, segundo José Gruppelli Real¹, marca “um dos raros, se não único, encontro entre as famílias Gruppelli e Real” na colônia, por ocasião do noivado de Nathalia Gruppelli e Ruy Real (Figura 87). Assim, a estrada foi transformada em uma grande sala de visita. Outra imagem mostra o passeio de um grupo de veranistas, em 1935, acompanhado pela anfitriã Ondina Gruppelli, segunda da esquerda para direita (Figura 88).



Figura 87 – Reunião na estrada,
(6cm x 8,8cm), 1935.
Fonte – Acervo Léa Gruppelli.



Figura 88 – Passeio na estrada,
(7,5cm x 12cm), 1935.
Fonte – Acervo Silvana Ferrari.

A estrada na década de 1930 podia ser pacata a maior parte do tempo, mas na época de carnaval era movimentada pelos foliões que, apinhados na traseira de um caminhão, iam para as festas e bailes a fantasia. Os caminhões na zona colonial eram mais que um meio de escoamento de produção servindo, inclusive nos dias de hoje, para o transporte de passageiros na carroceria (Figura 89).



Figura 89 – Transporte de foliões,
(6cm x 8,8cm), 193__.
Fonte - Acervo Léa Gruppelli.

¹ Conforme depoimento enviado por e-mail, Josereal@gmail.com, em 26/02/2009 e 20/03/2009.

Como essa estrada já cruzava, em 1932, com o Arroio Quilombo, as águas da chuva e do arroio se juntaram transformando tudo num lago extenso, bastante semelhante ao que sucederia, por tantas vezes, nas décadas posteriores.

Uma imagem captada no dia 23 de setembro de 1932 (Figura 90) mostra que, nessa enchente, as águas do Arroio Quilombo “sahiram do leito, cobrindo a estrada em grande extensão” como ocorreram também nesse dia com o Arroio Pepino, onde as águas haviam subido “cerca de um metro, passando por cima do pontilhão e danificando-o em parte” (OPINIÃO PÚBLICA, 24/09/1932, p.1). A imagem mostra que a situação no Gruppelli não foi menos drástica que na região do Retiro onde o “Arroio transbordou transformando o local num extenso e caudaloso rio, interrompendo completamente as comunicações com a cidade” conforme anunciava o jornal esse jornal.



Figura 90 – Estrada encoberta pela enchente, (6cm x 8,8cm), 1932.
Fonte - Acervo Léa Gruppelli.

Através deste conjunto de imagens se percebe que a estrada que hoje cruza a localidade Gruppelli é uma forma inserida nesta paisagem há muitas décadas e, desde os anos de 1930, tem desempenhado importante papel na realização social dessa comunidade.

As mutações ocorridas ao longo do tempo são, basicamente, de caráter funcional, provenientes de movimentos que se alteram “segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano” (SANTOS, 1988, p.69). Já as mutações

de caráter estrutural surgem, esporadicamente, em função das enchentes que, como vimos, altera a forma da estrada tornando-a pouco visível.

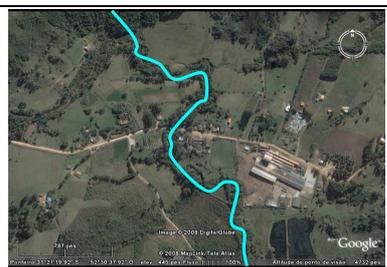
Este conjunto de recortes de tempo e espaço, revelados pelas imagens fotográficas mostra que esta estrada tem se constituído em um suporte material que tem servido “a funções diferentes em distintos momentos” (SANTOS, 1988, p.72). Distinções essas que tem assegurado a própria existência do lugar e por isso, registradas imgeticamente nos acervos fotográficos dos moradores e na memória da comunidade. Um conjunto que revela também que alguns dos veículos da atualidade são produtos de um saber (construção e condução) que foi transmitido pelas gerações passadas.

A simples existência de imagens da estrada em diversos acervos particulares é um comprovante de seu valor funcional e afetivo para essa comunidade.

A estrada como meio físico que viabiliza ou facilita o deslocamento é uma herança dos primórdios da colonização na região, mas o modo de usar atual é uma herança imaterial, passível de ser comprovada no dia-a-dia da localidade.

3.2 O Arroio Quilombo

Caracterização do objeto		Nº 02
Local	Nome – Arroio Quilombo	
	Propriedade - União	
	Acesso – Livre a partir da estrada	
Pesquisa	Acervos pesquisados - 9	
	Fotografias analisadas - 26	
	Fotógrafos identificados - 6	
	Período – 2009 – década de 1930	



Este arroio que, é uma forma natural, atravessa a Localidade Gruppelli como uma linha sinuosa que muda constantemente de cor, textura, volume, velocidade e, de tempos em tempos, de dimensão e formato. Atua como limite entre o 7º Distrito, Quilombo, e o 8º Distrito, Rincão da Cruz, e divisa natural entre propriedades ribeirinhas. Desce das terras mais altas da Colônia Municipal em direção a Colônia Santa Áurea. Suas águas são calmas e transparentes, mas se tornam apressadas e opacas em épocas de chuvas intensas. De objeto de prazer no verão, desfrutado por moradores e turistas, pode se tornar, num curto espaço de tempo, em fonte de perigo, capaz de estraçalhar casas e lavouras, tudo que estiver ao seu redor. O leito de solo arenoso, por vezes descoberto em alguns trechos, é ladeado por uma vegetação exuberante que a cada curva se modifica oferecendo um novo panorama. Um lugar que, sem dúvida, é aprazível nos dias ensolarados, como comprovam as imagens captadas no verão de 2008-2009, junto ao Parque Gruppelli (Figuras 91, 92, 93, 94).



Figura 91 - Arroio Quilombo,
Parque Gruppelli, 2008.
Foto da autora, acervo particular.



Figura 92 - Arroio Quilombo,
Parque Gruppelli, 2008.
Fonte - Acervo família Gruppelli.



Figuras 93, 94 - Arroio Quilombo, Parque Gruppelli, 2008-2009.
Foto da autora, acervo particular.

Estes são registros de imagens simples que, provavelmente, Bachelard (2003, p.19) incluiria no rol das “imagens do espaço feliz”, denominadas de *topofilia*. Mas, como nem só de sol e calor vive a natureza deste lugar, a chuva em abundância costuma transformar drasticamente a paisagem, como mostram as imagens captadas pela moradora Loraci Mancke, em 2007 (Figuras 95, 96).



Figura 95, 96 – Enchente no Arroio Quilombo, (10cm x 15cm), 2007.
Foto – Loraci Mancke, Acervo – Loraci Mancke.

O Arroio virou rio, as margens desapareceram, a água opaca encobriu os campos. Um cenário desolador, instável e de final imprevisível. Imagens que se opõem, diametralmente, às da *topofilia*, e precisamente, por isso, tão inesquecíveis.

Mas o mesmo arroio, o mesmo lugar, meses antes apresentava num final de tarde, além de uma rica harmonia de dourados e azuis, uma areia que marcada e remarcada por muitos pés, denunciava que algumas pessoas haviam transitado em muitas direções. Crianças e adultos que, certamente, haviam aproveitado para se refrescar no tórrido dia 03 de fevereiro de 2007. Imagens que por terem sido, literalmente, concebidas como “um fragmento selecionado da

aparência das coisas” (KOSOY, 1999, p.21), pelo olhar atento do fotógrafo Neco Tavares, acabam revelando mais do que expõe essa aparência: sem mostrar ninguém denunciam alguns (Figuras 97, 98).



Figuras 97, 98 – As cores do entardecer, Arroio Quilombo, 2007.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo do fotógrafo.

Como as cores do Arroio variam de acordo com as horas do dia e das estações, o verde iluminado pode se transformar, após uma chuva intensa, em um verde escuro. E a água cristalina revirada em uma palheta opaca de cinzas coloridos que esconde o fundo e desfaz as margens. Uma paisagem que no final da manhã do dia 18 de setembro de 2005, registrada pela artista visual Francisca Silva, não denuncia qualquer horário, apenas que chovera em abundância (Figuras 99, 100).



Figuras 99, 100 – Paisagem em verde e cinza, 2005.
Foto Francisca Silva. Fonte - Acervo da autora.

A chuva intensa e prolongada que, por vezes, traz prejuízos para as áreas próximas também pode trazer alegrias, transformando o arroio em um quase riacho caudaloso. Uma oportunidade que a gurizada da comunidade não costuma

perder. Pois, não é todo verão que o Arroio Quilombo oferece “tanta” profundidade, (Figura 101).



Figura 101 – Banho da gurizada, (10cm x 15cm), 2002.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

O Arroio Quilombo é um local prazeroso com uma paisagem que, além de tranqüila, oferece sombra e água fresca em vários trechos. Assim, uma família pode escolher algum local e instalar o seu camping privativo, livre de olhares indiscretos ou da presença de intrusos. Uma regalia que alguns moradores aproveitam. Afinal, isso, é para quem pode. Como a família de Santo Ireno Domingues que, em 2000, escolheu o Arroio Quilombo para comemorar a entrada de Ano Novo (Figura 102).



Figura 102 – Reunião em família, (10cm x 15cm), 2000.
Fonte - Acervo Família de Santo Ireno Domingues.

Esse Arroio também serviu, em 1999, de pretexto para que alguns alunos pudessem “molhar os pés” antes da apresentação, no 6º KoloNatale, do Grupo de danças folclóricas do Colégio Santa Margarida, coordenado pela Prof. Elizete Jeske (Figura 103).



Figura 103 – Excursão, (10cm x 15cm), 1999.
Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.

O Arroio tem proporcionado a diversas pessoas, ao longo do tempo, atividades ainda mais prazerosas que o simples “molhar os pés”, como um banho com o cachorro de estimação ou um encontro de meninas. Fatos corriqueiros que vivem na memória e são conservados com carinho pelas famílias como boas lembranças, coladas em álbuns ou guardadas em caixas. É por meio desta crônica visual que cada família constrói para si mesma, que o passado da localidade, próximo ou distante, tem sido visto e revisto por diferentes gerações. É através dessas imagens preservadas que um evento banal do cotidiano acaba ganhando “uma espécie de imortalidade (e de importância) que de outro modo ele jamais desfrutaria” (SONTAG, 2006, p.22). Uma valoração que possibilita a transmissão de dados e informações de uma geração à outra. As imagens, a seguir, são registros de algumas boas lembranças conservadas em acervos particulares, como o encontro de meninas da família Adamoli, verão de 1997 (Figura 104), e da família Pieper com o pequinês Kojak¹ (Figura 105).

¹ Alusão ao nome de uma série policial americana apresentada no Brasil na década de 1970.

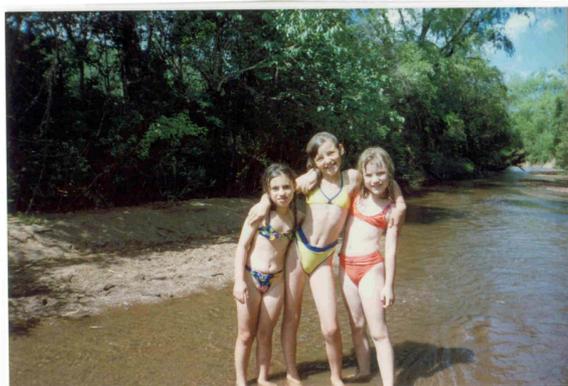


Figura 104 – Três meninas no Arroio,
(10cm x 15cm), 1999.
Fonte - Acervo Daniela Adamoli Kichöfel



Figura 105 – Duas meninas no Arroio,
(10cm x 10cm), 197_.
Fonte - Acervo Vera Pieper Schäfer.

Retrocedendo ainda mais no tempo encontramos imagens que atestam o papel desse Arroio, na década de 1950, como cenário para fotos mais elaboradas, semelhantes às imagens de “estrelas” de cinema publicadas em revistas. Poses que exigiam tempo de preparação na composição do visual impecável, da imagem ideal a ser ofertada como recordação à parentes e amigos, como o registro de Zita Geraldina Natusch captado por Carmen Gruppelli Ferrari, em setembro de 1952 (Figura 106), e de Maria Lucy Adamoli Gruppelli, em 18 de janeiro de 1958 (Figura 107). Ambas atuaram como professora na E. M. Dr. José Brusque na Localidade. Estas duas imagens podem ser consideradas também como registro de trajes de banho e passeio usados na década de 1950 pelas mulheres jovens nesse lugar.



Figura 106 – Recordação, (9,5cm x 6,5cm), 1952.
Foto Carmen Gruppelli Ferrari
Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari



Figura 107 – Banho de sol, (6,5cm x 4,5cm), 1958.
Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari

Duas fotos de anos mais remotos mostram, mais que a moda ou as brincadeiras de crianças no Arroio, a existência de uma corredeira entre pedras, no ano de 1950. Uma pequena cascata situada mais ao norte da estrada, junto à propriedade da família Marini. Um cenário que não pode mais ser visitado, apenas conhecido ou reconhecido através de imagens do passado. O desmatamento das margens, em diversos pontos, produziu um assoreamento no Arroio Quilombo que eliminou não apenas esse cenário, como introduziu alterações que resultaram em: a) elevação do nível do leito; b) alteração do curso da água; c) aumento da frequência das enchentes. As imagens, a seguir, mostram quatro crianças² sobre pedras elevadas, circundadas por água corrente (Figura 108), um comprovante da existência dessa corredeira no Arroio Quilombo junto à propriedade Marini, bem como a presença de cinco meninas³ no Arroio no verão de 1949 (Figura 109). A imagem de 1950 é também um atestado de um patrimônio natural, um bem coletivo usufruído pelos moradores que não foi transmitido às gerações seguintes.



Figura 108 – Cascata no Arroio Quilombo, (6,2cm x 8,6cm), 1950.
Fonte – Acervo Neuza Knopp Timm



Figura 109 – Cinco meninas no Arroio Quilombo, (6cm x 8,8cm), 1949.
Fonte – Acervo Neuza Knopp Timm

Retornando mais um pouco no tempo encontramos o Arroio Quilombo como cenário fotográfico da terceira geração da família Gruppelli. Duas imagens mostram uma árvore caída sobre o leito do Arroio sendo usada como elemento compositivo da cena, onde se visualiza as irmãs Honorina e Ondina Gruppelli (Figura 110) e as cunhadas Honorina e Febrônia Gruppelli (Figura 111). A terceira imagem mostra um encontro dos irmãos Geraldo e Dorival Gruppelli e Otílio Lima,

² Entre as crianças foram identificados os irmãos Maria Francisca e Wilmar Marini Knopp.

³ Entre as meninas encontram-se Maria Francisca, Marlene e Elizabeth Marini e a amiga Leonor Maria.

cunhado de Dorival (Figura 112). As três imagens são indicativas da estreita relação que a família Gruppelli mantinha com o Arroio na década de 1930.



Figuras 110, 111, 112 – O Arroio Quilombo, cenário da família Gruppelli, (8cm x 5,7cm), (8,8cm x 6cm), (8cm x 5,7cm), 193_.
Fonte – Acervo Léa Gruppelli.

Esse cenário bucólico repleto de árvores era também desfrutado pelos veranistas que, instalados na hospedaria Gruppelli, aproveitavam as margens para passeios ao ar livre e registros fotográficos que evidenciassem suas vivências na colônia. Uma regalia que possibilitava compor uma imagem mais realista – com elementos naturais em um lugar concreto – que as produzidas em estúdios fotográficos desde o século XIX. Époça em que os fotógrafos almejando produzir imagens semelhantes à pintura colocavam “os modelos diante de fundos “pitorescos”, utilizando andaimes, retocando e “embelezando” a imagem em nome de critérios estéticos” (BUCK-MORSS, 2002, p.174). O uso do cenário natural na fotografia não se institui apenas como consequência de avanços tecnológicos, mas, sobretudo, de uma revolução estética proporcionada pela própria competência da fotografia de re-apresentar “uma verdadeira fatia de espaço-tempo” (DUBOIS, 2007, p.103) “de um modo que nenhuma pintura pode ser” (SONTAG, 2006, P.170). Como o registro de 2 veranistas, mãe e filho (Figura 113), e o de Dorival Gruppelli captado pelo fotógrafo Bruno Pruski (Figura 114). Essas duas imagens, que são da década de 1930 e tem o Arroio Quilombo como cenário natural também nos informa de algumas evidências deste período: a) da moda usada por veranistas em passeios; b) do Arroio Quilombo como extensão da hospedaria Gruppelli; c) do uso do lugar

como cenário fotográfico; c) da existência de árvores de grande porte junto à margem.



Figura 113 – Veranistas no Arroio Quilombo, (14cm x 8,8cm), 193_.
Fonte – Acervo Neuza Knopp Timm



Figura 114 – Dorival Gruppelli no Arroio Quilombo, (14cm x 9cm), 193_. Foto – Bruno Pruski
Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari

E na década de 1930 o Arroio era apenas um cenário fotográfico para a família Gruppelli e seus hóspedes? Não, era um local usufruído também para o banho, pois permitia encobrir o corpo com a água, como comprova o registro das primas Maria Marini e Natália Gruppelli nas corredeiras dos Marini (Figura 115). Esta imagem também é um comprovante de transmissão: a) da prática do banho no Arroio; b) do uso desta corredeira. Um hábito que a jovem Maria Marini, que aparece na foto quase encoberta pela água, tratou de repassar aos filhos, conforme vimos nas imagens de 1949 e 1950 (Figuras 108, 109). Uma transmissão, portanto, que envolvia, de um lado, uma prática cultural inserida no cotidiano, de outro, um vínculo com a natureza do lugar. Esta prática do banho no Arroio Quilombo, que pode ser incluída no rol do patrimônio imaterial, tem sido transmitida, ao menos, desde a geração de 1930 até o presente, mas o repasse do patrimônio material constituído pelas corredeiras entre pedras foi, em algum momento após a década de 1950, interrompido. A imagem seguinte, provavelmente da década de 1930, reafirma a prática do banho no Arroio Quilombo pelas irmãs Honorina e Ondina Gruppelli e a existência de pedras elevadas da superfície (Figura 116).



Figura 115 – Cascata no Arroio Quilombo,
(6cm x 8,8cm), 193_.
Fonte – Acervo Neuza Knopp Timm.



Figura 116 – Duas jovens no Arroio Quilombo,
(9cm x 6cm), 193_.
Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.

Através deste mergulho nas superfícies das imagens verificamos que este Arroio, da década de 1930 aos dias atuais, tem sido intensamente vivenciado por crianças e adultos. Um espaço geográfico que resulta no forte vínculo que a sociedade, moradores e turistas, mantém com essa paisagem de areia, água e vegetação. Uma paisagem que, longe de ser estática, é constantemente alterada pelos movimentos da natureza e pelas ações praticadas em qualquer trecho, horário ou estação.

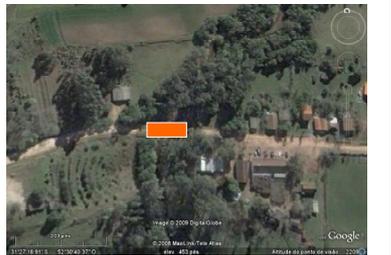
O Arroio Quilombo, por conformar um ambiente que favorece as relações sociais, surge como cenário de fotografias que revelam, a cada imagem captada, o seu significado específico. Assim, esse conjunto de imagens do arroio expõe também um conjunto de significados produzidos no mesmo lugar em diferentes épocas. É essa gama de significação que proporciona uma melhor compreensão da relação Arroio-sociedade ao longo do tempo, já que “É através do significado particular, específico, de cada segmento do tempo, que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento” (SANTOS, 1988, p.83). E, no caso do Arroio, essa compreensão torna-se imprescindível, pois se trata de um lugar onde as aparências se mantêm, ou seja, água, areia e vegetação são presenças constantes no lugar e nas fotografias, mas a significação não, “pelo fato de que têm outro papel na economia e na sociedade” (SANTOS, 1988, p.83).

Os veranistas que se instalavam na hospedaria Gruppelli, em função da distância e dos transportes precários, passavam temporadas e não horas como fazem os turistas de hoje. Escolhiam apenas os meses quentes e não qualquer estação para usufruir das paisagens coloniais, como acontece na atualidade. O veraneio era uma atividade programada com antecedência, um ritual cumprido anualmente por uma minoria abastada que possuía tempo livre e dinheiro disponível.

Assim, como os veranistas de ontem não são os turistas de hoje, as atividades do passado no arroio, embora aparentemente semelhantes as do presente, não são idênticas. Pois o arroio, de lá para cá, também mudou de volume, de curso e, como mostram as fotografias, de aparência.

Ao longo do tempo a paisagem e o espaço Arroio mudaram, mas a sua função relativa ao lazer continua tão ativa como fora para a família Gruppelli na década de 1930.

3.3 A Ponte

Caracterização do objeto		Nº 03
Local	Nome – Ponte sobre o Arroio Quilombo	
	Propriedade - Municipalidade	
	Acesso – Livre	
Pesquisa	Acervos pesquisados - 10	
	Fotografias analisadas - 25	
	Fotógrafos identificados - 7	
	Período – 2009 – década de 1930	

A atual ponte que cruza o Arroio Quilombo na Localidade Gruppelli é uma construção em madeira que tem resistido ao tráfego pesado, à manutenção precária e, principalmente, às diversas enchentes ocorridas desde meados da década de 1990. A estrutura dessa ponte, reforçada com quatro apoios verticais, foi pautada para suportar o escoamento da produção da Cerâmica Bella Gres, instalada na localidade desde 1993. Essa não é a primeira ponte construída sobre esse arroio na localidade, houve outras que não resistiram à força das águas.

A ponte atual é uma forma artificial de linhas retas, constituída de matéria orgânica, que foi inserida na paisagem com o objetivo de facilitar a passagem de veículos motorizados. Pois, em épocas anteriores, quando as carroças e charretes predominavam nas estradas coloniais, as raras pontes que existiam eram mais baixas e pouco usadas por esses veículos já que a travessia direta sobre arroios e córregos permitia aos animais se abastecerem de água fresca.

Essa ponte é resultante de um arranjo entre objeto natural (o Arroio) e objeto social (a estrutura), gerado por um sistema articulado no passado, que ainda hoje expõe, aos moradores e passageiros, sua indissociável trama físico-temporal. Uma marca, de saberes e fazeres de várias gerações, deixada em exposição permanente, na paisagem do lugar.

Conjuntos como esse de formas “criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual” (SANTOS, 1996, p.84) é que determinam a configuração de uma paisagem. Formas que, por existirem *no momento atual* e cumprirem *uma função atual*, surgem como resposta às percepções atuais de uma sociedade, ou seja, são essas formas, e não outras,

mantidas a partir de uma decisão do presente, que demonstram a participação da sociedade nessa paisagem. Uma participação que, além de garantir a vida do lugar, reflete a significação, funcional ou simbólica, atribuída à materialidade do lugar. Uma conjunção de predicados que faz com que cada lugar seja único.

Passear por essa paisagem é transitar pela história desse lugar que ainda preserva rastros deixados pelos antepassados. Cruzar a ponte de madeira é vivenciar um símbolo que, de acordo com Cerqueira (2008)¹, “sintetiza toda esta riqueza cultural e, em seu estilo, em sua construção em madeira, constitui suporte de recordações, em meio à bela paisagem, nos remete a épocas passadas”.

Pelo seu valor estético-cultural é que a imagem da ponte se tornou um dos cartões postais da localidade, comprovante visual dos atributos do lugar, exposto em folders e guias turísticos, assim como o Parque, o Museu, o Restaurante e o Armazém. A imagem, a seguir, é um exemplar do uso da imagem da ponte em roteiro turístico, como o promovido pelo 1º Fórum Latino-americano de Educação Patrimonial – Arqueologia, Museus e Responsabilidade Social, promovido pelo Instituto de Ciências Humanas – UFPEL, em março de 2008 (Figura 117).



Figura 117 – Uso da imagem da ponte como cartão postal da localidade Gruppelli, 2008
Fonte – <http://www.ufpel.edu.br>.

Como cartão postal, a imagem da ponte convida as pessoas para um lugar aprazível onde “o bate-papo à sombra das árvores, por vezes, é interrompido pelo barulho dos carros que passam sobre a ponte” (Diário Popular, 15/01/2008)² movimentando as toras de madeira. Um barulho que vindo dos materiais orgânicos, ressona bastante agradável, muito diferente dos ruídos estridentes da cidade, já que

¹ In: <http://www.amigosdepelotas.com/2008/09/pelotas-quadro-quadro-maria-gruppelli.html> - acesso 04/03/2009.

² In: Turismo: Represa do Quilombo. http://www.diariopopular.com.br/15_08_01/cp140802.html - acesso 04/03/2009.

o trânsito é pouco intenso. Como essa ponte tem sido registrada ao longo do tempo pela fotografia? Partindo do presente retrocederemos até a década de 1940.

A ponte para quem passa a pé, ou de carro, é um segmento retilíneo, em uma estrada sinuosa. Um pequeno trecho mais estreito, composto por duas pranchas paralelas, sobrepostas a uma sucessão de pranchas perpendiculares. Esta estrutura artesanal, feita sob medida, fixada por pregos, se encaixa de forma tão perfeita nas extremidades que mantém, visualmente, a unidade estrada-ponte. Até as cores se assemelham em períodos de estiagem (Figuras 118, 119).



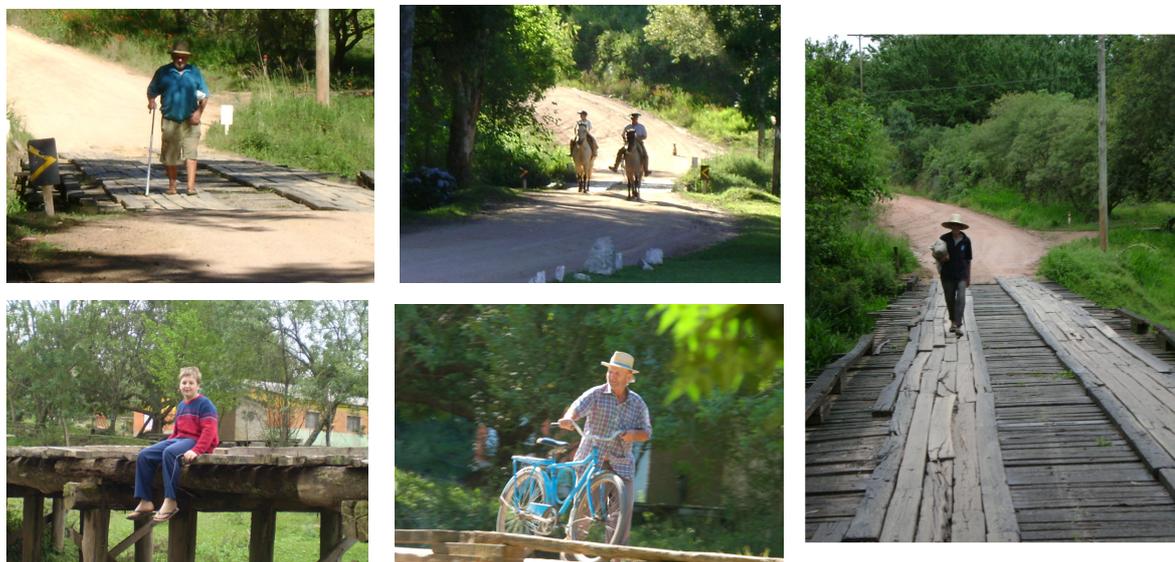
Figuras 118, 119 – As formas da ponte, vista superior, 2007-2009.
Foto da autora, acervo particular.

Essa ponte também pode ser vista, lateralmente, como uma linha horizontal apoiada em uma estrutura vertical, de toras de madeira e traves diagonais, cravada em solo arenoso. Basta mudar o ponto de vista que a estrutura também muda, visualmente, sem interromper o fluxo da água ou a função de elo entre o 7º e 8º Distritos, como mostra um trecho, dessa estrutura rígida, captado a partir da lateral sul, o Parque Gruppelli, nos anos de 2007 e 2009 (Figuras 120, 121).



Figuras 120, 121 – As formas da ponte, vista lateral, 2007-2009.
Foto da autora, acervo particular.

Como essa ponte é usada no cotidiano? Quem são os usuários? As imagens, a seguir, mostram algumas atividades propiciadas pela ponte, captadas nos anos de 2007 a 2009 por três fotógrafos (Figuras, 122, 123, 124, 125, 126).



Figuras 122, 123, 124 – Andarilhos e cavaleiros, 2007-2009. Foto da autora, acervo particular.

Figura 125 – Repouso, 2008. Foto Gabriel Gruppelli. Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Figura 126 – Ciclista, 2007. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo do fotógrafo.

A ponte é usada tanto por pessoas que transitam a pé ou a cavalo como para descanso. As imagens mostram as caminhadas rotineiras de dois agricultores, Francelino Jung Vahl (Figuras 122) e Aldrovando Janken Adamoli (Figuras 122), uma cavalgada como lazer de Paulo Henrique Marini e o filho João Pedro, em final de tarde (Figura 123), e o jovem Julio Pieper Gruppelli em uma pausa entre uma brincadeira e outra no Parque Gruppelli (Figura 125).

O conjunto formado pela ponte, o arroio e a natureza produz uma imagem que, além de ser prazerosa, estimula a imaginação do observador. E como “O valor de uma imagem mede-se pela extensão de sua auréola imaginária” (BACHELARD, 2001, p.1) a imagem do conjunto é, certamente, valiosa. Pois ela, de fato, mexe com o imaginário coletivo, estimulando lembranças, reflexões e comentários, como o do jornalista Rubens Amador Filho em seu Blog “Amigos de Pelotas”³ sobre a imagem assinada por Maria Lucy Adamoli Gruppelli, leitora do blog, postada em 11/09/2008 na seção Pelotas-quadro-a-quadro (Figura 127).

³ <http://www.amigosdepelotas.com.br> – acesso 04/03/2009

Eis uma ponte simbólica. Sujeita a vôos de borboletas de dia e de pirlampos à noite, o pontilhão - embora uma território - lembra-nos da precariedade afetiva entre os colonizadores portugueses, urbanos, e os pioneiros alemães, campestres.



Figura 127 – A imagem da ponte na Internet, 2008.
Foto Maria Lucy Adamoli Gruppelli. Fonte – <http://.amigosdepelotas.com>.

As imagens produzidas entre 2007 e 2008 mostram duas alterações significativas ocorridas com os componentes da ponte nesse período: a) acentuada deterioração das pranchas longitudinais (Figura 124); b) eliminação da proteção lateral sul (Figura 125). Duas alterações que, certamente, comprometem a estrutura da ponte, a segurança das pessoas e podem provocar desastres. Como o acidente ocorrido em 1º de abril de 2008 que mobilizou a comunidade, o poder público, a TV e os jornais. Um fato que foi noticiado tanto pela imprensa local como pelo Jornal Zero Hora, edição de 02/04/2008, nº 15559, sob o título “Parte de pontilhão perfura carro em Pelotas” com ilustração de Nauro Júnior (Figura 128), assim constando:

O agricultor Valdemar Dias, 61 anos, tomou um susto na manhã de ontem quando atravessava de carro um pontilhão de madeira da localidade Colônia Gruppelli⁴, em Pelotas, para ir ao posto médico. Uma parte de um pranchão de madeira se soltou da base da ponte do local, perfurou o assoalho do Voyage de Dias e atingiu o banco do carona que, por sorte, estava vazio. O incidente aconteceu por volta das 9h15min.

Não é a primeira vez que o pontilhão causa problemas. Reclamações dos moradores à Secretaria de Desenvolvimento Rural sobre o estado de conservação são constantes. Há pouco mais de um ano, um ônibus teve o pára-choque traseiro arrancado por um pedaço de madeira na mesma ponte.

Engenheiros e técnicos da secretaria estiveram no local verificando a situação da ponte. Faremos a manutenção - garantiu o secretário de Desenvolvimento Rural Lélío Robe.

A ponte que dá acesso à Colônia Gruppelli, um ponto turístico da zona rural do município, tem cerca de 38 metros de comprimento e quatro metros de altura.

⁴ O Gruppelli é uma localidade dentro da Colônia Municipal e não uma colônia como consta nesse texto. Aliás, um equívoco bastante comum já que o nome Gruppelli, em virtude de suas atividades, aparece mais na mídia que a própria Colônia Municipal.



Figura 128 – Acidente na ponte, 2008.
Foto Nauro Júnior. Fonte – <http://zerohora.clicrbs.com>.

E dois anos antes como estava o madeiramento da ponte? Uma imagem captada pela moradora Loraci Mancke, em 2006, mostra que as pranchas longitudinais se encontravam, aparentemente, em boas condições, e parte dos tabuões transversais apresentavam aspecto diferenciado (Figura 129). O que permite intuir que algum serviço de manutenção fora executado neste período. Ou seja, substituição parcial da estrutura, reposição de peças deterioradas. Essa imagem denuncia também que a proteção lateral, chamada também por guarda-rodas, inexistia no lado norte e no centro no lado sul.



Figura 129 – Ciclista na ponte, (10cm x 15cm), 2006.
Foto Loraci Mancke. Fonte - Acervo Loraci Mancke.

Essa imagem, bem mais que um testemunho do estado de conservação da ponte, “é também, antes de qualquer outra coisa, um verdadeiro ato icônico “em si”, é consubstancialmente uma imagem-ato” (DUBOIS, 2007, p.59). Nesse caso específico um ícone do ato inicial de ver o lugar, pois é a partir desse ângulo da imagem que as pessoas começam a vislumbrar a localidade. É dessa perspectiva, após a curva da estrada, que o lugar, esse “conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam” (SANTOS, 1988, p.52), passa a se mostrar⁵ ao visitante.

A ponte pode servir também para atividades distintas do tráfego, como promover uma configuração espacial, juntamente com o Arroio, que estimula algumas brincadeiras infantis, como mostra a imagem dos três pequenos moradores da localidade, “curtindo” o local, em 2002 (Figura 130).

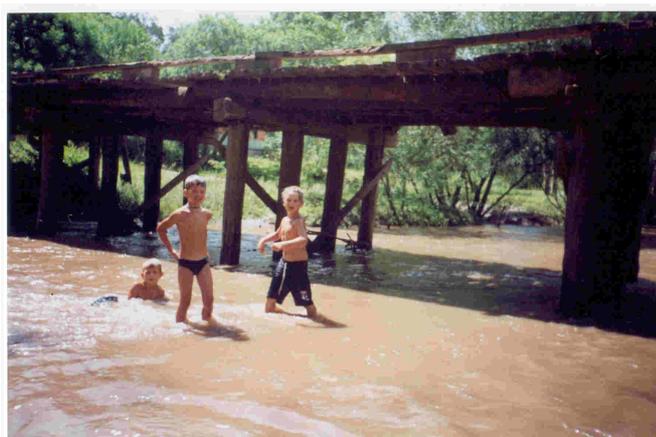


Figura 130 – Banho da gurizada junto a ponte, (10cm x 15cm), 2002.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Além de paisagem apropriada às atividades lúdicas, a ponte também pode ser ocupada por diferentes personagens em situações diversas, que incluem desde o passeio do cão de estimação até eventos programados. Dessa forma ocorre com a ponte uma mutação funcional, pois ela deixa de ser apenas a passagem sobre o Arroio para se transformar em palco, centro de uma atividade comemorativa como acontece no *KoloNatale*, uma confraternização natalina que reúne diversas comunidades. Nessa data a ponte é a passarela elevada, iluminada por tochas, por onde o cortejo natalino desfila possibilitando aos espectadores vislumbrar, no alto, a comitiva de crianças e adultos trazendo o “Papai Noel” em seu carro alegórico, como

⁵ “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos” (SANTOS, 1988, p.62).

aconteceu no 6º *KoloNatale* (Figura 131). A imagem seguinte apresenta uma cena do cotidiano destacando o Dique, um dos cachorros de estimação da Família Gruppelli (Figura 132). Ambas captadas pelo fotógrafo Neco Tavares, em 1999.



Figura 131 – Chegada do Papai Noel, 6º *KoloNatale*, (10cm x 15cm), 1999.
Foto Neco Tavares.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.



Figura 132 – Cena do cotidiano, (10cm x 15cm), 1999.
Foto Neco Tavares.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Estas duas imagens, além de testemunharem a diversidade no uso da ponte, servem também como suporte de memória coletiva. A imagem do cortejo se refere a uma representação de um fato que além de marcante e periódico fora vivamente compartilhado pela grande maioria dos membros dessa comunidade, portanto, lembrado por muitos. Uma imagem que, possivelmente, Candau (2001, p.35) incluiria no rol das “*representaciones factuales*” que, para ele, são as “representaciones relativas a la existencia de ciertos hechos”.

A outra imagem remete também a um fato recorrente já que esse cachorro, o Dique, além de conhecido e reconhecido por todos, morreu tragicamente, tempo depois, neste mesmo local, conseqüentemente, também registrado por muitos. Trata-se, portanto, de uma imagem que para os conhecedores do fato, possivelmente, remeta a uma situação e tempo específicos, situados além do registro fotográfico, ou seja, “ultrapassa, na mente do receptor, o fato que representa” (KOSOY, 1999, p.46).

Essas imagens também mostram que no ano de 1999 o madeiramento da ponte aparentava boas condições, aspecto de novo, com as proteções laterais íntegras, nos dois lados. O que se constata, também, em outras duas imagens desse mesmo ano, captadas de diferentes ângulos como a que apresenta os primeiros “ensaios” de Julio Pieper Gruppelli no Parque (Figura 133), e uma

“travessia” sobre o Arroio Quilombo das crianças Mauricio Pieper Schäfer com as primas Amanda e Silvana Pieper Gruppelli (Figura 134).

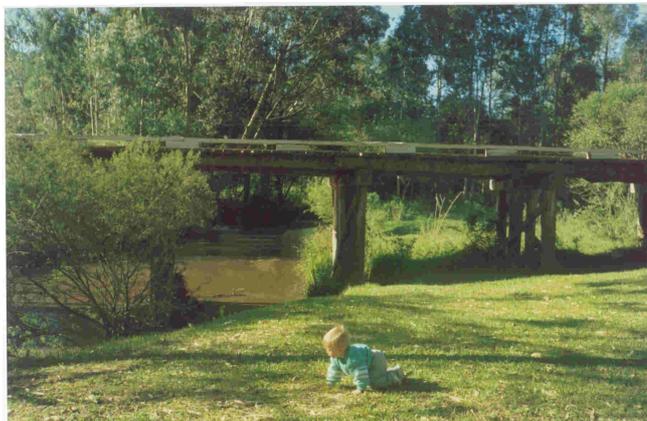


Figura 133 – Parque e ponte
(10cm x 15cm), 1999.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.



Figura 134 – Crianças na ponte,
detalhe, 1999.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Algumas das ações praticadas na ponte têm significados para os moradores que vão do prosaico ao excepcional e dependem, diretamente, do nível “adequado” do Arroio. Ou seja, de que o volume d’água possibilite a ponte servir de trampolim ou de passarela para um cortejo de “anjos” e “Papai Noel”, como compravam os registros de duas ações - dois significados - realizadas na ponte no verão de 1996. Como o flagrante de 1996 da menina Amanda Pieper Gruppelli em direção ao Arroio (Figura 135) e a chegada do Papai Noel na Localidade conduzido pelos “anjos” Mauricio Pieper Schäfer, Amanda Pieper Gruppelli e outras crianças no 2º *KoloNatale*, em 1996 (Figura 136).



Figura 135 – A ponte transformada em
trampolim, (10cm x 15cm), 1996.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.



Figura 136 – Chegada do Papai Noel,
2º *KoloNatale*, (10cm x 15cm), 1996.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Essas duas imagens atestam uma forma de realidade social que atribui usos e, conseqüentemente, valorações diferenciadas à mesma realidade física, o que comprovam que essa sociedade, assim como outras, atua sobre objetos sociais, e assim ocorre porque, segundo Santos (1996, p.88),

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificado

Como a permanência e o estado de conservação de uma ponte estão, como em outras pontes, intimamente relacionados às próprias condições do Arroio, as transformações ocorridas em um, conseqüentemente, afetam o outro. O nível da água quando baixo deixa uma parte maior da estrutura sujeita aos movimentos de retração na madeira. Entretanto, quando o nível da água se eleva, a estrutura toda fica sujeita a forças de pressão e tensão, pelo aumento de volume e velocidade da água, que podem interferir na estabilidade do conjunto. Como os períodos de seca e enchente se alternam, a estrutura da ponte fica, permanentemente, sujeita a movimentos opostos. Duas imagens, captadas no início da década de 1990, testemunham a situação, em época de enchente, da ponte que existia, anteriormente, nesse mesmo local (Figuras 137, 138). Essa ponte era estruturalmente, menos estável, reforçada com apenas três apoios verticais e aproximadamente 70 cm mais baixa que a atual, portanto, bem mais vulnerável aos movimentos do Arroio. Parte dessa estrutura, junto à cabeceira leste, permanece ainda sob a ponte atual.



Figuras 137, 138 – Imagens da ponte em época de enchente, (10cm x 15cm), 199_.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Essas imagens mostram que a força e o volume d'água arrastaram acima da ponte parte da vegetação ribeirinha e areia da cabeceira leste. Possivelmente, nessa enchente, o nível da água tenha encoberto a ponte. A elevação excessiva do nível da água, embora seja um fenômeno comum na localidade, não deixa de interferir no cotidiano dos moradores, pois, além dos danos materiais, dificulta ou impede, temporariamente, o trânsito de pessoas e veículos.

Assim como a água do arroio sobe até alturas indesejáveis, desce ao nível adequado aos seus diversos usos. O arroio sobe e a tensão sobe, o arroio desce e a tensão desce. Dessa forma, a localidade sujeita às alterações do Arroio vai convivendo com o perigo e o prazer, com os danos e os benefícios proporcionados por essa paisagem (ponte e arroio) em constante mutação. Um jogo de contraste que reafirma, na prática, a própria identidade do lugar, pois é através de fatos e atos que o lugar vai construindo a sua história, elegendo os seus valores, materiais e imateriais, a serem transmitidos, e assim constituindo os vínculos entre as gerações passadas, presente e futuras. Esse jogo de contraste é também um jogo de re-ações do lugar, de respostas à ação humana, “um retro-efeito de parte das coisas que ela ação humana, vivifica” (SANTOS, 1996, p.74), e que, por isso, produz uma gama de “significados, ações e comportamentos” (FERRARA, 2002, p.22) que, na maioria das vezes, apenas os moradores conhecem.

As duas pontes, anterior e atual, não foram às únicas estruturas construídas na localidade com o objetivo de facilitar a passagem sobre o Arroio Quilombo. Outras pontes existiram no mesmo local ou muito próximo. E como eram essas antigas pontes? Uma imagem captada, no dia 9 de outubro de 1966, por Nelcy Kohlrausch, mostra uma visão parcial dessa ponte desaparecida (Figura 139) que possuía uma proteção lateral bem mais eficiente do que a que havia na ponte atual, pois além de mais complexa estruturalmente – com traves laterais -, tinha a altura de parapeito.



Figura 139 – A ponte antiga, (9cm x 12,5cm),1966.
Foto Nelcy Kohlrausch.
Fonte – Acervo Maria Francisca Knopp

Essa imagem “imóvel e estática, representa um tempo presente, um agora diante do qual o pesquisador” e o observador são “levado(s) a reconstruir o que levou aquelas personagens a estar ali, assim, daquele jeito, naquele momento” (LEITE, 1993, p.37). Algumas imagens, mais que outras, provocam esse tipo de questionamento. Nesse caso estamos lidando com uma imagem cuja reconstrução pode remeter a duas temporalidades: a) do presente da imagem, o ato registrado visualmente; b) do passado, o que motivou esse ato e, conseqüentemente, esse registro, nesse lugar. É essa temporalidade mais distante que pode fornecer algumas pistas sobre as motivações dessas pessoas perante a câmara.

O presente da imagem, fixado em 1966, mostra um pequeno grupo que, em um passeio de final de semana pela colônia, escolheu a ponte, entre outros tantos possíveis cenários, para servir de lembrança desse passeio. Este seria um registro comum de um ato corriqueiro em um lugar habituado ao turismo, se não houvesse no grupo alguém cujas vivências da infância estão, indissociavelmente, atreladas ao lugar. São as lembranças da infância, que respondem por essa imagem do passeio, mais que qualquer outro motivo. São os últimos anos da década de 1940, passados nessa localidade que, provavelmente, conduziram o passeio de 1966, elegeram os lugares e as cenas a serem eternizadas. O que faz dessa imagem uma re-recordsção, pelo menos para Maria Francisca Knopp Kohlrausch que nasceu e viveu nessa localidade até o início dos anos cinqüenta, e aparece no centro da imagem, de óculos escuros, sentada no parapeito, com uma criança loira no colo.

Assim, a escolha dessa ponte, bem como de outros lugares visitados nessa data pelo grupo, foi conduzida pelas formas existentes, essas “frações da sociedade em movimento” (SANTOS, 1988, p.27), atuantes na realização social, que “sintetizam-se em informação, imagem e memória” (FERRARA, 2002, p.16).

Foram também as formas existentes na localidade, nas décadas de 1940, que serviram de cenário para os registros fotográficos de dois moradores. Essas formas, embora semelhantes às da ponte existente em 1966, podem não ser as mesmas, já que nesse intervalo de tempo, muita coisa aconteceu, ou melhor, muita água rolou.

Essas duas imagens, diferentemente das demais, foram concebidas como retratos, ou seja, ambas valeram-se de um arranjo visual que, pretendendo favorecer, sobretudo ao retratado, relega todo resto a complemento ou segundo

plano. Este gênero de fotografia se constitui, segundo Burke (1998), em “um meio poderoso de auto-apresentação” que inclui “gesto, postura, expressão facial e uso de acessórios como roupas, mobiliários e outros itens importantes” que beneficiem a essa apresentação pública.

Esses retratos deixam perceber que a proteção lateral, por ser elevada, tornava-se útil para a composição de uma cena, pois além de servir de encosto para o corpo oferecia apoio para a mão e a perna. Assim “o que fazer com as mãos do retratado” que sempre fora “um problema tanto para o cliente quanto para o artista” (BURKE, 1998), estaria resolvido. Foi por essas questões compositivas, provavelmente, que a proteção lateral da ponte pode exercer, nestes retratos, o papel que a cadeira ou a coluna desempenhavam nos cenários criados pelos estúdios fotográficos da época. As imagens, a seguir, podem ser consideradas como auto-apresentações de dois moradores, provavelmente, na década de 1940, em um mesmo cenário. Tanto o retrato de Geraldo Gruppelli (Figura 140) como o de Otílio de Campos Lima (Figura 141) são testemunhos de que a ponte nessa época era apreciada pelos moradores também pelo seu potencial estético, ou seja, respondia a padrões estéticos vigentes, inclusive o fotográfico, dos quais participavam tanto o desejo do retratado - de se ver e ser visto - como o olhar do fotógrafo.



Figura 140 – A ponte como cenário, retrato de Geraldo Gruppelli, (9cm x 6cm), 194_.
Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.

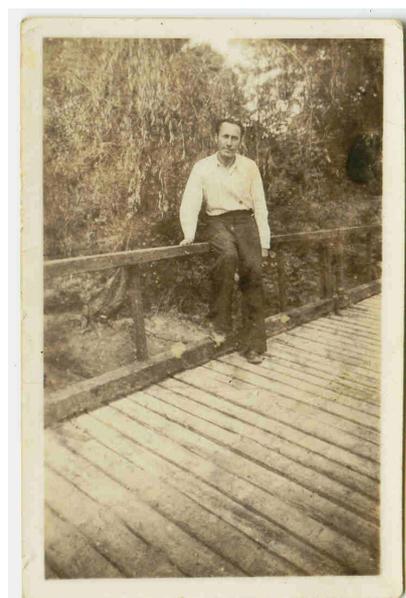


Figura 141 – A ponte como cenário, retrato de Otílio de Campos Lima, (9cm x 6cm), 194_.
Fonte - Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.

Através desse conjunto de imagens, captadas por diversas gerações, percebe-se que a ponte, esse objeto social, além de ser uma marca de saberes e fazeres de várias gerações, tem se constituído em um símbolo do lugar: a) apresentado como “cartão postal”, a imagem atraente divulgada em folders e guias turísticos que comprova visualmente os atributos do lugar; b) suporte de memória, repleto de vivências, estabelecendo vínculos entre gerações; c) patrimônio material construído no passado e usufruído no presente.

As imagens também demonstram que o conjunto ponte-Arroio por desempenhar, há décadas, funções que extrapolam a mera passagem sobre o Arroio, proporcionando desde atividades cotidianas até eventos festivos, se encontra atrelado às vivências dos moradores, portanto, integrando a memória dessa coletividade. Um valioso suporte de memória que, mesmo usado como atrativo turístico, capaz de mover recursos econômicos, não tem recebido, nos últimos anos, a merecida conservação. Uma situação que põe em risco além da segurança dos passageiros, a própria condição turística da localidade que tem se apoiado, desde a década de 1930, no binômio: paisagem aprazível e cultura colonial, ou seja, sustenta-se em sua própria diferenciação – “*tríade habitante-identidade-lugar*” (CARLOS, 1996, p.20).

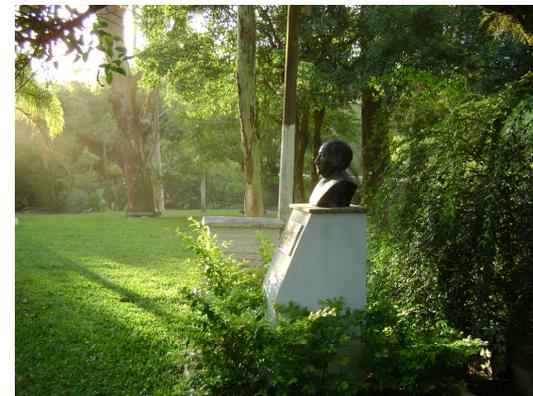
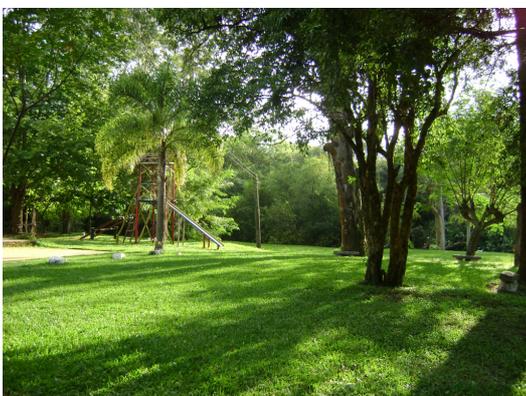
3.4 Parque Gruppelli

Caracterização do objeto		Nº 04
Local	Nome – Parque Gruppelli	
	Propriedade – Norma Gruppelli e filhos	
	Acesso – Livre p/ turismo e comunidade	
Pesquisa	Acervos pesquisados - 8	
	Fotografias analisadas - 40	
	Fotógrafos identificados - 6	
	Período – 2009 – 1929	

O Parque Gruppelli mesmo sendo legalmente uma propriedade privada pode ser considerado como um espaço de uso coletivo, já que há décadas desempenha a função área de lazer, usufruído pela comunidade local como por turistas. Situado junto à margem leste do Arroio Quilombo e ao sul da estrada possui uma área aproximada de dois hectares e meio. Formado por extensos gramados intercalados por árvores e arbustos diversos, apresenta-se aos usuários como um jogo harmonioso de volumes e formas naturais. Neste jogo criado pelo homem com o objetivo de melhor apresentar, ou aparentar, a natureza do lugar, percebe-se, como lembra Calvino (2004, p.29), que o gramado – assim como as árvores e arbustos - “é um objeto artificial, composto de objetos naturais” que substituiu, ao menos em parte, “a natureza própria do lugar por uma natureza em si natural mas artificial em relação ao lugar”. Um objeto criado que, além de exigir cuidado constante, busca através dessa domesticação da natureza, proporcionar aos usuários um espaço dedicado ao prazer visual e ao bem estar corporal.

O Parque Gruppelli é, sem dúvida, uma paisagem que, não sendo “formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1988, p.61) se orienta, fundamentalmente, pela relevância dos sentidos, ou seja, criada e mantida para que o homem dela usufrua, prazerosamente, com os seus sentidos. Essa orientação, por sua vez, também é conseqüência do próprio processo produtivo que envolve a família Gruppelli e a localidade, pois sendo o Parque uma seletividade em relação às demais áreas verdes, produziu um diferencial em relação a outros lugares na colônia que, de alguma forma, contou com “a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes” (SANTOS, 1988, p.28). Ou seja, esse Parque foi criado na década de 1930 para ser um dos atributos que diferenciava o lugar, época em que raros eram os agentes coloniais que investiam em “atrativos turísticos”.

O Parque Gruppelli é formado, atualmente, por algumas áreas que apresentam características diversas. Entre essas áreas encontram-se: a) Praça Leonel Oliveira, situada entre a estrada e o Posto de Saúde; b) playground, próximo à Praça; c) eventos coletivos, junto à margem do Arroio e à ponte; d) campo de futebol, no interior do Parque; e) camping, também no interior do Parque. As imagens, a seguir, mostram alguns detalhes do Parque Gruppelli captados no verão de 2008-2009, apresentando uma vista parcial do campo de futebol (Figura 142), os azuis, natural e artificial, inseridos na paisagem (Figura 143), o playground visto da Praça (Figura 144) e a homenagem a Leonel Julio da S. Oliveira (1934-2002), “Pioneiro das excursões ao Gruppelli” (Figura 145).



Figuras 142, 143, 144, 145 – Formas e cores do Parque Gruppelli no verão de 2008-2009.
Foto da autora. Acervo particular.

Essas imagens, compostas de múltiplos tons de verde, comprovam que “Um gramado, para fazer boa figura, deve ser uma extensão verde uniforme: resultado inatural que naturalmente conseguem os prados produzidos pela natureza” (CALVINO, 2004, p.29-30). Todavia, esse conjunto predominantemente verde é cortado, bruscamente, por paredes de alvenaria, relativamente novas, pintadas de cor clara. Paredes que, surgidas da necessidade da comunidade local ter assistência médica e odontológica, resultaram em um Posto de Saúde em meio ao

Parque. Uma necessidade que, em 2006, gerou uma ampliação nada harmoniosa com o prédio existente e menos ainda com o entorno (Figura 146).



Figura 146 – Posto de Saúde Hermógenes Gruppelli instalado no Parque Gruppelli, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Como tem sido usado esse parque atualmente? Que tipo de atividades tem propiciado, ao longo do tempo, a turistas e moradores? As imagens a seguir, são exemplos de atividades realizadas no Parque no verão de 2008-2009, mostrando um grupo de turistas à sombra das árvores (Figura 147), e brincadeiras das crianças Artur Pieper Gruppelli e Cássio Vergara Cerqueira junto à margem do Arroio Quilombo (Figura 148).



Figura 147, 148 – Atividades no Parque Gruppelli, verão de 2008-2009.
Foto da autora, acervo particular.

O Parque por ser amplo e formado por diversos recantos pode abrigar também as celebrações familiares, como Natal e Ano Novo, ocasiões em que comumente ocorrem as grandes reuniões de família, como comprovam as imagens

a seguir que registram o encontro festivo das famílias Gruppelli, Pieper, Müller, Schäfer e Villela, em 25 de dezembro de 2008 (Figura 149, 150).



Figuras 149, 150 – O Parque Gruppelli como local de reunião familiar, Natal, 2008.
Fonte – Acervo família Gruppelli.

Os extensos gramados, circundados por árvores de diferentes portes, por serem também áreas abertas, ensolaradas nos meses frios, podem proporcionar aos visitantes, literalmente, um “lugar ao sol”, com direito à prática desportiva ou apenas aquecer o corpo ao sol, o conhecido “lagartear”. Esses espaços abertos também podem propiciar outros tipos de atividades. A imagem, a seguir, captada no inverno de 2008, além de mostrar os irmãos Amanda, Silvana, Júlio e Artur Pieper Gruppelli, registra a secagem ao ar livre de pipas e meias pipas de carvalho (usadas na produção e armazenamento de vinho), após a retirada do Arroio onde estiveram, por alguns dias, submersas para a dilatação da madeira¹ (Figura 151).



Figura 151 – Crianças nas pipas de carvalho, 2008.
Fonte – Acervo família Gruppelli.

¹ Estas peças, hoje pertencentes ao Museu Gruppelli, foram doadas por Celso Gruppelli.

O Parque Gruppelli não é apenas um lugar aprazível em dias ensolarados, também nas noites de verão pode ser o espaço apropriado a atividades noturnas como uma serenata, em noite de lua cheia, com as árvores iluminadas por lanternas coloridas, como aconteceu em 03 de fevereiro de 2007, com o evento *Lieder in Serata*², realizado pelo Museu Gruppelli que, conforme anunciava o convite, tinha por objetivo promover

Um encontro de talentos musicais e apreciadores de antigas canções que em épocas passadas percorreriam as colônias, alegrando bailes e festas comunitárias ou encantando os participantes de cerimônias sociais e religiosas.

As imagens, a seguir, são registros desse evento que, além de encantar o público, contou com a participação de diversos músicos da colônia e de um convidado urbano, o músico e regente Leonardo Oxley. Enquanto a primeira foto mostra um detalhe das lanternas coloridas (Figura 152), combinação de reciclagem de material PET com re-leitura das rendas de papel que outrora enfeitavam as prateleiras domésticas³, a segunda foto é um flagrante desse evento noturno destacando Willi Stigger, à direita com saxofone, e Walter Raasch, ao centro, com o seu bandônion⁴ (Figura 153). “Waltinho, como também é conhecido, aprendeu suas primeiras notas musicais aos nove anos de idade com o Pastor Heinz Mielke, na então Colônia Arroio do Padre” (Diário da Manhã, 30/01/2007, p.15).



Figura 152, 153 – Um encontro de talentos musicais, *Lieder in Serata*, 2007.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

² *Lieder*, canções, em alemão; *in Serata*, em serenata, em italiano.

³ Um exercício artesanal que era desenvolvido, principalmente, pelas mulheres.

⁴ “Espécie de acordeão quadrado, com mecanismo e teclado semelhantes aos da concertina.”
Dicionário Aurélio – Sec.XXI, edição digital 3.0, Editora Nova Fronteira, 1999.

Este evento, além de mexer com os fazeres e saberes da comunidade se transformou, possivelmente, em um marco na memória coletiva, comentado por muito tempo como tendo sido “uma bela noite”. Como aconteceu com Wilmar Pieper, nascido em 1946, que saiu do evento com a nítida sensação que havia retornado no tempo e voltava para casa depois de um baile, como fizera tantas vezes na adolescência. Esta sensação de “retornar no tempo” possivelmente, tenha acariciado, ao menos por instantes, outras tantas pessoas.

A música (antiga), o lugar (produzido), as pessoas reunidas (os velhos conhecidos), tudo colaborava para propiciar à sensação de “retornar no tempo”. Uma situação que fora criada propositalmente para chamar do passado essas lembranças que são tanto individuais como compartilhadas pela comunidade. Já que muitas das facetas desse passado foram produzidas e vivenciadas por essas mesmas pessoas. A memória desse grupo, que é uma construção social coesa, vale-se desse “tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2003, p.53), para se re-alimentar de “imagens, sentimento, idéias e valores que dão identidade” (BOSI, 2003, p.18) ao próprio grupo.

No outono de 2006, as Comunidades Reunidas Hermógenes Gruppelli e o Posto de Saúde Gruppelli promoveram, no dia 20 de maio, um Bingo Beneficente. Um evento que, buscando arrecadar recursos para concluir as obras de ampliação do Posto de Saúde, contou com um grande público. As imagens, a seguir, são ilustrativas desse evento beneficente realizado junto a Praça Leonel Oliveira (Figuras 154, 155).



Figuras 154, 155 – Bingo Beneficente, (10cm x 15cm), 2006.
Foto Paulo Ricardo Gruppelli. Fonte – Acervo Família Gruppelli.

No ano anterior o Parque Gruppelli fora escolhido para a realização de um importante evento, celebrar os primeiros tempos da Colônia Municipal. Em 24 de novembro de 2005, o gramado e as árvores, compondo um ambiente de salão de

honra ao ar livre, receberam ilustres convidados. Ocasão em que fora realizada a sessão solene comemorativa aos 124 anos da fundação da Colônia Municipal, coordenada pela Câmara de Vereadores de Pelotas. Sendo homenageadas 15 pessoas que, ao longo de suas trajetórias, contribuíram com o desenvolvimento da colônia e mereceram o justo reconhecimento. Gente simples que converteu os afazeres de todos os dias na certeza de sua comunhão com a natureza. As imagens, a seguir, mostram uma visão geral do evento (Figura 156) e os homenageados (Figura 157), em primeiro plano, da esquerda para direita, Carlos Mancke (1917), Ernesto Rivaroli (1920) e Antonio Belleti (1915), em segundo plano, Albino Carlos Emilio Strelow (1923) e Osvaldo Dias (1920).



Figuras 156, 157 – Sessão Solene comemorativa aos 124 anos da Colônia Municipal, 2006. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Nessa mesma ocasião o Parque também sediou o 2º *LaboreHaus*⁵, uma feira de produções caseiras, em que os participantes apresentavam objetos artesanais produzidos e/ou herdados de antepassados (Figura 158), como os trabalhos manuais expostos pela artesã Christa Müller (Figura 159).



Figuras 158, 159 – 2ª Feira de produções caseiras, *LaboreHaus*, 2006. Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

⁵ *Labore*, trabalho, em italiano; *Haus*, casa, em alemão.

Enquanto um dos eventos distinguia a contribuição de pessoas na manutenção e desenvolvimento da sociedade colonial o outro privilegiava os saberes e fazeres e ambos reforçavam assim, o modo de vida dessa sociedade transmitido, também através de práticas culturais, de geração em geração.

Como as condições de uso do Parque se encontram intimamente vinculadas ao clima, chuvas intensas podem transformar a paisagem em um conjunto pouco convidativo. A imagem, a seguir, apresenta uma visão panorâmica do Parque Gruppelli após a chuva, composta pela junção de duas imagens capturadas, na manhã no dia 18 de setembro de 2005, pelo artista visual Luiz Roberto de Lima Barbosa (Figura 160).



Figura 160 – Vista panorâmica do parque, 2005.
Foto Luiz Roberto de Lima Barbosa. Fonte – Acervo do fotógrafo.

Quando as chuvas se intensificam alterando o nível do Arroio Quilombo o Parque, por ser um plano raso e contíguo ao Arroio, funciona como vazante natural. Assim, o gramado e a vegetação rasteira submergem nas águas barrentas transformando-se em um lago com árvores. Nessas ocasiões, em que as forças da natureza se impõem de forma tão drástica, a paisagem, o jogo criado com objetos naturais, tem que ser refeita. As imagens, a seguir, são registros do Parque convertido em lago por uma enchente no ano de 2001 (Figuras 161, 162).



Figuras 161, 162 – Enchente no Parque, (10cm x 15cm), 2001.
Fonte – Acervo família Gruppelli.

Toda vez que as águas do Arroio invadem o Parque dois tipos de mutações, ainda que temporárias, são produzidas nessa paisagem: a) estrutural, pois formas como o gramado e a vegetação de pequeno porte são alteradas ou eliminadas; b) funcional, a atividade de lazer dá lugar à reconstituição, o movimento dos turistas é substituído pelo da mão-de-obra.

O Parque Gruppelli também tem servido de local para eventos comunitários como as celebrações natalinas, o *KoloNatale*, cuja programação, que se estende da manhã à noite, inclui múltiplas atrações e a participação de diversas instituições. Nessas ocasiões o parque se torna, pelo grande número de pessoas e atividades, multicolorido e intensamente vivenciado por crianças e adultos. As imagens, a seguir, apresentam a tenda de uma instituição comunitária e, ao fundo, o Posto de Saúde sem a atual ampliação (Figura 163) e os expectadores, aguardando às atrações, em volta do palco, um estrado de madeira (Figura 164).



Figuras 163, 164 – *KoloNatale* no Parque Gruppelli, (10cm x 15cm), s/d.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Como o *KoloNatale* é um evento comunitário as atrações e atividades desenvolvidas nesse dia, ao combinar “elementos cotidianos concretos (menu gastronômico)” com “ideológicos (religiosos, políticos)”, transmitidos “por uma tradição (de família, de grupo social)” (MAYOL, 1996, p.39-40), estão relacionadas diretamente com algumas práticas culturais dessa sociedade. Assim como o churrasquinho e o pastel junto com o sorvete e o chimarrão integram o menu gastronômico do evento, a apresentação de grupos folclóricos e a celebrações de atos religiosos complementam a programação. Dessa forma, o estrado de madeira pode abrigar uma apresentação de dança de CTG (Figura 165) ou um culto ecumênico (Figura 166), com o Padre Armindo Luiz Caponi, da Igreja Católica (veste clara), o Pastor Nilo Bidone Kolling da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (veste escura) e o Coral Santa Helena.



Figuras 165, 166 – Eventos no *KoloNatale*, (10cm x 15cm), s/d.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Os eventos festivos embora ocorram com certa regularidade não podem ser considerados como a principal atividade do Parque. Sentar à sombra das árvores com amigos e familiares é que constitui, provavelmente, sua atividade mais importante. A reunião de pequenos grupos, principalmente no verão, é um fato, senão cotidiano, ao menos em finais de semana, como se observa nas imagens, a seguir, captadas em 1998-1999 pelo fotógrafo Neco Tavares (Figuras 167, 168).



Figura 167, 168 – A sombra das árvores, (10cm x 15cm), 1998-1999.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo família Gruppelli.

Como vimos, a paisagem do Parque pode ser bruscamente alterada pelo aumento das águas do Arroio Quilombo. A imagem, a seguir, mostra a situação do Parque após uma enchente no início da década de 1990 (Figura 169).



Figura 169 – O Parque após uma enchente,
(10cm x 15cm), 199_.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Esta imagem, além de mostrar a destruição do gramado, revela que alguns troncos de árvores haviam sido caídos. Uma prática bastante comum, mais ainda nessa época, que pretendendo “proteger” as árvores acabava deixando-as com aparência de “engessadas”. Esse tipo de ação reforça a própria condição dessa paisagem: objeto artificial destinado a substituir “a natureza própria do lugar” (CALVINO, 2004, p.29). A imagem, portanto, re-apresenta algumas “relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 1996, p.83) realizadas, nesse conjunto de formas, em meados da década de 1990.

Assim o Parque, sendo resultante de ações do homem e da natureza, está indissociavelmente vinculado a cada época. A paisagem de hoje, certamente, é diferente das que foram articuladas em outros tempos, desde as pessoas (usuários, proprietários, trabalhadores) à natureza (Arroio, vegetação, clima).

Retrocedendo no tempo que tipo de re-apresentação nos oferece as imagens captadas no Parque Gruppelli? Dois registros da década de 1970 mostram um parque-quintal, o espaço exterior, contíguo a casa da família, apropriado às brincadeiras infantis. As imagens, a seguir, apresentam os primos Luis Eduardo e Angelita Gruppelli e os cachorros de estimação, em 1973, no Parque Gruppelli (Figuras 170, 171).



Figuras 170, 171 – Crianças no Parque, (10cm x 15cm), (15cm x 10cm), 1973.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Na década de 1970 o veranista já estava em fase de extinção e o turista ainda não havia descoberto a região colonial de Pelotas. Nesse período de transição provavelmente o parque tenha se tornado apenas doméstico, uma época que para Carmen Ferrari Veiga⁶, moradora da localidade, “era tão triste, ninguém

⁶ Nascida Carmen Gruppelli Ferrari, em 1933, na localidade Gruppelli, filha de Vicente Ferrari e Honorina Gruppelli. Desde 1953, fixou residência em Pelotas, mas mantém o vínculo com o lugar.

vinha”, uma situação bastante diferente de quando ela era criança e tinha “aquele monte de gente da cidade” e “eles faziam baile no salão, o meu pai (Vicente Ferrari) tocava gaita, a gente dançava”.

Nessa época de poucos visitantes o parque era, praticamente, de uso exclusivo da família Gruppelli, um lugar amplo e agradável que servia também para reunir a família. As imagens a seguir são registros de um encontro de várias gerações da família e convidados, ocorrido em novembro de 1960, por ocasião da visita da família de Maria Marini Gruppelli à família da cunhada Silvana Araújo Gruppelli (Figura 172). A segunda fotografia (Figura 173) apresenta a anfitriã Silvana, viúva de Hermógenes Gruppelli (à esquerda), e a visitante Maria, viúva de Othilio Gruppelli (à direita). Estas imagens, possivelmente, sejam os últimos registros de encontro das famílias com as matriarcas presentes.

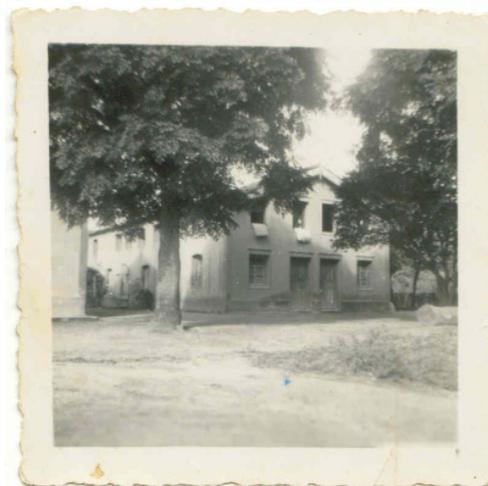


Figuras 172, 173 – Reunião da família Gruppelli no parque, (6,5cm x 6,5cm), 1960.
Fonte – Acervo Erna Mielke Gruppelli.

Retornando ainda mais no tempo vamos descobrir que o parque na década de 1950 não era, como na atualidade, aberto sem barreiras físicas que restringem o uso. A imagem registrada pela professora Zita Geraldina Natusch, em 1950, mostra que havia uma pequena cerca de madeira, após o prédio da hospedaria, delimitando o espaço comum do privado (Figura 174). Portanto, nessa época, havia certa restrição quanto ao uso da área.



Figura 174 – Quando o parque era cercado, (6,5cm x 6,5cm), 1950.
Foto Zita Geraldina Natusch.
Fonte - Acervo Léa Gruppelli.



Essa condição de área delimitada, reservada a alguns usuários não fora instituída na década de 1950, mas em época anterior, como se pode observar na imagem capturada em 1932, em que uma cerca aparece no mesmo local (Figura 175). Esta imagem, que integra um conjunto de registros de uma enchente, indica que, nessa ocasião, as águas do Arroio Quilombo haviam avançado, muito além de suas margens, encobrindo a área onde hoje está o parque.



Figura 175 – Enchente no parque, (6cm x 8,8cm), 1932.
Fonte – Acervo Léa Gruppelli

Na década de 1930 o Parque era uma das paisagens da localidade mais requisitada para cenário fotográfico. Com uma câmara, um exterior favorável e pessoas desejosas de serem vistas foram produzidas, pelo fotógrafo profissional Bruno Pruski, algumas das imagens da década de 1930 que chegaram aos dias de hoje. Esses registros, a maioria retratos, de membros da família

Gruppelli, captados ao ar livre e, especialmente, no verão de 1930, já que todas as fotos datadas, encontradas até o presente, se referem a esse ano. São imagens, portanto, que mostram mais que pessoas em seu contexto, revelam a própria visão de um fotógrafo sobre esse universo familiar. A fotografia, mesmo sendo mediada por aparatos óticos e manipulada em meios químicos, não deixa de ser um arranjo definido, ângulo e objeto, pelo fotógrafo. É através desse arranjo impresso que visualizamos as cenas de 1930, uma espécie de cópia do quê e como Bruno Pruski percebeu esse universo. As imagens, a seguir, são registros das irmãs Amélia (Figura 176) e Maria Gruppelli Marini⁷ (Figura 177) realizados por esse fotógrafo, provavelmente, no verão de 1930, junto às árvores no local hoje denominado Parque Gruppelli.



Figura 176 – Retrato de Amélia Gruppelli Marini, (14cm x 9cm), 1930. Foto Bruno Pruski
Fonte - Acervo Silvana Gruppelli Ferrari



Figura 177 – Retrato de Maria Gruppelli Marini, (14cm x 9cm), 1930. Foto Bruno Pruski
Fonte - Acervo Museu Gruppelli

Estas imagens são também testemunhos da moda (roupa e penteado) em voga nessa época na Localidade Gruppelli. Uma referência que outros registros desse fotógrafo permitem comprovar, como nas imagens que reúnem a família de Victalina Gruppelli e Adolpho Schmidt⁸ com parentes, entre eles os irmãos Geraldo, primeiro à esquerda, seguido por Antonio Gruppelli (Figura 178) e da matriarca Carolina Gruppelli Marini com filhos, sobrinhos e convidados (Figura 179).

⁷ Filhas de Carolina Gruppelli e José Marini.

⁸ Adolpho Schmidt, segundo Silvana Gruppelli Ferrari (1938), era tio do fotógrafo Bruno Pruski. O que de certa forma explica o grande número de fotografias de sua autoria em acervos da família Gruppelli.



Figuras 178, 179 – Paisagem, cenário em retratos ao ar livre, (9cm x 14cm), 1930.
Foto Bruno Pruski. Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.

No mesmo ano de 1930 o fotógrafo Bruno Pruski também elegeu a natureza como cenário fotográfico para o registro da família de Hermógenes e Silvana Gruppelli. Este retrato de família, assim como todos os retratos, é o resultado de um acordo entre o retratista e o retratado em que as intenções de ambos permanecem instaladas “para sempre no além a-crônico e imutável da imagem” (DUBOIS, 2007, p.168). Um documento que podemos visualizar apenas a aparência desse acordo, aquilo que foi selecionado “desse assunto no momento do ato do registro” (KOSOY, 1999, p.36), aquilo que poderia ser transmitido visualmente às gerações posteriores, como a aparência das pessoas e do ambiente em que viviam. Assim, nada mais apropriado, que o cenário natural para re-apresentar a família em seu próprio universo cotidiano. Esse registro familiar apresenta, em primeiro plano, o casal e as filhas Ondina (à esquerda), Nathalia (ao centro) e Honorina (à direita), em segundo plano, da esquerda para a direita, os filhos Geraldo, Waldemar, Antonio e Dorival (Figura 180).



Figura 180 – Paisagem, cenário em Retrato de família, (15cm x 11cm), 1930.
Foto Bruno Pruski. Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.

Essa paisagem doméstica, por ter árvores de porte elevado e copa densa, fora escolhida para reunir as famílias Gruppelli e Schiller, em o almoço festivo do noivado de Antonio e Elida, em 26 de dezembro de 1929 (Figura 181).



Figura 181 – O espaço da festa em família, (8,7cm x 6,2cm), 1929
Fonte - Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.

Ao se relacionar essa confraternização de dezembro de 1929, com a de dezembro de 2008 (Figura 149), constata-se que, após quase 80 anos, o parque permanece sendo um espaço de confraternização para a família Gruppelli. Uma tradição que, provavelmente, se reforça a cada ano que passa.

Com árvores altas e arbustos, gramado e chão de areia, essa fração de terra situada entre a residência da família e o Arroio Quilombo tem desempenhado, ao longo do tempo, funções que vão do doméstico ao social, do político ao religioso, do individual ao coletivo. Uma gama de atividades que, tem justificado a conservação desse espaço reservado aos sentidos.

Esse conjunto de imagens revela que o parque, antes de ser um dos espaços comunitários da localidade Gruppelli era, até meados do século XX, um espaço visualmente delimitado, uma extensão da residência da família, reservado ao convívio e circunscrito aos convidados: parentes, amigos e veranistas. E que, por constituir um conjunto de formas, aprazível ao olhar e representativo do contexto, fora eleito como um dos cenários dos retratos da família.

A paisagem e o espaço parque mudaram, ao longo do tempo, mas a função lazer não, preservada como partícipe de vivências coletivas.

3. 5 Campo de Futebol

Caracterização do objeto		Nº 05	
Local	Nome – Campo de Futebol (GEBE)		
	Propriedade – Norma Gruppelli e filhos		
	Acesso – Liberado em dias de jogo		
Pesquisa	Acervos pesquisados - 10		
	Fotografias analisadas - 40		
	Fotógrafos identificados - 4		
	Período – 2009 – década de 1930		

O atual campo de futebol da localidade Gruppelli, assim como o Parque, é uma propriedade privada que há décadas tem servido a coletividade rural. Situado junto à estrada, entre as terras da família Gruppelli e o terreno da antiga Bella Gres, pertencente ao Grupo Carvalho, ocupa uma área de 1,25 hectares. Da mesma maneira que o parque, o campo de futebol é um objeto criado para o deleite humano, constituindo também uma intenção de apresentar uma natureza específica, no caso um gramado, preferencialmente, impecável na sua homogeneidade.

Esse campo é uma extensa superfície plana e uniforme valorizada em práticas esportivas, principalmente, por esses atributos. Coberta quase que exclusivamente de gramado exige, para estar em boas condições, cuidado constante, já que é sobre essa superfície que é desenvolvida a principal atividade: o futebol. É essa superfície, em última instância, que por vezes determina, na hora do jogo, o início da partida ou a transferência de data e/ou lugar. Assim, quanto mais uniforme - cor e relevo - for a superfície, melhor para o time da casa, para os seus torcedores, os moradores da localidade etc., pois essa atividade, além de prazerosa aos aficionados, pode gerar receita.

Esta paisagem foi criada na década de 1970 para ser o campo do Grêmio Esportivo Boa Esperança, uma entidade criada pelos irmãos Gruppelli, em 1º de janeiro de 1924¹, com o objetivo de promover o esporte e atividades sociais. Foi com esse tipo de iniciativa familiar que times e entidades, sociais e esportivas, nasceram em diversos pontos da zona colonial em Pelotas. O time do Boa Esperança é filiado à Associação Colonial de Pelotas², desde a sua fundação em 11 de dezembro de 1965, quando era denominada Liga Colonial de Futebol.

¹ A designação original era Gremio Sportivo Bôa Esperança, conforme material impresso em 1931.

² A A.C.P. reúne 39 instituições coloniais, sendo 18 fundadoras e 21 filiações, conforme consta em seu estatuto. Disponível em <http://www.acpfutebolcolonial.com.br/historia.html> - acesso 03/04/2009

Entre todas as modalidades esportivas o futebol sempre foi o mais apreciado, sendo fundada em Pelotas, em 1932, a Liga de futebol colonial³. Este esporte, segundo Roche (1969, p.649), foi “introduzido pelos alemães nas cidades” e acabou se constituído, no Rio Grande do Sul, nas zonas de imigração em “um dos mais poderosos elementos de assimilação ou, mais precisamente, de fusão das etnias”. O que talvez responda pelo seu desenvolvimento e permanência.

O campo do G. E. Boa Esperança pode ser desmembrado em duas áreas com características físicas e funcionais distintas: a) campo, espaço esportivo, coberto de grama e, fisicamente, delimitado; b) torcida, espaço social, em volta do campo, com grama e árvores, também demarcado.

As imagens, a seguir, mostram algumas das cores e formas dessa paisagem no inverno de 2008 e verão de 2009, onde se constata uma visão geral do campo e entorno oeste (Figura 182); vista do campo com o prédio desativado da Bella Gres, limite leste (Figura 183); a trave do gol e o entorno sul (Figura 184); e a vista externa junto à estrada (Figura 165).



Figuras 182, 183 – As cores e formas do campo no verão de 2009.
Foto da autora, acervo particular.



Figuras 184, 185 – As cores e formas do campo no inverno de 2008.
Foto da autora, acervo particular.

³ A ata de criação desta Liga encontra-se arquivada no Museu Gruppelli.

Essas imagens por terem sido captadas em estações opostas mostram o quanto essa fatia plana e verde é dependente, além dos cuidados humanos, das condições climáticas. O verde denso e luminoso do verão, sob as geadas, o frio e as chuvas prolongadas do inverno, torna-se ralo e pálido. As imagens, a seguir, mostram a preparação do campo antes de uma partida de futebol de sete, no dia 8 de março de 2009 (Figuras 186, 187).



Figuras 186, 187 – A preparação do campo, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Essas imagens revelam também a presença de uma trave removível, próxima à trave fixa, usada em partidas de futebol de sete cuja quadra é menor que a de futebol de campo.

O campo que, também é uma seletividade em relação às outras áreas verdes, estabelece, assim como o parque, um diferencial em relação a outros lugares na colônia, mas diferentemente do parque, que se relaciona ao turismo, o campo privilegia atividades da sociedade local. O parque é usufruído por todos e o campo, basicamente, pela comunidade colonial. Essas práticas culturais, em que o futebol é item relevante, além de corroborar com esse meio social, reforçam o processo de identificação da sociedade. As imagens a seguir são registros efetuados pelo torcedor Luciano Westendorff Ferrari antes da última partida realizada pelo Boa Esperança, em dezembro de 2008, nesse campo, para disputar com o E. C. R. Vila Nova a taça Olavo da Silveira de futebol colonial promovida pela Associação Colonial de Esporte. Essa partida acabou em empate, mesmo depois de sucessivas prorrogações, obrigando a realização de um novo jogo, em janeiro de 2009, no campo do adversário. Quando então, o time do Boa Esperança sagrou-se vice-campeão. As imagens, a seguir, apresentam as crianças da comunidade antes da partida, os futuros jogadores (Figura 188), e o time oficial (Figura 189).



Figuras 188, 189 – Os preparativos para o jogo final, 2008.
Foto Luciano Westendorff Ferrari. Acervo do fotógrafo.

As imagens revelam, mais que uma atividade local, o entusiasmo, a paixão de crianças e adultos por esse time, por esse esporte. Um sentimento que, mobilizou as gerações passadas, persiste no presente e, provavelmente, será repassado às gerações vindouras. Trata-se de uma forma de realização intangível, integrada ao cotidiano que, além de dar sentido a essa paisagem, constitui um dos referenciais culturais dessa sociedade. É também com esse patrimônio intangível, composto de idéias e valores abstratos que, “de certo modo, constrói, forma as pessoas” (GONÇALVES, 2003, p.27), possibilita a essa sociedade valer-se de símbolos, como o verde e branco do Boa Esperança, “sobretudo para agir, e não somente para se comunicar”. É através dessa categoria símbolo que também ocorre “a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre céu e a terra e entre outras oposições” (GONÇALVES, 2003, p.27), como times de futebol e suas localidades. A imagem, a seguir, registrada por Luciano Westendorff Ferrari, comprova a tensão da torcida do Boa Esperança durante o último jogo decisivo de 2008, em “casa” (Figura 190).



Figura 190
A torcida no jogo de final do campeonato, 2008.
Foto Luciano Westendorff Ferrari.
Acervo do fotógrafo.

A foto mostra também, além do sistema de escoamento em volta do campo, que a tensão durante esse jogo acabou deixando a torcida “imobilizada”. Uma platéia heterogênea que, certamente, compartilha com a mesma intensidade as jogadas perdidas e os gols conquistados. Esse conjunto indissociável de torcida e jogadores, ao marcar vivamente este espaço-campo com seus “significados, ações e comportamentos” (FERRARA, 2002, p.22), reafirma-o como um “lugar antropológico assinado pela ação digna de memória” (FERRARA, 2002, p.21) coletiva.

Se o evento esporte é a razão, com dia e hora definidos, e o clima favorável um fator decisivo, como se apresenta a paisagem do campo quando nada disso é relevante? E tudo que era para ser ruidoso se transforma em silêncio? As imagens, a seguir, registradas por Ângelo Kohls Gruppelli, respondem pela condição visual dessa paisagem nas primeiras horas do dia 8 de junho de 2008: às 07h49minh, com os filhos Filipe e Henrique, frente ao campo transformado em branco acinzentado pela geada (Figura 191) e às 08h12minhs em que a cor já havia se transformado (Figura 192).



Figuras 191, 192 – As cores da paisagem ao amanhecer, 2008.
Foto Ângelo Kohls Gruppelli. Acervo do fotógrafo.

Estas duas imagens são testemunhas do quanto à cor aparente do campo depende do clima e da hora. Muda o contexto (o tempo), muda a paisagem (as formas e cores), muda o espaço (as ações humanas), mas todas essas mudanças revelam partes de um mesmo processo: a produção deste lugar. E, como “É impossível separar da paisagem a identidade conferida pelos múltiplos movimentos das pessoas, referentes aos ritmos, ao modo de vida e de pensar a vida” (VIEIRA, 2003, p.153), se pode conferir na paisagem-campo alguns desses movimentos. Pois, nesse caso, os movimentos, embora relacionados ao lazer,

seguem ritmos diferenciados, de um lado o do esporte, de outro o do descanso. São esses movimentos (e não outros) conjugados que acabam definindo a própria configuração da paisagem, diferenciando-a com suas marcas, seus rastros, de outras paisagens. Os movimentos no campo são, usualmente, bem mais acelerados que os da platéia que, além de prestigiar o esporte, busca lazer. As imagens, a seguir, mostram alguns movimentos ao redor do campo de futebol antes de um jogo em 25 de novembro de 2007 (Figuras 193, 194).



Figuras 193, 194 – Movimentos na paisagem ao redor do campo, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

O acontecimento futebol é certamente um evento social mais que esportivo. É, ao redor do campo, na área destinada ao público, que as pessoas se encontram nos domingos para conversar, tomar chimarrão e esquecer as tarefas miúdas do cotidiano. É onde os velhos conhecidos se reúnem, os jovens namoram, as crianças brincam. Enfim, a paisagem ao redor do campo é, sobretudo, orientada pela sociabilidade. Mas essa sociabilidade também ocorre, muitas vezes, do outro lado da cerca, que sendo baixa e falha, permite que as partidas sejam vistas, sem qualquer ônus. Pode ser questão financeira, mas também, distração, hábito ou apenas uma breve mirada. As imagens, a seguir, mostram alguns torcedores, em 25 de novembro de 2007, assistindo ao jogo de veteranos entre o G. E. Boa Esperança e o E. C. R. Vila Nova, destacando um grupo de adolescentes (Figura 195) e Julio Pieper Gruppelli (Figura 196), entretidos com os lances esportivos.



Figuras 195, 196 – Movimentos na cerca, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

O Boa Esperança, como todo campo de futebol colonial consagrado, tem um espaço destinado à comercialização de bebidas e lanches. É nesse espaço, normalmente após o jogo, que acontecem os debates, regados a cerveja, sobre os últimos acontecimentos esportivos e todos os outros que permanecem inesquecíveis na lembrança de torcedores, jogadores, técnicos e dirigentes. Esse tipo de discussão, que por vezes se transforma em discórdia, é uma das formas de reafirmação, através da retomada dessa memória coletiva, da própria identidade do agrupamento. Se o conflito entra em cena, é porque nesse conjunto de recordações compartilhadas, surgem, segundo Candau (2001, p.32) “secuencias individuales de evocación de esos recuerdos” que por pertencerem a pessoas com posições divergentes, estabelecem um conjunto menos coerente. Pois se, usualmente, essas recordações individuais têm “posibilidades de ser diferentes, teniendo em cuenta las elecciones que cada cerebro puede hacer en el gran número de combinaciones de la totalidad de secuencias” (CANDAU, 2001, p.32) numa situação de confronto, que envolve paixões, essas diferenças, pela própria emoção, tendem a se radicalizar ainda mais. Afinal, aquele lance arrebatador do time X foi, certamente, catastrófico para o time Y, mas igualmente inesquecível para ambos.

As imagens, a seguir, mostram uma vista do prédio que abriga a copa, construído em alvenaria aparente e cobertura de cimento amianto (Figura 197), e uma visão aérea do campo, onde se pode identificar esse prédio, à direita do campo de futebol, e demais construções da propriedade Gruppelli, na década de 2000 (Figura 198).



Figura 197 – Vista do prédio que abriga a copa, 2007.
Foto da autora, acervo particular.



Figura 198 – Vista aérea do campo, (10cm x 15cm), 200_.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Sendo a partida de futebol o principal atrativo, os componentes do time são os responsáveis, a cada jogada, pelas alegrias e decepções dos torcedores. Assim, o registro visual de um time pode ser indicativo, para os seus conhecedores, de emoções positivas e negativas. O reconhecimento, por esses conhecedores, de um ou de outro jogador na foto, pode trazer do passado lembranças capazes de reavivar sentimentos e fatos guardados na memória. Por isso, uma imagem de um grupo esportivo pode instituir elos entre diferentes temporalidades (Figura 199).

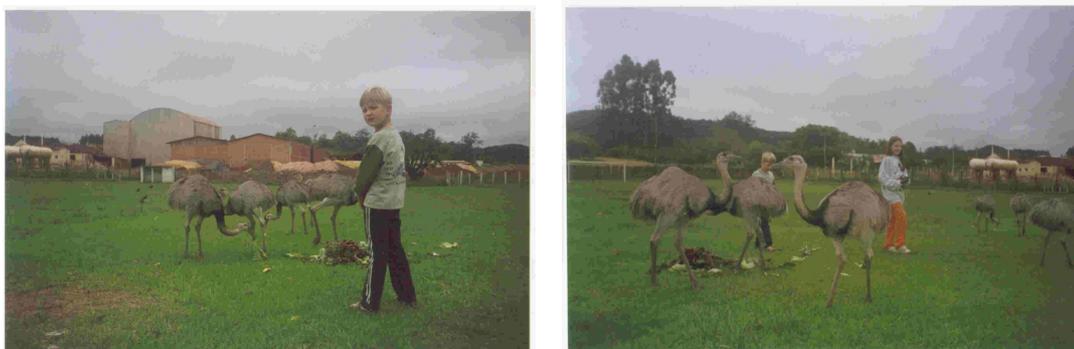


Figura 199 – Uma foto oficial do G. E. Boa Esperança, (10cm x 15cm), 2003.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Esta foto oficial do time de 2003 mostra também o entorno leste, em que aparece no canto esquerdo, uma placa anunciando as instalações da Cerâmica

Bella Gres que, nessa época, atuava em prédios com estruturas e dimensões diversas.

Foi com uma atividade bastante diversa do futebol que, em agosto de 2002, o campo foi utilizado. Afinal, se trata de um extenso gramado, devidamente cercado e, habitualmente, ocioso seis dias por semana. Uma área excelente, para deixar, em relativa segurança, emas e crianças, como comprovam as imagens a seguir, onde os irmãos Julio e Silvana Pieper Gruppelli, alimentam as aves (Figuras 200, 201).



Figuras 200, 201 – Emas e crianças no campo, (10cm x 15cm), 2002.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Assim, como o campo esteve ocupado pelas aves, possivelmente, outros animais também tenham sido deixados nessa área cercada. Se essa área parecia segura em agosto de 2002, um inverno antes o contexto era de incerteza. Uma enchente transformou, em 2001, o campo em lago,. As imagens, a seguir, mostram o nível da água próximo do limite superior da trave sul (Figuras 202, 203).



Figuras 202, 203 – Enchente no campo, (10cm x 15cm), 2001.
Fonte - Acervo família Gruppelli.

Essa situação aquática do campo deixa vislumbrar as vicissitudes da natureza que, ano após ano, têm atropelado a vida do lugar. Fatos que de tão repetitivos se confundem na memória de todos. Destes apenas os piores, as enchentes mais terríveis deixam alguma referência mais precisa, a maioria permanece indistinguível, ainda que os estragos sejam computados.

Como vimos, anteriormente, a cor do campo é resultante também do clima. Como nesse lugar as quatro estações existem, as mudanças climáticas podem alterar, drasticamente, a aparência do gramado e o seu desenvolvimento. As imagens, a seguir, são registros, provavelmente, do inverno de 2000, em que o campo tem mais aparência de campo de neve que de futebol (Figuras 204, 205).



Figuras 204, 205 – Geada no campo, (10cm x 15cm), 2000.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Estas imagens, que pouco remete a um clima temperado, testemunham dos rigores do inverno à que fica submetido o lugar. Verificamos também que o prédio da copa apresentava, nessa época, cobertura em cerâmica, tipo telha francesa, com quatro águas. Essa cobertura foi substituída, como aparece em imagens mais recentes (Figura 197), por telha de cimento amianto com apenas uma declividade. A imagem revela também uma pequena construção elevada, em madeira, situada frente à copa, que servia como cabine de transmissão para estações de rádio e eventos comunitários como Bingo. Esta segunda função da cabine anuncia que esse o campo tem servido a diferentes atividades coletivas.

Como a enchente neste lugar é um fato natural e, praticamente, anual, a existência de imagens sobre esse fenômeno é também rotineira em acervos fotográficos de moradores, como o da família Gruppelli. Esse conjunto, denominado “enchentes”, revela, mais que índices de uma realidade, as sensações do grupo: o impacto diante do fenômeno - quase sempre desastroso – ratificado, ano após ano,

foto após foto. Ângulos e tempos diversos para o mesmo sentimento de impotência. Enchentes e registros de enchentes integram, igualmente, o modo de vida da comunidade. É através de registros como esses, produzidos pela comunidade que se pode estabelecer “um inventário de situações e valores de cada grupo” (MACHADO, *apud* LEITE, 1993, p.27). Ainda sobre esses registros Souza (2008, p.87) lembra que: “O que pode ter sido pictoricamente interessante no ato de fotografar é interessante justamente porque carrega consigo uma completa e evidente carga de significados” como o cenário nas imagens, a seguir, sobre uma enchente em 1999 (Figuras 206, 207).



Figuras 206, 207 – Enchente no campo, (10cm x 15cm), 1999.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Quase cenas em reprise, senão fosse pela movimentação da água e o ângulo fotográfico. Observa-se tanto a diferença de nível entre a estrada e o campo, como a inexistência de árvores paralelas à cerca de madeira, junto à estrada, que hoje existem (Figura 185).

O assunto geada também é uma constante no inverno e no acervo fotográfico da família Gruppelli, onde o campo aparece inteiramente revestido por gotículas d'água (Figura 208).



Figura 208 – Geada no campo,
(10cm x 15cm), 1998.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Do mesmo modo que a geada e a enchente fazem parte da natureza desse campo, o entorno, a bola e os esportistas, independente da idade ou estatura, integram a vida desse espaço. A imagem, a seguir, apresenta o time mirim do G. E. Boa Esperança (Figura 209), escalado para um amistoso, em 1996, organizado pelo Sr. Leonel Oliveira (lateral esquerda, em pé).



Figura 209 – Time mirim do G. E. Boa Esperança, (10cm x 10cm), 1996.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Esta imagem revela duas questões significativas relativas a essa localidade: a) incentivo dos dirigentes do clube à prática esportiva infantil. Uma ação que além de formar futuros atletas, reforça o papel sócio-cultural-esportivo da entidade junto à comunidade; b) transmissão de valores simbólicos e funcionais, visando assegurar um modo de vida, ou seja, de referenciais culturais integrantes do cotidiano.

A imagem também aponta que o conjunto da Cerâmica Bella Gres, ao fundo, apresentava construções cujas técnicas e dimensões refletem idades e funções diversas. Esses sinais visíveis, produzidos por diferentes “etapas de trabalho e das relações sociais” (SANTOS, 1996, p.77) denunciam algumas das “mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfologicamente quanto do ponto de vista das funções e dos processos”. É através desses sinais que percebemos a chaminé (um cilindro vertical, ao centro), antigo símbolo do progresso, herança da indústria conserveira, dividindo com o tanque de gás (um cilindro horizontal, canto à esquerda), status de avanço tecnológico, a mesma área industrial. E assim também que podemos perceber as construções térreas, em alvenaria e cobertura de telha de barro, incorporadas aos galpões em estrutura

metálica, vedados por chapas com peso e espessura reduzidos, repletos de canos e outros apetrechos tecnológicos. Formas criadas em tempos passados pela empresa antecessora, a Prinsul que, nessa época, ainda eram compatíveis ao padrão produtivo da Bella Gres - por isso permaneciam. Formas que logo que deixaram de servir desapareceram, conforme constatamos nas imagens captadas em anos posteriores.

São esses resquícios de outras épocas, denominados de rugosidades por Santos (1996, p.113), que “nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” permitindo identificar tanto a evolução como o retrocesso econômico de uma empresa ou de um lugar. Assim, vemos que a Bella Gres, em 1996, dois anos após sua instalação, talvez se encontrasse em processo de adaptação com uma produção, provavelmente, restrita a essa condição. O avanço dessa produção, nos anos posteriores, não apenas reduziu algumas das formas anteriores como eliminou outras tantas. Assim, a chaminé que, segundo os moradores, deveria ter permanecido na paisagem⁴, como um monumento ao passado, ficou apenas na lembrança e em algumas fotografias.

Da mesma forma que a chaminé da Prinsul ficou na lembrança de muitos o certame de futebol de 1994 também. Uma vitória que contou com o entusiasmo da torcida na partida final do campeonato em que o G. E. Boa Esperança sagrou-se campeão (Figuras 210, 211).



Figuras 210, 211 – Torcida do G. E. Boa Esperança, (10cm x 15cm), 1994.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

⁴ Conforme Paulo Roberto Gruppelli, em 29-05-2008, um dos herdeiros do prédio da extinta Prinsul, a permanência da chaminé integrava o acordo firmado com o Grupo Carvalho.

As imagens, a seguir, apresentam a equipe campeã de 1994 (Figura 212) acompanhada por alguns dos inúmeros troféus adquiridos ao longo de seus 70 anos de existência (1924-1994) e os atletas com as faixas de campeão (Figura 213).



Figuras 212, 213 – Time campeão do G. E. Boa Esperança, (10cm x 15cm), 1994.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

O campo, quando não está sediando jogos de futebol em finais de semana, pode servir como local de encontro entre gerações. A imagem, a seguir, apresenta o casal Nelda e Edmundo Schäfer acompanhados de algumas crianças, início da década de 1990 (Figura 214).



Figura 214 – O campo como local de encontro, (10,2cm x 14,5cm), 1990-91.
Fonte - Acervo Nelda Schäfer.

Esta imagem mostra, ao fundo, o morro dos Marini e alguns prédios da localidade. Entre esses o galpão em madeira que servia de oficina mecânica e o prédio (segundo da direita para esquerda) que abrigava a Escola Municipal Dr. José

Brusque. Portanto, essa imagem mostra duas transformações em relação à atualidade, uma estrutural, a forma galpão desapareceu; outra funcional, a atividade escola deixou de existir. Transformações como essas comprovam que “todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem” (SANTOS, 1988, p.52) e ainda que esse lugar permaneça, esquematicamente, o mesmo, a situação mudou, pois “A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar” (SANTOS, 1988, p.52).

Como as transformações ocorrem todos os dias, ao retroceder alguns anos podemos identificar objetos que eram usuais e desapareceram do lugar. A imagem, a seguir, provavelmente, do início da década de 1980, apresenta o campo de futebol, encoberto pela geada, ao fundo, a Indústria de Conservas Prinsul Ltda (Figura 215).



Figura 215 – O campo e a Prinsul, (10cm x 13cm), 198_.
Fonte - Acervo Carmen Westendorff Ferrari.

Esta imagem, além de apontar uma alteração efêmera na cor do campo e o alinhamento de bambus que servia de cerca, revela o tipo de combustível usado pela Prinsul para abastecer as caldeiras. Pois lá estava um extenso e compacto volume, formado por lenhas, depositado no pátio da empresa. Uma forma oriunda do processo de geração de energia que demonstra a estreita relação que há entre “os instrumentos de trabalho (objetos dos mais diversos tamanhos, que o homem cria para poder produzir) e a paisagem” (SANTOS, 1988, p.65). Por isso,

essa paisagem registrada pela fotografia apresenta, mais que prédios e campo, “o trabalho inserido no processo de reprodução do capital” (VIEIRA, 2003, p.155) usado pela empresa conserveira, nessa época.

Uma imagem de fevereiro de 1976 registra o campo, parcialmente delimitado por uma cerca de bambus, e o entorno que hoje se encontra bastante diferenciado (Figura 216).



Figura 216 – O campo de futebol, (8,8cm x 12,5cm), 1976.
Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.

Partindo dos elementos mais distantes, encontramos, ao fundo, o serro pertencente à família Adamoli, coberto de vegetação rasteira e duas concentrações de vegetação densa, talvez dois capões de mato. Mais próximo, na lateral direita, visualizamos parte do prédio do armazém e restaurante Gruppelli. Quase ao lado, pouco mais à esquerda, o galpão de madeira da oficina mecânica, e mais à esquerda a copa, com a cobertura em cerâmica, e outros dois prédios. Ainda mais a frente, uma parcela do prédio que servia de alojamento para os safristas da Prinsul e pertencera a Olaria H.G. Finalmente, em primeiro plano o jardim da residência de Geraldo Gruppelli, proprietário da Prinsul, onde se encontra o canteiro, protegido por bambus, que era cultivado pela esposa Ernestina Adamoli Gruppelli.

Este conjunto de elementos concretos que figurava na paisagem de 1976 indica uma parcela do processo de produção e reprodução humanas materializado nesse espaço geográfico. O que faz então dessa imagem da paisagem uma re-apresentação da “manifestação formal deste processo” (VIEIRA,

2003, p.150), ou seja, daquilo que integrava a vida cotidiana, em 1976, e era passível de ser vislumbrado e se encontrava diante desse fotógrafo.

E como se encontram esses elementos arrolados na paisagem atual? Bem, o serro prossegue, não mais com vegetação rasteira, mas totalmente coberto de acácias destinadas à comercialização. O prédio do armazém e restaurante Gruppelli também permanece apenas a fachada ganhou um alpendre. O galpão de madeira, como já havíamos visto antes, desapareceu deixando um vão livre. O prédio da copa persiste, mas com sua cobertura alterada, e as outras duas construções desapareceram. O prédio que servia de alojamento, também foi demolido. E o jardim que foi transferido para o herdeiro Paulo Roberto, continua, sendo cultivado por sua esposa Margarida Zafallon Gruppelli, mas sem a cerca.

Regressando ainda mais no tempo registrado pela fotografia vamos descobrir que no lugar do campo antes havia um lago. Sim, o lago da Olaria H. G., de Hermógenes Gruppelli, gerado pela extensiva retirada de matéria prima, como mostra o registro de Maria Lucy Adamoli Gruppelli, em abril de 1954 (Figura 217).



Figura 217 – O lago da Olaria H.G, (7,5cm x 12cm), 1954.
Foto Maria Lucy Adamoli Gruppelli. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.

Se havia um lago e já não mais existe é porque em algum momento entre 1954 e 1976 o lugar foi aterrado. Segundo, Paulo Luiz Adamoli Gruppelli⁵, proprietário do local nessa época, a idéia de substituir o lago por uma superfície plana que servisse como campo de futebol do G. E. Boa Esperança surgiu em virtude da grande quantidade de aterro resultante do rebaixamento da cabeceira

⁵ Informações obtidas através de depoimento, em janeiro de 2009.

oeste da ponte no início da década de 1970. Nessa época o campo de futebol que, era menor, ficava situado no interior da propriedade, longe da estrada. Com esse arranjo o lago acabou absorvendo o aterro e o campo de futebol passou a ocupar uma área, estrategicamente, melhor posicionada.

Essa imagem do lago foi concebida, assim como outras paisagens captadas nesse dia por Maria Lucy, como uma lembrança do lugar que, por motivo de mudança para o município de Canguçu, desapareceria do dia-a-dia da fotógrafa e de sua família. E como “nunca olhamos apenas uma coisa, estamos sempre olhando para as relações entre as coisas e nós mesmos” (BERGER, *apud* LEITE 1993, p.36), essas imagens-lembranças, elo concreto com esse universo de vivências, ao serem revisitadas por essas pessoas, em qualquer tempo e espaço, possibilitariam reavivar algumas das relações do passado guardadas na memória.

E como lembra Cartier-Bresson, *apud* Leite (1993, p. 36) o fotógrafo lida “com o que está continuamente desaparecendo, e quando desaparece nada no mundo as fará voltar”. O lago submergido pelo aterro ficou apenas na memória das pessoas que o conheceram e em uns poucos registros visuais anteriores a 1970. Assim, como o lago, a olaria e toda a sua sólida estrutura, também sucumbiram em nome do progresso, restando apenas lembranças afetivas e visuais, como o registro, a seguir, possivelmente captado na década de 1940 (Figura 218).



Figura 218 – O lago e a Olaria H.G, (8,5 cm x 6 cm), 194_.
Fonte - Silvana Gruppelli Ferrari.

As imagens do lago e da olaria, tais quais as anteriores, revelam uma configuração espacial, arquitetônica e paisagística, vinculada a um tipo de produção,

em um dado momento. Mas, diferentemente das anteriores, essas imagens expõem uma paisagem gerada por uma produção tipicamente artesanal, desde a obtenção da matéria prima à comercialização. Ainda que a olaria atuasse em escala reduzida, sua produção, tal qual a Prinsul e a Bella Gres, também impunha formas à paisagem. E o lago, assim como os prédios, eram formas geradas por essa produção e mantidas pela sociedade enquanto correspondiam as suas necessidades, formal e/ou funcional.

Como cada período reúne “sistemas de objetos e sistemas sociais” (SANTOS, 1988, p.67) a temporalidade da imagem mostra que o sistema social vigente nesse período concebia o lago como um local aprazível, onde pessoas passeavam e aves aquáticas freqüentavam as águas. Concepção essa que foi renegada pelo sistema social posterior que deu “preferência social a outras formas” (SANTOS, 1988, p.70) considerada mais atraente, como a do campo de futebol. Portanto, as formas desapareceram da paisagem por não mais corresponderem aos interesses em voga. Assim, a forma lago foi transfigurada em superfície gramada e a função lazer contemplativo convertida em ação esportiva.

Se havia até a década de 1950 uma porção de água delimitada no local onde fora construído o campo, essa água em época de enchente, não se restringia a esses limites. Um registro de 24 de setembro de 1932 mostra as águas ocupando todo o local, do mesmo modo como aconteceria tantas vezes com o campo de futebol (Figura 219).



Figura 219 – Quando o lago transbordou, (6cm x 8,8cm), 1932.
Fonte – Acervo Léa Gruppelli.

A imagem da enchente de 1932, além de mostrar a água ocupando grandes extensões, permite visualizar alguns prédios. Ao fundo, uma pequena mancha clara, aponta o prédio da família Marini que servia de residência e comércio⁶. Mais próximo do observador, o prédio da família Gruppelli, e mais a frente, a casa do motor, além de outras construções auxiliares. Essa imagem revela, bem mais que uma situação de calamidade, evidenciando uma configuração formal definida pelas condições técnico-econômica da família Gruppelli nessa época. Ou seja, havia uma construção destinada a abrigar um gerador de energia, o que comprova que os armazéns coloniais foram de fato “balizas do avanço da colonização” (ROCHE, 1969, p.574). Como o próprio Roche (1969, p.581) afirma: “Os comerciantes souberam, assim, adaptar-se a situações novas e criar ou recriar uma prosperidade estável, não só em suas empresas, como também nas vilas onde residiam.”

Por isso, essa imagem, que por si é histórica, captou uma paisagem que, “ao mesmo tempo em que é produto da história, reproduz a história” exprimindo “as características próprias dos homens que a criaram” (VIEIRA, 2003, p.150)

Assim, como os avanços das águas serviam de motivação para registros fotográficos, também a paisagem ensolarada do lago atraía atenção de veranistas e foliões. Um cenário bucólico que complementava retratos, como o de Febronia Lima Gruppelli, caracterizada de cigana (Figura 221), e servia de espaço para reuniões de veranistas (Figura 220).



Figuras 220, 221 – O lago como cenário, (4,2cm x 6,3cm), (8,8cm x 6cm), 193_.
Fonte – Acervo Léa Gruppelli.

⁶ Atual propriedade da família Pieper.

A presença do lago como cenário fotográfico demonstra o quanto essa paisagem criada era apreciada pela sua harmonia aparente.

Através desse conjunto de lances fotográficos que partiu das formas atuais do campo de futebol, retrocedeu no tempo, redescobrimo usos e formas múltiplas e, por fim, “escavando” um lago desaparecido, demonstra o quanto “É impossível separar da paisagem a identidade conferida pelos múltiplos movimentos das pessoas, referentes aos ritmos, ao modo de vida e de pensar a vida” (VIEIRA, 2003, p.153).

As imagens mostram que esse espaço geográfico embora tenha passado por inúmeras transformações, estruturais e funcionais, tem sido, desde a década de 1930, intensamente vivenciado. Se antes era uma área usufruída por alguns privilegiados, as mudanças no modo de vida acabaram transformando-a em um espaço coletivo, onde a multidão “entra em campo”, ao menos, afetivamente.

Como o futebol colonial é sempre uma celebração e cada partida um evento que envolve toda a comunidade, o campo do G. E. Boa Esperança é um espaço assinalado por essas vivências coletivas. Como essas vivências são quase sempre intensas acabam constituindo referências na memória de atletas, torcedores, técnicos e dirigentes. Assim, esse espaço coletivo é um bem cultural repleto de marcas dessa sociedade e sua cultura. Como “os bens que constituem os patrimônios culturais se propõem como marcas do tempo no espaço” (FONSECA, 1997, p.51), esse espaço coletivo se institui como um patrimônio dessa comunidade. Vale ainda lembrar que “A idéia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural” (FONSECA, 1997, p.58).

Do mesmo modo que “O tempo também se expressa na paisagem” (VIEIRA, 2003, p.153), a seqüência de imagens do campo evidencia a passagem do tempo cronológico, a multiplicidade de tempos, impressa nos conjuntos de formas “criadas em momentos históricos diferentes” (SANTOS, 1996, p.84), que se apresentava aos fotógrafos.

Rever o campo de futebol através de imagens é, sem dúvida, rever o entorno, ou seja, ultrapassando a situação atual de abandono da Cerâmica Bella Gres, cruzando o seu apogeu e ascensão, encontrar a Indústria de Conservas Prinsul e chegar, por fim, a Olaria H.G.: a origem desses negócios.

3.6 O Cemitério da Colônia Municipal

Caracterização do objeto		Nº 06
Local	Nome – Cemitério da Colônia Municipal	
	Propriedade – Municipalidade	
	Acesso – Livre	
Pesquisa	Acervos pesquisados - 3	
	Fotografias analisadas - 12	
	Fotógrafos identificados - 3	
	Período – 2009 – 1966	

O Cemitério da Colônia Municipal situado em terreno inclinado, próximo à estrada principal na localidade Gruppelli ocupa, atualmente, uma área aproximada de 2 ha. Desde sua criação em 1882 aos dias de hoje tem se mantido como “um cemitério comum a todos”, conforme anunciava, em 1889, o alemão Carl Otto Ulrich em seu documento sobre “As Colônias Alemãs no Sul do Rio Grande Do Sul”. Esta instituição surgiu, provavelmente, a partir da doação de terrenos ao município pelo Alferes João Onofre de Campos, por ocasião da inauguração da Colônia Municipal, em 25 de novembro de 1882, conforme anunciou o jornal *A Discussão* (27/11/1882, p.2). Os terrenos doados, segundo esse jornal, eram “suficientes para a futura edificação da povoação da colônia” e se destinavam a construção de “casas para escolas, igreja, cemitério e outros misteres da vida colonial”. Dentre esses destinos apenas o cemitério se concretizou, as demais instituições não chegaram a perdurar. Segundo Ulrich (1898) havia na Colônia Municipal uma escola do governo cujo prédio, em 1898, em “desuso há 5 anos” já se encontrava “praticamente ruído”. Quanto à igreja, nem um dado foi encontrado, possivelmente, não tenha sido edificada. Todos esses terrenos deveriam ser contíguos integrando, provavelmente, a mesma gleba. Se assim fosse os terrenos situados ao redor do cemitério estariam abrigoando os “outros misteres da vida colonial”. Por alguma razão, até então desconhecida, os terrenos ao redor do cemitério pertencem, desde meados de 1990, a proprietários privados que aí residem. Dessa forma o acesso ao cemitério, a esse nicho coletivo entre propriedades privadas, é através de um caminho que atravessa uma das propriedades situada junto à estrada.

O cemitério, mesmo recuado em relação à estrada, é facilmente identificado por quem a percorre, principalmente no sentido leste-oeste, pois em sua área quadrangular, além de densamente ocupada por pequenas construções, a maioria dos elementos está pintado de branco. Inúmeras elevações que de tão próximas formam uma massa branca, compacta e irregular, depositada, suavemente, na encosta do morro, contrastando com o verde do entorno. O branco e o silêncio, entre o céu e a terra, como aparece na imagem, a seguir (Figura 222).



Figura 222 – Cemitério da Colônia Municipal, novembro de 2007.
Foto da autora, acervo particular.

Esta vista do cemitério, captada a partir da estrada, em 25 de novembro de 2007, revela, além do morro dos Marini ao fundo, a capela construída pela comunidade. Essa capela e todos os serviços de manutenção no cemitério contam com a colaboração financeira de um grupo de pessoas que possuem familiares aí enterrados. Esses contribuintes, atualmente em média de oitenta, contam com o apoio de Wilmar Pieper que, já há alguns anos, dá continuidade a iniciativa do irmão Arno Pieper nessa função administrativa.

Ao se aproximar do cemitério percebe-se que embora a maioria das pequenas construções seja pintada de branco, outras cores também integram esse conjunto. As formas também apresentam variações, mas a horizontalidade ainda predomina, preservando as construções junto ao solo, como mostra uma vista do cemitério, captada a partir da entrada, do nível mais baixo (Figura 223).



Figura 223 – Formas e cores do Cemitério da Colônia Municipal, novembro de 2007.
Foto da autora, acervo particular.

Muitas dessas formas horizontais possuem uma pequena elevação na cabeceira onde constam informações sobre a(s) pessoa(s) enterrada(s). Nas lápides mais antigas os textos são em português, italiano ou alemão. As construções que aparecem nessa imagem não são as mais antigas, pois as primeiras lápides, algumas já sem identificação, foram construídas ao rés do chão, nessas a cruz, freqüentemente, é metálica e, por vezes, com cartela e adornos também metálicos. Essas diferenças, visíveis a quem percorre o local, são testemunhas de que “A cada momento histórico” os recursos utilizados e “localmente combinados”, produziram no lugar além de “especificidade e definição particular” uma significação que, da forma à linguagem, “muda conforme o movimento histórico” (SANTOS, 1996, p.131). Permitindo distinguir assim, o hoje do ontem. Nesse caso a distinção é reforçada pela própria cronologia impressa nas construções: datas de nascimento e morte.

Por isso as lápides são testemunhos edificadas de que nesse lugar como “Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos” (SANTOS, 1996, p.125). Assim, cada lápide é depositária de ações, atores e um tempo social específico, e o cemitério é um somatório dessas conjunções do passado acessível ao presente. Tempos diversos inseridos nas construções que, nessa paisagem mais que em outras, estabelecem elos entre gerações. A imagem, a seguir, é ilustrativa da relação do presente com o passado (Figura 224).

Figura 224 – Presente e passado,
novembro de 2007.
Foto da autora, acervo particular.



Flores sobre os túmulos, lembranças coloridas deixadas por parentes e amigos são atos, realizados na atualidade, destinados ao passado. Esse ato simbólico de união entre vivos e mortos confirma a idéia de Santos (1996, p.88) de que “Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social”. Assim, a ação (depositar flores) é sobre “objetos sociais” (túmulos) que, nesse caso, mais que em qualquer outra situação, são literalmente “dotados de uma presença humana e por ela qualificados”. É essa qualificação que os insere nos rituais dessa cultura e, conseqüentemente, no rol de suportes de memória da sociedade. Se esses objetos não fossem merecedores de cuidados, certamente, o ritual de depositar flores não os envolveria.

Todo esse conjunto de atos relacionados ao lugar, da criação à manutenção, revela a relação que essa sociedade estabelece com os seus antepassados. A maneira como as flores - naturais ou artificiais - são depositadas também se constitui em atributo cultural. A imagem, a seguir, é um registro do modo como a comunidade, em novembro de 2007, prestou sua homenagem aos antepassados (Figura 225).

Figura 225 – Flores sobre lápides,
novembro de 2007.
Foto da autora, acervo particular.



Esta imagem mostra que as flores, além de serem dispostas em vasos, apresentam variedade de cores e tipos. Portanto, não há uma flor específica, mas várias consideradas apropriadas. As flores diversas assim, como os textos nas lápides refletem eleições ou, como define Mayol (1996, p.39-40), comportamentos que traduzem em sua “visibilidade social fragmentos” de uma prática cultural “da mesma maneira que a enunciação traduz na palavra fragmento de discurso” dessa sociedade. Outra forma de visibilidade existente no lugar, ainda mais decisiva “para à identidade de um usuário ou de um grupo” é dada pelos símbolos religiosos, principalmente a cruz, das religiões cristãs, presente na maioria dos túmulos. É através desses símbolos identitários que são revelados a posição que cada membro da comunidade, morto ou vivo, assume “na rede das relações sociais inscritas no ambiente” Mayol (1996, p.39-40). A imagem, a seguir, ilustra a presença de um símbolo cristão nas cabeceiras dos túmulos (Figura 226).



Figura 226 – Cruz, símbolo cristão, sobre as lápides, novembro de 2007.
Foto da autora. Acervo particular.

Se a cruz, elemento de identificação religiosa, integra a maioria dos túmulos significa que essa é uma comunidade orientada pelos preceitos cristãos. Essa exposição simbólica é guiada, de um lado, “pela necessidade do ser humano de se situar no mundo, de encontrar suas raízes ou fios condutores” (VIEIRA, 2007b, p.3), e de outro “em identificar, nas representações culturais” (CAMARGO, 1999, p.7) que cria e articula o sentido de sua existência.

Essas criações destinadas à re-lembrar as raízes, que ali se encontram sepultadas, se instituem em monumentos, ou seja, “aquilo que traz à lembrança alguma coisa”, como aponta Choay (2001, p.17-18). Como essas construções são

portadoras de carga emocional, podem advertir sobre o passado, e assim, auxiliar na preservação da identidade tanto da família como da comunidade. Sobre essa função memorial do monumento Choay (2001, p.18), reafirma sua importância:

Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo.

Esse conjunto de monumentos edificado por essa “comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem” (CHOAY, 2001, p. 18) atraiu a atenção do fotógrafo Neco Tavares, sobretudo, pela harmonia do conjunto (Figura 227).



Figura 227 – Monumentos ao ar livre,
(10cm x 15cm),1998.
Foto Neco Tavares.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Essas construções de diversas épocas além de fixar um significado e combater a perda da memória não deixam de expressar “también determinada idea de orden y, con ella, de razón” (YORY, 2002, p.11). A maneira como as construções estão dispostas também são reveladoras dessa sociedade (Figura 228).

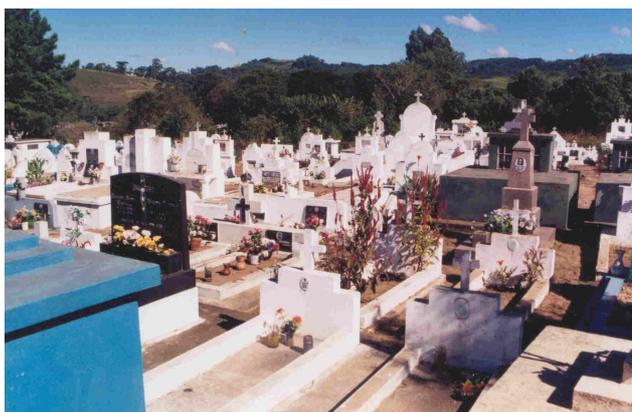


Figura 228 – Túmulos, lado a lado,
(10cm x 15cm), 1998.
Foto Neco Tavares.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Como se pode observar através da imagem, os túmulos estão posicionados, lado a lado, preenchendo as sucessivas seções paralelas, o que confere ao conjunto certa homogeneidade, ou seja, não há áreas em destaque. Com essa organização formal, além dos túmulos ficarem extremamente próximos, eliminando ou diminuindo o vazio entre as construções, não há qualquer tipo de espaço reservado ao deslocamento de pessoas. O que obriga as pessoas a transitar, em alguns pontos, sobre os túmulos. Essa configuração espacial, provavelmente, não seja produto de planejamento prévio, mas do senso organizacional dos membros da comunidade. De qualquer modo, a organização assim como os prédios reflete, bem mais que as sucessivas “marcas que o tempo neles imprimiu”, o próprio “trabalho das gerações passadas” (CHOAY, 2001, p. 154).

É através dessas marcas construídas com materiais diversos e textos personalizados que conseguimos identificar o trabalho e outros dados identitários. As imagens, a seguir, captadas em 1998, pelo fotógrafo Neco Tavares, mostram detalhes de túmulos construídos em diferentes épocas, apresentando um dos túmulos ornamentados mais antigos, atualmente sem identificação (Figura 229), e o túmulo cujas inscrições no cimento permitem identificar além da etnia alguns dados de Ernesta Rivaroli que “nascio 1925” e “faleceo 12 de [...] 1929” (Figura 230).



Figuras 229, 230 – Dois túmulos, (15cm x 10cm), 1998.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Esses túmulos revelam a passagem do tempo sobre os materiais e as diferentes concepções adotadas. Enquanto o mais antigo explora as possibilidades técnicas do ferro para compor um ornato visualmente leve, o outro se vale da solidez da alvenaria para resistir às intempéries. Essas escolhas, além de custos diferenciados, mostram que os moradores mais antigos não apenas apreciavam o ferro como material expressivo como tinham acesso ao artesanato em ferro forjado. Cabe lembrar que o ferro, segundo BUCK-MORSS (2002, p.105), “com a construção da Torre Eiffel”, tornou-se “a forma arquitetônica mais remota do princípio de montagem” e como lembra Walter Benjamin *apud* BUCK-MORSS (2002, p.105)

Ao redor de 1878 acreditava-se que a salvação podia se encontrar na arquitetura em ferro: sua aspiração vertical [...] a preferência por espaços superlotados e a leveza do esqueleto visível alentaram esperanças ao nascimento de um estilo que faria reviver a essência do gênio gótico [...].

Os eixos, vertical e horizontal, nessa cruz em ferro, não apenas foram construídos por montagem, como evidenciam “as levezas do esqueleto visível”.

Em outra imagem, também captada por Neco Tavares, percebemos a presença de outro material para depositar o epitáfio. Sobre uma placa em louça, ou louça ágata, encontram-se os dados de “Johanna Albertina Friederika Vemke, geb. d. 22. Mai 1889, gest. d. 20. Juli 1908” (Figura 231).

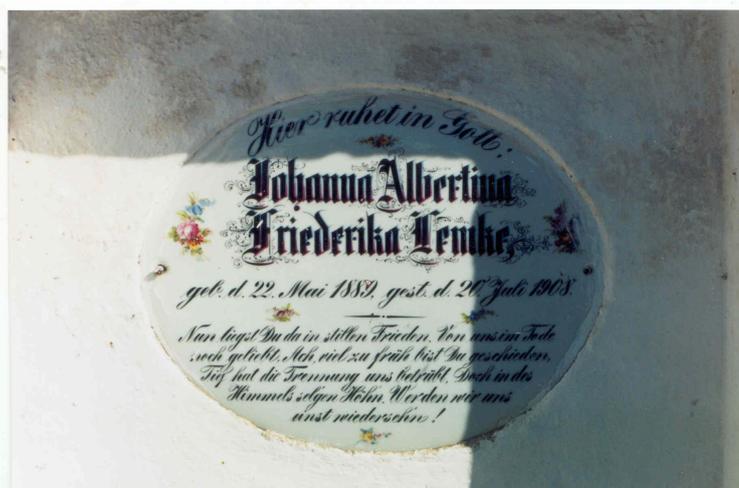


Figura 231 – Lápide em louça, (10cm x 15cm), 1998.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Da mesma forma que as anteriores essa lápide revela, além da etnia, o apreço pelo material louça, bem como a existência desse artesanato de forma

acessível aos moradores. Essa louça, embora sujeita a intempéries, preservou as suas inscrições em perfeitas condições, ao menos, por 90 anos (1908-1998).

Essas imagens, assim como os demais registros do cemitério, evidenciam o caráter documental desses objetos sociais, tanto como suporte de informação, textual e visual, como pela própria “intenção pedagógica” que, orientada pelo “desejo de articulação entre os que foram e os que vieram depois”, ratifica a “vontade de formar e produzir continuidades” (CHAGAS, 2003, p.144). É também com base nesse sentido pedagógico que a função patrimonial do conjunto se reafirma, pois, como lembra Gonçalves (2003, p.27), “O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas”.

Esse patrimônio tem sido transmitido de geração em geração como parte integrante da memória social dessa comunidade. Para que essa transmissão se efetuassem, antes ela foi devidamente articulada. Essa articulação, como lembra Chagas (2003, p.164), “não se dá apenas por meio de palavras verbalizadas ou grafadas, mas também por imagens”. A imagem, a seguir, revela algumas articulações destinadas à transmissão da memória social, como as apresentadas no conjunto de lápides do casal Elizabetha e Luiz Natali¹, onde consta: “Elizabetha Andreotti Natali, nasc. 25 de março de 1857, falec. 1 de abril de 1933” e de “Luiz Natali, nasc. 28 de maio de 1858, falec. 10 de junho de 1932” (Figura 232).



Figura 232 – Lápides em mármore, (10cm x 15cm),1998.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.

¹ Luiz Natali comprou, em 1905, dois terrenos dos Gruppelli, conforme livro de Registros do 5º Distrito, Santa Eulália, livro 10, folhas 090v, 91 e 91v, Arquivo Público do Estado – RS.

A imagem evidencia, além do mármore como suporte, o entalhe como técnica e a fotografia como representação visual, a presença de expressões textuais demonstrativas de sentimentos: Aqui jaz em paz; Saudades de... Esse conjunto expõe, mais que técnicas ou questões econômicas e afetivas, que “Assim, do mesmo modo como há um vocabulário, há um imaginário vinculado à memória social. Este imaginário social, produzido a partir dos indivíduos, é complexo, dinâmico e processual” (CHAGAS, 2003, p.164).

Esse mesmo imaginário complexo admite a existência de fotografias para representar pessoas junto aos seus túmulos, mas desconsidera a imagem do conjunto, ou seja, não faz parte do imaginário dessa comunidade fotografar as lápides e menos ainda o cemitério. Desse modo, não há imagens produzidas pela comunidade relacionadas à necrópole. Na única foto encontrada, em que este cemitério aparece, certamente, o objetivo não era fixá-lo, mas a paisagem diante do fotógrafo que, pela amplitude da perspectiva, acabou incluindo-o. A imagem, a seguir, mostra um detalhe da fotografia captada, a partir do restaurante Gruppelli, no dia 9 de outubro de 1966, por Nelcy Kohlrausch, onde se percebe um fragmento do cemitério, situado á direita e acima da casa de Geraldo Gruppelli (Figura 233).



Figura 233 – O cemitério na paisagem, detalhe, 1966.
Foto Nelcy Kohlrausch. Fonte – Acervo Maria Francisca Knopp Kohlrausch.

A maneira como uma sociedade fotografa é um dado cultural, desde os temas eleitos para serem vistos e revistos até a forma como são preservadas as imagens, são evidências da valorização de determinados aspectos ou situações como da abstração, ou negação, de outras tantas questões. Assim, a não-eleição de registrar imagetivamente as lápides e o cemitério, denunciado pela inexistência de imagens relacionadas à morte é, sobretudo, uma atitude sócio-cultural dessa

comunidade. Cabe aqui lembrar que “A imagem fotográfica ultrapassa, na mente do receptor, o fato que representa” (KOSOY, 1999, p.46). Sendo assim, essas imagens, caso existissem, poderiam remeter não ao que foi (o passado vivo), mas ao que há (o presente morto). As imagens de túmulos não são registros da aparência daqueles que morreram e sim do objeto que conserva os mortos, enterrados. Talvez a imagem do cemitério configurasse uma segunda certidão de óbito, o atestado visual, ou ainda lembrete, também visual, do destino final de todos nós. Seja como for “cada momento histórico e cada cultura institui suas representações visuais em função de seus domínios e interesses” (CAMARGO, 1999, p.175). Portanto, se entre as representações visuais da comunidade as imagens cemiteriais não são apreciadas é porque não há, ou nunca houve interesses ou predileções manifestos.

Esse conjunto de imagens, embora reduzido em relação a outros espaços coletivos, permite perceber a relevância dessa instituição para a comunidade colonial. Seja na manutenção ou nas próprias referências impressas há uma visível valorização dos diferentes movimentos históricos, ou seja, as marcas do passado são sagradas, nesse espaço. O que faz dessa instituição um relevante documento, onde os ritos do passado, impressos nas construções, e do presente, como as flores sobre os túmulos, se encontram em exposição permanente, sob céu aberto, a todos os interessados. Um documento onde a religiosidade, a etnia e o tempo de vida e morte são assinalados para que possam ser identificados por todos. Monumentos que as famílias constroem para homenagear os antepassados e orientar as novas gerações para a continuidade.

O Cemitério da Colônia Municipal por abrigar, desde 1882, parte da memória social dessa comunidade tem sido transmitido de geração após geração, como um bem patrimonial coletivo.

Esta pesquisa ao privilegiar a fotografia como fonte principal sujeitou-se tanto a existência de exemplares dessa técnica como de autores. A ausência de fotos relacionadas ao cemitério, por parte da comunidade, restringiu, consideravelmente, a identificação de alterações na paisagem como também da própria composição da instituição. Mesmo com essa restrição é possível entrever a importância desse conjunto como fonte de pesquisa sobre a formação dessa comunidade. Esta instituição, certamente, mereceria um estudo mais detalhado, pois o escasso material imagético disponível anuncia a existência de documentos valiosos, impressos nas lápides.

CAPITULO IV

OS LUGARES REVELADOS: OS ESPAÇOS PRIVADOS

Os espaços privados, da mesma forma que os de uso coletivo, integram a realidade observável, constituindo material e conceitualmente, coordenadas para a investigação da trajetória histórica de um lugar. Dentre os espaços gerados pela iniciativa privada encontram-se os que estabelecem atividades e relações que extrapolam os limites territoriais da propriedade. Envolvem pessoas de distintos lugares e produtos de natureza diversa. São essas atividades produtivas que, comumente, definem tanto a “intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem da área” (SANTOS, 1988, p.51) como o próprio modo de vida da comunidade, principalmente, quando esse fluxo se afirma, relativamente, constante por décadas. Como no caso da localidade Gruppelli que se firmou como núcleo a partir da conjunção de atividades produtivas e prestação de serviços que articulava tanto moradores das proximidades como diferentes raios de atuação. Conjunção essa que nasceu do empreendedorismo estabelecido por Hermógenes Gruppelli nas terras adquiridas, em 1905, na Colônia Municipal.

A partir dessas diferentes atividades criadas pela família Gruppelli, nessas terras, surge o povoado e, conseqüentemente, a configuração espacial que hoje encontramos. Atividades, portanto, imprescindíveis para a existência e estabilidade do núcleo.

Neste capítulo visitaremos as propriedades originais da família cujas atividades produtivas contribuíram para a configuração espacial existente hoje na localidade Gruppelli, assim relacionadas: 1) Cerâmica Bella Gres; 2) Propriedade Gruppelli; 3) Propriedade Gruppelli Ferrari.

4.1 Cerâmica Bella Gres

Caracterização do objeto		Nº 07
Local	Nome – Cerâmica Bella Gres	
	Propriedade – Grupo Carvalho	
	Acesso – Fechado	
Pesquisa	Acervos pesquisados - 9	
	Fotografias analisadas - 42	
	Fotógrafos identificados - 3	
	Período – 2009 – década de 1930	

A Bella Gres, como usualmente é conhecida esta indústria cerâmica, é formada por um complexo de prédios de diversas alturas e formatos resultantes de sucessivas reformas, ampliações e construções. Instalada em uma área de 2 ha, aproximadamente, junto à estrada principal, ocupou a partir de 1993 os prédios da extinta Indústria de Conservas Prinsul Ltda.

A Cerâmica Bella Gres, especializada em revestimentos cerâmicos, pertencente ao Grupo Carvalho, esteve em funcionamento até o início de 2004. No período de 1993 a 2004, devido à aceleração do processo produtivo engendrado, muitas transformações ocorrem tanto na vida da comunidade como na paisagem. Mudanças que evidentemente acrescentaram vantagens e prejuízos. Se de um lado a comunidade passou a contar com uma fonte constante de renda, direta ou indireta, de outro, os resquícios da produção se espalhavam também constantemente por toda a localidade, poluindo com pó e barulho o meio ambiente.

O que foi, com todas as suas nuances positivas e/ou negativas, ficou na lembrança dos moradores, mas o que há pode ser visto por diversos ângulos. E o que há, segundo Vieira (2003, p.152), é uma “forma histórica que expressa as relações materiais” desses homens no passado e, ao mesmo tempo, “o estágio do processo de trabalho na reprodução do capital” que aí foi empregado. A imagem, a seguir, mostra uma visão, lateral oeste, do conjunto de prédios da Bella Gres onde se percebe algumas dessas formas históricas, referentes ao último estágio de trabalho da indústria, deixadas na paisagem. A imagem, a seguir, foi captada a partir do campo de futebol do G. E. Boa Esperança, em 14 de novembro de 2007, por Ângelo Kohls Gruppelli (Figura 234).



Figura 234 – Prédio da antiga Bella Gres, lateral oeste, 2007.
Foto Ângelo Kohls Gruppelli. Acervo Família Gruppelli.

A imagem mostra que o conjunto – de dimensões verticais e horizontais avantajadas e técnicas construtivas diversas – se encontra visivelmente deteriorado: sinais de ferrugem, ausência de cobertura e falhas na vedação lateral.

Quem passa hoje pela estrada visualiza esse conjunto que, embora desativado, ainda lembra um passado produtivo recente. Sobras silenciosas que abarrotam a paisagem com seus imensos volumes maciços e opacos. Denúncias do que fora – uma indústria de grande porte – desativada desde 2004. As imagens, a seguir, captadas em novembro de 2007, mostram parte desses volumes deixados pela Cerâmica Bella Gres junto à estrada (Figuras 235, 236).



Figuras 235, 236 – Prédio da antiga Bella Gres, vista da estrada, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

Ao se aproximar do prédio percebe-se alguns anúncios indicando que, além de ser “Proibido a entrada de pessoas não autorizadas”, esta área cercada ainda pertence a “Bella Gres, revestimentos cerâmicos” (Figuras 237, 238).



Figuras 237, 238 – Anúncios, demarcações da área Bella Gres, vista da estrada, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

A primeira imagem (Figura 237) mostra também a presença de veículos estacionados na área coberta, após o vão livre delimitado pela cerca. Esta cobertura tem servido, desde a desativação da indústria, de garagem para os ônibus da Empresa São Jorge que fazem o percurso Pelotas – Gruppelli via BR 392.

Embora não seja necessário aproximar para perceber os sinais do abandono, já que estão espalhados por diversos pontos, da vegetação aos detalhes, esticar o olhar, através de um vão, possibilita ver o que há entre paredes, o vazio que sobrou. As imagens, a seguir, mostram essas ausências, apresentando uma janela da fachada, onde dos nove vidros restou apenas um inteiro (Figura 239) e o interior do prédio (Figura 240).



Figuras 239, 240 – Os sinais do abandono no prédio da Bella Gres, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

Evidente que essa situação reflete a inexistência de atividades no lugar. E como era essa indústria antes, em pleno funcionamento? E as máquinas trabalhavam, ininterruptamente, 24 horas por dia, 365 dias por ano? Havia em meio a esse processo incessante, espaço para algum tipo de atividade recreativa?

As imagens, a seguir, mostram que, embora a empresa operasse ininterruptamente, havia certo espaço para a sociabilidade, como o churrasco de confraternização de final de ano, envolvendo patrões e funcionários que, em 2001, contou com o assador Arno Pieper (Figura 241) e registrou a presença, da esquerda para a direita, de José Ildelfonso Pieper, Arno Pieper, Newton Carvalho e Conceição (Figura 242).



Figuras 241, 242 – Festa de final de ano, Cerâmica Bella Gres, (10cm x 15cm), (24cm x 18cm), 2001.
Fonte - Acervo Arno Pieper.

Foi no mesmo ano de 2001 que a empresa, incrementando com tecnologia de ponta a geração de energia, reordenou o processo produtivo e intensificou sua presença na paisagem. Os modernos artifícios adotados se configuraram em volumes acrescidos ao conjunto existente, entre eles, um tanque metálico de gás, em formato de cilindro, elevado do solo. Esse acréscimo ainda que disposto em local pouco acessível, no limite oposto à estrada, interferiu visivelmente na configuração da paisagem. As imagens, a seguir, evidenciam a amplitude desse elemento inserido na paisagem em 2001, onde se percebe a proporção do novo tanque em relação a Paulo Ricardo Gruppelli e um dos instaladores (Figura 243) e uma vista parcial da estação de tratamento d'água deixada pela Prinsul (Figura 244).



Figuras 243, 244 – Formas inseridas na paisagem pela Cerâmica Bella Gres, (10cm x 15cm), 2001.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Essas formas, embora hoje sem utilidade, ainda permanecem na paisagem e podem ser identificadas através de imagem de satélite, principalmente, o tanque de gás que é de cor clara.

Esse tanque de gás, instalado em 2001, era uma ampliação da reserva energética já implantada. As imagens, a seguir, registradas durante a enchente de 2001, mostram que, nessa época, além dos prédios estarem, aparentemente, em perfeitas condições, já havia dois tanques de gás instalados junto à estrada (Figuras 245, 246).



Figuras 245, 246 – As formas na paisagem, (10cm x 15cm), 2001.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Essas imagens mostram que junto ao prédio mais alto, com aproximadamente 22 m de altura, ainda não havia o objeto metálico, em forma de cruz, que hoje se encontra oxidado.

Se em 2001 as formas da empresa tendiam ao vertical, nos anos anteriores, era a horizontalidade que dominava. Essa verticalização reflete tanto o

tipo de equipamento adotado como a limitação na ocupação do solo em função das dimensões da área. O que vem a comprovar que “A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular” (SANTOS, 1996, p.127). Ou seja, a alteração nas formas foi uma das conseqüências do reordenamento adotado pela direção da indústria com base nas condições técnico-econômicas disponíveis na época. As imagens, a seguir, apresentam cenas externas do conjunto Bella Gres captadas a partir das propriedades contíguas, mostrando o pátio, situado ao fundo do terreno (Figura 247) e a área lateral leste (Figura 248).



Figuras 247, 248 – As áreas abertas da Cerâmica Bella Gres, (10cm x 15cm), 1998-1999.
Fonte - Acervo Família Santo Ireno Domingues.

Essas imagens evidenciam que, em 1998-1999, havia área ociosa ou com pouco uso, pois no pátio (Figura 247), usado como depósito de material, havia apenas uma pequena estrutura em madeira, já que o prédio que liberava a fumaça para o meio ambiente situava-se na parte frontal, junto à estrada. Na lateral leste havia um extenso gramado e um poço d’água (Figura 248), posteriormente, substituídos por piso de concreto.

Em 1997 a Cerâmica Bella Gres recebeu a visita de algumas autoridades. As imagens, a seguir, são registros desse evento, que contou com a presença do vereador Beto Marini, segundo da direita para a esquerda, e em seguida o prefeito Anselmo Rodrigues, ambos do Partido Democrático Trabalhista (Figura 249). Ocasão em que técnicos da empresa apresentaram o processo de fabricação aos visitantes (Figuras 250, 251).



Figuras 249, 250, 251 – Visita das autoridades, (10cm x 15cm),1997.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Através dessas imagens se percebe que a Cerâmica Bella Gres nessa época operava com tecnologia avançada e mão de obra reduzida. As imagens também mostram aspectos do prédio readaptado para essa indústria.

Considerando a relevância dessa indústria para a região sul, bem como as suas condições técnicas e econômicas, acreditava-se que a direção da Bella Gres mantivesse um acervo fotográfico relativo à sua trajetória. Mas, infelizmente, isso não ocorreu, segundo a informação da direção, repassada pela secretária, em 09/01/2009. A Cerâmica Bella Gres se encontra atualmente estabelecida no município de Charqueadas, distante de Porto Alegre 55 km¹.

Um dos motivos que levou, em 1993, o Grupo Carvalho a instalar sua indústria cerâmica na localidade Gruppelli, foi certamente o potencial que apresentava o conjunto de prédios de grande porte, bem conservado e inativo, desde 1985. E como era essa indústria anterior? Ainda há resíduos desse passado inseridos na paisagem atual? Bem, diversos elementos permaneceram, a maioria foi absorvida pela Bella Gres e hoje se confunde com os seus próprios resíduos, mas

¹ http://www.daer.rs.gov.br/tab_dist.pdf - acesso 26/04/2009.

ao menos dois elementos ainda se destacam como exclusivos da antecessora, a Indústria de Conservas Prinsul. E assim ocorreu porque esses elementos se encontram fora dos limites territoriais da Bella Gres.

Entre as sobras identificadas da Prinsul encontram-se o conjunto de lagos de decantação e uma pequena represa, ambos situados no terreno contíguo à Bella Gres, pertencente a Paulo Roberto Gruppelli, um dos herdeiros de Geraldo Gruppelli. Os lagos devido as suas dimensões podem ser visualizados do alto de algum morro próximo ou por imagem de satélite (Figura 252), já a represa por ser diminuta e encoberta por árvores é pouco visível, mas ambos não são perceptíveis a partir da estrada. Assim, as sobras da Prinsul, inseridas na paisagem atual, são desconhecidas da maioria das pessoas. A imagem destaca os lagos de decantação da Prinsul, criados na década de 1970, auge da produção, correspondendo a fase Prinsul-Leal Santos.



Figura 252 – Imagem de satélite mostrando os lagos de decantação da antiga Prinsul, 2008.
 Fonte – www.baixaki.com.br/download/google-earth.htm – acesso 23/07/2008.

Esse conjunto de lagos, apesar de pouco visível à maioria das pessoas, integra o cotidiano de alguns poucos moradores que tem acesso ao lugar. Por ser um elemento da paisagem, é visto e lembrado como uma referência visual. A imagem, a seguir, é uma representação gráfica. Vale lembrar que este tipo de atividade articula visão e memória. Ver o que se vê e lembrar o que se sabe, são fatores constantes na produção artística visual. Dessa forma, são realizados tanto os desenhos de observação quanto os de memória. Afinal, “o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas” (SANTOS, 1988, p.59). Uma dessas lentes aparece na

representação gráfica realizada, em 2002, pelo morador Denismar Domingues, aos 10 anos de idade² (Figura 253).



Figura 253 – Vista Aérea, representação gráfica, lagos da Prinsul, (10cm, 15cm), 2002. Autor Denismar Domingues (10 anos) Acervo particular.

As imagens, a seguir, são registros desses lagos captados a partir do limite norte, junto à área da Bella Gres (Figuras 254, 255).



Figura 254, 255 – Lagos criados pela antiga Prinsul, vista norte, 2009. Foto da autora, acervo particular.

Quem olha hoje essa paisagem de vegetação, água e silêncio, provavelmente, não suspeite que fora construída não para ser agradável aos olhos, mas para depositar os resíduos químicos de processos industriais, antes que escorressem para o Arroio Quilombo, logo adiante. Esse conjunto, que há muito perdeu sua função industrial continua sendo abastecido, naturalmente, pelas chuvas. Os resíduos, de certa forma, foram sendo absorvidos pela natureza e, com o passar dos anos, peixes de diversos portes e pequenos roedores passaram a habitar a paisagem. As imagens, a seguir, mostram perspectivas desse lugar

² Trabalho realizado junto a Esc. Dr. José Brusque, na Oficina de Arte “Cartões Postais”, cujo objetivo era estimular a percepção e a produção de imagens do cotidiano na Colônia Municipal, ministrado pela autora, quando cursava Licenciatura em Artes Visuais, Instituto de Letras e Artes, UFPEL, 2002.

captadas a partir do extremo sul dos lagos, em que se pode ter noção de proporção em relação aos irmãos Artur, à esquerda, e Julio Gruppelli, ao centro, (Figura 256) e da Bella Gres em contraste com o morro dos Marini, ao fundo (Figura 257).



Figura 256, 257 – Lagos criados pela antiga Prinsul, vista sudoeste e sul, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

É precisamente porque “Há uma relação entre os instrumentos de trabalho (objetos dos mais diversos tamanhos, que o homem cria para poder produzir) e a paisagem” (SANTOS, 1988, p.65), que alguns instrumentos deixados na paisagem acabam se tornando visíveis com o passado, ou melhor, com a época que o originou. Assim, aqueles instrumentos destituídos de qualquer função produtiva, mas atuantes na paisagem, são os que, por não estarem integrados a outros processos, tendem a apontar, com melhor precisão, a época em que foram gerados, como acontece com o sistema hidráulico implantado pela Prinsul que não foi absorvido pela Bella Gres.

Enquanto a água retida em lagos servia apenas de complementação da fase de pós-produção, a água canalizada era da primeira à última fase vital ao processo agroindustrial. As imagens, a seguir, mostram o que existe atualmente na paisagem relativo à parte do sistema de captação de água construída pela Prinsul, para o aproveitamento da água em algumas etapas da fabricação de conservas: a represa (Figura 258) e o pontilhão sobre o córrego situado entre a represa e a canalização enterrada que conduzia água até a fábrica (Figura 259).



Figuras 258, 259 – Represa e ponte, criadas pela Prinsul, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

As imagens mostram que a área, onde estão localizadas a represa e o pontilhão, hoje esta sendo usada de forma semelhante à fase anterior ao processo industrial, quando as atividades agropastoris, nos primórdios da colonização, eram dominantes.

Como os lagos formam um conjunto paisagístico visualmente agradável foram escolhidos pela família de Santo Ireno Domingues para compor cenários em registros fotográficos. Essa família morava, em 2002, nessa área, sendo uma das poucas, além dos proprietários, com livre acesso aos lagos e a represa. As imagens, a seguir, mostram membros dessa família junto aos lagos, apresentando, ao fundo, a casa onde a família residia (Figuras 260) e uma perspectiva da lateral norte com os lagos divididos por uma elevação (Figura 261).



Figuras 260, 261 – Os lagos como cenário fotográfico, (10cm x 15cm), 2002.
Fonte - Acervo Família de Santo Ireno Domingues.

Embora alguns elementos estruturais da fotografia, como as coordenadas de situação – o espaço e o tempo implícito no documento fotográfico -,

possam ser indicadores de “um micro aspecto do mesmo contexto” (KOSOY, 1999, p.29), algumas imagens, ainda que devidamente situadas no tempo e no espaço geográfico podem, além de revelar claramente o que foi, re-significar o que há. Pois, se o tempo passou, mas o espaço permaneceu aparentemente idêntico, o cenário da imagem, de certa forma, re-apresenta também essa nova temporalidade. Nesse caso é a coordenada temporal da imagem que aponta a constância do espaço. Ao observar o cenário de 2002 se percebe que é bastante idêntico ao de 2009. Sem essa identificação temporal não haveria parâmetros para essa constatação. Assim, são as imagens de 2002 que reafirmam a condição espaço-temporal dos lagos há pelo menos 7anos.

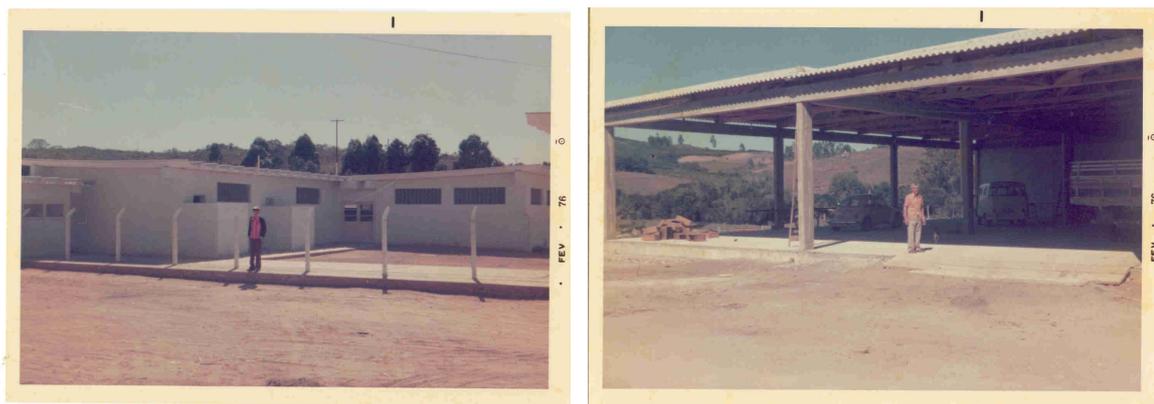
De outro modo essas imagens fotográficas que se valem do lago como cenário servem também de comprovante visual da qualidade da paisagem que integra o cotidiano dessas pessoas. Vale lembrar que imagens como essas, além de serem “conceitos transcodificados em cenas” (FLUSSER, 2002, p.32), estabelecem na “memória um arquivo visual de referência insubstituível para o conhecimento do mundo” (KOSOY, 1999, p.45). Um arquivo portátil, de fácil acesso e socialmente partilhável.

É, justamente, através de cenas fotográficas que parte do passado pode ser desvendada. As imagens, a seguir, são registros externos da Indústria de Conservas Prinsul, captados em fevereiro de 1976, apresentando a entrada principal (Figura 262) e aspectos do pátio interno (Figuras 263, 264).



Figura 262 – Vista frontal e lateral, Indústria de Conservas Prinsul Ltda., (8,8cm x 12,5cm), 1976.
Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.

Essa imagem apresenta um conjunto homogêneo e horizontal que, mesmo com três ampliações, identificadas pelas diferentes tonalidades no telhado, a unidade fora preservada. A imagem, além de revelar o que havia, o prédio em que residia a família de Arno Pieper e o morro dos Adamoli também indica que foi essa estrutura que a Bella Gres encontrou em 1993 e manteve até 1997, ao menos em relação a esses prédios.



Figuras 263, 264 – Pátio interno, Indústria de Conservas Prinsul Ltda., (8,8cm x 12,5cm), 1976.
Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.

Enquanto que na fachada principal a preocupação era com a unidade do conjunto, nas demais construções a funcionalidade era que prevalecia. No interior da área industrial, fora adotado uma tipologia mais adequada à função e a própria época: o telhado de argila deu lugar ao de amianto, as aberturas quadradas de madeiras substituídas pelas horizontais de ferro, a forma longitudinal ganhou novas direções. A criação de uma grande área coberta com telha de cimento amianto permitia abrigar veículos e proteger de intempéries a carga e descarga de produtos. Essas inovações realizadas em 1976, em fase de ascensão da Prinsul confirmam que a especialização estimulou “a inserção da ciência e tecnologia” (SANTOS, 1988, p.51) e intensificou os fluxos. Foi essa especialização, esse aumento de produtos em circulação que, certamente, conduziram a instalação desses novos elementos na paisagem. E, como “todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem” (SANTOS, 1988, p.52), o maquinário também fora substituído. Peças de grandes dimensões agilizando a produção e reduzindo a mão-de-obra, frutos da ciência e tecnologia, também acompanharam esse processo de especialização industrial. As imagens, a seguir, mostram o maquinário existente na Prinsul em fevereiro de 1976 (Figuras 265, 266).



Figuras 265, 266 – Vista interna da Indústria de Conservas Prinsul Ltda., (8,8cm x 12,5cm), 1976.
Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.

As imagens exibem um equipamento que permitia certa automatização do processo que, segundo Paulo Roberto Gruppelli (2008), em época de safra de pêssego, deveria gerar em torno de 114 mil latas de compotas. As imagens, a seguir, mostram o interior da fábrica, onde se percebe o maquinário existente em meados de dezembro de 1975 (Figuras 267, 268).



Figuras 267, 268 – Vista interna da Indústria de Conservas Prinsul Ltda., (8,8cm x 12,5cm), 1975.
Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.

Através dessas imagens visualiza-se a amplitude que esse processo produtivo adquiriu em 1975, seja pelos equipamentos envolvidos ou pela grandeza das dimensões do prédio. Um processo que absorvia grande volume de água potável e necessitava de uma estação de tratamento de água, composta por grandes tanques abertos (Figura 269).

Figura 269
Estação de tratamento d'água,
Ind. de Conservas Prinsul Ltda.,
(8,8cm x 12,5cm), 1975.
Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.



A imagem além de mostrar o conjunto de prédios e o sistema hidráulico, revela também, pela presença da chaminé, o sistema energético empregado. A mesma chaminé que outrora significava progresso - ultrapassar a produção artesanal, expandir o mercado, modernizar – ainda liberava a fumaça da combustão de matéria orgânica. A imagem, a seguir, é um registro de compra de 72 metros de lenha, em 06 de março de 1972 (Figura 270).

INDUSTRIA DE CONSERVAS		SÉRIE E - 1		
"PRINSUL"		Nota Fiscal de Entrada		
LTDA.		1.ª Via		
ESCRITÓRIO: Rua Gal. Netto, 800		R. G. do Sul		
FÁBRICA: 7.º Distrito de Pelotas		Inscrição no C. G. C. (M. F.) n. 92.195.379/001		
End. Teleg. "PRINSUL" - Cx. Postal, 389 - Fone 2-4001		Inscrição Estadual 93/3679		
Pelotas - RS. - Brasil		Natureza da Operação: compra		
		Data de Emissão da Nota 06.1.03/1972		
REMETENTE				
Nome: Paulo Roberto Gruppelli				
Endereço: Colônia Municipal				
Município: Pelotas Estado: RS/Sul				
Inscrição no C. G. C. (M. F.) n. Insc. Estadual 105127				
Quant.	Unidade	Discriminação	Unidade	TOTAL
	72	metros lenha	7,00	504,00

Figura 270 – Detalhe, Nota Fiscal de Entrada, compra de lenha, Ind. de Conservas Prinsul, 1972.
Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.

A Prinsul foi, certamente, uma indústria de origem doméstica, do aprendizado adquirido em casa transformado em escala industrial por Geraldo Gruppelli. Um comprovante de que "Foi graças ao impulso dos comerciantes que os processos aprendidos pelos imigrantes, ou transmitidos a seus descendentes, puderam aplicar-se em maior escala" (ROCHE, 1969, p.580). Plantar, colher, conservar e vender eram práticas comuns do dia-a-dia desse descendente de

imigrante. E o que restou das conservas caseiras que a geração anterior produzia na cozinha e nos fundos da casa? O conhecimento do processo, de certa forma, tem sido transmitido às novas gerações, e os instrumentos originais, alguns, ainda podem ser vistos no Museu Gruppelli, embora um desses utensílios tenha ganhado função decorativa no jardim em frente ao próprio Museu (Figura 271).



Figura 271 – Instrumento de produção transformado em elemento decorativo, 2009. Foto da autora, acervo particular.

A Prinsul, assim como a Bella Gres, também se valeu de uma área que já se encontrava ocupada por atividades produtivas. Esse aproveitamento permitiu que parte das instalações existente servisse como ponto de partida e/ou complemento. E o que havia nessa área antes da Prinsul iniciar suas atividades em 1958? E que elementos foram reaproveitados?

Quando há uma mudança funcional e, conseqüentemente, morfológica, “junto aos novos objetos criados, para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função” (SANTOS, 1996, p.77-78). O que havia antes de 1958 era uma olaria, a mudança necessária para implantar a indústria de conservas foi, certamente, funcional e morfológica, bastante drástica. O que significa que, provavelmente, poucos objetos permaneceram.

Como a paisagem se organiza segundo o tipo de produção do espaço e de acordo com os níveis dos instrumentos de trabalho, as exigências “variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes” (SANTOS, 1988, p.66). Desse modo, as necessidades da indústria conserveira que não coincidiam com as da olaria, além da área, tornaram obsoletos a maioria dos objetos, com exceção dos galpões que em época de safra, principalmente, do pêssego, serviam de dormitório para os safristas

vindos de outros lugares. A imagem, a seguir, captada em 27 de novembro de 1977, apresenta um dos galpões pertencente à Olaria H.G, de Hermógenes Gruppelli, que funcionou até o início da década de 1970, reaproveitado pela Prinsul (Figura 272).



Figura 272
Alojamento de safristas da Prinsul,
antiga Olaria HG, (9cm x 11,3cm), 1977.
Fonte - Acervo Paulo Roberto Gruppelli.

A imagem mostra que a paisagem, por ser “uma escrita sobre outra” (SANTOS, 1988, p.66), era formada, em 1977, ainda por algumas heranças do passado artesanal, restos de um capital e de “suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 1996, p.113) que haviam sido articulados nas décadas anteriores. A imagem, a seguir, mostra outra vista desse galpão, que serviu de cenário para o registro relativo à confirmação religiosa de Francisco Rogério Pieper, junto ao pátio da residência da família, em 1976 (Figura 273).



Figura 273 – O galpão da Olaria HG como
cenário doméstico, (9cm x 8,5cm), 1976.
Fonte – Acervo Francisco Rogério Pieper.

Esta imagem mostra que o galpão era uma construção rústica de tijolo aparente e o entorno na lateral leste, era devidamente cuidado. Algumas imagens fotográficas, como essa, são guardadas cuidadosamente em álbuns de família, por

serem documentos visuais, “peças comprobatórias numa biografia ou numa história em andamento” (SONTAG, 2006, p.183), que permitem rever situações pessoais e/ou do grupo. Essas peças, embora biográficas, são apenas fragmentos espaços-temporais de vivências que, por vezes, se encontram armazenadas na memória com uma riqueza de detalhes muito além da visualidade impressa. Se a olaria para os adultos era um local de trabalho, para as crianças era apenas um lugar emaranhado de objetos, atraente para brincar. Como as brincadeiras aconteciam nesse lugar, foram registradas pela memória de crianças como a de Francisco Rogério Pieper, de uma forma tão intensa que poderia ser traduzido como “O tempo vivo da memória”, título do livro de Ecléa Bosi (2003). Lembranças infantis que, certamente, divergem das recordações dos adultos daquela época, pois, segundo Halbwachs (1990, p.51), além de “cada memória individual” ser “um ponto de vista sobre a memória coletiva” esse “ponto de vista muda conforme o lugar” que cada um ocupa e as relações que mantém com os outros. Assim, a olaria é hoje lembrada tanto como espaço lúdico, pelos adultos que por lá brincaram, como espaço de trabalho árduo, pelos idosos que por lá deixaram o suor. Vale lembrar que essa olaria era totalmente artesanal e produzia, “diariamente, 700 telhas francesas e 2.500 tijolos, manualmente” (Jeske, 2000, p.47). As imagens, a seguir, mostram cenas de lazer junto às construções da Olaria HG., apresentando o espaço do lago usufruído por diferentes faixas etárias (Figura 274) e o depósito de lenhas desfrutado por crianças (Figura 275).



Figuras 274, 275 – As instalações da Olaria HG como espaço de lazer, (12cm x 7,5cm), s/d.
Fonte - Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.

O conjunto da Olaria, seja como paisagem bucólica ou parque de diversões para crianças, era um elemento fundamental no cotidiano dessa comunidade e por isso merecedor de ser preservado como uma lembrança impressa. As imagens, a seguir, são registros de Maria Lucy Adamoli Gruppelli realizados em 4 de abril de 1954, antes de a família deixar a localidade e fixar residência no município de Canguçu. São imagens que mostram, além de duas perspectivas da Olaria HG, os irmãos Paulo, Rubens e Lucy acompanhados da mãe Georgina em frente às instalações da Olaria HG (Figura 276, 277).



Figura 276, 277 – As instalações da Olaria HG como lembranças impressas, (7,5cm x 12cm), 1954. Foto Maria Lucy Adamoli Gruppelli. Fonte - Acervo Maria Lucy Adamoli Gruppelli.

Essas imagens revelam que a olaria era constituída por um conjunto de formas que variavam em dimensão, formato e função. Onde se observa parte da cobertura desses prédios evidenciando o lanternim³ (Figura 276), um artifício usado para ajudar na ventilação e iluminação de prédios com grandes dimensões. Assim, mesmo desconhecendo medidas se podem identificar esses prédios como sendo de grande porte. Na cobertura circular o barro era processado por tração animal (Figura 277).

Esta olaria, em 1944, estava instalada, de acordo com o jornal Diário Popular (27/06/1944, p.15), “com todos os requisitos da tendência moderna” e já nessa época “há anos uma fábrica de telhas tipo Francês” havia sido fundada pelo “Sr. Hermógenes Gruppelli”, que se valia da “matéria prima de ótima qualidade existente nas terras de sua propriedade”. Uma matéria prima que para ser obtida

³ “Telhado sobreposto nas cumeeiras que permite a ventilação de grandes salas, oficinas, etc.” (Dicionário Aurélio, Século XXI)

resultou em um grande vão a céu aberto que foi transformado em lago que, por sua vez, foi convertido em campo de futebol do G. E. Boa Esperança.

As modernidades apontadas em 1944 fora, certamente, resultantes do aprimoramento, técnico e econômico, de um processo em desenvolvimento há mais tempo e que, pelo mercado existente e o lucro obtido, ainda se mostrava vantajoso. Essas modernidades, provavelmente, se referiam ao maquinário mais sofisticado que envolve a fabricação da telha tipo francês, plana, com saliências e reentrâncias, em comparação à produção de tijolos maciços ou de outros tipos de telha como a capa e canal, herança portuguesa, ou ainda a plana, oriunda dos países de inverno rigoroso. Esse processo de fabricação, independente da tecnologia adotada envolve diversas etapas: a) obtenção da matéria prima, o barro; b) preparação da massa cerâmica; c) moldagem; d) secagem; e) queima ou cozimento. Nesse processo a secagem das peças por ser considerada, ainda hoje, como “uma das operações mais importantes. Deve ser lenta e uniforme” (INDI, 2009, p.5)⁴. A imagem, a seguir, é um registro do processo de secagem, ou eliminação gradativa da água, adotado pela Olaria HG, provavelmente, na década de 1930, para telhas tipo capa e canal, apresentando os irmãos Gruppelli, Dorival, à direita, e Antonio, à esquerda (Figura 278).



Figura 278
Secagem de telhas ao ar livre, Olaria HG,
(4,2cm x 6,3cm), 193_.
Fonte - Acervo Léa Gruppelli.

Esta imagem, além de revelar um processo artesanal empreendido em uma olaria no interior de Pelotas, mostra uma empresa tipicamente caseira. Um conhecimento técnico que, transmitido até a quarta geração de Gruppelli no Brasil, constituía um dos patrimônios deixados pelo pioneiro Arcádio Gruppelli. Pois, segundo Jeske (2000, p.28), “Arcádio tinha experiência com olarias e engenhos” e

⁴ Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais. **Perfil Industrial**. 2008. Disponível em: http://www.indi.mg.gov.br/backup_site_29072008/Perfis/ceramicavermelha.pdf - acesso 03/05/2009.

antes de morar com a família no interior do município, havia se instalado “no Bairro Areal, onde montaram a Olaria Gruppelli”. Esse conhecimento, provavelmente, influenciou a compra das terras na Colônia Municipal, seja pela “matéria prima de ótima qualidade existente” nessas terras⁵, ou pelo “galpão para fabricar telhas e tijolos de barro” que mesmo “sem respectivos fornos”⁶ poderia ser o ponto de partida de um empreendimento rentável. Somado a esses fatores ainda há de se considerar a estrada construída, facilitando o escoamento da produção e acesso à cidade; a povoação instalada na Colônia Municipal, desde 1882, um mercado em potencial; a posição geográfica, estrategicamente alojada entre outras colônias, estimulando a ampliação do mercado; a presença de água junto ao terreno, um atributo essencial a sobrevivência; a perspectiva de integrar um futuro núcleo urbano, um projeto que contava com o aval das autoridades locais e, além do mais, os predicados visuais da paisagem que ainda hoje podem ser apreciados. Era, sem dúvida, um conjunto de fatores que se mostrava promissor, principalmente, para um empreendedor como Hermógenes Gruppelli em que o “dinamismo e larga visão” (DIÁRIO POPULAR, 27/06/1944, p.15) eram ancorados em conhecimento técnico.

As imagens, a seguir, mostram alguns dos instrumentos usados pela Olaria H. G. na produção de telhas tipo francês, depositados no Museu Gruppelli e na propriedade de Paulo Roberto Gruppelli. As imagens, a seguir, identificam o conjunto de formas metálicas para a telha francesa (Figuras 279, 280), e o instrumento usado para prensar o barro entre as formas (Figura 281).



Figuras 279, 280 – Formas para fabricação de telha tipo francesa, Museu Gruppelli, 2008.
 Figura 281 – Prensa para modelagem de telha tipo francesa, Paulo Roberto Gruppelli, 2008.
 Foto da autora, acervo particular.

⁵ Diário Popular, 27/06/1944, p.15. Biblioteca Pública Pelotense.

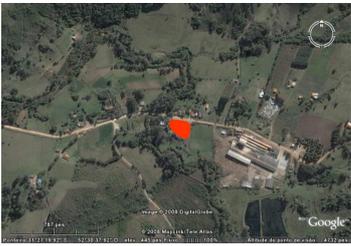
⁶ Registros do 5º Distrito, Santa Eulália, livro 10, folhas 094. Arquivo Público - RS.

Ao se percorrer as imagens do presente, do que restou da Cerâmica Bella Gres, ao passado, da Olaria HG, fica evidente que “A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições” e que é a “lógica da produção” de cada momento que define as formas a serem inseridas e/ou suprimidas. Este percurso imagético confirma que “paisagem é uma escrita sobre outra” formada por heranças “de muitos diferentes momentos” (SANTOS, 1988, p.66).

É através dessas rugosidades de outros tempos que “trazem os restos de divisões do trabalho” e “dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais” que conseguimos distinguir uma época de outra. Assim vimos a tecnologia da Bella Gres instalada em prédios construídos pela Prinsul, e esta indústria conserveira usufruindo de edificações deixadas pela Olaria H. G. e esta manufatura, por sua vez, valendo-se das qualidades do solo e, talvez ainda, do que deixara Luiz Natali, nas terras vendidas à Arcádio Gruppelli, em 1905.

Mudanças sobre mudanças que revelam através dos diferentes modos de fazer o quanto o trabalho empreendido nessa paisagem foi “tornando-se cada vez mais complexo” e substituiu “uma forma de trabalho por outra” (SANTOS, 1988, p.67). Dá pá ao computador, da lenha ao gás, da tração animal ao painel eletrônico, foram algumas das mudanças que definiram a paisagem que hoje se apresenta, silenciosa, aos olhos de quem transita pela estrada que cruza a localidade Gruppelli.

4.2 Propriedade Gruppelli

Caracterização do objeto		Nº 08
Local	Nome – Propriedade Gruppelli	
	Propriedade – Norma Gruppelli e filhos	
	Acesso – Aberto e Restrito	
Pesquisa	Acervos pesquisados – 12	
	Fotografias analisadas – 91	
	Fotógrafos identificados – 10	
	Período – 2009 – 192_	

Quem cruza a localidade Gruppelli percebe, entre o conjunto de prédios de diversas épocas situados junto à estrada, duas construções que atraem o olhar, não apenas por estarem estrategicamente recuadas da via pública, mas sobretudo por serem prédios antigos em perfeito estado de conservação. Trata-se da propriedade da família Gruppelli que, desde 1905, aí mantém suas atividades.

Dos diversos empreendimentos desenvolvidos pela família, ao longo do tempo, resultaram algumas construções espalhadas pela propriedade. Desses prédios apenas dois foram conservados e mantêm atividades: 1) O prédio principal, composto pelo armazém, restaurante e residência da família; 2) O sobrado, originalmente destinado para hospedaria e adega que, desde 1998, abriga um pequeno museu etnográfico. Dois prédios que por serem testemunhos do passado e partícipes de vivências da localidade surgem como cenário de múltiplos eventos documentados a partir da década de 1920, por fotógrafos amadores e profissionais.

Os demais prédios foram construídos em períodos mais recentes, sendo a maioria pouco visível e situada atrás desses prédios antigos. Embora o prédio principal e o sobrado pertençam à mesma época, têm trajetórias diferenciadas em função de suas próprias atribuições. Assim, a trajetória de cada prédio, do presente ao passado, será apresentada individualmente, ainda que, por vezes, ambos estejam representados na mesma fotografia. A análise da propriedade Gruppelli foi subdivida de acordo com a função dos espaços, em: a) Casa Gruppelli, enfatizando as atividades desenvolvidas no prédio principal; b) Museu Gruppelli, relacionando as funções exercidas no sobrado. A imagem, a seguir, mostra uma vista área da propriedade com o conjunto de prédios (Figura 282).

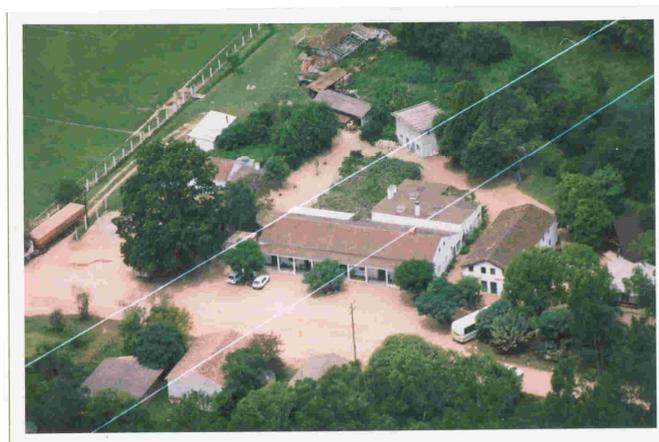


Figura 282 – Vista aérea da propriedade Gruppelli, (10cm x 15cm), 200_.
Acervo Família Gruppelli.

4.2.1. Armazém, Restaurante e Residência Gruppelli

O prédio principal é composto por um volume longitudinal com uma fachada ritmada por portas e janelas emolduradas por ombreiras em massa e vergas em arco abatido. Um jogo harmonioso em branco e verde, intercalando cheios e vazados, abrange 35 metros e é protegido por duas coberturas cerâmicas. Um conjunto cuidadosamente mantido que mostra a construção executada no passado remoto cujas poucas alterações impostas não afetaram sua identidade. Construído, por volta de 1925, em um estilo que lembra o colonial é, certamente, a construção mais antiga da localidade, sem nunca ter perdido as suas funções originais: Comércio e moradia. Nesse prédio se encontra atualmente: a) O restaurante, localizado ao centro, funciona diariamente ao meio-dia, sedia eventos sociais, é freqüentado tanto por moradores da colônia como por turistas; b) O armazém, situado mais a leste na fachada, atua de segunda a sábado, da manhã à noite, tem um público cativo, majoritariamente masculino, formado sobretudo por moradores da vizinhança que se encontra diariamente para discutir desde assuntos agrícola a futebol e política. Aos domingos, como o armazém não funciona à tarde, o encontro ocorre pela manhã; c) a residência ocupa as laterais, leste e oeste, é atualmente habitada por 7 membros da família. A imagem, a seguir, mostra uma perspectiva desse prédio, captada em dezembro de 2007, por Ângelo Kohls Gruppelli (Figura 283).



Figura 283 – Armazém e Restaurante Gruppelli, Fachada, novembro de 2007.
Foto Ângelo Kohls Gruppelli. Acervo Família Gruppelli.

Essa vista permite identificar também alguns elementos que caracterizam esse conjunto. Ao centro vemos uma sucessão de 5 mastros para as bandeiras que são hasteadas em dias festivos. Há também cadeiras e mesas espalhadas pelo alpendre e um telefone público fixado à parede. Esses elementos, assim dispostos, evidenciam o tipo de relação que o lugar estabelece com o público. Pois, enquanto as cadeiras são convites explícitos para uma pausa, os mastros revelam, ainda que sem as bandeiras, uma valorização distintiva do lugar, ou seja, um sinal de que algum compromisso foi assumido por este espaço. Ambos reafirmam o modo peculiar de atuação. É, certamente, este modo de atuação que tem garantido a longa permanência deste empreendimento. As imagens, a seguir, são registros da rotina que anima tanto o Armazém como o Restaurante, mostram as cinco bandeiras hasteadas em comemorações cívicas. Como ocorreu nos 125 anos de fundação da Colônia Municipal, em 25 de novembro de 2007, quando foram erguidas as bandeira, da esquerda para direita, do município de Pelotas, da Itália, do Brasil, da Alemanha e do estado do Rio Grande do Sul (Figura 284). A imagem seguinte apresenta uma cena do cotidiano onde um grupo de moradores assíduos está reunido em volta de uma mesa no alpendre, junto ao Armazém, no verão de 2009 (Figura 285).



Figuras 284, 285 – As bandeiras e os amigos, Restaurante e Armazém Gruppelli, 2007, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

As cinco bandeiras hasteadas é uma forma de homenagear as origens e, ao mesmo tempo, de dizer somos pelotenses, italianos, brasileiros, alemães e gaúchos. Pois, bandeiras além de ter “valor do signo distintivo” (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2006, p.119) se instituem nesse contexto multiétnico como elos explícitos do presente com as origens.

A cena do cotidiano no Armazém não registra apenas um grupo de amigos, mas um hábito. Essas pessoas estão reunidas nesse lugar do mesmo modo que antes os pais e avôs se encontravam. Este hábito, embora não seja exclusividade do Armazém Gruppelli, reflete, ainda hoje, o papel desempenhado por uma das instituições mais importantes geradas pelo processo de colonização, pois, de acordo com Vieira (2007a, p.1), foram os armazéns ou vendas coloniais que

mesmo tendo sido instituídos com o objetivo comercial, se configuraram, desde os primórdios da colonização no Rio Grande do Sul como um importante centro de convivência de amigos, vizinhos e moradores. Com essa conjunção de negócios agrícolas e sociabilidade que muitos armazéns se espalharam por quase todas as localidades nas colônias, e assim, permanecendo por sucessivas gerações.

Esta forma de sociabilidade ao promover a amizade e o lazer, se constitui, para esses freqüentadores em um marco social, tanto quanto a escola, a igreja e a família. Produzindo, da mesma forma que os demais, referências que orientam tanto a memória do grupo como a memória individual dos membros, sendo que essa última, para Halbwachs (1990), por ser resultante de uma individuação da primeira, compõe-se em um ponto de vista da memória coletiva.

Assim, esse grupo de amigos formula visões de mundo e emite modos de ser e pensar que, seguramente, articula elementos como a integração e a solidariedade que, além de proporcionar certa estabilidade ao agrupamento, atua como referência de mundo, à medida que são transmitidos. “É através de noções como essas, proporcionada pelos grupos de convivência, que os indivíduos adquirem tanto a percepção de tempo e espaço como também o modo de expressar esses entendimentos” (VIEIRA, 2007a, p.4).

Para esse grupo de amigos, assim como para outros freqüentadores do Armazém Gruppelli, este é um lugar relacionado ao espaço/tempo da não-obrigação, do prazer, do repouso, do esquecer, do rir, do ouvir e do contar. Um lugar onde, certamente, as lembranças de uns são lembradas por muitos, onde a memória além de compartilhada é sustentada e acrescida, constantemente, a cada encontro diário ou semanal. As imagens, a seguir, são registros de grupos de amigos frente ao Armazém Gruppelli, em 2007 (Figura 286) e 2008¹ (Figura 287).



Figuras 286, 287 – Os amigos frente ao Armazém Gruppelli, novembro, 2007, 2008.
Foto da autora, acervo particular.

Estas imagens mostram que a área externa do Armazém é um espaço de convívio que privilegia o encontro de pessoas, independente de idade e/ou etnia, estimulando também o contato com os que estão de passagem. As imagens, a seguir, captadas em novembro de 2007, mostram o interior do Armazém, onde se visualiza um grupo reunido, tal qual no alpendre, ao redor de uma mesa (Figura 288) e o proprietário Paulo Ricardo Gruppelli e Arnaldo Tessmer junto ao balcão (Figura 289).

¹ Ernesto Tessmer (1926), à esquerda, e Rudi Hessler (1932), à direita, homenageados pela Câmara de Vereadores de Pelotas (25/11/2008), pelos serviços prestados à comunidade colonial, nos 125 anos de fundação da Colônia Municipal.



Figuras 288, 289 – Os amigos no interior do Armazém Gruppelli, novembro, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

As imagens também demonstram que, no interior do Armazém, os ventos da modernidade pouco ou nada influíram, seja no modo de atuação ou na configuração espacial, pois o atendimento permanece personalizado e o balcão, largo e pesado, é mais um apoio para mercadorias e cotovelos que demarcador de posições. De certa forma, tudo, ou quase tudo, segue como se nada houvesse mudado ou, segundo Vieira (2008, p.4)

nenhuma outra possibilidade comercial houvesse surgido e as mercadorias e os fregueses fossem sempre os mesmos. Tudo parado no tempo, retido como em uma fotografia antiga: Armários e balcões, vendedores e fregueses, cadernetas e anotações, frutas, vassouras, flores, feijão, arroz. Todos os ritos do cotidiano preservados no espaço.

Armazéns como esse criado na década de 1920, que sobreviveram ao tempo e aos supermercados, embora já não vendam mais toda a espécie de mercadoria, como antes, continuam atuando no presente do mesmo modo que no passado. Uma tradição que por ter sido repassada tem se renovado a cada geração. Se, hoje encontramos Paulo Ricardo Gruppelli, antes poderíamos ter encontrado seu pai, Paulo Luiz, ou um dos tios, ou talvez o seu avô Waldemar, ou os tios-avôs, ou ainda o bisavô, o fundador Hermógenes Gruppelli. Por isso, se pode afirmar que entrar nesse armazém, nesse conjunto indissociável de passado e presente espalhados por objetos, informações, prateleiras, balcões e paredes-murais, “é como voltar no tempo, onde as pessoas, os móveis e as mercadorias, longe de se submeterem as imposições modernizadoras, preservam os seus modos tradicionais de vida” (VIEIRA, 2008, p.5). E assim, como partícipes, materiais e humanos, criam e recriam, nos sucessivos encontros cotidianos, uma parcela da memória social da

localidade. A imagem, a seguir, apresenta uma vista do interior do Armazém Gruppelli, captada em novembro de 2007, por Ângelo Kohls Gruppelli (Figura 290).



Figura 290 – Armazém Gruppelli, novembro de 2007.
Foto Ângelo Kohls Gruppelli. Acervo Família Gruppelli.

Como parte da tradição do lugar as mensagens sociais e cívicas são repassadas a todos. Assim, hastear bandeira e anunciar baile, horário de ônibus, jogo de futebol, reunião comunitária, etc., faz parte das atividades do lugar. As imagens, a seguir, ilustram essa função social desempenhada pelo Armazém e Restaurante Gruppelli, apresentando Paulo Ricardo Gruppelli e Neiva Acosta Vieira hasteando as bandeiras em homenagem ao dia de Tiradentes (Figura 291) e o painel de informações exposto na entrada do Armazém (Figura 292).



Figuras 291, 292
As informações na fachada, Restaurante e Armazém Gruppelli, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

Bandeira é o que não falta, também na parte interna do prédio. Entre todas as peculiaridades dessa propriedade, provavelmente, a mais relevante seja a imensa bandeira do Brasil que ocupa quase todo o teto do restaurante. Esta obra,

segundo Jeske (2000, p.34) “foi executada, 1932, por Deoclésio Possas, pedreiro e marceneiro”. O motivo dessa incontestável prova de brasilidade, provavelmente, esteja relacionado à necessidade desses descendentes de imigrantes afirmarem que também eram brasileiros. Assim, com a bandeira, literalmente, sobre suas cabeças estavam demonstrando, na prática, o seu patriotismo. Cabe lembrar que, segundo Chevalier e Gheerbrant (2006, p.119), a bandeira é um “Símbolo de proteção, concedida ou implorada” e que “O portador de uma bandeira ou estandarte ergue-o acima de sua cabeça. De certo modo, lança um apelo ao céu, cria um elo entre o alto e o baixo, o celeste e o terreno”. E quando a esse símbolo é acrescido do “valor do signo distintivo”, como o pavilhão de uma pátria, “A bandeira oferece a proteção da pessoa, moral ou física, de quem ela é a insígnia”. Com essa proteção instalada, permanentemente, estariam livres, ao menos em tese, de qualquer dúvida.

Se, em épocas passadas a bandeira estampada no teto significava precaução, hoje ela se constitui em um marca histórica, preservada e exposta, como parte da memória do lugar. As imagens, a seguir, mostram o espaço interior do restaurante e um detalhe do teto com a bandeira do Brasil com as estrelas iluminadas, representando os 20 estados que havia na época (Figuras 293, 294).



Figuras 293, 294 – O salão do Restaurante Gruppelli, novembro, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

As imagens mostram que, diferentemente do Armazém onde a estrutura interna foi mantida, o Restaurante é um espaço que mesmo reunindo elementos do passado apresenta uma configuração contemporânea. As imagens, a seguir, são registros da sessão solene realizada no salão Gruppelli, em 25 de novembro de 2007, por ocasião dos 125 anos de Fundação da Colônia Municipal.

Apresentam uma visão do evento (Figura 295) e a composição da mesa, da esquerda para a direita: Mario Schuster, Almiro Buss, Miriam Maroni, Fernando Marroni, Nelson Härter, Otavio Soares, Gilnei Fischer e Paulo Ricardo Gruppelli (Figura 296).



Figuras 295, 296 – Sessão Solene comemorativa aos 125 anos da Colônia Municipal, 2007.
Foto Silvana Pieper Gruppelli. Acervo Família Gruppelli.

O cenário em que o prédio é destacado por bandeiras, não é privilégio apenas de datas cívicas, mas também pela passagem de agrupamentos em diversas épocas do ano. A imagem, a seguir, é um registro da chegada do 1º Enduro da Família Costa Doce, promovido pela Associação de Cavaleiros da Costa Doce, no inverno de 2002, congregando instituições de vários lugares (Figura 297). Nessa ocasião os hinos do Brasil e do Rio Grande do Sul complementaram o momento cívico que contou com a participação dos cavaleiros e de moradores da localidade.



Figura 297 – 1º Enduro da Família Costa Doce, Restaurante Gruppelli, (10cm x 15cm), 2002.
Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Eventos como este de certa forma recriam na atualidade o papel atribuído em épocas passadas ao viajante ou ao tropeiro que, segundo o padre Edvino Friderichs S.J (1950)², eram esses personagens que traziam “um pouco de variação para a monotonia desses rincões”.

A imagem mostra, além de cavalos, cavaleiros e bandeiras, que o atual suporte para depositar os cinco mastros ainda não existia. Nessa época eram erguidas apenas as bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul, portanto, as outras três bandeiras, de Pelotas, da Itália e da Alemanha, ainda não participavam.

Como não são apenas os viajantes que são encarregados de animar a localidade, os eventos comunitários, além de congregar a população, ajudam a iluminar a paisagem. Como vemos nos registros de festas natalinas, captadas pelo fotógrafo Neco Tavares, em 1998-99, havia ornamentação luminosa espalhadas pelas árvores em frente ao prédio (Figura 298) e a presença de crianças da comunidade transformadas em personagens bíblicos para a encenação do nascimento de Jesus Cristo e o cortejo de chegada do Papai Noel (Figura 299).



Figuras 298, 299 – Festa Natalina, Restaurante Gruppelli, (15cm x 10cm), (10cm x 15cm), 1998-99. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Infelizmente, não são apenas os eventos sociais que movimentam o lugar, as chuvas intensas talvez produzam mais agitação que qualquer outra circunstância. As imagens, a seguir, embora bastante semelhantes, se referem à enchente de 2001 (Figura 300) e a de 1999 (Figura 301).

² In: O Colono (Der Bauer). Por ocasião dos 170 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul, o Jornal ZERO HORA, Caderno de Cultura, (23/07/1994) apresentou algumas páginas desse álbum. Um exemplar desta edição se encontra arquivado no Museu Gruppelli.



Figuras 300, 301 – Enchente no alpendre, Restaurante Gruppelli, (10cmx 15cm), 2001, 1999.
Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.

As fotografias mostram a estrada e o piso do alpendre como se fosse uma superfície contínua e uniforme. A água, nessas situações, invade os espaços interiores, pois o nível interno é, praticamente, ao rés do chão. Além do desastre a imagem, de 1999, mostra que havia, no lugar das atuais cadeiras, troncos de árvores que serviam de bancos ao redor da mesa de cimento, que hoje é de plástico. Essa imagem (Figura 301) também mostra do outro lado da estrada-rua, parte da residência de Silvana Gruppelli Ferrari e da Escola Dr. José Brusque.

Assim, como há chuvas torrenciais, há tarde ensolaradas onde o alpendre pode se tornar um lugar aprazível. As imagens, a seguir, mostram cenas do prédio principal na década de 1990 (Figuras 302, 303).



Figuras 302, 303 – Armazém e Restaurante Gruppelli, (10cmx 15cm), 199_.
Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Essas imagens mostram que as cores do prédio (paredes brancas e aberturas verdes) tem sido preservada, ao menos, desde a década de 1990.

Revelam também que, nessa época, não havia mastros para bandeiras. Se essas cores têm sido mantidas como parte da tradição do lugar, também hábitos e costumes são cultivados e repassados. Esse sentimento de pertencer a uma tradição, segundo Bosi (2003, p.8), é “uma maneira de ser” que existe em habitantes de certos lugares, como nessa localidade, que anima com esse jeito “a vida das ruas e das praças, dos mercados e das esquinas”. Por isso, a paisagem desses lugares “tem uma história conquistada numa longa adaptação”, nesse caso uma adaptação com mais de 100 anos.

Sentar frente ao prédio com os amigos, ou só, é um dos costumes que envolvem a família e os moradores. As imagens, a seguir, captadas por Neco Tavares, em 1998 e 1999, são registros desse costume que reafirmam a cena capturada em 2007 (Figura 288), apresentando os amigos, da esquerda para direita, Vitor Ferrari Veiga, Wilson Vieira Veiga, Paulo Ricardo Gruppelli, Beto Marini, João Pedro Mancke, Ornei Müller e Ângelo Gruppelli (Figura 304) e Julio Pieper Gruppelli em seu pequeno veículo (Figura 305).



Figuras 304, 305 – Os usos do alpendre, Casa Gruppelli, (15cm x 10cm), 1999, (10cm x 15cm), 1998. Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.

As imagens, além de apresentarem a funcionalidade do alpendre, revelam que, em 1999, houve a substituição do banco de madeira pelas cadeiras de plástico branco, ou seja, do velho pelo novo, do artesanal pelo industrializado. O que demonstra que a adoção de novos conceitos incidiu no padrão espacial que havia. Pequenos detalhes que a paisagem, ainda que vista pela fotografia, não deixa de revelar, pois “cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também,

funcional” (SANTOS, 1996, p.77). Essa troca demonstra também o cuidado dos proprietários com o conforto do usuário bem como o entrosamento com os produtos gerados pelas novas tecnologias.

Se algumas transformações são necessárias para preservar um modo de atuação consolidado, a maioria deve ser mantida no seu devido lugar. Assim, no armazém permanecem, as lingüiças expostas, os armários de madeira pintados de verde claro, as frutas e legumes em sacos e caixotes no chão, o balcão de madeira revestido de fórmica clara. Assim, as pessoas se debruçam, bebem, conversam, compram mantimentos. As imagens, a seguir, são registros realizados em 1998, por Neco Tavares, que comprovam que, de lá para cá, pouca, ou quase nada, se modificou. No interior do Armazém encontravam-se as lingüiças penduradas, em cabo de madeira, fregueses junto ao balcão (Figura 306), produtos agrícolas e fardos de refrigerante (Figura 307).



Figuras 306, 307 – O interior do Armazém Gruppelli, (10cmx 15cm),1998.
Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Se o que hoje pode ser visito é, praticamente, o que era anos atrás, é porque houve o intuito de manter um sistema que, embora em desalinho com as propostas modernizantes, se mostrava satisfatório. Se essa opção de não modernizar, em tempos atrás, pode ter sido vista como retrógada, hoje ela se tornou valiosa exatamente por ter resistido aos atrativos lançados pela modernidade dos anos setenta e oitenta. A re-valorização do que nessas décadas fora considerado anacrônico, dissonante ou ultrapassado surgiu, provavelmente, em decorrência do próprio esgotamento da modernidade. Com essa virada no jogo, houve uma espécie de negação da negação, ou seja, uma busca por valores, materiais e imateriais, que sustentaram às gerações passadas. Assim, o que antes era ignorado passou a ser

apreciado como exemplar sobrevivente do passado e, sendo um elemento exótico, apto a integrar um roteiro turístico. E, como antevira Lyon (1998, p.90), “Nesse caso, o sólido não exatamente se desfez em ar, mas foi forçado a abrir caminho para o novo.” O novo que transformou o antigo em ponto turístico, sem eliminar o que sempre lhe deu sentido: o modo de vida com os fregueses de todos os dias, os armários antiquados, as frutas, os legumes, as lingüiças, os copos e cotovelos no balcão, as propagandas nas paredes, os amigos conversando, como faziam em 1998 e nos anos anteriores.

E como era esse sobrevivente nos anos anteriores? As imagens, a seguir, mostram vistas desse lugar, capturadas por Nelcy Kohlrausch, em 1966 (Figuras 308, 309).



Figuras 308, 309 – Vistas externas dos prédios da família Gruppelli, (9cmx 12,5cm), 1966. Foto Nelcy Kohlrausch. Fonte - Acervo Maria Francisca Knopp Kohlrausch.

As imagens revelam que, em 1966, não havia o alpendre e os bancos não estavam junto à fachada, mas os mastros, na parede, ali se encontravam. O grupo reunido sob a árvore estava sentado em cadeiras e, perpendicular a parede do Armazém, havia uma pequena propaganda, provavelmente em metal, da Coca-Cola. As imagens, embora em preto e branco, mostram os prédios pintados em cor clara e as aberturas em cor escura, o jogo de contraste que ainda hoje é preservado. Nessa mesma data, 9 de outubro de 1966, Nelcy Kohlrausch registrou também uma cena no interior do salão Gruppelli, onde hoje funciona o Restaurante (Figura 310).



Figura 310 – Vista interna do salão Gruppelli, (9cmx 12,5cm), 1966.
Foto Nelcy Kohlrausch. Fonte - Acervo Maria Francisca Knopp Kohlrausch.

Através dessa imagem percebe-se, além de um pequeno grupo, que o salão, nessa época, encontrava-se pouco mobiliado, pois, fora os três retratos na parede e um banco no canto, aparecem apenas duas mesas (uma no canto à esquerda, outra atrás do grupo) e umas poucas cadeiras. Um fragmento de ambiente que pouco ou nada lembra o restaurante atual. Já que, além das paredes e aberturas contidas nesse ângulo fotográfico, nada mais permaneceu no ambiente. O piso de madeira claro foi trocado por ladrilho cerâmico, certamente, influenciado pela Cerâmica Bella Gres; os retratos, que ninguém mais se lembra de quem eram, desapareceram; e o banco virou peça do acervo do Museu Gruppelli. O que, de certa forma, comprova o quanto “O fenômeno humano é dinâmico” e, esse dinamismo, se revela “na transformação quantitativa e qualitativa do espaço habitado” (SANTOS, 1988, p.37). Nesse caso estamos diante de uma transformação de 43 anos (1966-2009) nesse ambiente. Assim, “A sala de dança” se tornou um restaurante e o “grande salão, com parquet lustrado” (ROCHE, 1969, p. 574), ganhou um piso polido industrialmente que dispensa qualquer cuidado manual.

Se as transformações internas respondem por necessidades e interesses surgidos ao longo do tempo, a preservação do externo mostra, justamente, o contrário: a configuração dos prédios se adequava ao contexto, portanto, era satisfatória. A imagem, a seguir, embora não seja uma fotografia, dá uma visão do conjunto, em 1951. Trata-se de uma pintura, óleo sobre madeira, executada pelo veranista Perí Souza (Figura 311).

Figura 311
 Vista dos prédios da família Gruppelli,
 pintura, óleo s/ madeira, (46cm x 60cm), 1951.
 Autor Perí Souza. Foto Neco Tavares.
 Fonte – Acervo Museu Gruppelli.



A pintura ainda que busque a mimese não deixa de ser, da mesma forma que a fotografia, uma interpretação de uma realidade. E como interpretação pode ser tão fiel a essa realidade quanto à fotografia. De qualquer modo essa pintura mostra o conjunto de prédios de forma bastante semelhante às imagens fotográficas de outras épocas, do mesmo ângulo. Mas, com um adicional, a cor, já que todas as fotografias anteriores à década de 1960, encontradas até então, são em preto e branco. Dessa forma, não se pode precisar se as cores usadas pelo pintor para os prédios correspondiam às cores locais. Mas, em contrapartida, uma fotografia, sem data, mostra, através do contraste de claro e escuro, que o prédio principal não era pintado de cor clara (Figura 312).



Figura 312
 Vista parcial, prédio principal da família Gruppelli,
 (6cm x 5,5cm), s/d.
 Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Embora não se comprove as cores do prédio, em 1951, sabe-se que, em algum momento, as paredes desse prédio não estavam pintadas de branco, como atualmente. Essa fotografia revela também alguns anúncios fixados junto à porta do Armazém, segunda porta da esquerda para direita, e uma árvore em frente à terceira porta. As árvores assim como os anúncios, variando em porte e posição,

aparecem na maioria das imagens, diferentemente, dos mastros, que não podem ser vistos nessa imagem. Estes detalhes também podem ser identificados em uma imagem, provavelmente da década de 1930 (Figura 313).



Figura 313 – Vista da Casa Comercial Gruppelli, (14cm x 20cm), 193_.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Esta fotografia documenta o lugar como um espaço de convívio social, animado por homens, mulheres e crianças, onde a presença do transporte motorizado também é destacada. Atesta também que, nessa época, o lugar já contava com os veranistas instalados no segundo andar do sobrado, recém construído e batizado por Villa Silvana. De outro modo, esta imagem fornece uma pista do que foi preservado até a geração atual: o patrimônio material edificado e o modo de atuar sobre este patrimônio. Ou seja, desde a década de 1930 tem sido mantido além das formas arquitetônicas, o próprio modo de vida que envolve, no incessante vai-vem do cotidiano, moradores, amigos, clientes e viajantes.

A imagem mostra também que os bancos estavam ocupados, havia anúncios fixados nos prédios (um na parede, um na 4ª porta (restaurante) e um na parede do sobrado) e fios (elétricos?) cruzando a estrada-rua e as duas bandeiras, por algum motivo, hasteadas. Esse detalhe da fiação aérea surge como índice de transmissão de energia elétrica.

A vida no lugar envolve um cotidiano que, certamente, abarca atividades e pessoas diferentes. A imagem, a seguir, segundo José Luiz Real³, é um

³ Enviado por e-mail em 27/03/2009

registro da despedida de Padre Jacó após o batizado das primas Terezinha Gruppelli Real e Maria Lucy Adamoli Gruppelli, em 1938 (Figura 314).



Figura 314
A despedida de Padre Jacó, 1938.
Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.

Essa imagem, além ratificar detalhes e revelar a religiosidade da família mostra que, em 1938, o prédio apresentava pouca profundidade em relação à fachada e o espaço posterior era ocupado por árvores, provavelmente, parreiras.

Assim como o prédio servia de cenário para a foto de despedida de um religioso era também apropriado para o registro do bloco carnavalesco, como o de 1937, formado pelos irmãos Gruppelli e amigos (Figura 315).



Figura 315 - Bloco Carnavalesco, Restaurante Gruppelli, (7cm x 11,2cm), 1937.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Como o baile de carnaval era uma das atividades sociais do “Gremio Sportivo Bôa Esperança” esse bloco se reuniu em frente ao salão de baile, já que essa era a sede da entidade e onde aconteciam também, segundo Jeske (2000, p.38), aulas de dança, ao som do gramofone. Atividades sociais que reforçava a

posição da casa comercial Gruppelli e reafirmava à lógica evolutiva adotada pelo comércio colonial. Afinal, como lembra Roche (1969, p.211), “foi à beira da picada, num pedaço de lote ou na casa de um colono, que surgiram a capela, a escola, a loja e, depois, o salão de festas”. Outras atividades bailantes, aí também aconteciam, com denominações associadas às formas e cores das estações, tais como: Baile Azul, Baile das rosas, Baile das Neves, Baile das Borboletas, etc (JESKE, 2000, p. 38-40).

Vale lembrar que, segundo Roche (1969, p.574), as festas na colônia “se realizavam, em sua maior parte, nas grandes salas das vendas”. Um monopólio que nesse caso não desapareceu como ocorreu em outros lugares “quando as sociedades locais tiveram suas sedes edificadas”. Pois a sede do G. S. Bôa Esperança é desde então, nesse local.

Sendo o espaço frontal ao prédio um espaço de convívio muitas outras atividades aí se desenvolveram. As imagens, a seguir, são registros de cenas do cotidiano, captados na década de 1930, apresentando o proprietário Hermógenes Gruppelli (Figura 316) e um encontro familiar (Figura 317).



Figuras 316, 317 – Cenas do cotidiano frente à Casa Gruppelli, (9,5cm x 6cm), (7cm x 11,5cm), 193_.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli e Acervo Maria Lucy Adamoli Gruppelli.

As imagens mostram, além de bancos de madeira e os mastros para bandeiras, que nessa época o nome Casa Gruppelli era pintado na parede, acima do espaço correspondente ao armazém. Um destaque que uma das imagens, a seguir, confirma (Figuras 318, 319).



Figuras 318, 319 – Cenas do cotidiano frente à Casa Gruppelli, (6cm x 9,5cm), (9,5cm x 6cm), 193_.
Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.

Um detalhe importante é revelado pela primeira imagem (Figura 318): a presença, junto à árvore, de uma pequena estrutura de madeira em formato de trave usado para amarrar os cavalos enquanto os cavaleiros descansavam. Pois, esse espaço aberto, da mesma forma que o armazém servia, segundo Roche (1969, p.574), de “lugar de descanso” para viajantes e “elemento de coesão, o fator social por excelência” para os “colonos que viviam isolados em seus lotes”. O armazém colonial era o “centro das vendas e das compras, o ponto de reunião, o abrigo das quermesses, a parada dos viajantes”. Uma situação que, de certo modo, perdura no presente.

Esta imagem também evidencia duas outras questões: a) as pessoas estão em frente ao salão, provavelmente, participando de algum evento social; b) as portas do armazém estão fechadas, possivelmente, fosse domingo ou feriado. O domingo na colônia era, tanto quanto na atualidade, o dia consagrado à religião, pela manhã, e ao lazer à tarde. De qualquer modo, essas duas imagens, como outras já mostraram, reafirmam a conservação do amplo espaço frente ao prédio. Um espaço social e, ao mesmo tempo, utilitário, permitindo o encontro de pessoas e o trânsito de veículos, como aparecem nas imagens, a seguir. Onde se encontra o anfitrião Hermógenes Gruppelli, de chapéu, e o filho Antônio com um grupo de veranistas (Figura 320). Na imagem seguinte vemos, além do anfitrião, à esquerda, e o filho Antônio, de terno escuro, Geraldo, o filho mais moço, à direita, e alguns convidados (Figura 321).



Figuras 320, 321 – Cenas do cotidiano frente à Casa Gruppelli, (9cm x 14cm), (6cm x 8,5cm), 193_.
Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.

O espaço reservado para o movimento de pessoas, de veículos a motor ou a tração animal. O espaço destinado aos pequenos eventos do dia-a-dia às grandes comemorações sociais, esportivas e políticas. As imagens, a seguir, são registros de um grande acontecimento para a comunidade. Apresenta os campeões de futebol do “Gremio Sportivo Bôa Esperança” comemorando junto a sua sede, a vitória no torneio de 1932 pela Liga Amadora de Desporto Colonial⁴ (Figura 322).



Figuras 322, 323 – Cenas comemorativas frente à Casa Gruppelli, (6cm x 9cm), 1932.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

As imagens registram além do uniforme do G. S. Bôa Esperança e a postura dos campeões, a importância desse espaço na vida da comunidade. Se, por um lado, esse espaço aberto privilegia a multifuncionalidade, por outro, facilita a vazão da água, em caso de enchente. E, como se sabe, o excesso d'água na localidade, não é uma situação incomum. A imagem, a seguir, mostra o espaço

⁴ Conforme consta no quadro comemorativo, com fotos dos jogadores, diretoria e madrinha, exposto no salão do Restaurante Gruppelli.

frente ao prédio transformado em lago pela enchente de 24 de setembro de 1932 (Figura 324).



Figura 324 – A enchente junto a Casa Gruppelli, (5,7cm x 8cm), 1932.
Fonte – Acervo Léa Gruppelli.

Se o prédio, aparentemente, não sofreu maiores danos e o espaço deixou, provisoriamente, de ser social, talvez, olhar a água, fosse tudo o que restasse, naquele instante, para essas mulheres. Imobilizadas diante da cena desoladora que, certamente, não era estranha.

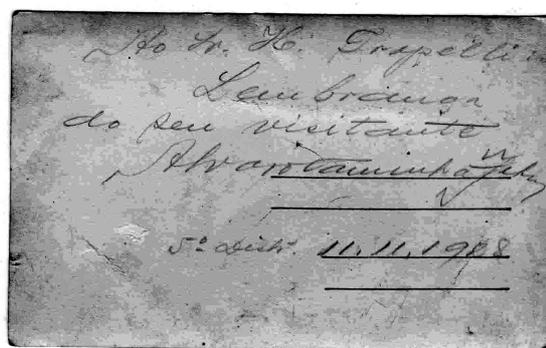
Assim como a água sobe e devasta, desce e a vida na localidade retorna a normalidade. Diante desse fato uma questão surge: Por que os prédios da família Gruppelli foram construídos, praticamente, ao nível do solo, apesar da proximidade com o Arroio Quilombo? Será que na época da construção desses prédios o Arroio não apresentava sinais de elevação? Infelizmente, essa é uma questão que as fotografias apenas apresentam indícios que ratifica a diminuta elevação do nível do prédio em relação à superfície exterior, ou seja, a situação anterior era idêntica a atual. A imagem, a seguir, além de mostrar essa pequena diferença de nível entre a calçada de cimento e o piso de chão batido, apresenta uma cena típica do armazém, mostrando o proprietário Hermógenes Gruppelli, segundo da direita para esquerda, sentado com amigos, num banco de madeira, frente ao Armazém, em 1929 (Figura 325). Esta imagem também é uma prova de que sentar com os amigos frente ao Armazém é uma atividade que acontece, ao menos, há 80 anos. Trata-se, portanto, de um hábito que tem envolvido, ao longo desse tempo, sucessivos proprietários e usuários. Uma rotina que ratifica a longa atuação de empreendimentos como esse que são como “Lojas, que servem ora de

bodegas, ora de armazéns, constituem pontos de parada no caminho, durante os opressivos calores” (ROCHE, 1969, p.211).



Figura 325 – Cenas do cotidiano frente à Casa Gruppelli, (7cm x 11,5cm), 1929.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Embora o armazém seja um ponto de encontro, há ocasiões em que o calor pode parecer excessivamente opressivo para que pessoas deixem suas casas e transitem pelos caminhos. Uma situação que se torna ainda menos convidativa em dias como domingos e feriados. Assim, nessas horas, o armazém pode fechar as portas e o vendeiro descansar. As imagens, a seguir, aludem a um desses dias de descanso, pois de acordo com a data no verso, era domingo⁵. Mostram frente e verso de uma fotografia entregue ao “Ao Sr. H. Gruppelli” como “Lembrança do seu visitante Álvaro Caminha (...)”, no “5º Disht. 11. 11. 1928” (Figuras 326, 327).



Figuras 326, 327 – Cena de descanso na Casa Gruppelli, (9cm x 14cm), 1928.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

⁵ In: <http://www.cbpd.com.br/html/CALEND-PERM.xls> - acesso 24-05-2009.

A fotografia por ser um corte espaço-temporal expõe apenas o que se encontrava presente diante da câmara no instante do corte, não incluindo nada além. Assim, como uma fatia congelada, de tempo e espaço, pode informar tanto sobre o que lá estava no instante captado como revelar o que não se fazia presente. Essa relação inclusão / exclusão ou dentro / fora do campo fotográfico decorre, segundo Dubois (2007, p.179), do atributo que possibilita a toda fotografia ser lida “como portadora de uma “presença virtual””, como estivesse “ligada consubstancialmente a algo que não está ali, sob nossos olhos, que foi afastado, mas que se assinala ali *como excluído*”.

Assim, ao observar essa visão integral da fachada norte do prédio principal se constata o quê havia e como se apresentava a construção, o mobiliário, os objetos e os personagens. Todos esses signos impressos ao remeter ao que havia podem propiciar também, por presença ou ausência, algum tipo de revelação de “espaços suplementares, mais ou menos escondidos ou mostrados” (Dubois, 2007, p.188) induzida pelo aprisionamento do ato fotográfico, ou seja, ao observarmos a imagem podemos identificar elementos secundários que ajudam a compor o cenário e foram pouco privilegiados pelo ângulo fotográfico.

Este registro de 1928 permite constatar que o sobrado, distante 5 metros da fachada sul, ainda não havia sido construído. Isso é denunciado pela ausência de sombra projetada no chão da lateral sul, onde está a charrete. Pois, a incidência da luz solar no chão exclui a possibilidade de um anteparo, disposto entre a fonte (sol) e o prédio principal, capaz de projetar sombra neste local. Essa luz, ao evidenciar na composição um formato ocupando uma porção no espaço representado, apontou, por eliminação, a possibilidade de existência de um prédio de dois andares contíguo ao espaço referencial.

Esta interpretação da imagem é, sem dúvida, uma leitura do presente sobre o passado, do tempo histórico que responde: Não, não havia em 1928 o sobrado, mas existiam outras construções nas proximidades: uma, ao fundo (lateral direita), outra, a leste (lateral esquerda), ambas demolidas. Enquanto a primeira refere-se, provavelmente, a uma garagem ou galpão, a segunda indica o prédio que abrigava o gerador de energia, denominado “A casa do motor”. Esses eram “sinais de luxo” que a venda, quase sempre, “a construção mais moderna da vilazinha” (ROCHE, 1969, p.574) costumava apresentar, juntamente, “com seu frigorífico, com

sua garagem”. Esses sinais de progresso expostos pelo comércio colonial são meros reflexos do sistema mercantil vigente, pois, segundo Roche (1969, p.403),

nas colônias nunca houve mercados nem feiras: é a loja que faz parte integrante de sua paisagem. Por isso, o comerciante, único agente das trocas, tornou-se muito poderoso no seu feudo. Quando ele próprio não se punha à testa de uma grande casa, era sobre ele que se apoiavam os exportadores ou os importadores da capital.

Foram esses comerciantes, de acordo com Roche (1969, p.582), conscientes “de pertencer a uma classe cujo tronco era o negócio, mas no qual podiam enxertar ramos diferentes e cujos frutos recompensavam largamente sua iniciativa” que acabaram contribuindo “mais ou menos generosamente, para a constituição e conservação das sociedades na colônia”. Uma consciência que permitiu elevar a classe “acima do meio rural circundante” e adquirir “o hábito e o gosto da responsabilidade, a aptidão e a preparação para o mando”. Assim, “Os empreendimentos coletivos e os jogos de política decidiam-se ou faziam-se geralmente em suas vendas e, na realidade, sob sua direção”.

É justamente nesse entrelaçamento de sociedade, comércio e política que se situa a Casa Gruppelli em final da década de 1920. A imagem, a seguir, captada pelo fotógrafo L. Lanzettas, além de mostrar o prédio e o espaço densamente ocupado, registra um evento liderado pelo proprietário Hermógenes Gruppelli, ao centro do pequeno grupo frente à árvore (Figura 328).

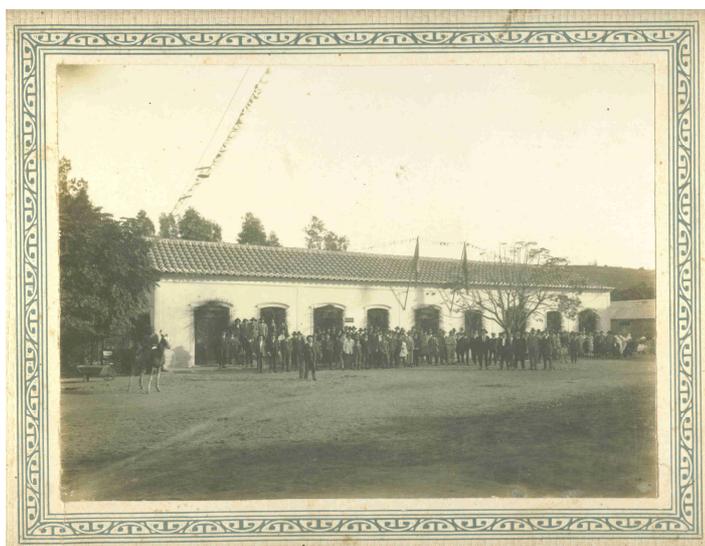


Figura 328 – Um evento (político?) junto a Casa Gruppelli, (27,5cm x 33cm), 192_.
Foto L. Lanzettas. Fonte – Acervo Rubens Bachini.

A fotografia, ao figurar como índice de uma realidade atua como testemunha da existência dessa realidade situada em determinado instante e lugar. Um tipo de prova que, segundo Dubois (2007, p.52) “atesta a existência (mas não o sentido) de uma realidade”. Assim o que poderia ser a evidência de uma realidade para os contemporâneos dessa fotografia, configura-se décadas depois, em meras suposições.

Essa imagem apresenta uma expressiva reunião de pessoas, onde o sexo masculino é dominante e as mulheres, além de minoria, estão concentradas em área distante do centro (lateral direita) ocupando uma posição, nitidamente, secundária na cena. Esta imagem também se destaca pelas dimensões (27,5cm x 33cm) avantajadas e a forma de apresentação, em suporte rígido, debruado, como também pela assinatura do fotógrafo, em marca d'água, no canto inferior direito: L.Lanzetta. Considerando essas questões de ordem técnica / econômica, somadas ao conteúdo exposto, pode-se julgar que esta imagem foi produzida como documento visual de um relevante evento. Um julgamento que é ratificado pelo controle dos meios técnicos de produção cultural que, segundo Mauad (1996, p.7-8), envolve

tanto aquele que detém o meio quanto o grupo ao qual ele serve, caso seja um fotógrafo profissional. Nesse sentido, não seria exagero afirmar que o controle dos meios técnicos de produção cultural, até por volta da década de 50, foi privilégio da classe dominante ou frações desta.

Esta fotografia mesmo sendo produzida para documentar um evento em que muitas pessoas se interessaram em participar (naquele dia, naquele local, daquela atividade) e se posicionaram, diante daquele fotógrafo profissional, conforme o seu *status quo* no contexto, pouco pode informar sobre essa realidade registrada. Seria este evento um encontro de algum partido político? Uma comemoração de conquista em urna? Ou apenas alguma prática social marcadamente masculina em que as mulheres apenas acompanhavam, de longe, seus parceiros? Este evento não poderia ser a inauguração das novas instalações da Casa Gruppelli? Sobram perguntas que a fotografia, silenciosa, não pode responder, mas valendo-se de sua condição índice de uma realidade, pode revelar:

a) que uma pequena multidão elegeu (ou permitiu), nas primeiras décadas do século XX, que a fachada do prédio da família Gruppelli constasse como cenário ou palco em documento visual de uma comemoração comunitária.

b) que a importância do evento requeria (ou justificava) a contratação de serviços (qualidade e status) de um fotógrafo profissional atuante na cidade de Pelotas, distante 50 km, aproximadamente.

c) que esta comunidade colonial valorizava a fotografia como forma de registro e divulgação de suas atividades.

d) que as condições econômicas e culturais da comunidade permitiam a execução de um registro fotográfico qualitativo que, pelo custo elevado, era privilégio das classes abastadas.

Além dessas especulações e/ou constatações sobre o sentido de realidade proposto por essa fotografia ela nos informa que na mesma direção do prédio principal havia um prédio térreo, distante alguns metros, com uma cobertura plana, tipo zinco. Um prédio que devido a pouca altura e acabamento rústico deveria servir como galpão coberto ou depósito.

Esta imagem opera, portanto, nos dias atuais, como um demonstrativo do que havia no local onde fora edificado o sobrado: uma construção simples que, provavelmente, em função de sua posição privilegiada (próximo a estrada) e do surgimento de empreendimentos comerciais rentáveis, fora excluído para dar espaço às novas atividades: Hospedaria e adega.

Ao longo dessa seqüência de imagens percebe-se que a Casa Gruppelli tem mantido, ao longo do tempo, a sua característica essencial: um lugar em atividade constante conjugando, no mesmo espaço, comércio e residência, trabalho e lazer, parentes, amigos, vizinhos e gente de outros lugares. Uma gama de condições que tem favorecido a sua permanência como referência na zona colonial. O que comprova o quanto a persistência dessa família de comerciantes tem sido decisiva desde a criação à manutenção desse legado.

Valendo-se da competência das fotografias como referenciais imagéticos de uma existência física, estabelecemos alguns laços entre o que foi e o que há, identificando assim, um tempo histórico situado geograficamente, ou melhor, geométrico, tal qual Augé (1994, p.55) caracteriza um lugar antropológico, como o revelado pelas fotografias:

com base em três formas espaciais simples, que podem ser aplicadas a dispositivos institucionais diferentes e que constituem, de certo modo, as formas elementares do espaço social. Em termos geométricos, trata-se da linha, da intersecção das linhas e do ponto de intersecção.

Trata-se de três formas sócio-espaciais que as fotografias analisadas, de certa forma, apresentam: a) “itinerários, eixos ou caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados pelos homens”: nesse caso, a estrada, situada frente aos prédios e que, em função do ângulo de captura da maioria das imagens, pode ser identificada como um espaço físico, fora do campo fotográfico, onde os fotógrafos se posicionaram para captar as suas imagens; b) “cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem”: trata-se então, do espaço não edificado, situado entre o conjunto de prédios e a estrada que, como mostram as imagens, sempre esteve reservado para atividades diversas; c) “centros mais ou menos monumentais, sejam eles religiosos ou políticos”: uma coordenada que, nesse caso, apenas ratifica a forma de apropriação do espaço físico, ou seja, reservado para esse fim, em distintas épocas, tal qual aparecem nas imagens.

Desse modo se pode afirmar que as imagens do prédio principal forneceram cada uma a seu modo, alguma informação que, ao serem articulados pela leitura, acabaram revelando mais que as atividades praticadas ao longo desse tempo, a própria expressão do lugar junto a essa comunidade colonial.

4.2.2 Museu Gruppelli

O prédio que abriga o Museu Gruppelli, construído no início da década de 1930 com o objetivo de abrigar a adega da família no térreo e a hospedaria no segundo andar, foi originalmente denominado Villa Silvana em homenagem à Silvana Araújo Gruppelli, esposa do fundador Hermógenes Gruppelli. Trata-se de uma construção compacta, com dois andares em cobertura cerâmica de duas águas que divide, simetricamente, o espaço frontal e cujo beiral é arrematado por um pequeno lambrequim¹ de madeira. Esta construção assim, como o prédio principal, tem as aberturas pintadas de verde escuro, as paredes de branco com detalhes em verde claro (Figuras 329, 330, 331).



Figura 329 – Vista frontal / lateral oeste, Museu Gruppelli, abril, 2008.
Foto da autora, acervo particular.



Figuras 330, 331 – Vista lateral leste e sul, Museu Gruppelli, dez, 2008.
Foto da autora, acervo particular.

¹ “O Lambrequim é o recorte aplicado em beirais de casas de madeira cuja origem remonta à Europa, onde as tradições familiares se manifestavam com a sua colocação como forma de identificação familiar, tal qual um brasão ou um "ex-libris".” <http://www.lambrequim.net/fotos.php?mosaico> – acesso 26-05-2009.

Este prédio, mesmo destinado, em 1998, a abrigar o Museu, ainda conserva, em seu espaço interior, outras atividades: a) no térreo, o gabinete dentário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, primeira porta, da esquerda para direita; b) no segundo andar, o alojamento de funcionários do restaurante e moradia de um dos membros da família. Essa multiplicidade de funções tem sido uma constante, pois o prédio é constituído por diversos espaços. Se, internamente ocorrem variações, no exterior essas mudanças praticamente não acontecem, ou seja, a característica original do prédio tem sido priorizada ao longo do tempo. As imagens, a seguir, revelam algumas atividades atuais no sobrado, mostra um indício da ocupação de um dos quartos da antiga hospedaria, situado na parte frontal a esquerda do segundo andar (Figura 332) e a organização da nova reserva técnica do Museu, anteriormente localizada num ambiente contíguo ao espaço expográfico (Figura 333).



Figuras 332, 333 – As atividades no sobrado, março, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

A toalha na janela e os móveis ao ar livre são, sem dúvida, comprovantes da própria contradição que, segundo Santos (1996, p.88), há entre a sociedade, situada em “um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente” e o espaço estabelecido em “um presente localizado que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas”. É nessa coexistência de presentes que o sentido do prédio se revela para a atualidade seja através de suas características físico-tecnológicas ou de peculiaridades funcionais.

Estas imagens testemunham também que apesar de, aparentemente, o lugar permanecer o mesmo, a situação mudou, pois mesmo tendo “autonomia de existência pelas coisas que o formam”, esse lugar não detém, como outros também

não, “autonomia de significação” já que constantemente “novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem” (SANTOS, 1988, p.52). Pois, ainda que a toalha na janela lembre a hospedaria, a função não é a mesma, assim como esse habitante também não é o hóspede de antigamente. Da mesma forma, a função reserva técnica substituiu a função comercial que era desempenhada por uma pequena loja de artesanato. Mudanças que decorrem da própria dinâmica empreendida pelo lugar, já que quanto maior é “a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa” (SANTOS, 1988, p.51) e, conseqüentemente, interfere no “número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem da área”. O que comprova que “a história que se passa, neste exato instante” na localidade não está restrita “aos limites desse lugarejo, ela vai muito além” (SANTOS, 1988, p.58). Nesse caso estabelecendo vínculos com a cidade e, de certa forma, com os inúmeros museus etnográficos espalhados pelo mundo. As imagens, a seguir, são registros da participação de profissionais envolvidos com a especialização desse lugar, apresentam o museólogo Diego Ribeiro (Figura 334) e o arquiteto Wilson Miranda (Figura 335), integrantes do Projeto de Extensão “Museu Gruppelli”², promovido pelo Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.



Figuras 334, 335 – Levantamento de dados para elaboração de projeto arquitetônico, março, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Da mesma forma que a especialização do lugar atraiu uma equipe de profissionais, estimulou a elaboração de trabalho acadêmico sobre “O papel do “Museu Gruppelli” na preservação e recuperação do patrimônio e da memória da Colônia Municipal / Pelotas no contexto turístico”, apresentada por Diego de Souza Boeno, ao Curso de Bacharelado em Turismo, da UFPEL, em 2008. Um estudo que,

² “Pesquisa de revitalização museológica do museu Gruppelli: em busca de um museu etnográfico”.

se valendo de entrevista e de imagens do lugar (Figuras 336, 337), evidencia a importância do Museu “na preservação do patrimônio material da Colônia Municipal” (Boeno, 2008, p.48), através da recuperação de lembranças e histórias da comunidade, e aponta a possibilidade de que a

aliança entre museus, turismo e interpretação do patrimônio pode permitir que a história e o patrimônio deste local permaneça no convívio do local e que seja possível desenvolver o turismo de forma responsável, visando benefícios a comunidade local e uma atividade satisfatória aos visitantes.



Figuras 336, 337 – Museu Gruppelli, Interior e exterior, apresentado em estudo acadêmico, 2008.
Foto Diego de Souza Boeno. Fonte – BOENO. Monografia, 2008, p.40, 43

É com esse tipo de aliança que o lugar por ser especializado acaba indo “muito além” dos “limites desse lugarejo” (SANTOS, 1988, p.58).

Da mesma forma que trabalhos acadêmicos divulgam imagens do Museu, outras instâncias, como o Sistema Municipal de Museus de Pelotas também se vale do visual do prédio, e do acervo, como forma de anunciar a participação do lugar nessa rede. A imagem, a seguir, é uma mostra da participação do Museu Gruppelli, nº 12, no folder “História e Cultura em Cada Detalhe” produzido, em 2008, pelo Sistema Municipal de Museus (Figura 338), onde além de informações, consta:

O museu guarda e expõe objetos típicos da região colonial formada por descendentes das imigrações italiana e alemã na zona rural de Pelotas. O Museu Gruppelli também é uma unidade do IMP. O IMP, Instituto de Memória e Patrimônio, desenvolve projetos e ações que visam a valorização e preservação do Patrimônio Cultural.



Figura 338 – Detalhe, Museu Gruppelli, exterior e acervo, em folder cultural, 2008.
 Fonte – Folder História e Cultura em Cada Detalhe, Sistema Municipal de Museus, Pelotas.

Conforme aparece nesse folder o Museu Gruppelli é, desde o dia 15 de março de 2008, uma unidade do IMP, juntamente com mais dois museus na Serra dos Tapes: Museu etnográfico da Colônia Maciel e Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa. As imagens, a seguir, são registros da cerimônia de transmissão do Museu da família Gruppelli para o IMP, UFPEL. Apresentam os representantes do Museu, da esquerda para direita, Neiva Acosta Vieira, Norma Gruppelli e Paulo Ricardo Gruppelli, juntamente com a representante do IMP, Luciana Peixoto (Figura 339), e um flagrante da confraternização de Norma Gruppelli e Fábio Vergara Cerqueira, coordenador do IMP (Figura 340).



Figuras 339, 340 – Registros da transmissão do Museu Gruppelli para o IMP, março, 2008.
 Foto da autora, acervo particular.

Como era o espaço do Museu antes de ser reestruturado pela nova equipe composta por diversos profissionais? Quem se encarregava da manutenção e funcionamento da entidade? Que tipo de peças compunha o acervo? As imagens, a seguir, capturadas em novembro de 2007, fornecem um panorama do Museu

antes da reestruturação, em que visualizamos Neiva Acosta Vieira cuidando da limpeza dos objetos (Figura 341) e peças do acervo (Figuras 342, 343, 344).



Figuras 341, 342, 343, 344 – O Museu Gruppelli, manutenção e acervo, novembro, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

Essas imagens revelam que o acervo e o espaço são da mesma ordem, ambos referem-se ao modo de vida que envolvia tanto a família Gruppelli como a comunidade. Pois, assim como o baleiro depositado, anteriormente, no balcão do armazém era compartilhado diariamente pelos fregueses, o carrinho artesanal servia de brinquedo para crianças que, por terem crescido vendo os pais usarem tamancos, algumas também adotaram essa prática. Costumes e imagens produzidos por essa sociedade que foram apresentados em Congressos de Iniciação Científica, promovidos pela UFPEL, em 2006, sob o título Museu Gruppelli: um lugar da memória do 7º Distrito. As imagens, a seguir, são reproduções de banners, onde as imagens do prédio, interior e exterior, aparecem em destaque (Figuras 345, 346).



Figuras 345, 346 – As imagens do Museu Gruppelli em banner, 2006.
XIV e XV Congresso de Iniciação Científica, UFPEL.
Foto da autora, acervo particular.

Se para alguns o acervo é mais atrativo para outros são os detalhes do prédio que merecem atenção, como mostra a imagem captada pela artista visual Francisca Silva, em 2005, revelando os recortes do lambrequim junto à cumeeira (Figura 347).



Figura 347 – Recortes nas alturas, 2005.
Foto Francisca Silva. Fonte - Acervo da autora.

É precisamente porque “existem percepções diversas das mesmas coisas, pois há indivíduos diferentes” SANTOS (1988, p.24), que algumas funções se alteram como ocorreu em 18 de setembro de 2005, quando o espaço museal foi aberto para o artesanal. Data em que se realizou a 1ª Feira de Produções Caseiras da Comunidade Rural, intitulada “*Labore Haus*”. Um evento que teve “por objetivo apresentar e divulgar a produção local através de objetos artesanais produzidos ou herdados de antepassados, oriundos dos saberes e fazeres das comunidades rurais” realizado em parceria com o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – ILA – UFPEL, e apoio cultural FITUR. São saberes que, transformando materiais, integram o dia-a-dia da comunidade. As

imagens, a seguir, captadas por Francisca Silva são registros da alteração produzida por esse evento no espaço Museal (Figuras 348, 349).



Figuras 348, 349 – Da exposição museal para a artesanal, *Labore Haus*, 2005.
Foto Francisca Silva. Fonte - Acervo da autora.

Esse evento, embora tenha alterado a organização do espaço interno e introduzido novos objetos, proporcionou uma visualização de elementos típicos da comunidade que, por pertencerem a acervos particulares, não são usualmente vistos pelo público. Diferentemente da coleção do Museu que, desde 1998, tem sido vista e revista por muitas pessoas, seja *in loco* ou através de fotografias. Imagens captadas, em 2003, por Cláudia Renck, são testemunhos dessa prática de registrar e mostrar a amigos e parentes, o prédio e peças do acervo (Figuras 350, 351).



Figuras 350, 351 – As imagens externas do prédio, 2003.
Foto Cláudia Renck. Fonte - Acervo da autora.

É através de imagens como essas que algumas alterações impostas ao prédio, nos últimos anos, podem ser identificadas, como a presença de uma mancha

escura na fachada, situada abaixo da cumeeira, onde outrora constava o nome: Villa Silvana. Portanto, até 2003 a pintura ainda não encobria totalmente essa identificação. Outro detalhe, também relativo à pintura, é que o prédio era uniformemente pintado de branco, sem que saliências fossem ressaltadas, como acontece atualmente. A faixa amarelada, na base das paredes, é produzida pela umidade do solo e respingo da chuva.

Da mesma forma as imagens do interior permitem identificar a situação de alguns elementos arquitetônicos no ambiente (Figuras 352, 353).



Figuras 352, 353 – As imagens internas do prédio, 2003.
Foto Cláudia Renck. Fonte - Acervo da autora.

Essas fotos mostram que no espaço museológico as divisões internas são de madeira envernizada e pintada, o piso é de tijolo aparente e a sustentação do segundo andar é por colunas de quatro tijolos alternados. Sendo que uma das colunas apresenta certo desgaste, consequência do lento processo de esfacelamento do tijolo. Um detalhe que revela, mais que a idade do tijolo, uma das atividades que, segundo Paulo Ricardo Gruppelli (2008) existiu nesse lugar: salgação de carne, para efeito de conservação. Um sintoma de que “a vida rural às vezes se torna quase autônoma em relação à próxima cidadezinha” (SANTOS, 1988, p.54).

Enquanto a atividade museológica é relativamente recente, se comparada à existência do prédio, a enchente se insere como uma movimentação que tem envolvido o prédio inúmeras vezes. As imagens, a seguir, mostram a situação do sobrado durante as enchentes de 2001 e 1999 (Figuras 354, 355).



Figuras 354, 355 – Enchente no Museu Gruppelli, (10cm x15 cm), 2001, 1999.
Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Família Gruppelli.

Como essas avalanches de água entram em todo o pavimento térreo e devastam tudo que encontram pela frente, qualquer que seja a função definida para esse espaço deve considerar essa conjuntura, não como uma eventualidade, mas como uma condição, até então, *sine qua non*.

Contando com a possibilidade de enchentes, ou não, o Museu foi oficialmente criado em 30 de outubro de 1998. Sendo assim apresentado no convite por Neco Tavares:

Localizado no 7º Distrito, a 50 km do centro de Pelotas, em uma adega centenária, uma novidade cultural lhe aguarda, 100 anos de história pronta para ser apresentada, resgatando a epopéia da imigração Alemã e Italiana em nosso município.

É o turismo local se descobrindo e buscando novas fronteiras para o lazer e conhecimento.

Esse evento foi amplamente divulgado pela imprensa, pois, além de significativo para o município se tratava de um pioneirismo. E o motivo que levou Neco Tavares a criar, em plena área rural, uma entidade dedicada à preservação da memória da colonização em Pelotas, foi destaque na notícia “Museu Gruppelli é inaugurado no sétimo distrito de Pelotas” publicada pelo jornal Diário Popular, em 30 de outubro de 1998.

O Museu Gruppelli surgiu a partir de inventário fotográfico dos pontos mais atrativos da região, realizado pelo fotógrafo Neco Tavares, que constatou a possibilidade para a exploração. Neco explica que o museu se propõe a fomentar o desenvolvimento, indicando passeios explorados por sua estrutura. O inventário fotográfico faz parte do acervo do museu, juntamente com o acervo inicial da família Gruppelli e objetos cedidos por amigos e parentes, formando um variado panorama da imigração até os dias de hoje.

A inauguração do Museu é, certamente, um marco no processo de reconhecimento da contribuição dessa comunidade colonial no desenvolvimento sócio, econômico e cultural do município de Pelotas. Um processo que iniciou, no século XIX, com a necessidade de importação de braços livre e deixou raízes, no século XX, tão entrelaçadas que a identificação, por vezes, se torna bastante difícil. Já que diversos ramos dessas raízes se tornaram hábitos, crenças, gostos e expressões que, de tão incorporados ao dia-a-dia, esquecemos a origem. As imagens, a seguir, são registros dessa inauguração. Revelam a cerimônia de abertura por Neco Tavares, ao centro (Figura 356), a benção pelo Padre Capone (Figura 357), as presenças, da esquerda para a direita, do vereador Beto Marini, Padre Capone, Neco Tavares, Norma Gruppelli e convidado (Figura 358), e um flagrante da apresentação do grupo Teatro Escola (Figura 359).



Figuras 356, 357, 358, 359 – Inauguração do Museu Gruppelli, (10cm x15cm), 1998.
Foto Neco Tavares. Fonte - Acervo Museu Gruppelli.

Como se pode perceber esse evento, além de ter sido cuidadosamente organizado, contou com a expressiva participação de pessoas e instituições urbanas e rurais. Afinal, era a abertura do primeiro museu dedicado, exclusivamente, a memória da colonização na Serra dos Tapes, em Pelotas. Uma iniciativa que, em 28

de outubro de 1998, foi reconhecida pela Câmara Municipal de Pelotas que, aprovou por unanimidade em plenário, a proposição do vereador Julio Honório, Líder da Bancada do PFL, de enviar à Neco Tavares e a família Gruppelli votos de “Cumprimentos e congratulações”, em cuja ementa assim consta:

Propõe, seja enviado voto de “CUMPRIMENTOS E CONGRATULAÇÕES”, à Neco Tavares e Família Grupelli, pela brilhante iniciativa de inaugurar o MUSEU GRUPELLI, localizado no 7º distrito, o qual é uma forma de resgatar a epopéia da imigração alemã e italiana, bem como desenvolver o turismo na região.

Verificamos então, que nessa ementa os termos museu, imigração, desenvolvimento e turismo já apareciam correlacionados. Como esse lugar já se encontrava envolvido com o turismo, o museu surgiu da vontade, ou necessidade, de mostrar peculiaridades que o diferenciasse de outros pontos turísticos. O que se pode chamar de reafirmação da identidade, ou seja, de evidenciar o quanto esse “lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história” (SANTOS, 1988, p.35). Pois, é precisamente essa identidade que o distingue e o liga “a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal” (SANTOS, 1988, p.34). Se nessa ordem o turismo é uma força motriz então, para que esse lugar continuasse sendo atrativo, se fez necessário buscar soluções que o diferenciasse de outros. Uma busca que acabou incentivando os proprietários a considerar as próprias origens do lugar como elemento relevante na distinção turística. Foi com essa associação de “atração turística” e “história” que o jornal Diário Popular, edição de 30 de abril de 1998, enfatizou sob o título “Museu quer resgatar colônia”, ao anunciar que os proprietários

Norma Kohls Gruppelli e seu filho, Paulo Ricardo Gruppelli, levam adiante o projeto de tornar o local um ponto de atração turística. Junte-se a este interesse a arte e a criatividade do fotógrafo Neco Tavares e aí está o Museu do Gruppelli, que vem resgatando a história da família de italianos e, por conseqüência, da própria colonização de boa parte do interior do Município.

Um texto ilustrado com fotos de Neco Tavares mostra o prédio como cenário da apresentação de um grupo folclórico e uma mesa com delicias oriundas da cultura do lugar, integrantes do típico “Café Colonial” (Figuras 360, 361).



Figuras 360, 361 – O prédio e a gastronomia como atrações turísticas, 1998.
Foto Neco Tavares. Fonte – Jornal Diário Popular, Acervo Museu Gruppelli.

Para que o sobrado pudesse abrigar uma representação da “memória coletiva” dessa comunidade e enunciar através de objetos uma produção “acerca de uma memória supuestamente común a todos los miembros de ese grupo” (CANDAU, 2001, p.22), era necessário que o prédio fosse reorganizado e o acervo reunido. Nessa empreitada até crianças se sentiram motivadas a participar da reestruturação do prédio, como o pequeno Julio Pieper Gruppelli, com apenas dois anos de idade (Figura 362).

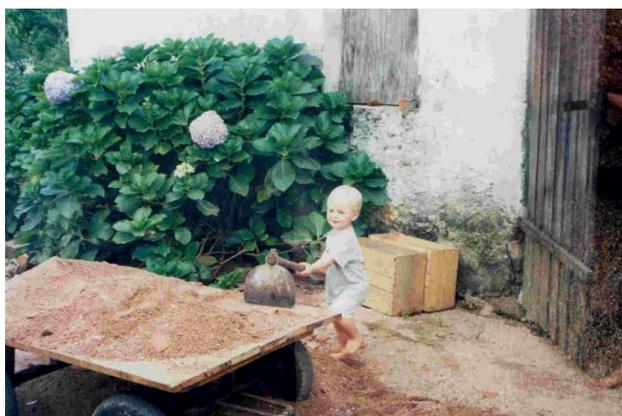


Figura 362 – A reforma do prédio para instalação do museu, (10cm x 15cm),1998.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Em outra imagem, dessa mesma época, podemos visualizar parte do processo de organização e seleção de objetos para a composição do acervo. A imagem, a seguir, mostra alguns objetos depositados junto à lateral oeste do prédio (Figura 363).



Figura 363 – A organização do acervo para instalação do museu, (10cm x 15cm),1998.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Para que esse processo de organização pudesse acontecer algumas, ou muitas coisas tiveram que ser alteradas, tais como as atividades que ocorriam no ambiente designado para abrigar o museu. Como era esse ambiente antes de ser transformado em museu? Que tipo de função desempenhava? As imagens, a seguir, mostram o ambiente antes da instalação do museu, em 1998. (Figuras 364, 365).



Figura 364, 365 – O espaço antes da instalação do museu, (15cm x 10cm), (10cm x 15cm),1998.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Como se pode observar o espaço servia de oficina e depósito, portanto, embora fosse útil pouco contribuía com “o projeto” dos proprietários “de tornar o local um ponto de atração turística” (Diário Popular, 30/04/1998). Assim, o prédio acabou passando tanto por uma mudança estrutural, já que houve alteração das “velhas formas para adequação às novas funções” (SANTOS, 1998, p.70), como funcional, pois o fluxo no prédio também foi modificado.

Essas mudanças, embora relacionadas à década de 1990, não foram às únicas no edifício. Pois, ao retroceder no tempo encontramos imagens do prédio apontando outra função: residência de professores. A imagem, a seguir, é um registro do prédio onde residia, em 1950, a professora Zita Geraldina Natusch, na época que lecionava na Escola Municipal Dr. José Brusque (Figura 366).



Figura 366 – A hospedaria, residência de professores, (6,5cm x 6,5cm), 1950.
Foto Zita Geraldina Natusch. Fonte – Acervo Lea Gruppelli.

Essa imagem, além de revelar a presença de objetos nas janelas do segundo andar, comprova que o prédio que hoje visualizamos permanece com as mesmas características de 1950. Portanto, de lá para cá, as pequenas alterações, como os fios elétricos e o contador de energia situado na lateral leste, podem ser consideradas irrelevantes.

Se na década de 1950 se observa uma das atribuições do segundo andar do prédio, retrocedendo no tempo, é possível identificar outra atividade que, provavelmente, tenha motivado a construção do prédio. A imagem, a seguir, apresenta a função desempenhada, em 1938, no local onde hoje se encontra o museu. Trata-se de um registro da recepção de uvas na adega da família Gruppelli, apresentando, da esquerda para direita, os irmãos Geraldo e Antonio, primeiro e quinto, o cunhado Ruy Martins Real, terceiro, a sobrinha Maria Dalva Gruppelli Ferrari, além de outras pessoas não identificadas (Figura 367).



Figura 367 – A recepção de uvas na adega da família Gruppelli, (13,6cm x 8,6cm), 1938.
Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.

A recepção de uvas marcava tanto o início das atividades no local, a fabricação do vinho, como o fim do processo agrícola. Um rito anual que, além de envolver a família, amigos e parentes, era solenemente festejado como mostra o texto “Da vinha ao vinho” integrante da “Correspondência de Dr. Ruy”³, relativo à criação da Cooperativa Viti-vinícola na Colônia Maciel, em 10 de dezembro de 1938.

Nascido **Ermogene Giacinto Maria Gropelli**, em **Moglia (Mantova) - ITÁLIA**, em 27 de agosto de 1867, o patriarca **HERMÓGENES GRUPPELLI**, liderava, na localidade a que deu o nome, no **7º Distrito de Pelotas**, uma verdadeira missa campal, de celebração da uva e do vinho. Como se vê, a liturgia se estendia do intróito (**do balaio vazio**), passava pelo ofertório (**do balaio cheio**) e culminava na consagração **à adega**, quando a uva era entronizada no **templo do vinho**. Filhos, netos – aqui coube à **Maria Dalva** a apresentação da “hóstia consagrada” – outros familiares, amigos, agregados e empregados casavam o trabalho com o prazer da elegante presença feminina. A esse ritual juntou-se, de corpo e alma, com entusiasmo e conhecimento técnico o **Dr. Ruy**, como demonstram as fotos e o ofício encaminhado ao Prefeito Municipal, dando conta da criação de uma **Cooperativa Viti-vinícola na Colônia Maciel**.

As próximas imagens mostram essa liturgia em família. Onde se destacam o patriarca Hermógenes Gruppelli, seguido da filha Nathália Gruppelli Real (Figura 368) à direita, e terceiro e quarta da esquerda para direita (Figura 369).

³ Conjunto de Textos sobre atividades do engenheiro agrônomo Ruy Martins Real relacionados às colônias em Pelotas, organizado e distribuído aos familiares por José Luiz Gruppelli Real.



Figuras 368, 369 – Antes e depois da colheita de uvas, família Gruppelli, (13,6cm x 8,6cm), 1938.
Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.

Essa especialização, envolvendo a uva e o vinho, além de ter ampliado os vínculos do lugar, provavelmente, tenha produzido já nessa época aumento no “número, intensidade e qualidade dos fluxos” (SANTOS, 1988, p.51) na localidade.

Assim como o prédio abrigava o final do processo viti-vinícola, servia também a outros rituais do lugar, surgindo como cenário em registro fotográfico de veranistas ou desportistas. O prédio sendo apresentado como partícipe das múltiplas atividades desenvolvidas no lugar, como no registro em que o proprietário Hermógenes Gruppelli, segundo da esquerda para direita, posa com um grupo de veranistas (Figura 370) ou na foto destacando os atletas campeões de 1932 do G. S. Boa Esperança pela Liga Amadora de Desporto Colonial (Figura 371).



Figura 370, 371 – A hospedaria, cenário fotográfico de veranistas, (8,8cm x 13,8cm), 193_ e desportistas, (6cm x 9cm), 1932. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

Como imagens não revelam apenas aspectos positivos há registros que servem para lembrar as vicissitudes em época de vazante do Arroio Quilombo. A imagem, a seguir, mostra a situação do prédio Villa Silvana, em 24 de setembro de 1932 (Figura 372).



Figura 372 – O prédio, Villa Silvana, cercado por água, 1932. Fonte – Acervo Lea Gruppelli.

Através dessa coletânea de imagens verificamos que o prédio do Museu Gruppelli embora conserve sua aparência, praticamente, inalterada, passou por diversas mudanças ao longo do tempo, sem nunca perder sua característica multifuncional. Saber que o prédio, da estrutura aos detalhes, foi concebido no passado e mantido por diversas gerações, é testemunhar no presente o valor simbólico deste prédio para a família e a comunidade. Esta conscientização, que levou os proprietários a transformá-lo em espaço museológico, foi decisiva na

estratégia de conjugar a memória da colonização com o turismo. Uma forma de reafirmar a própria vocação do lugar, assumida, provavelmente, antes mesmo da construção do prédio nos primórdios de 1930.

Se hoje o prédio e o acervo integram estudos acadêmicos é porque, além do valor do conjunto, há interesse da sociedade na preservação desse patrimônio que, sendo representativo de algumas etapas dessa localidade, vincula-se ao próprio desenvolvimento sócio-econômico-cultural do município de Pelotas.

Procedimentos como esses, visando à preservação de bens, integram o que Chagas (2003, p.165), denomina “política de preservação”. Nesse caso, trata-se de uma prática social que acontecia na família Gruppelli, foi consolidada com criação do Museu e, posteriormente, ratificada pela academia. A institucionalização surgiu então, como forma de cumprir, de modo mais eficiente, a própria função do prédio de se apresentar aos visitantes como suporte de informação, de “coisa passível de ser utilizada para transmitir (ou ensinar) algo a alguém” (CHAGAS, (2003, p.165).

Foi com essa política de preservação que o sobrado, a Villa Silvana, pode servir às novas gerações como um documento referencial do passado, mantendo assim, a própria função social do prédio. Um documento edificado que, além de mostrar no presente ações de homens sobre “o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 1988, P.64) revela as forças produtivas articuladas por esses homens nos diversos processos que envolvem o prédio: Do tijolo à telha, da estrutura à decoração, da produção agrícola à vinícola. Uma espécie de enciclopédia sobre a transformação de matéria bruta em produto utilitário. Um conhecimento que não apenas converteu barro em cerâmica, uva em vinho, como propiciou também a criação de um espaço, igualmente, produtivo: a hospedaria.

Um conjunto que hoje é apresentado ao visitante como “atração turística” e “história”, conforme desejavam os proprietários, em abril de 1998, (Diário Popular).

4.3 Gruppelli Ferrari

Caracterização do objeto		Nº 09
Local	Nome – Propriedade Gruppelli Ferrari	
	Propriedade – Sucessão Gruppelli Ferrari	
	Acesso – Aberto e Restrito	
Pesquisa	Acervos pesquisados – 11	
	Fotografias analisadas – 44	
	Fotógrafos identificados – 6	
	Período – 2009 – década de 1930.	



Ao cruzar a localidade é possível perceber, frente à Casa Gruppelli, uma pequena concentração de prédios com aparência atual. Esses prédios estão situados na gleba de 4 ha herdada pela filha mais velha do casal Hermógenes e Silvana Gruppelli, Honorina Gruppelli que era casada com Vicente Ferrari. Deste casamento nasceram os filhos Maria Dalva, Carmen, Silvana e Flávio que, em 1976, se tornaram proprietários desta gleba que ainda se mantém íntegra. Estes herdeiros e seus sucessores construíram e reformaram prédios, criaram negócios e atividades que tem ajudado a transformar este trecho da estrada em rua. Um conjunto de seis prédios, alinhados pela estrada que, com características formais e técnicas, diversificadas, adensam, significativamente, o pequeno núcleo, conforme mostra a imagem de satélite (Figura 373).



Figura 373 – Os prédios Gruppelli Ferrari junto à estrada, margem norte, Localidade Gruppelli, 2009.
Fonte – www.baixaki.com.br/download/google-earth.htm – acesso dez 2008.

Percorrendo a estrada no sentido oeste-leste encontramos: a) Casa amarela (Figura 374); b) Marini Motos, comércio de motos (Figura 375); c) Chalé,

residência Carmen Ferrari Veiga (Figura 376); d) Sobrado, residência Silvana Gruppelli Ferrari (Figura 377); e) Agrofer, comércio de ferramentas e implementos agrícolas (Figura 378); f) Casa elevada, residência Carmen Westendorff Ferrari (Figura 379).



Figuras 374, 375 – Casa Amarela e Marini Motos, 2007.
Foto da autora, acervo particular.



Figura 376 – Chalé, residência Carmen Ferrari Veiga 2009.
Figura 377 – Sobrado, residência Silvana Gruppelli Ferrari, 2007.
Foto da autora, acervo particular.



Figura 378 – Agrofer, comércio de ferramentas e implementos agrícolas, 2007.
Figura 379 – Casa elevada, residência Carmen Westendorff Ferrari, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Essa aparência atual, produzida pela necessidade de conforto e expansão de negócios, mostra a intenção desses proprietários em manter-se em consonância com as transformações tecnológicas, seja na construção ou no produto comercializado. Como esses prédios têm desenvolvimentos distintos torna-se imprescindível considerar os processos de forma individualizada. Assim, cada parcela será apresentada conforme as etapas contempladas pelas fotografias, seguindo o roteiro acima indicado.

4.3.1 Casa Amarela e Marini Motos

As áreas ocupadas pelos dois primeiros prédios, sentido oeste-leste, correspondem à fração de Maria Dalva, viúva de Adolpho Bosembecker, repassados ao filho Adolpho. Ambos se encontram atualmente destinados a atividades esporádicas, apesar do anúncio “revendedor autorizado” permanecer impresso numa das fachadas. O primeiro prédio, aqui denominado Casa Amarela, é uma edificação térrea, em alvenaria, com cobertura cerâmica de duas águas, construída entre 1989-90 para servir de moradia. Características técnicas e formais que também se encontram no segundo prédio, aqui identificado como Marini Motos, embora a atividade comercial tenha sido efêmera, de setembro de 2006 a maio de 2007. Se a aparência é recente então como eram esses prédios anteriormente? A imagem, a seguir, mostra os dois prédios no verão de 2002 (Figura 380).



Figura 380
Os dois prédios Ferrari Bosembecker,
(10cm x 15cm), 2002.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Essa imagem mostra o primeiro prédio com as atuais características e o segundo inacabado, cuja ausência de reboco na parte superior da fachada denuncia acréscimo. Ao se examinar uma imagem do ano anterior, verifica-se que não se tratava de simples ampliação, mas de reformulação geral, já que

possivelmente apenas as paredes laterais tenham sido mantidas, como mostra a imagem captada no outono de 2001, em que aparece o menino Julio Pieper Gruppelli (Figura 381).

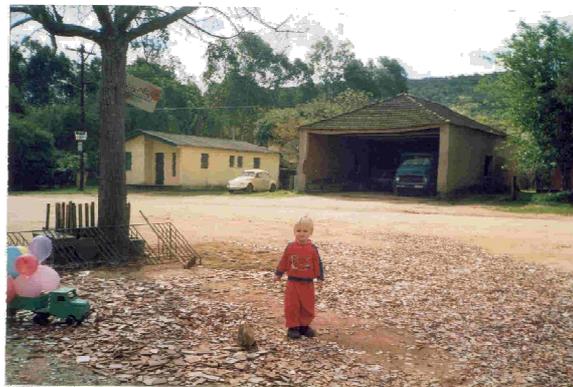


Figura 381
Os dois prédios Ferrari Bosembecker,
(10cm x 15cm), 2001.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Era um prédio com abertura ampla capaz de abrigar veículos de grande porte, como caminhões e ônibus da empresa de transporte fundada por Adolpho Bosembecker em 1955 (DIÁRIO POPULAR, 27/11/2005). Pois, esse era o prédio que, nessa época, abrigava os ônibus da empresa no terminal Gruppelli. Esta fotografia, certamente, revela uma das marcas das “etapas do processo de trabalho e das relações sociais” transpostas pela empresa a esse “espaço geográfico, tanto morfológicamente quanto do ponto de vista das funções e dos processos” (SANTOS, 1996, p.77). Pois, são marcas como essas que, presentes na paisagem e captadas pela fotografia, revelam a própria inserção desses processos no tempo.

Esses prédios, assim como outras construções na localidade, também se submetem as alterações provocadas pelas enchentes, como mostram as imagens captadas no verão de 1999 (Figuras 382, 383).



Figuras 382, 383 – Os dois prédios Ferrari Bosembecker cercados por água (10cm x 15cm), 1999.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

As imagens além de testemunharem os prédios cercados por água mostram a Casa Amarela servindo de moradia para uma família. Um detalhe interessante é a presença da antena parabólica situada entre os prédios (Figura 383). Um objeto tecnológico que diferia, em forma e potencia, da antena tipo agulha fixada acima do telhado, que existia no início da década de 1990 (Figura 384). Ambos instalados entre objetos existentes, comprovando assim, que “o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar” (SANTOS, 1996, p.77).

Figura 384
A casa amarela, Ferrari Bosembecker,
detalhe, 199_.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.



A troca de antenas, mesmo sendo um detalhe, demonstra o quanto é possível distinguir diferentes períodos através da identificação de “sistemas sucessivos do acontecer social” (SANTOS, 1996, p.125). Se hoje a Casa Amarela é um prédio com uso eventual, em épocas passadas era bastante diferente, pois a construção anterior, destruída por uma enchente, abrigava a Escola Municipal 11ª Aula Mixta, a residência da família Gruppelli Ferrari e a barbearia de Vicente Ferrari. Ao lado desse prédio existia um imenso galpão de alvenaria aparente que servia de abrigo para os ônibus da Empresa Bosembecker (Figura 385).

Figura 385
Escola, residência Gruppelli Ferrari
e galpão, s/d.
Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli



Esta fotografia, captada possivelmente no outono-inverno, revela a presença de elementos fixos e móveis no cotidiano da localidade, em que a estrada, o veículo e os passageiros, os prédios, árvores e relevo formam um conjunto indissociável que, de certa forma, ainda hoje perdura.

As imagens, a seguir, provavelmente da década de 1930-40, apresentam Vicente Ferrari, segundo da direita para esquerda, frente à barbearia com amigos e a motocicleta anunciando *Pfaff*, no bagageiro (Figura 386), do vendedor Oswaldo Schellin, conforme impresso no verso da imagem (Figura 387).



Figuras 386, 387 – A barbearia de Vicente Ferrari, (6,3cm x 9cm), 1930-40.
Fonte – Acervo Silvana Gruppelli Ferrari.

Esta imagem revela a origem da instituição barbearia na localidade. Uma tradição iniciada por Vicente Ferrari, transmitida ao filho Flávio e repassada à sua filha Ana que hoje atua no salão de Cabeleireiros Unisex, juntamente com João Dias (Figura 44). Esta atividade, antes de ser instalada próxima ao Armazém Gruppelli, ocupou alguns espaços no prédio Villa Silvana, inclusive na área expográfica do Museu Gruppelli, aproveitando na prática os móveis e instrumentos da antiga barbearia que ali se encontravam em exposição. Afinal, eram os objetos usados até então pela comunidade.

Ao retrocedermos no tempo encontramos esse prédio, envolto em águas, como esteve tantas vezes a localidade. A imagem, a seguir, mostra a parte oeste do prédio, onde funcionava a Escola Municipal 11^a Aula Mixta, ao fundo o morro dos Marini (Figura 388). Uma evidência do volume d'água que, em 1932, uniu jardim e estrada e, em anos posteriores, derrubou esta construção.



Figura 388
Escola e residência Ferrari durante a enchente,
(9cm x 6,3cm), 1932.
Fonte – Acervo Léa Gruppelli.

A barbearia juntamente com o armazém e o restaurante formam um conjunto de atividades que extrapolam a mera função comercial, pois são essas instituições que há décadas favorecendo a sociabilidade, ajudaram a caracterizar o próprio núcleo como um lugar de encontro entre moradores da vizinhança.

A Casa Amarela e Marini Motos embora suas participações hoje na vida da comunidade sejam pouco expressivas servem de testemunho ou marcas de fatos que ainda integram a memória da comunidade.

4.3.2 Chalé, residência Carmen Ferrari Veiga

O terceiro prédio é uma pequena construção em madeira, com cobertura cerâmica de duas águas, destinada ao lazer, situada na fração herdada por Carmen Ferrari Veiga, viúva de Wilson Veiga. Construída em 1976 pelos filhos e sobrinhos ocupou o terreno onde antigamente situava-se a ferraria do pai Vicente Ferrari. Como se tratava de uma construção rústica, após a extinção da ferraria serviu de galpão e, posteriormente, foi demolida. As imagens relativas ao passado desse local aparecem juntamente com o prédio apresentado a seguir. O contexto atual, embora nada lembre o passado, reafirma o apego da família de Carmen Ferrari Veiga pelo lugar onde nasceu e viveu por longos anos. As imagens, a seguir, mostram um pouco dessa construção integrada na natureza (Figuras 389, 390).



Figuras 389, 390 – Vistas do chalé, frontal e posterior, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

4.3.3 Sobrado, residência Silvana Gruppelli Ferrari

A quarta casa chama atenção por ser uma construção com aspecto de residência urbana, com dois pisos, em alvenaria e cobertura cerâmica. Situada na fração de terras herdada por Silvana Gruppelli Ferrari foi projetada pelo sobrinho Wilson Veiga e construída por Egon Schäfer no local da segunda casa da família Ferrari. Um processo lento, iniciado em 1998 e concluído alguns anos depois, que se valeu, exclusivamente, dos materiais disponíveis nas proximidades. Esse terreno por estar situado próximo à via pública, frente ao Armazém Gruppelli é, assim como outros prédios da gleba, constantemente vigiado pelos freqüentadores do armazém, servindo também de estacionamento para veículos de vários tipos (Figura 391).



Figura 391 – Frente ao sobrado, paradoro de veículos, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Se a área junto à via pública pode servir de paradoro de veículos e animais, o gramado do jardim pode parecer excelente para o futebol infantil. A imagem, a seguir, mostra uma prática que envolve crianças e anima os ambientes (Figura 392). Ações como essas, inseridas “num sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS, 1996, p.83), além de atribuírem “um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 1996, p.85) definem a natureza do espaço.



Figura 392 – O jardim do sobrado, um espaço comunitário, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

O sobrado ocupa o mesmo local que antes se situava a segunda casa da família Ferrari, construída após o desaparecimento da anterior. Houve, portanto, nesse local uma “transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (SANTOS, 1988, p.37) que evidencia a relação dessas pessoas com o lugar e reflete a interdependência das formas em relação à técnica e às “condições econômicas, políticas, culturais etc.” (SANTOS, 1988, p.69).

A troca do velho pelo novo, embora signifique uma mutação estrutural, formal e técnica, não corresponde a uma alteração funcional. Pois se o prédio, pelo desgaste dos materiais e inadequação dos espaços internos, não correspondia às necessidades atuais, o terreno e o entorno eram propícios a uma nova construção. Assim, foi necessário se desfazer do passado material para que a própria relação com o lugar pudesse ser mantida.

Como afirma Santos (1988, p.73) “A sociedade se encaixa na paisagem” e ainda “supõe lugares onde se instalam, em cada momento, suas

diferentes frações”, mas em alguns momentos, o encaixe pode abrigar mais de uma fração. A imagem, a seguir, mostra o desaparecimento da segunda residência da família Ferrari e o surgimento do sobrado (Figura 393).



Figura 393 – Construção e demolição, (10cm x 15cm), 1999.
Foto Paulo Ricardo Gruppelli. Fonte – Acervo Família Gruppelli.

A imagem do “nascimento” de uma forma registra, mais que uma fração de tempo na vida do lugar, os últimos vestígios na paisagem da época em que as casas eram amplas para abrigar a família numerosa. Mostra a passagem do coletivo para o individual, das salas e cozinhas enormes para os espaços funcionais, dos assoalhos encerados para os pisos esmaltados. Mostra a transformação da sociedade em quase um século, pois os construtores da casa antiga, ainda que a tenham executado no século XX, eram homens e mulheres nascidos, possivelmente, ainda no século XIX.

Esse registro de passagem, de certa forma, confirma a constatação de Cartier-Bresson, de que os fotógrafos lidam “com o que está continuamente desaparecendo” (LEITE, 1993, p.36). Pois, a documentação do que existe, seja por um breve instante ou por longa data, se torna viável por ser a fotografia “uma verdadeira fatia de espaço-tempo” (DUBOIS, 2007, p.103) que permite tanto apontar o que se mostrava em determinado instante diante do fotógrafo como constituir-se em uma forma de memória artificial que pode ser acessada e atualizada. E o que havia diante do fotógrafo, um ano antes, era a casa da família Ferrari, com todo o seu denso volume. É essa imagem do que então existia que nos permite visualizar como se apresentava esse prédio antes de desaparecer da paisagem (Figura 394).



Figura 394 – Antiga residência da família Ferrari, (10cm x 15cm), 1998.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Como a paisagem e a sociedade compõem “uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações de formas, funções e sentidos” (SANTOS, 1988, p.61) o que havia, nessa época, era apenas uma forma, bastante deteriorada, que não mais respondia satisfatoriamente a função moradia. Alterações visíveis como janelas e portas eliminadas, paredes umedecidas, materiais desgastados, denunciam a inadequação do prédio ao padrão requerido pelos moradores.

Esse prédio embora pudesse constituir em “uma espécie de marca da história do trabalho e das técnicas” (SANTOS, 1988, p.69) da localidade se apresentava aos moradores mais um entrave residencial que patrimônio material a ser preservado, por isso foi demolido. Se, por um lado, o lugar perdeu uma de suas marcas na paisagem, por outro, o próprio modo de vida da localidade foi preservado. É, precisamente, sobre essa decisão, entre o que manter e o que preservar que Chagas (2003, p.164-165) aponta a preservação como partícipe “de um jogo permanente com a destruição, um jogo que se assemelha, totalmente, ao da memória com o esquecimento”. Um jogo que ao incluir “procedimentos, resultantes de deliberação de vontade individual ou coletiva, visando à preservação de bens tangíveis ou intangíveis, constitui o que se chama de política de preservação” (CHAGAS 2003, p.165).

Assim, como essa política, em 1999, favoreceu a preservação do modo de vida excluindo um bem tangível, em anos anteriores uma decisão eliminou uma marca menos significativa. A imagem, a seguir, captada em 1998, mostra a demolição de uma pequena construção junto à lateral sul da estrada, ao fundo a

casa da família Ferrari e, no canto à direita, um fragmento do prédio da Escola Municipal Dr. José Brusque (Figura 395).

Figura 395
Demolição e residência da família
Ferrari, (10cm x 15cm), 1998.
Foto Neco Tavares.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.



Se as fotografias da década de 1990 mostram apenas a aparência do prédio em sua fase final, uma imagem de meados do século XX pode ilustrar a situação da casa, juntamente com as demais construções próximas. A imagem, a seguir, mesmo não sendo uma fotografia, capaz de mostrar “um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência” (KOSSOY, 1999, p.21), não deixa de revelar uma percepção sobre algo que, aparentemente, assim existia. Trata-se de uma pintura, óleo sobre madeira, criada em 1951, pelo veranista Perí Souza, representando três prédios da família Ferrari: ferraria, residência e escola (Figura 396).



Figura 396 – Ferraria, residência e escola, óleo sobre madeira, (46cm x 58cm), Perí Souza, 1951.
Foto Neco Tavares. Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

A pintura de uma paisagem, embora seja uma representação construída, tal qual a fotografia, tem “uma *realidade própria* que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto, objeto do registro” (KOSSOY, 1999, p.22). Ainda assim, a representação pode ser uma pista para o passado. Pois, mesmo sujeita a predicados e subjetividades autorais, essa imagem não deixa de revelar como eram percebidos os prédios da família Ferrari, por uma pessoa de outro lugar, em fevereiro de 1951, na localidade Gruppelli. Trata-se, então, de um registro de um olhar do passado sobre um conjunto de formas que, naquele presente, se mostrava como algo digno de ser preservado visualmente em um suporte estável. Algo que, certamente, integrava o veraneio.

4.3.4 Agrofer, comércio de ferramentas e implementos agrícolas

O quinto imóvel é formado por uma sucessão de três prédios em alvenaria, com cobertura cerâmica, construídos em diferentes épocas, cuja pintura homogênea dá ao conjunto o aspecto unitário. Trata-se de uma atividade comercial destinada a fornecer ao público local “rações, produtos veterinários, pisos e revestimentos e materiais de construção” conforme anuncia o texto na fachada. Situado na fração de terras herdada por Silvana Ferrari Gruppelli abriga o empreendimento dirigido por Luciano Westendorff Ferrari em colaboração com as irmãs Andréa e Ana, filhos do Casal Carmen Westendorff Ferrari e Flavio Gruppelli Ferrari, falecido.

Esta configuração atual, que é resultante de reformas e acréscimos, realizados em 2002, surgiu como conseqüência da necessidade de expansão das atividades iniciadas em 2000. Alterações que, de certa forma, são denunciadas pelos jogos de telhados (Figura 397).



Figura 397
Agrofer, comércio de ferramentas
e implementos agrícolas, 2007.
Foto da autora, acervo particular.

Como a paisagem “É um resultado de adições e subtrações sucessivas” (SANTOS, 1988, p.68), a fotografia da paisagem pode revelar essas marcas do trabalho humano sobre o espaço habitado. Assim, um registro de 2000-2001 mostra a Agrofer antes de configurar o conjunto atual e o prédio onde funcionava a Escola Municipal Dr. José Brusque (Figura 398).



Figura 398 – Agrofer e a Escola Municipal Dr. José Brusque, (10cm x 15cm), 2000-2001.
Fonte – Acervo Carmen Westendorff Ferrari.

Do mesmo modo que uma fotografia permite identificar mudanças na paisagem pode apontar formas que permaneceram alheias às transformações. Se as edificações foram objeto de alterações estruturais e/ou funcionais alguns elementos, ainda que imprescindíveis, não acompanharam as transformações, como um dos postes da rede elétrica que, segundo Silvana Gruppelli Ferrari¹, ainda é o mesmo. Assim, o poste que hoje se encontra em frente à Agrofer, é o próprio que, em 1998, se localizava frente à residência da família Ferrari (Figura 392). Este detalhe, que se pode chamar de *rugosidade* revela, além das coordenadas físicas dos prédios no presente e passado, o que restou nessa paisagem “do processo de supressão, acumulação, superposição” (SANTOS, 1996, p.113) sem alteração funcional. Pois, como vimos, o prédio em que funcionava a escola permanece, materialmente, íntegro, mas a função educandário que lhe dera origem desapareceu, em 4 de abril de 2003, extinta pelo poder municipal².

Com essa extinção a Colônia Municipal perdeu a única escola em funcionamento. Uma mutação funcional, sem dúvida, resultante do aprimoramento do ensino e da melhoria dos transportes, que eliminou a sala de aula compartilhada,

¹ Conforme depoimento, janeiro de 2009.

² Dados obtidos junto a Secretaria Municipal de Educação – Pelotas, janeiro de 2009.

simultaneamente, por diferentes níveis. Como ocorria nessa escola que possuía apenas uma sala de aula e um professor ministrando conteúdos diversos para crianças da 1ª à 4ª série. A imagem, a seguir, é um registro da turma de 2001, com a prof.ª Maria Lúcia Ceron, última professora a atuar na Escola (Figura 399).



Figura 399 – E. M. Dr. José Brusque, prof.ª Maria Lúcia Ceron, (10cm x 15cm), 2001.
Fonte – Acervo Maria Lúcia Ceron.

Essa fotografia mostra sobre a porta da escola, situada na lateral oeste, a placa de identificação da instituição. Esta placa permanece no mesmo lugar e pode ser vista no interior da ferragem. Uma espécie de lembrança exposta permanentemente, marcando o lugar onde a maioria dos moradores freqüentou (Figura 400).



Figura 400
A placa de identificação da E. M. Dr. José Brusque no interior da Agrofer, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

De acordo com a imagem de 2001 (Figura 399), havia entre as 15 crianças presentes na foto, diferentes faixas etárias. Crianças que hoje guardam

essa imagem, distribuída pela professora, junto com outras lembranças impressas³. Imagens, como essas, permitem relembrar vivências da infância nesse espaço que, para essas crianças, era mais que uma sala de aula, era lugar de encontro, de descobertas, de festejar com os colegas a passagem do tempo. As imagens, a seguir, mostram a sala de aula como o espaço escolhido, pelo aluno Geovane Ceron da Silva, para comemorar os seus 7 anos (Figuras 401, 402).



Figuras 401, 402 – A sala de aula, E. M. Dr. José Brusque, espaço de comemoração, (10cm x 15cm), 2001. Fonte – Acervo Maria Lúcia Ceron.

Ao retornar no tempo podemos visualizar como era essa sala de aula em 1996, época em que Carmen Westendorff Ferrari era a professora e Amanda Pieper Gruppelli sentava, no centro, na primeira fila (Figura 403).



Figura 403 – A sala de aula, E. M. Dr. José Brusque, (10cm x 15cm), 2001. Fonte – Acervo Carmen Westendorff Ferrari.

Como podemos ver era uma sala ampla que, nesse dia, acolhia 16 crianças. Um agrupamento que, certamente, não apenas trocou experiências e

³ Essa imagem foi encontrada em acervos das famílias das crianças fotografadas.

formulou percepções de tempo e espaço como ficou na lembrança, se não de todos, ao menos de alguns, pois além de formarem um grupo pequeno, todos ali eram parentes ou vizinhos. A memória, sendo arquivista por excelência, tende a reter e alinhar estados sucessivos de vivências, marcando-lhes data e lugar. Assim, para os pequenos grupos, que ano após ano se modificava, essa escola era certamente, após a família, a segunda referência da infância. E como referência de vivências foi registrada e guardada junto com as lembranças em álbuns de família. A imagem, a seguir, apresenta a turma da professora Carmen Westendorff Ferrari, de 1994, junto a Escola Municipal Dr. José Brusque (Figura 404).



Figura 404 – E. M. Dr. José Brusque, prof.^a Carmen Westendorff Ferrari, (10cm x 14,5cm), 1994.
Fonte – Acervo Carmen Westendorff Ferrari.

Quando em 2001, a professora Maria Lúcia Ceron e as 15 crianças se posicionaram frente à porta com a placa de identificação da escola para o registro da turma, estavam refazendo uma representação existente em álbuns fotográficos da localidade. Pois, a cena de 1994, com 16 crianças e a professora Carmen Westendorff Ferrari, confirma a escolha do ângulo.

Através desse mesmo ângulo percebemos que a antena parabólica, em 2001 frente à escola, ainda não existia, ao menos não nesse local, assim como a troca de posição de dois postes da rede elétrica. A fotografia de 1994 permite também visualizar um prédio, situado no lado oposto da estrada, que não mais existe, provavelmente, tratava-se de uma construção efêmera que não chegou a constar em outras imagens.

Em tempos passados para o funcionamento de uma escola era necessário um ambiente coberto que servisse de sala de aula. Tudo que

extrapolasse esse mínimo valia-se da boa vontade dos vizinhos. Uma situação que nessa localidade contava com a estrutura dos próprios funcionários da escola, pois de um lado encontrava-se a casa de Silvana Gruppelli Ferrari, merendeira da escola, de outro a casa da professora Carmen Westendorff Ferrari. Uma situação que certamente intensificava o envolvimento dos funcionários com os dois turnos da escola. Em 1995 foi construído um pequeno avanço, atrás do prédio, onde foi instalado o banheiro. A imagem, a seguir, mostra esse volume e, ao fundo, a antiga casa da família Ferrari (Figura 405).



Figura 405
Vista posterior, E. M. Dr. José Brusque,
banheiro, (10cm x 12,5cm), 1994.
Fonte – Acervo Carmen W. Ferrari.

Uma imagem de 1998 mostra a escola situada entre a residência da família Ferrari e a residência do casal Flávio e Carmen Ferrari (Figura 406).



Figura 406
A posição da E. M. Dr. José Brusque,
(10cm x 15cm), 1998.
Foto Neco Tavares.
Fonte – Acervo Família Gruppelli.

Essa escola, assim como a maioria, produzia registros intitulados “recordação escolar” onde os alunos se apresentavam, individualmente ou com os

irmãos, frente a um cenário elaborado para exaltar a participação do(s) aluno(s) em atividade educativa. Uma espécie de comprovante da passagem pela instituição escola. As imagens, a seguir, são recordações escolar, elaboradas nas décadas de 1960 a 1970, junto à E. M. Dr. José Brusque, apresentando as irmãs Vânia Regina, em 1978 (Figura 407), e Vera Lúcia Scherdien Pieper, na década de 1960 (Figura 408); os irmãos Wilmar, Neiva e Atmundo Schmidt Schäfer, em 1968 (Figura 409); os irmãos Ernani e Rosa Amélia Scaglione Adamoli, em 1966 (Figura 410). Todos moradores da localidade Gruppelli.

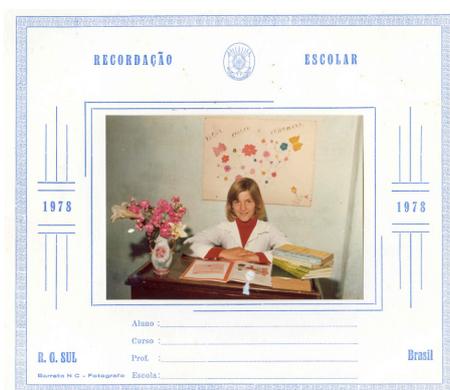


Figura 407 – Recordação Escolar, Vânia Regina Scherdien Pieper, (20cm x 24cm),1978.
Foto Barreto N.C. Fonte – Acervo Arno Pieper.

Figura 408 – Recordação Escolar, Vera Lucia Scherdien Pieper, (16cm x 23cm), 196_.
Foto Arte. Fonte – Acervo Arno Pieper.



Figura 409 – Recordação Escolar, Wilmar, Neiva e Atmundo Schmidt Schäfer, (11cm x 8cm),1968.
Foto Borges. Fonte – Acervo Nelda Schmidt Schäfer.

Figura 410 – Recordação Escolar, Ernani e Rosa Amélia Scaglione Adamoli, (10cm x 15cm), 1966.
Fonte – Acervo Ernani Scaglione Adamoli.

Uma representação articulada pela escola que ingressava no rol das vivências da família como um dos “elos documentais e afetivos que perpetuam a memória” (KOSOY, 1999, p.139) da própria instituição família, por isso foram preservadas. Pois, da mesma forma que “As pessoas retratadas envelhecem e

morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem” (KOSOY, 1999, p.139), a família se transforma.

Se nas décadas de 1960 e 1970 a “Recordação Escolar”, privilegiando o aluno uniformizado, constituía uma forma de relacionamento entre escola e família, na década de 1950, essa relação era proferida pelo próprio professor através da “prova de amizade”. Como as “Imagens fotográficas são peças comprobatórias numa biografia” (SONTAG, 2006, p.183) os retratos de professores da E. M. Dr. José Brusque acabaram ingressando nos álbuns da família Gruppelli como provas da relação de amizade que surgia. As imagens, a seguir, são registros deixados, em 1953, pela professora Iara Oliveira (Figuras 411, 412) e, em 1952, pela professora Zita Geraldina Natusch (Figuras 413, 414) para Febrônia Lima Gruppelli.



Figuras 411, 412 – Prova de amizade, Iara Oliveira, (4cm x 3cm), 1953. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.
Figuras 413, 414 – Uma recordação, Zita Geraldina Natusch, (9cm x 6,3cm), 1952.
Foto Carmen Gruppelli Ferrari. Fonte – Acervo Léa Gruppelli.

Vale lembrar que nos anos de 1950, com o transporte coletivo escasso, os professores permaneciam na localidade durante grande parte do ano letivo, o que favorecia o surgimento de laços de amizade, principalmente, entre membros da família Gruppelli que proporcionavam alimentação e hospedagem aos professores, viabilizando o funcionamento da Escola.

Ao retornarmos no tempo encontramos um registro da escola, praticamente, no mesmo ângulo, escolhido pelas turmas mais recentes. A imagem, a seguir, mostra um grupo frente à porta com a placa de identificação: “Escola [...] Dr. José Brusque, fundada em 26-6-1929”, onde se encontra a menina Paula Maria Cardoso entre os irmãos Celso e Léa Gruppelli e a jovem Carmen Gruppelli Ferrari, à esquerda acompanhando o grupo de veranistas (Figura 415).



Figura 415
E. M. Dr. José Brusque, (8cm x 5,5cm), 1949.
Fonte – Acervo Léa Gruppelli.

Com vemos o ângulo privilegiando a identificação da escola era uma tradição que, ao menos, de 1949 até 2001 se manteve. Portanto, ao longo de 52 anos houve a intenção de preservar essa imagem da escola, independente dos personagens. Uma prova, talvez, da persistência da instituição no tempo, já que as pessoas passavam, mas a escola permanecia aberta às novas gerações. Essa placa de identificação, segundo Silvana Ferrari Gruppelli (2009), pertencera ao prédio anterior, destruído pela enchente, onde a escola funcionava.

Essa imagem mostra também que antes havia a preocupação de informar a data de fundação da instituição, pois, como vimos anteriormente, a placa que se encontra no interior da ferragem apresenta apenas o nome da escola. Bem, se a escola tinha esse nome é porque assim foi definido pela municipalidade. Coube ao prefeito Procópio Duval Gomes de Freitas o encargo de dar as “escolas municipais designações patronímicas”, através do Decreto N^o 105, de 23 de maio de 1946, valendo-se das atribuições que lhe conferia “o art. 12, n^o V, do decreto-lei federal n^o 1202, de 8 de abril de 1939”⁴. Ficando assim especificado:

Art. 1^o - As escolas municipais denominadas 3^a, 11^a, 21^a e 26^a aulas mixtas isoladas, situadas, respectivamente, no Distrito de Dunas – 3^o Sub-Distrito – Distrito do Capão do Leão – 2^o Sub-Distrito de Dunas e 2^o Sub-Distrito do Distrito do Capão do Leão, passam a ter, respectivamente, as seguintes designações patronímicas Professora Braulinda Fernandes, Dr. José Brusque, D. Pedro II e Barão de Rio Branco.

⁴ Conforme documentação arquivada na Secretaria Municipal de Educação – Pelotas.

De acordo com esse decreto a Escola Municipal Dr. José Brusque era anteriormente denominada por 11ª Aula Mixta e situava-se no 3º Sub-Distrito do Distrito do Capão do Leão. Sendo assim, a 11ª Aula Mixta já existia na localidade antes de 26-06-1929 (Figura 415), pois de acordo com o boletim de Maria Marini, essa escola estava em funcionamento no dia 7 de dezembro de 1927 (Figura 416).



Figura 416 - Boletim de notas de Maria Marini, Escola 11ª Aula Mixta, (12,5cm x 16cm), 1927.
 Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

O documento outorgado pela Directoria de Instrucção Municipal e assinados pelo professor Campos⁵ e três membros da comissão examinadora, apresenta conceitos, mas não informa o endereço da 11ª Aula Mixta. Segundo, Maria Marini (2009), a escola nessa época funcionava na antiga propriedade da família Gruppelli Marini, atual família Mancke, situada na localidade Gruppelli junto à margem noroeste do Arroio Quilombo. Assim, a data de 26-06-1929 pode ser referente à inauguração da atividade no prédio da família Ferrari. Seja como for, a instituição escola pública na localidade Gruppelli foi responsável pela formação de alunos, ao menos, de 1927 a 2003. Nesses 76 anos de atividade, no mínimo, três gerações de moradores da localidade e vizinhança passaram ali. Sem dúvida, um longo tempo de convivência que deixou lembranças que, certamente, são compartilhadas por muitos.

Da mesma forma que a placa da escola permanece na parede interna da ferragem como um autêntico monumento anunciando aos clientes o que ali havia, alguns poucos objetos dessa instituição extinta, entre os quais o retrato emoldurado

⁵ Dorotéo Campos, segundo depoimento de Maria Marini, em fevereiro de 2009.

do patrono Dr. José Brusque (Figura 417), que habitava a sala de aula, podem ser vistos no Museu Gruppelli.



Figura 417
Retrato do Dr. José Brusque, 194_.
Foto Neco Tavares.
Fonte – Acervo Museu Gruppelli.

4.3.5 Casa elevada, residência Carmen Westendorff Ferrari.

O sexto imóvel refere-se a um prédio residencial relativamente novo, construído em alvenaria, com cobertura cerâmica que, diferentemente dos demais, fora implantado acima do nível da estrada. Situada nas terras herdada por Flávio Gruppelli Ferrari, já falecido, e sua esposa Carmen Westendorff Ferrari, constitui o limite leste, junto à estrada, da gleba pertencente à Honorina Gruppelli. A imagem, a seguir, mostra esta residência e, ao fundo, a lateral do prédio da Agrofer que antes era ocupado pela escola Dr. José Brusque (Figura 418).



Figura 418
Residência Carmen Westendorff
Ferrari, 2009.
Foto da autora, acervo particular.

Como se pode observar pela imagem a residência da família Westendorff Ferrari encontra-se afastada da antiga escola apenas uns poucos metros. Essa proximidade reafirma a estreita relação da família com a instituição. Pois, antes de Carmen Westendorff Ferrari ter sido designada professora dessa escola, o sogro Vicente Ferrari já zelava pelo ensino na localidade. As imagens, a seguir, mostram algumas etapas da construção dessa residência, apresentando em primeiro plano, o grupo em que se encontra Carmen Ferrari Veiga, em seguida a Escola e, ao fundo, a residência da família Westendorff Ferrari em tijolo à vista sobre alicerces elevados (Figura 419) e a prof^a Carmen Westendorff Ferrari sentada com os filhos no alpendre frontal (Figura 420).



Figuras 419, 420 – Residência Ferrari em construção, (13cm x 8,8cm), 1982, (8,8cm x 11cm), 1981.
Fonte – Acervo Carmen Westendorff Ferrari.

Essas imagens mostram que o terreno inclinado, entre o prédio e a estrada, hoje encoberto por grama, ainda não existia. Portanto, trata-se de uma construção que, visando integrar o prédio na paisagem, não apenas ocultou a artificialidade como inseriu um elemento com aspecto natural. O que deixa claro que “Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que dê sem trabalho”, pois assim acontece porque “A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço” (SANTOS, 1988, p. 88). Sem esses artifícios a residência estaria menos protegida das enchentes e o relevo mais próximo do que era na época em que o casal Hermógenes e Silvana vivia rodeado pelos netos, como na imagem, a seguir, apresentando uma vista da estrada onde, à esquerda, parte desse terreno aparece (Figura 421).



Figura 421 – Vista da estrada, 1938.
Fonte – Acervo José Luiz Gruppelli Real.

Essa imagem além de comprovar o quanto as “formas históricas não são as mesmas através dos tempos” (SANTOS, 1988, p. 89) mostra que havia um telheiro onde, provavelmente, situa-se a residência Westendorff Ferrari e, ao fundo, a antiga casa de Geraldo Gruppelli.

Ao longo desse percurso envolvendo os prédios que hoje integram a gleba herdada por Honorina Gruppelli foi possível perceber, através das imagens, alguns dos processos de produção transcritos à paisagem ao longo de algumas décadas. Processos originados por atividades múltiplas que impuseram à paisagem formas e movimentos diversos que contribuíram, significativamente, para a atual configuração urbana da localidade.

Assim vimos que no local onde hoje se encontra o primeiro prédio, aqui denominado Casa Amarela, havia uma construção que abrigava a escola, a residência e também a barbearia de Vicente Ferrari, a origem de um serviço que hoje integra o rol de atividades da localidade.

Já o segundo prédio que ostenta o título Marini Motos impresso na fachada, surgiu da reforma do antigo galpão dos ônibus da empresa Bosembecker, portanto, atrelado a um serviço que, desde a década de 1950, transformou a localidade em terminal de transporte coletivo.

O terceiro prédio que hoje é um chalé de lazer está instalado onde antes se encontrava a ferraria. As duas atividades, embora distintas, reafirmam os entrelaçamentos funcionais e afetivos da localidade.

A quarta edificação, o sobrado, apesar da aparência de nova preserva sua função original: moradia. Tão significativa para o lugar quanto às outras atividades.

O quinto prédio, intitulado Agrofer, formado por um conjunto de diferentes épocas, permite visualizar a antiga construção onde a maioria dos adultos da localidade freqüentou por alguns anos. Adultos que hoje, certamente, participam como fregueses dessa atividade comercial que reforça a estabilidade do núcleo.

O sexto prédio, aqui denominado Casa elevada, assim como o sobrado e o chalé, é testemunho do vínculo dos moradores com o lugar.

Seis formas que hoje, assim como no passado, reafirmam a incessante relação “entre o homem e o seu entorno” a qual “tanto modifica o homem quanto a natureza” (SANTOS, 1988, p.88). Seis formas originadas pelas “forças produtivas, materiais e imateriais” (SANTOS, 1988, p.64) articuladas pela família Gruppelli Ferrari que, há algumas décadas, envolvem a localidade.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo reconstituir a trajetória da localidade Gruppelli, situada na Colônia Municipal, 7º Distrito de Pelotas, com ênfase nas instituições de uso coletivo e as antigas propriedades da família Gruppelli que originaram o núcleo, através de fotografias da década de 1920 aos dias de hoje. Um processo que se valendo da articulação de diferentes suportes de memória buscou, ao longo de seu desenvolvimento, subsídios para identificar os elementos da produção e da natureza dessa localidade revelados pela fotografia.

Na busca por respostas a essa questão foi traçado um roteiro que teve como ponto de partida a conformação do Rio Grande do Sul, considerando os seus aspectos geográficos e os processos de ocupação das espacialidades relacionadas à localidade Gruppelli, tema abordado no primeiro capítulo. A segunda etapa apresentou o arcabouço teórico e metodológico que orientaram a investigação. A partir desses conceitos foi realizada uma sistematização das imagens, que estabeleceu as duas categorias principais e subgrupos: Espaços Coletivos e Espaços Privados, formando o terceiro e quarto capítulo, respectivamente.

Retomando ao processo de ocupação do Rio Grande do Sul verificamos que a dicotomia, de ordem topográfica, não foi apenas decisiva no processo de ocupação do solo como também geradora de configurações sociais, econômicas e culturais que ainda se encontram evidentes. De um lado, a planície apresentando, até meados do século XIX, grandes extensões de terra e baixa densidade. De outro, as terras altas, ociosas e potencialmente produtivas que se tornaram alvo para a instalação de mão-de-obra estrangeira. Um processo que articulou a compra e venda de lotes rurais e viabilizou, através da importação em larga escala, a ocupação de regiões elevadas, o abastecimento de áreas urbanas e

o surgimento de núcleos que alteraram, significativamente, o processo de urbanização no Rio Grande do Sul.

Foi com essa mesma estrutura bipolar, de regiões planas, prioritariamente ocupadas pela pecuária, desde a divisão das sesmarias, e as áreas não planas, ociosas e raramente habitadas, mas potencialmente produtivas que, a cidade de Pelotas deu início, em fins do século XIX, a plena ocupação de seu espaço geográfico. Uma combinação de fatores que atraiu desde múltiplos escalões, do Governo Imperial até a iniciativa privada e abrangeu a comercialização de grandes glebas e a venda de pequenos lotes, além da execução de algumas obras de infra-estruturas, despesas com transporte e acomodação. Uma empreitada que não apenas ampliou a sociedade pelotense como transformou densamente a paisagem rural do município de Pelotas, redefinindo-a com base nas culturas agrícolas trazidas pelos imigrantes aí instalados: alemães, italianos, franceses, espanhóis, etc. Um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais que ainda hoje atua nesse espaço, cujas marcas estão expostas desde os campos lavrados, prédios institucionais ou privados, estradas e caminhos de chão batido, pontes de madeira, produtos industriais e artesanais, até nos rostos, ou seja, em todo esse conjunto indissociável de seres humanos e objetos.

Dentre as inúmeras colônias criadas no século XIX no município de Pelotas surgiu a Colônia Municipal, fundada pela Câmara de Vereadores, com o objetivo de expandir atividades e diversificar a produção, propiciada pela mão de obra livre com competência para o trabalho e o consumo. Situada, estrategicamente, em área central no interior do município, em uma gleba adquirida pela Câmara de Vereadores, recebeu imigrantes oriundos de cinco regiões européias. Um empreendimento que, além da ocupação produtiva do solo, visava à criação de uma cidade. Esse plano, embora não tenha se concretizado, algumas características urbanas se desenvolveram, junto à estrada, formando um pequeno núcleo denominado localidade Gruppelli.

Um núcleo que nasceu em função das inúmeras atividades desenvolvidas pela família Gruppelli, a partir de 1905, e ainda hoje mantém algumas de suas características originais. Foi a partir desse conjunto de empreendimentos, cuja amplitude econômica e social extrapolava o lugar, que surgiu a maioria das formas que transformaram a paisagem. Investimentos que passaram a atrair pessoas de outros lugares e proporcionaram uma aproximação da colônia com a

cidade. Por essa movimentação de pessoas e produtos que o nome Gruppelli acabou por caracterizar a própria localidade.

Trata-se de um núcleo formando por relações de parentesco, uma espécie de grande família, cuja memória usualmente compartilhada pela maioria constituiu um forte vínculo coletivo que incide na relação com o espaço geográfico e permite a mobilização da comunidade sempre que necessário, como no caso das enchentes que rotineiramente assolam a localidade.

Com o objetivo de buscar uma compreensão das transformações na localidade através das fotografias, de documentos visuais que mostrassem o uso e a forma dos ambientes em suas diversas fases, fez-se necessário um aporte teórico que possibilitasse focar a extensa gama de elementos envolvidos.

Este trabalho ao investigar e, conseqüentemente, reagrupar esta iconografia, buscou estabelecer uma visualidade representativa da memória desta comunidade. Valeu-se para tal das concepções de espaço e paisagem identificadas pelo geógrafo Milton Santos. Dimensões relacionadas a práticas sociais e a materialidade resultantes dessas ações que permitem a identificação de elementos que compõem “o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social” (SANTOS, 1996, p.83) expostos nas imagens fotográficas dos ambientes analisados. Elementos que, sendo resultantes de uma dinâmica social, se vinculam ao contexto próprio de cada época. Assim, as diferenças expostas pelo confronto entre temporalidades permitiram verificar a dinâmica imposta por diferentes gerações em cada ambiente investigado.

Essas constatações de diferenças entre temporalidades, baseadas nos pressupostos de Ariès (1989), é que permitiram a identificação do tempo histórico estabelecido pelas fotografias, o qual foi reconstruído, teórico e formalmente pelo pesquisador.

Como essa pesquisa buscou evidenciar pelo confronto, diferenças, relacionadas à ambientes dessa localidade enfocou um ponto histórico e geográfico específico e uma iconografia relativa a esse espaço. Concentrando-se então em um núcleo que se caracteriza como um lugar, já que os vínculos entre moradores e espaço físico, ao longo do tempo, não apenas se instituíram de forma orgânica e indecomponível como têm sido “identitários, relacionais e históricos” (AUGÉ, 2003, p.73), há pelo menos seis gerações.

Assim, as imagens desse lugar, mostraram, ao longo da pesquisa, além de situações e valores através do tempo, algumas mutações estruturais e funcionais como usos e desusos de formas na paisagem. Imagens, geradas e preservadas como testemunho daquilo (fatos e valores) que o lugar elegeu para compor, visualmente, a sua trajetória histórica. São testemunhos visuais que, nessa pesquisa, estiveram condicionados tanto ao repertório do leitor-pesquisador como ao próprio conteúdo exposto pelo universo fotográfico investigado. Ou seja, da capacidade do leitor de identificar e interpretar esse referencial exposto e da competência da fotografia de apresentar-se como referencial imagético de uma existência física.

Para que a leitura desse conteúdo visual pudesse alcançar maior fidedignidade na reconstrução das trajetórias dos ambientes enfocados foi complementada com relatos orais de moradores e, principalmente, membros da família Gruppelli residentes na localidade. Foi através desses relatos que os processos de produção do espaço puderam ser identificados nas fotografias possibilitando a formação das séries por grupos e subgrupos e suas respectivas cronologias.

Como esse lugar há décadas tem sido vivenciado na prática cotidiana, as lembranças desses indivíduos, transmitidas de uma geração à outra, têm fornecido referências que orientam tanto a memória do grupo como a memória individual. Lembranças, naturalmente, interligadas aos espaços físicos, naturais e edificados, que por serem realimentadas no cotidiano apresentam certa homogeneização sobre as representações do passado (CANDAU, 2001, p.41).

Assim, as imagens desses ambientes da localidade Gruppelli são representativas da memória social da comunidade como os próprios ambientes formados pela materialidade produzida pelas diversas gerações. Portanto essa pesquisa buscou identificar, através da imagem, mais que alterações físicas em ambientes, as relações entre pessoas e o lugar em diferentes épocas. Pois, imagem e lugar são participes de um mesmo processo de transmissão, ambos são portadores de informação capaz de proporcionar tanto a manutenção de elos entre épocas como à geração de continuidades. São produtos de uma comunidade, portanto bens culturais, transmitidos de uma geração à outra, como herança a ser conservada.

Na busca por uma interpretação fidedigna a essas relações estabelecidas por pessoas com ambientes desse lugar, as imagens, depois de identificadas, analisadas e comparadas, foram selecionadas e agrupadas, resultando em duas categorias baseadas na funcionalidade. Deste processo de sistematização resultaram dois grupos: a) ambientes de uso coletivo, privilegiou os espaços públicos e privados, naturais e edificados, cuja localização e configuração permitem a participação da sociedade; b) ambientes de uso privado, enfocou as propriedades da família Gruppelli, antigas e atuais, cujas atividades serviram para estruturar a configuração atual. Deste processo de sistematização resultaram as seguintes observações:

Quanto à primeira categoria, relativa aos ambientes de uso coletivo, apresentada no capítulo III, constatou-se através das imagens que a estrada que cruza a localidade Gruppelli constitui-se em um suporte material que, desempenhando funções diferenciadas, atua como elo na realização social da comunidade, assegurando assim a própria existência do lugar. É com esse atributo social que esse trecho de estrada se institui, para os habitantes, em uma rua: o espaço comunitário onde os moradores se encontram no cotidiano e realizam algumas de suas múltiplas atividades. É com essa condição de partícipe de vivências de diferentes gerações que integra a memória da comunidade e os acervos fotográficos. A estrada de chão batido é uma herança dos primórdios da colonização que até então tem sido conservada em forma e uso.

As imagens relativas ao Arroio Quilombo mostram um ambiente que, da década de 1930 aos dias atuais, tem sido intensamente vivenciado por crianças e adultos, resultando daí o vínculo afetivo que tanto moradores como turistas mantêm com essa paisagem em constante mutação. Um ambiente natural que há gerações tem favorecido as relações sociais e produzido diferentes significados, econômicos e sociais, que incidem na natureza, nas relações com o ambiente e na localidade. Apesar das mutações produzidas nessa paisagem, ao longo do tempo, o trecho do Arroio Quilombo situado na localidade Gruppelli continua desempenhando a função de espaço de lazer para moradores e visitantes.

A imagem da ponte como “cartão postal” da localidade, embora seja relativamente recente, reforça o papel desse objeto nas realizações sociais e econômicas da localidade Gruppelli. Um elemento integrado na paisagem há décadas que, extrapolando sua função utilitária, atua como um dos suportes de

vivências da comunidade, portanto, integrado à memória da localidade. Trata-se, então, de um patrimônio que, transformado em atrativo turístico, reafirma a própria condição turística da localidade baseada, desde os anos de 1930, em seus próprios atributos: paisagem aprazível e cultura colonial.

O Parque Gruppelli, exposto pelos fotógrafos, revela as diversas atividades que, ao longo do tempo, tem justificado a preservação desse ambiente como espaço de lazer. Por ser um conjunto de formas aprazíveis e espaços de vivências surge, em registros fotográficos conservados em álbuns de moradores e turistas, como cenário de lembranças afetivas. O Parque que hoje existe é o resultado de ações do homem e da natureza ao longo do tempo, portanto, diferente de outras épocas, desde os usuários até a paisagem.

O conjunto de imagens relativas ao espaço geográfico ocupado pelo Campo de futebol do G. E. Boa Esperança mostra as inúmeras transformações, estruturais e funcionais, impostas ao longo de quase oitenta anos. Esse espaço que hoje é coletivo e privilegia o futebol, uma das marcas da sociedade colonial, antes abrigava o lago gerado pela retirada de matéria prima para a Olaria de Hermógenes Gruppelli. Assim, através da seqüência de imagens desse lugar identificamos mais que a transformação de um espaço utilitário em comunitário, a passagem do sistema artesanal para o industrial. Ambos contribuíram na definição da atual configuração espacial.

O Cemitério da Colônia Municipal, diferentemente, de outros espaços comunitários, não tem sido privilegiado pela fotografia. Uma demonstração do não interesse da comunidade em registrar imagetivamente esse espaço. Ainda assim, o escasso conjunto de imagens sobre essa instituição revela a existência de valiosos documentos, impressos nas lápides, contendo informações sobre a formação da Colônia Municipal.

Com base nesse conjunto de imagens relativas aos ambientes de uso coletivo verificamos que:

- são espaços que tem favorecido, ao longo do tempo, a integração da comunidade.
- mesmo destinados a diferentes funções, mantêm estreita relação com a natureza.
- caracterizam, com seus atributos, o modo de vida e a paisagem da localidade.
- favorecem a inter-relação com pessoas de outros lugares.
- estabelecem um conjunto, visível e indissociável, que reflete os sistemas sociais que, ao longo do tempo, definiram a conformação do núcleo.

Assim, a estrada, o Arroio Quilombo, a ponte, o Parque Gruppelli, o campo de futebol e o cemitério são suportes de memória, transmitidos de uma geração à outra como parte integrante da localidade, como comprovam as duas seqüências de imagens do passado e do presente, a seguir:



Em relação à segunda categoria, enfocando os ambientes privados originários da família Gruppelli, apresentada no capítulo IV, verificou-se que o espaço geográfico que abriga as instalações da Cerâmica Bella Gres ainda apresenta resquícios do empreendimento anterior, a Indústria de Conservas Prinsul, a qual usufruía de elementos deixados pelo antecessor, a Olaria H. G. Este espaço, provavelmente, mais que qualquer outro na localidade, evidencia as diversas combinações técnicas e sociais utilizadas em empreendimentos produtivos, ao longo do tempo. Combinações essas que resultaram em formas cada vez mais amplas e complexas, produzindo mutações estruturais e funcionais que incidiram tanto na paisagem como no modo de vida da localidade. A Bella Gres, a Prinsul e a Olaria H.G estabeleceram, cada uma a seu tempo, formas e movimentos que não apenas, geraram capital e produtos como contribuíram, decisivamente, para a própria permanência da localidade.

A propriedade Gruppelli constitui o ponto central da localidade e reúne em dois de seus prédios atividades que, de certa forma, preservam as origens, tanto na forma como no modo de atuação. Enquanto o prédio principal apresenta apenas pequenas alterações o segundo prédio se encontra, praticamente, original. Em

relação ao prédio principal verificamos que o armazém continua desempenhando no presente a mesma função social que outrora lhe fora atribuído. O espaço de sociabilidade que há décadas, promovendo a amizade e o lazer, constitui um dos marcos social da localidade, produzindo referências que, ao longo do tempo, tem orientado a memória coletiva e a individual. É através desses encontros cotidianos que parte da memória social da localidade tem sido cultivada e transmitida.

O armazém Gruppelli tem preservado além do modo de atuação, a própria estrutura interna que hoje pode ser vista por qualquer visitante. Condição essa que o transformou em um dos atrativos turísticos da localidade. Já o restaurante, destinado a um público amplo, apesar de reunir elementos do passado, como a imensa bandeira no teto, apresenta uma configuração contemporânea. Da mesma forma que esses espaços internos são freqüentados por pessoas vindas de vários lugares, o espaço frontal ao prédio, atualmente protegido por uma cobertura, constitui um prolongamento dessas atividades, abrigando um dos costumes que anima o lugar: sentar com os amigos.

O conjunto de imagens relacionadas a esse prédio mostra que a Casa Gruppelli tem mantido, ao longo do tempo, a sua característica de lugar em atividade constante conjugando, no mesmo espaço, atividades que ratificam a sua posição na zona colonial. Comprovando assim a persistência desses comerciantes em preservar e transmitir o legado (forma e conteúdo) deixado pelos antepassados.

A coletânea de imagens relacionadas ao prédio do Museu Gruppelli mostra que a construção, embora sujeita a mudanças funcionais, conservou sua aparência física. A transformação de parte do prédio em espaço museológico possibilitou que “o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 1988, P.64) revelasse ao público processos que envolveram o prédio. Processos que antes, pelo uso restrito, eram pouco visíveis. Assim, o prédio se transformou em um documento, mostrando desde técnicas construtivas até atividades desenvolvidas. Desse modo, o prédio e o acervo, integram uma política de memória que visa preservar não apenas a função social do prédio como referências da localidade.

Do mesmo modo, que os prédios anteriores ajudaram na conformação da localidade, as edificações da família Gruppelli Ferrari com suas atividades também contribuíram para firmar a configuração urbana do núcleo. Uma gama de atividades que, como mostram as imagens, não apenas produziu formas na

paisagem como gerou movimentos envolvendo moradores de várias épocas. Assim, como partícipes de vivências do passado da comunidade encontramos instalados nessa gleba a barbearia, a garagem, a ferraria, a residência da família e a escola. Formas que, no passado recente, foram transformadas em casa de aluguel, comércio de motos, chalé de lazer, sobrado residencial e comércio de ferramentas e implementos agrícolas. Todas relacionadas à movimentação gerada pela estrada.

Com base nesse conjunto de imagens relativas aos ambientes privados verificamos que:

- são espaços (residenciais e institucionais), que viabilizaram a criação e permanência da localidade.
- instituíram formas que alteram, significativamente, a natureza do lugar.
- interferiram, com suas atividades, no modo de vida da localidade e vizinhança.
- promoveram diversas mutações estruturais e funcionais.
- agenciaram vínculos com outros lugares.
- estimularam a integração da comunidade.
- estabeleceram um conjunto, formal e técnico, revelador dos sistemas empreendidos na conformação do núcleo.

Considerando a passagem do tempo e as inovações introduzidas pela ciência e a economia, podemos afirmar que na paisagem e no modo de vida, muitas alterações aconteceram na localidade, mas a essência do lugar permanece inalterada, como mostram as seqüências de imagens do passado e do presente:



Como vimos, ao longo desse estudo, a localidade Gruppelli é um núcleo cuja estrada se impôs como o principal elemento ordenador do espaço. Pois,

desde a disposição das fachadas (direcionadas para a via) às árvores (posicionadas nas margens do leito viário), dos espaços abertos (propositalmente reservados) às atividades criadas (comércio, indústria e prestação de serviços), tudo programado em função da movimentação produzida pela estrada. Foi, certamente, esse fluxo, convertido em força produtiva, que viabilizou a criação, o desenvolvimento e a manutenção dessas múltiplas funções, conseqüentemente, das formas, naturais e artificiais, inseridas na paisagem da localidade, dos primórdios aos dias de hoje.

São essas forças produtivas, nem sempre visíveis, articuladas pela(s) sociedade(s) que definem as formas da paisagem cuja fotografia é capaz de mostrar. Forças que, na localidade Gruppelli, geraram prédios e espaços abertos vinculados aos movimentos da estrada como a ferraria, a olaria, o armazém, o restaurante, a hospedaria, a escola, o parque, o terminal de ônibus, a fábrica de conservas, o campo de futebol, a cerâmica, o museu, a ferragem. Sem esse fluxo, possivelmente, essas atividades nem tivessem surgido.

REFERÊNCIAS

AMADOR FILHO, Rubens. < <http://www.amigosdepelotas.com/2008/09/pelotas-quadro-quadro-maria-gruppelli.html> > acesso 04/03/2009.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas (RS): Ed. Universitária – UFPEL, 2000.

ARIÈS, Philippe. **O tempo da História**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas (SP): Papyrus, 2003.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BETEMPS, Leandro Ramos. VIEIRA, Margareth Acosta. **Turismo pela História da Colonização no Sul do Rio Grande do Sul**: O caso das Colônias Francesa e Municipal de Pelotas/RS. Revista Eletrônica de Turismo Cultural 04, ECA/Universidade de São Paulo, 2º Sem, 2008, [ISSN 1981 5646], < <http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04.htm> > acesso 24-01-2009.

BOENO, Diego de Souza. **O papel do “Museu Gruppelli” na preservação e recuperação do patrimônio e da memória da Colônia Municipal / Pelotas no contexto turístico**. 2008. Monografia (Bacharelado em Turismo) Universidade Federal de Pelotas.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**, Ensaios de Psicologia Social. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória da cidade**: lembranças paulistanas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n.47, 2003. In:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000100012&lng=en&nrm=iso> acesso 12- 05-2009.

BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do Olhar**. Walter Benjamin e o Projeto das Passagens. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, Chapecó (SC): Editora Universitária Argos, 2002.

BURKE, Peter. **A arte de ler retratos**. Folha de São Paulo (29/11/98) <<http://www1.uol.com.br/cgi-bin/bibliot/arquivo.cgi?html=fsp1998&banner=bannersarqfolha>> acesso 23/09/2007

CALVINO, Italo. **Palomar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAMARGO, Isaac Antonio. **Reflexões sobre o pensamento fotográfico**. Londrina (PR): Ed.Univ. Est. de Londrina (UEL), 1999.

CANDAU, Joël. **Memoria e identidad**. Buenos Aires: Del Sol, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no / do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. In: < <http://www.amigosdepelotas.com/2008/09/pelotas-quadro-quadro-maria-gruppelli.html> > acesso 04/03/2009.

CERTEAU, Michel. GIARD, Luce. MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

CHAGAS, Mário. **Memória política e política de memória.** In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos:** (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COARACY, Vivaldo. **A Colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz.** São Paulo: Oficinas Gráficas Saraiva, 1957.

DICIONÁRIO AURÉLIO – Sec.XXI, edição digital 3.0, Editora Nova Fronteira, 1999.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico.** São Paulo: Papirus, 2007.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Design em espaços.** São Paulo: Edições Rosari, 2002 – (Coleção TextosDesign).

FETTER, Leila Maria Wulff. **A Colonização ocorrida na área Rural de Pelotas na 2ª metade do Século XIX.** Pelotas (RS): UCPEL, 2002. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta:** ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002 – (conexões; 14)

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (p. 21-29)

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue:** mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888. Porto Alegre (RS): Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice Editora, 1990.

HERÉDIA, Vania. **A imigração europeia no século passado:** o programa de colonização no rio grande do sul. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, [ISSN 1138-9788], Nº 94 (10), 2001. >><http://www.ub.es/geocrit/sn-94-10.htm> << - acesso 12-08-2008.

JESKE, Elizéte. **Gropelli / Grupelli: 125 anos no Brasil.** Pelotas (RS): UFPel, 2000.

KOSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** Cotia (SP): Ateliê Editorial, 1999.

LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense & o Sistema Financeiro Regional.** Porto Alegre (RS): Mercado Aberto, 1985.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família**. Leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. (Texto e Arte, v.9)
LYON, David. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.

MACHADO, M. A. y HERÉDIA, V. B. **A formação de núcleos urbanos na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul**. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2003, vol. VII, núm. 146(065). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(065\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(065).htm)> [ISSN: 1138-9788] – acesso 25-01-2009.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**. In: Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 73-98. <<http://www.zoon.org.br/biblioteca/textos.htm>> - acesso 07-01-2007.

OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas, corpo, coração e razão**. Pelotas (RS): Off. Typ. do Diário Popular, 1922. BPP.

REAL, Ruy Martins. **Da vinha ao vinho**. In: “Correspondência do Dr. Ruy”. Porto Alegre (RS): Impresso, s/d.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre (RS): Globo, 1969.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação & Pesquisa**. Projetos para Mestrado e Doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Husitec, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Depoimento Oral e Fotografia na Reconstrução da Memória Histórico-Sociológica: Reflexões de Pesquisa**. In: Boletim do Centro de Memória-Unicamp. V. 3, nº5, p.14-24 jan./jun. Campinas (SP): 1991.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da Evolução Econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo em Educação**. Pelotas (RS): Ed. Universitária / UFPEL, 1995.

VIEIRA, Margareth Acosta. **Armazém colonial, entre amigos e fregueses: Memória do entardecer**. Artigo apresentado à disciplina Memória e Identidade. Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, UFPEL, 2007a.

VIEIRA, Margareth Acosta. **Retratos Emoldurados, Lembranças Expostas**: Monumentos da Paisagem Doméstica. revistatravessias@gmail.com, v. 01, p. 01-12, 2007b. <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_001/artigosensaios/RETRATOS%20EMOLDURADOS,%20LEMBRAN%C7AS%20EXPOSTAS.pdf>

VIEIRA, Margareth Acosta. **Armazém Colonial**: tradição ou pós-moderno? Artigo apresentado à disciplina Seminário de Estudos Avançados: Uma introdução ao tema da pós-modernidade. Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, UFPEL, 2008.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **O centro Vive. O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo**: Sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista. Rio Claro.

YORY, Carlos Mario. **Del monumento a la ciudad**: El fin de la idea de monumento en el nuevo orden espacio-temporal. Bogotá: CEJA, 2002.

Documentos

Entrada dos colonos que compraram lotes nas Colonias Municipaes, BIC 011e, BBP, 1883.

Correspondência, nº 1443, enviada pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul, José Antonio de Souza Lima à Câmara Municipal de Pelotas em 30/11/1882. BPP, Correspondência recebida, 1882, envelope 13, maço 5.

Labore Haus. 1ª Feira de Produções Caseiras da Comunidade Rural. Convite. Pelotas: Impresso, 2005.

Lieder in Serata. Encontro de talentos musicais. Convite. Pelotas: Impresso, 2007.

Museu Gruppelli. Inauguração. Convite. Pelotas: Impresso, 1998.

Proposição, vereador Julio Honório. Câmara Municipal de Pelotas, 1998.

Registros do 5º Districto, Santa Eulália, livro 10, folhas 90v-96v, 1905. Arquivo Público - RS.

História e Cultura em Cada Detalhe, Sistema Municipal de Museus de Pelotas. Folder, Pelotas: Impresso, 2008.

ULLRICH, Carl Otto. **As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul**: Conselho aos Emigrantes para o Sul do Brasil. R. Jannasch (org), Berlim, 1898. In: Ensaios FEE, Porto Alegre, ano 5, nº 2, 1984. <<http://D:\Pós\UFPEL - Colônias alemãs\Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas - 2.htm>> – acesso 25-01-2009.

Jornais

A DISCUSSÃO (22/08/1882, p.2), (22/11/1882, p.2), (27/11/1882, p.2). BPP.

A OPINIÃO PÚBLICA (24/09/1932, p.1), (15/01/1941, p.3). BPP.

DIÁRIO DA MANHÃ (30/01/2007, p.15).

DIÁRIO POPULAR (7/02/1933, p.4), (27/06/1944, p.15). BPP.

DIÁRIO POPULAR (30/04/1998), (30/10/1998), (27/11/2005, encarte).

DIÁRIO POPULAR, (15/01/2008).

< http://www.diariopopular.com.br/15_08_01/cp140802.html > acesso 04/03/2009

ONZE DE JUNHO (06/05/1882, p.1), (20/05/1882, p.2), (26/09/1882, p.1). BPP.

ZERO HORA (02/04/2008).

<<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1814022.xml&template=3898.dwt&edition=9574§ion=67>> acesso 05/03/2009

ZERO HORA, Caderno de Cultura (23/07/1994)

Relatórios e falas

Fonte: Center for research libraries. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Province Rio Grande do Sul. < <http://www.crl.edu/content/provopen.htm> > - Acesso 24/01/2009.

A'VILA, Henrique. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**, Henrique A'vila, 04/03/1881, publicado como anexo da fala de 07/03/1881.

BARROS, Albuquerque. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**, Albuquerque Barros, 19/09/1885 publicado como anexo da fala de 20/10/1885 e do relatório de 28/10/1885.

THECLA, Barão de Santa. **Falla** que á Assembléa Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul dirigio o exm. sr. barão de Santa Thecla, vice-presidente da provincia, ao installar-se a 2a sessão da 22a legislatura em 27 de novembro de 1888. Porto Alegre, Typ. a Vapor do Jornal do Commercio, 1889.

Mapas e Plantas

Mapa do Rio Grande do Sul. In: <http://nutep.adm.ufrgs.br/mapas/metades.jpg> - acesso 2005.

Planta das terras vendidas à Intendência Municipal de Pelotas pelos Herdeiros de Antonio R. F. Vaqueiro, nov. 1882. Secretaria Municipal de Urbanismo, Pelotas.
Mapa de Divisão Distrital, Prefeitura Municipal de Pelotas, 2006.

Planta de coleções de diversos distritos, nº 65. Secretaria Municipal de Urbanismo, 192_

Levantamento aerofotogramétrico, região sul, Brasil. Ministério do Exército, Diretoria de Serviço Geográfico, 1980.

Mapa Geral de Núcleos. Hectare: Núcleo de Estudos Rurais, 2006.

Representações gráficas

Peri Souza (pintura)
Denismar Domingues (desenho)

Fotógrafos

Amanda Pieper Gruppelli
Ângelo Kohls Gruppelli
Borges
Bruno Pruski
Carmen Gruppelli Ferrari
Cláudia Renck
Loraci Mancke
Francisca Silva
Gabriel Gruppelli
Heirich Feddern
Luciano Westendorff Ferrari
L. Lanzettas
Luiz Roberto de Lima Barbosa
Margareth Acosta Vieira
Maria Lucy Adamoli Gruppelli
Nauro Júnior
Barreto N.C
Neco Tavares
Nelcy Kohlrausch
Paulo Ricardo Gruppelli
Silvana Pieper Gruppelli
Zita Geraldina Natusch

Acervos Fotográficos

Ângelo Kohls Gruppelli
Arno Pieper
Carmen Westendorff Ferrari
Cláudia Renck
Cláudio Steffnmusberg Dilli
Daniela Adamoli Kichöfel
Diego de Souza Boeno
Dóris Brahm dos Santos
Erna Mielke Gruppelli
Ernani Scaglione Adamoli
Família Gruppelli
Família Osmar Dokbe
Família Santo Ireno Domingues
Família Westendorff Ferrari
Francisca Silva
Francisco Rogério Pieper
José Luiz Gruppelli Real
Léa Gruppelli
Loraci Mancke
Luiz Roberto de Lima Barbosa
Margareth Acosta Vieira

Maria Francisca Knopp Kohlrausch
Maria Lúcia Ceron
Maria Lucy Adamoli Gruppelli
Maria Shirlei Marini Knopp
Mario Schuster
Marli Quevedo
Museu Gruppelli
Neco Tavares
Nelda Schmidt Schäfer
Neuza Knopp Timm
Paulo Roberto Gruppelli
Rubens Bachini
Silvana Gruppelli Ferrari
Vânia Regina Pieper Gruppelli
Vera Lúcia Pieper Schäfer
Zilda Leitzke

Sites

Amigos de Pelotas, Blog.

<<http://www.amigosdepelotas.com/2008/09/pelotas-quadro-quadro-maria-gruppelli.html>>
acesso 04/03/2009.

Associação Colonial de Pelotas

<<http://www.acpfutebolcolonial.com.br/historia.html>> - acesso 03/04/2009

Calendário Permanente – CBPDS

<<http://www.cbpds.com.br/html/CALEND-PERM.xls>> acesso 24-05-2009.

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – RS.

<http://www.daer.rs.gov.br/tab_dist.pdf> acesso 26/04/2009.

Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais. **Perfil Industrial**. 2008.

<http://www.indi.mg.gov.br/backup_site_29072008/Perfis/ceramicavermelha.pdf> acesso
03/05/2009.

Jornal Diário Popular.

< http://www.diariopopular.com.br/15_08_01/cp140802.html > acesso 04/03/2009

Jornal Zero Hora.

<<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1814022.xml&template=3898.dwt&edition=9574§ion=67> > acesso 05/03/2009.

Lambrequim.net

<<http://www.lambrequim.net/fotos.php?mosaico>> – acesso 26-05-2009.

Programa Google Earth.

<www.baixaki.com.br/download/google-earth.htm> acesso 23/07/2008.

1º Fórum Latino-americano de Educação Patrimonial – Arqueologia, Museus e Responsabilidade Social. Instituto de Ciências Humanas / UFPEL, março 2008.

<<http://www.ufpel.edu.br/ich/fep/baixar/Informacoes.passeios.roteiros-2008-03-27.pdf>>
acesso 04/03/2009.

APÊNDICE

Coletânea de imagens apresentadas na pesquisa, CD-ROM.